



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

Bianca Thaís Siqueira Fernandes Tenório

**ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA EM PERNAMBUCO:**  
1990-2015

Recife  
2015

Bianca Thaís Siqueira Fernandes Tenório

**ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA EM PERNAMBUCO:**

1990-2015

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre.

**Área de concentração:** Desenvolvimento Urbano.

**Orientador:** Prof. Dr. Fernando Diniz Moreira.

Recife

2015

Catálogo na fonte  
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

T312a Tenório, Bianca Thaís Siqueira Fernandes  
Arquitetura contemporânea em Pernambuco: 1990-2015 / Bianca Thaís Siqueira Fernandes Tenório. – Recife, 2015.  
197 f.: il., fig.

Orientador: Fernando Diniz Moreira.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2018.

Inclui referências e apêndices.

1. Arquitetura contemporânea. 2. Arquitetura em Pernambuco. 3. Região Metropolitana do Recife. I. Moreira, Fernando Diniz (Orientador). II. Título.

711.4 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2018-175)

Bianca Thaís Siqueira Fernandes Tenório

**ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA EM PERNAMBUCO:**

1990-2015

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre.

**Área de concentração:** Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 25/08/2015

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Fernando Diniz Moreira (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Luiz Manuel do Eirado Amorim (Examinador interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Luiza Freitas (Examinadora interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Junqueira Bastos (Examinadora externa)  
Universidade de São Paulo

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço ao meu orientador, Fernando Diniz, pela dedicação, disponibilidade e por ter acreditado no meu potencial durante toda pesquisa.

Aos meus pais e meus irmãos, pelo apoio e carinho enquanto estive longe de casa.

À Lorena, amiga-irmã que, apesar da distância, sempre esteve presente com eterno apoio e incentivo. Obrigada por escutar todas minhas ideias e angústias.

Ao G8, especialmente a Nádia, pela amizade, paciência e interesse em sempre ajudar.

Aos arquitetos Antônio Carlos Maia, Bruno Lima, Lula Marcondes, Felipe Campello, Ronaldo L'Amour, João Domingos, Rafael Souto Maior, Juliano Dubeux, Paulo Raposo, Luciano Medina, Andrea Câmara, Marco Antônio Borsoi, Marcos Germano, Adolfo Jorge, Ricardo Pessoa de Melo, Vera Pires e Roberto Ghione pela disponibilidade em me receber e pelo grande aprendizado através das entrevistas. Agradeço especialmente a Bruno Ferraz, Enio Laprovitera, Luiz Rangel e Roberto Montezuma pelas contribuições indispensáveis na reta final.

Aos professores do MDU que contribuíram para meu aprendizado, principalmente aos membros da banca de qualificação, Luiz Amorim, Maria Luiza de Freitas e Maria de Jesus Leite. Aos colegas de turma pelas trocas de informações essenciais e pela contribuição para uma experiência enriquecedora.

A FACEPE pela disponibilização da bolsa de estudos, fundamental para o andamento e conclusão da pesquisa.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, me incentivaram a continuar.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo identificar as características que formam a arquitetura contemporânea em Pernambuco no período entre 1990 a 2015 a fim de entender como esta é influenciada ou moldada por fatores e condicionantes do contexto atual da Região Metropolitana do Recife (RMR). Nas décadas entre 1930 e 1980, Pernambuco teve uma rica produção de arquitetura moderna que gerou um significativo conjunto de obras. Essa arquitetura recebeu uma relativa atenção da historiografia especializada, particularmente entre 1950 e 1980, período da consolidação do modernismo no estado. O contexto da RMR passou por consideráveis transformações a partir dos anos 1980, quando o acelerado mercado imobiliário, a crescente verticalização da cidade, a maior standardização da construção, o aumento da sensação de insegurança, novas legislações e mudanças nos hábitos de morar da sociedade certamente influenciaram a forma de projetar. A arquitetura deste período recente, que se inaugura a partir dos anos 1990, ainda é muito pouco estudada e conhecida. A pesquisa foi motivada por essa necessidade de preencher o vazio na historiografia da arquitetura do estado, montando um panorama da arquitetura recente com obras situadas na RMR, região que concentra uma produção de escritórios relevantes no estado. Para tal, foi definido um objeto de pesquisa que consiste em 40 obras selecionadas de 15 escritórios de arquitetura atuantes na RMR. A análise desses projetos se baseou em três temas: a arquitetura brasileira (1970 a 2015) e a arquitetura em Pernambuco (1950 e 1990), o contexto de transformação da Região Metropolitana do Recife nos últimos 30 anos e o perspectiva do arquiteto sobre esse contexto e a interferência deste em a sua forma de projetar. A partir desses temas, foram analisadas a produção de edifícios multifamiliares, residências unifamiliares e outros usos, como institucionais, comércio e serviços. Nesses projetos buscou-se observar as consequências positivas ou negativas do contexto da RMR, como este interferiu ou moldou esses edifícios, como os arquitetos traduziram esses fatores para sua arquitetura e se existiu uma continuidade de uma arquitetura moderna local ou influência da arquitetura brasileira atual.

**Palavras-chave:** Arquitetura Contemporânea. Arquitetura em Pernambuco. Região Metropolitana do Recife.

## ABSTRACT

The purpose of this work is to identify the characteristics that form the contemporary architecture in the years between 1990 to 2015 in Pernambuco, aiming to understand how it is influenced or shaped by factors and conditions in the current context of Recife Metropolitan Area (RMA). In the period from 1930 to 1980, Pernambuco had a rich production of modern architecture that generated meaningful works. These projects received a relative attention from specialised historiography, particularly between 1950 to 1980, period in which modernism was consolidated in Pernambuco. The RMA's context had undergone a considerable transformation in the 1980s, when the hastening real state market, the growth of vertical buildings in the city, the standardisation of construction, the increasing of the feeling of insecurity, the new legislation and the changing in the dwelling habits of society surely influenced how to design the buildings. The architecture from this recent period, which begins in 1990, is hitherto understudied and unknown. The research was motivated by this necessity of filling the gap in Pernambuco's architectural historiography, assembling an overview of the recent architecture with projects located in RMA, area that concentrates a production by relevant architecture offices in the state. To that end, a research object was defined, which consists of 40 works selected from 15 active offices in RMA. The analysis of these projects was based on three themes: the Brazilian architecture (1970 to 2015) and Pernambuco's architecture (1950 to 1990), the RMA's context of transformation in the last 30 years and the architects' perspective from this context along with the interference of it in their way of designing. Based on these themes, the production of multi-family housing, single-family housing and other uses such as institutional, commercial and service buildings, were analysed. In these projects, it was intended to observe the positive or negative consequences of RMA's context, to what degree these interfered or shaped those buildings, how the architects translated those factors to their architecture and whether there was a continuity of the local modern architecture or an influence of current Brazilian architecture.

**Key-words:** Contemporary Architecture. Architecture of Pernambuco. Recife Metropolitan Area.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Biblioteca da UFPB (1978-1981), José Galbinski e Armando de Carvalho.....	25
Figura 2 - Restaurante Universitário da UnB (1975), José Galbinski.....	25
Figura 3 - Casa Butantã (1964), Paulo Mendes da Rocha.....	26
Figura 4 - Residência Pery Campos (1970), Rodrigo Lefèvre e Nestor Goulart.....	26
Figura 5 - Museu de Mineralogia (1984-1992), Éolo Maia e Sylvio de Vasconcellos.....	29
Figura 6 - Condomínio Officenter (1989), Éolo Maia e Jô Vasconcellos.....	29
Figura 7 - Empresarial Raja Gabaglia (1989-93), Éolo Maia e Jô Vasconcellos.....	29
Figura 8 - CENTAP (1982-1985), Luiz Paulo Conde e equipe.....	32
Figura 9 - SESC Nova Iguaçu (1985-1992), Hector Viglicca e Bruno Padovano.....	32
Figura 10 - Centro de Proteção da Hidrelétrica de Balbina (1983-1988), Severiano Porto.....	33
Figura 11 - Residência dos Padres Claretianos (1982-1984), Affonso Risi e José Mário Nogueira.....	33
Figura 12 - Crescimento da quantidade de cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil. ....	37
Figura 13 - Favela-bairro (1995), Prefeitura do Rio de Janeiro.....	41
Figura 14 - Pinacoteca do Estado (1993-1997), Paulo Mendes da Rocha.....	41
Figura 15 - Casa em Carapicuíba, Ângelo Bucci e Álvaro Puntoni.....	44
Figura 16 - Casa em Ubatuba, SPBR.....	44
Figura 17 - Casa em Aldeia da Serra, MMBB.....	44
Figura 18 - Casa Morato, Andrade Morettin.....	44
Figura 19 - Casa Grelha, FGMF.....	44
Figura 20 - Hotel Fasano/Fazenda Boa Vista, Isay Weinfeld.....	44
Figura 21 - SEBRAE/Brasília, GrupoSP.....	44
Figura 22 - Casa Sítio Passarim, Roberto Moita.....	45
Figura 23 - Casa em Rio Bonito, Carla Juaçaba.....	45
Figura 24 - Casa em São Sebastião, Andrade Morettin e Lua Nitsche.....	45
Figura 25 - Casa São Francisco Xavier, Álvaro Puntoni.....	45
Figura 26 - Casa em Cotia, Brasil Arquitetura.....	45
Figura 27 - Pavilhão Carambó, Una Arquitetos.....	45
Figura 28 - Casa Borges.....	46
Figura 29 - Casa em Nova Lima.....	46

Figura 30 - Casa em Paraty, Márcio Kogan.....	46
Figura 31 - Casa Jairo Bisol, Paulo H. Paranhos.....	46
Figura 32 - Casa RP, Biselli e Katchborian.....	46
Figura 33 - Distribuição dos loteamentos aprovados nos anos 1920, 1930 e 1940 mostrando a expansão do Recife.....	48
Figura 34 - Residência Lisanel de Melo Mota, Acácio Gil Borsoi.....	50
Figura 35 - Residência Lisanel de Melo Mota, Acácio Gil Borsoi.....	50
Figura 36 - Edf. Califórnia, Acácio Gil Borsoi.....	50
Figura 37 - Residência Alfredo Lajes (1955), Delfim Amorim.....	50
Figura 38 - Residência Carlos Augusto Fernandes (1963), Delfim Amorim.....	50
Figura 39 - Residência Leão Masur (1966), Delfim Amorim e Heitor Maia Filho.....	51
Figura 40 - Edf. Acaiaca (1957), Delfim Amorim e Lúcio Estelita.....	51
Figura 41 - Edf. Santo Antônio (1960), Acácio Gil Borsoi.....	52
Figura 42 - Seminário Regional do Nordeste (1962), Delfim Amorim.....	52
Figura 43 - Edf. Barão do Rio Branco (1966), Delfim Amorim.....	53
Figura 44 - Residência Alfredo Correia (1969), Delfim Amorim e Heitor Maia Neto.....	53
Figura 45 - Edf. Mirage (1967), Acácio Gil Borsoi.....	53
Figura 46 - CELPE (1972), Vital Pessoa de Melo e Reginaldo Esteves.....	54
Figura 47 - Casa do arquiteto (1968), Vital Pessoa de Melo.....	54
Figura 48 - Croquis do 'Edifício Quintal'.....	55
Figura 49 - Edf. Villa Mariana (1976).....	55
Figura 50 - Edf. Villa Bella (1966-1974).....	55
Figura 51 - Edf. Villa da Praia (1977).....	55
Figura 52 - Edf. da IBM (1970).....	58
Figura 53 - Edf. Sparta (1972).....	58
Figura 54 - Edf. Equipage (1993).....	58
Figura 55 - Edf. Príncipe de Vívar (1986).....	58
Figura 56 - Ciclo de variáveis na produção da arquitetura.....	60
Figura 57 - Dimensão territorial da RMR e representação da mancha urbana centrada no Recife em vermelho.....	62
Figura 58 - Taxa de crescimento geométrico anual da população dos municípios da RMR.....	62
Figura 59 - Processo de crescimento da mancha urbana da RMR.....	64
Figura 60 - Distribuição de novas urbanizações na RMR.....	64
Figura 61 - Taxa anual de crime violento letal e intencional por 100 mil habitantes.....	66

Figura 62 - Exemplos de guaritas e muros de edifícios no Recife. ....	66
Figura 63 - Exemplos de guaritas e muros de edifícios no Recife.....	66
Figura 64 - Exemplos de guaritas e muros de edifícios no Recife. ....	66
Figura 65 - Área de lazer do condomínio Evolution Shopping Park, Recife. ....	67
Figura 66 - Área de lazer do edifício Bosque da Madalena, Recife. ....	67
Figura 67 - Unidades residenciais de 16 a 20 pavimentos no Recife (junho 2003). ....	69
Figura 68 - Unidades residenciais com mais de 20 pavimentos no Recife (junho 2003). ....	69
Figura 69 - Unidades residenciais de 1 a 2 pavimentos no Recife (junho 2003). ....	69
Figura 70 - Vista aérea de Recife (Zona sul). ....	69
Figura 71 - Edifícios da década de 1960, 1970 e 1980. ....	72
Figura 72 - Edifícios da década de 1960, 1970 e 1980. ....	72
Figura 73 - Edifícios da década de 1960, 1970 e 1980. ....	72
Figura 74 - Edifícios em construção no bairro do Rosarinho. ....	72
Figura 75 - Edifícios em construção no bairro do Rosarinho. ....	72
Figura 76 - Propagandas de edifícios construídos em Recife. ....	73
Figura 77 - Vista do bairro da Madalena em Recife. ....	75
Figura 78 - Vista aérea da zona norte do Recife. ....	75
Figura 79 - Vista do bairro da Tamarineira em Recife. ....	75
Figura 80 - Ano de formação dos arquitetos dos escritórios selecionados. ....	78
Figura 81 - Esquema com a divisão dos universos da entrevista. ....	80
Figura 82 - Linha do tempo com todos edifícios multifamiliares selecionados. ....	105
Figura 83 - Localização dos edifícios multifamiliares selecionados. ....	106
Figura 84 - Dados e características dos edifícios familiares do Recife ao longo das décadas. ....	107
Figura 85 - Quantidade de pavimentos dos edifícios selecionados. ....	108
Figura 86 - Edf. Montezuma. ....	109
Figura 87 - Edf. Place Vendôme. ....	109
Figura 88 - Detalhe do pórtico de acesso de pedestres do Edf. Place Vendôme. ....	109
Figura 89 - Edf. Residencial das Ubaías. ....	109
Figura 90 - Edf. Brunello de Montalcino. ....	109
Figura 91 - Edf. Meyer Mesel. ....	109
Figura 92 - Edf. Alice Queiroz. ....	109
Figura 93 - Edf. Terra Brasilis. ....	109
Figura 94 - Informações sobre os edifícios selecionados. ....	110
Figura 95 - Planta do Edf. Comendador José Lobo, A&R. ....	111

Figura 96 - Planta do Edf. Place Vendôme, MLP.....	112
Figura 97 - Planta do Edf. Terra Brasilis, B'Ferraz.....	112
Figura 98 - Planta do Edf. Meyer Mesel, Alexandre Mações.....	112
Figura 99 - Planta do Edf. Montezuma, AFM.....	112
Figura 100 - Planta do Edf. Alice Queiroz, MLP.....	112
Figura 101 - Planta do Edf. Brunello di Montalcino, Rangel Moreira.....	112
Figura 102 - Planta do Edf. Residências da Beira Rio, Alexandre Mações.....	112
Figura 103 - Planta do Edf. Manguinhos Prince, MVRF.....	112
Figura 104 - Planta do Edf. Residencial das Ubaias, Rangel Moreira.....	112
Figura 105 - Planta do Edf. Yvresses Village, ML&N.....	112
Figura 106 - Acesso do edf. Yvresses Village.....	113
Figura 107 - Acesso do edf. Yvresses Village.....	113
Figura 108 - Acesso do edf. Residências da Beira Rio, fachada original.....	114
Figura 109 - Acesso do edf. Residências da Beira Rio, fachada reformada.....	114
Figura 110 - Acesso do edf. Montezuma.....	114
Figura 111 - Acesso do edf. Meyer Mesel.....	114
Figura 112 - Acesso do edf. Comedador José Lobo.....	115
Figura 113 - Caminho interno de acesso.....	115
Figura 114 - Tabela com os equipamentos existentes nas áreas de lazer dos edifícios.	115
Figura 115 - Edf. Sirius (1985), Alexandre Castro e Silva.....	116
Figura 116 - Edf. Residências da Beira Rio.....	116
Figura 117 - Edf. Residências da Beira Rio.....	116
Figura 118 - Edf. Residências da Beira Rio.....	116
Figura 119 - Edf. Brunello di Montalcino.....	117
Figura 120 e 121 - Edf. Residencial das Ubaias.....	117
Figura 122 - Edf. Montezuma.....	117
Figura 123 - Edf. Yvresses Village.....	118
Figura 124 - Edf. Maria de Lourdes.....	118
Figura 125 - Edf. Maria de Lourdes.....	118
Figura 126 - Edf. Veronese.....	118
Figura 127 - Edf. Veronese.....	118
Figura 128 - Edf. Comendador José Lobo.....	118
Figura 129 - Edf. Comendador José Lobo.....	118
Figura 130 - Edf. Alice Queiroz.....	118
Figura 131 - Edf. Terra Brasilis.....	118

Figura 132 - Edf. Meyer Mesel.....	118
Figura 133 - Edf. Meyer Mesel.....	118
Figura 134 - Detalhe do edf. Yvresses Village.....	119
Figura 135 - Edf. Montezuma.....	119
Figura 136 - Edf. Place Vendôme.....	120
Figura 137 - Detalhes de sua fachada e coroamento do edf. Place Vendôme.....	120
Figura 138 - Detalhes de sua fachada e coroamento do edf. Place Vendôme.....	120
Figura 139 - Linha do tempo com todas residências unifamiliares selecionadas.....	121
Figura 140 - Localização das residências unifamiliares selecionadas.....	122
Figura 141 - Dados e características das residências unifamiliares do Recife ao longo das décadas do período da arquitetura moderna.....	123
Figura 142 - Planta das casas Geminadas, AFM.....	124
Figura 143 - Planta da casa CB, Metro.....	124
Figura 144 - Planta da casa Marcos César, VPRG.....	124
Figura 145 - Planta da casa em Toquinho, M. A. Borsoi.....	125
Figura 146 - Planta da casa do Paiva 01, MVRF.....	125
Figura 147 - Planta da casa do Paiva 02, MVRF.....	125
Figura 148 - Planta da casa do Paiva 03, MVRF.....	125
Figura 149 - Planta da casa do Paiva 04, MVRF.....	125
Figura 150 - Planta da casa NT, B'Ferraz.....	126
Figura 151 - Planta da casa Gustavo Avelar, ML&N.....	126
Figura 152 - Planta da casa Ciclope, A&R.....	126
Figura 153 - Planta da casa em Aldeia, O Norte.....	126
Figura 154 - Planta da casa do Derby, O Norte.....	127
Figura 155 - Fachada frontal da casa em Toquinho.....	129
Figura 156 - Fachada posterior da casa em Toquinho.....	129
Figura 157 - Detalhe da integração dos espaços da casa em Toquinho.....	129
Figura 158 - Fachada frontal da casa Ciclope.....	129
Figura 159 - Fachada posterior da casa Ciclope.....	129
Figura 160 - Fachada posterior da casa do Paiva tipo 02.....	129
Figura 161 - Fachada posterior da casa do Paiva tipo 03.....	129
Figura 162 - Casa CB.....	130
Figura 163 - Casa CB.....	130
Figura 164 - Casa em Toquinho.....	130
Figura 165 - Casa Marcos César.....	130

Figura 166 - Casa Marcos César.....	130
Figura 167 - Casa NT.....	130
Figura 168 - Casa em Aldeia.....	130
Figura 169 - Casa em Aldeia.....	130
Figura 170 - Casa Ciclope.....	131
Figura 171 - Casa Ciclope.....	131
Figura 172 - Casa CB.....	131
Figura 173 - Casa CB.....	131
Figura 174 - Casas Geminadas.....	131
Figura 175 - Casa em Toquinho.....	131
Figura 176 - Casa em Aldeia.....	131
Figura 177 - Fachada da casa do Derby.....	132
Figura 178 - Sala de estar e jantar da casa do Derby.....	132
Figura 179 - Passarela de acesso ao banheiro do segundo pavimento da casa do Derby	132
Figura 180 - Casas Geminadas.....	133
Figura 181 - Casas Geminadas.....	133
Figura 182 - Casa Marcos César.....	133
Figura 183 - Casa Marcos César.....	133
Figura 184 - Casa Sebastian Antz.....	133
Figura 185 - Casa Sebastian Antz.....	133
Figura 186 - Casa NT.....	133
Figura 187 - Casa NT.....	133
Figura 188 - Casa em Aldeia.....	134
Figura 189 - Casa em Aldeia.....	134
Figura 190 - Casa em Aldeia.....	134
Figura 191 - Casa do Paiva tipo 01.....	134
Figura 192 - Casa do Paiva tipo 04.....	134
Figura 193 - Fachada frontal da casa em Toquinho.....	135
Figura 194 - Fachada posterior da casa em Toquinho.....	135
Figura 195 - Fachada posterior da casa CB.....	135
Figura 196 - Fachada lateral da casa CB.....	135
Figura 197 - Seteira na casa CB.....	135
Figura 198 - Casa Gustavo Avellar.....	136
Figura 199 - Casa Gustavo Avellar.....	136
Figura 200 - Casas Geminadas.....	136

Figura 201 - Casas do Derby.....	137
Figura 202 - Casas do Derby.....	137
Figura 203 - Casas do Derby.....	137
Figura 204 - Casas do Derby.....	137
Figura 205 - Casas Geminadas.....	138
Figura 206 - Casa Marcos César.....	138
Figura 207 - Casa Marcos César.....	138
Figura 208 - Casa Marcos César.....	138
Figura 209 - Linha do tempo com todos edifícios institucionais, comerciais e de serviços selecionadas.....	139
Figura 210 - Localização das edifícios institucionais, comerciais e de serviços.....	140
Figura 211 - Calçada dos Mascates.....	142
Figura 212 - Calçada dos Mascates.....	142
Figura 213 - Calçada dos Mascates.....	142
Figura 214 - Calçada dos Mascates.....	142
Figura 215 - Empresarial Artesina Fiori.....	143
Figura 216 - Empresarial Artesina Fiori.....	143
Figura 217 - Empresarial Artesina Fiori.....	143
Figura 218 - Empresarial Artesina Fiori.....	143
Figura 219 - Empresarial Artesina Fiori.....	143
Figura 220 - Empresarial Artesina Fiori.....	143
Figura 221 - Loja Benetti.....	144
Figura 222 - Loja Benetti.....	144
Figura 223 - Loja Benetti.....	144
Figura 224 - Loja Benetti.....	144
Figura 225 - Atacado dos presentes - Torre.....	145
Figura 226 - Atacado dos presentes - Torre.....	145
Figura 227 - Atacado dos presentes - Torre.....	145
Figura 228 - Empresarial Rui Barbosa.....	145
Figura 229 - Empresarial Rui Barbosa.....	145
Figura 230 - Empresarial Pontes Corporate Center.....	146
Figura 231 - Empresarial Pontes Corporate Center.....	146
Figura 232 - Empresarial Pontes Corporate Center.....	146
Figura 233 - Hospital Metropolitano Miguel Arraes.....	147
Figura 234 - Hospital Metropolitano Miguel Arraes.....	147

Figura 235 - Hospital Metropolitano Miguel Arraes.....	147
Figura 236 - Aba - Rosa e Silva. ....	148
Figura 237 - Aba - Rosa e Silva.....	148
Figura 238 - Instituto Agronômico de Pernambuco.....	148
Figura 239 - Instituto Agronômico de Pernambuco.....	148
Figura 240 - Instituto Agronômico de Pernambuco.....	148
Figura 241 - Sede da JBR.....	149
Figura 242 - Sede da JBR.....	149
Figura 243 - Sede da JBR.....	149
Figura 244 - Sede da JBR.....	149
Figura 245 - Sede da JBR.....	150
Figura 246 - Espaço Ciência.....	150
Figura 247 - Espaço Ciência.....	150
Figura 248 - Espaço Ciência.....	150
Figura 249 - Espaço Ciência.....	150
Figura 250 - Fachada do Club Nox.....	151
Figura 251 - Conceito da iluminação interna do Club Nox.....	151
Figura 252 - Conceito da iluminação interna do Club Nox.....	151
Figura 253 - Ambiente principal do Club Nox. ....	151
Figura 254 - Ambiente principal do Club Nox.....	151
Figura 255 - Lounge no pavimento superior do Club Nox.....	151
Figura 256 - Terminal Marítimo de Passageiros.....	152
Figura 257 - Interior do armazém do Terminal.....	152
Figura 258 - Fachada da Sala Pernambuco.....	152
Figura 259 - Interior da Sala Pernambuco.....	152
Figura 260 - UK Burguer.....	153
Figura 261 - UK Burguer.....	153
Figura 262 - UK Burguer.....	153
Figura 263 - UK Burguer.....	153
Figura 264 - UK Burguer.....	153
Figura 265 - Fachada do restaurante Beijupirá.....	154
Figura 266 - Restaurante Beijupirá.....	154
Figura 267 - Restaurante Beijupirá.....	154
Figura 268 - Restaurante Beijupirá.....	154
Figura 269 - Restaurante Beijupirá.....	154

Figura 270 - Fórum do Recife - Desembargador Rodolfo Aureliano.....	155
Figura 271 - Fórum do Recife - Desembargador Rodolfo Aureliano.....	155
Figura 272 - Fórum do Recife - Desembargador Rodolfo Aureliano.....	155
Figura 273 - Fórum do Recife - Desembargador Rodolfo Aureliano.....	155
Figura 274 - Fórum do Recife - Desembargador Rodolfo Aureliano.....	155
Figura 275 - Fórum do Recife - Desembargador Rodolfo Aureliano.....	155

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	17
<b>2</b>	<b>ARQUITETURA NO BRASIL E EM PERNAMBUCO</b>	23
2.1	Arquitetura brasileira: a revisão crítica (1970-1995)	23
2.2	Arquitetura brasileira: a retomada do moderno (1995-2015)	35
2.3	Arquitetura em Pernambuco: da consolidação a fragmentação (1950-1990)	47
<b>3</b>	<b>TRANSFORMAÇÕES DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE</b>	60
<b>4</b>	<b>O OLHAR DOS ARQUITETOS</b>	78
4.1	O arquiteto	80
4.2	A cidade	86
4.3	A sociedade	95
<b>5</b>	<b>UM OLHAR PARA AS OBRAS</b>	102
5.1	Edifícios multifamiliares	105
5.2	Residências unifamiliares	121
5.3	Outros usos: edifícios governamentais, comerciais e serviços	139
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	156
	<b>REFERÊNCIAS</b>	160
	<b>APÊNDICES</b>	168
	Apêndice A - Escritórios selecionados	168
	Apêndice B - Obras selecionadas	172
	Apêndice C - Levantamento de revistas	192
	Apêndice D - Roteiro de entrevistas	196

## 1 INTRODUÇÃO

A historiografia da arquitetura brasileira contemporânea ainda está em um processo de desenvolvimento, sendo um panorama ainda pouco estudado. Existem lacunas no conhecimento da diversidade das produções feitas em diferentes regiões do país. A visão crítica dessa arquitetura ainda não está completamente formada por falta de pesquisas mais aprofundadas. Localmente, os estudos da arquitetura contemporânea produzida em Pernambuco ainda são poucos e, até mesmo nas mídias especializadas de revistas de arquitetura, existem poucas publicações sobre obras recentes. Essa foi a principal motivação da pesquisa, preencher o vazio no conhecimento da arquitetura em Pernambuco, contribuindo também para o entendimento da diversidade do panorama da arquitetura contemporânea nacional. Se até os anos 1990, a arquitetura de Pernambuco ainda aparecia em publicações da imprensa especializada nacional, depois desse período a produção local recebe pouca atenção ou quase nenhuma, tendência que se repete com a maioria dos estados, exceto São Paulo.

A partir da década de 1990 a produção arquitetônica de Pernambuco não foi foco de um estudo aprofundado, conseqüentemente, gerando esse vazio na historiografia da arquitetura do estado. O interesse dos estudos da arquitetura pernambucana estão mais voltados para o período moderno, principalmente a fase inicial entre a década de 1950 a 1970. As pesquisas e publicações do período mais próximo aos anos 1980 vão diminuindo, o que reflete na quase inexistência de estudos do período seguinte, dos anos 1990 em diante. Os arquitetos formados numa fase na qual o modernismo local aparentemente perde força e a cidade está em meio a processos de mudança, constituem um grupo que ainda assim conseguiu ganhar notoriedade no contexto local e projetar obras de relevância ao longo do período entre 1990 e 2015.

O contexto da RMR a partir dos anos 1980 passou por diversas transformações, dentre elas, o aceleração do mercado imobiliário, a crescente verticalização dos edifícios, a maior standardização da construção, o aumento da sensação de insegurança, as novas legislações e mudanças nos hábitos de morar da sociedade. Com novas preocupações e exigências, os arquitetos tiveram que se adequar as mudanças do meio, que começaram na década de 1980 e tiveram continuidade a partir dos anos 1990, consolidando-se no contexto local. A partir do conhecimento dessas variáveis da conjuntura atual, alguns questionamentos foram levantados, impulsionando a pesquisa: houve uma continuidade ou ruptura do legado moderno pernambucano na contemporaneidade? Quais são as influências da arquitetura regional, nacional ou internacional na produção dos arquitetos locais? Como os arquitetos lidam com atual mercado de trabalho? Qual a visão dos arquitetos sobre a legislação atual? Com relação a cultura arquitetônica da sociedade e a relação entre o arquiteto e o cliente, o que isso

interfere na produção de arquitetura? Enfim, qual é essa arquitetura produzida recentemente em Pernambuco e os desafios que esta encontra numa realidade diversa, buscando se adequar e responder a um novo contexto da cidade e de influências arquitetônicas.

Com o intuito de responder aos questionamentos levantados, o estudo aqui proposto tem como objetivo principal **identificar as características que formam a arquitetura contemporânea em Pernambuco no período entre 1990 a 2015 a fim de entender como esta é influenciada ou moldada por fatores e condicionantes do contexto atual da Região Metropolitana do Recife**. A pesquisa pretende montar um panorama da arquitetura recente com obras situadas na RMR, região que concentra uma considerável produção de escritórios relevantes no estado. Não é o intuito aprofundar as análises em escritórios ou tipos de edifícios específicos, mas buscar formar uma visão geral da produção atual dos arquitetos que se destacam no meio contemporâneo.

Para tal, foi delimitado um objeto de pesquisa que consiste em 40 obras selecionadas de 15 escritórios atuantes na RMR. O recorte temporal da pesquisa de 1990 a 2015 foi escolhido devido a maior parte dos arquitetos se formarem ao longo da década de 1980 e terem uma consolidação maior de sua obra apenas em 1990. Além dessa década inicial marcar um período de transformação na RMR com uma nova legislação de uso e ocupação do solo e mudanças no mercado imobiliário. A pesquisa tem caráter panorâmico e busca resgatar um diálogo entre a academia e a prática, inserindo a perspectiva dos arquitetos como parte essencial do trabalho. O estudo foi precedido por uma pesquisa de iniciação científica realizada sobre o mesmo tema, arquitetura contemporânea em Pernambuco, em conjunto com outros alunos de graduação e mestrado e coordenada pelo mesmo orientador<sup>1</sup>.

Os procedimentos metodológicos que foram utilizados ao longo da pesquisa se dividem basicamente em quatro etapas.

A **primeira etapa** consistiu na revisão da literatura referente a historiografia da arquitetura brasileira e pernambucana, buscando entender o estado da arte do conhecimento destas para formar um breve panorama de cada. No contexto nacional foi feito um levantamento do estado da arte da arquitetura desde os anos 1970 até 2015. Os volumes Pós Brasília (BASTOS, 2003), Brasil: Arquiteturas após 1950 (BASTOS; ZEIN, 2010), Arquitetura contemporânea no Brasil (BRUAND, 1981), Arquiteturas no Brasil – 1900-1990 (SEGAWA, 1998) foram essenciais para a compreensão desse contexto da arquitetura no país. Artigos existentes em periódicos

---

<sup>1</sup> Pesquisa desenvolvida em 2010-2012 com orientação de Fernando Diniz Moreira com participação da mestranda Raphaela Banks e dos graduandos Bianca Tháís Siqueira Fernandes Tenório, Marcelo Arrais de Lavor Moreira Dias, Raíssa de Vasconcelos Simões.

Para mais informações ver Tenório e Moreira (2011) e Simões e Moreira (2011).

nacionais de arquitetura de Carlos Eduardo Comas, Bruno Padovano, Lauro Cavalcanti, dentre outros, também foram fundamentais, já que maior parte dos livros se restringem ao período anterior a 1980, sendo a arquitetura contemporânea entre 1990 e 2015 mais presente em artigos e publicações em revistas. Ainda nessa etapa, foi feito o levantamento bibliográfico da literatura referente a arquitetura em Pernambuco do período entre 1950 a 1990. Através desse levantamento foi construído um breve panorama para compreender como ocorreu o desenvolvimento e adequação de preceitos modernos no estado. Os trabalhos acadêmicos foram a principal fonte desse levantamento, além de alguns artigos referentes ao período. Fontes essenciais foram Guilah Naslavsky, Luiz Amorim e Fernando Moreira.

A **segunda etapa**, que se desenvolveu paralelamente a primeira, foi o levantamento de dados referentes ao contexto da Região Metropolitana do Recife (RMR). Através de dados sobre a dinâmica populacional, o mercado imobiliário, os padrões culturais e sociais, a economia, a legislação e a violência foi possível montar uma base material que forma o pano de fundo da arquitetura recente da RMR. O intuito foi construir uma visão de conjunto sobre os fatores que podem influenciar a prática profissional. A base para o levantamento desses dados foram órgãos municipais e estaduais e trabalhos acadêmicos na área de estudo da cidade e do urbano, assim como artigos científicos. Dentre as fontes estão o IBGE, o Banco de Dados do Estado, a Agencia CONDEPE/FIDEM, o livro *Metrópole Estratégica* e autores com pesquisas relacionadas as questões urbanas, como Norma Lacerda, Suely Leal e Amélia Reynaldo.

A **terceira etapa** consistiu na delimitação dos escritórios e das obras, assim como a realização das entrevistas com esses arquitetos. A seleção dos escritórios foi realizada por um conjunto de fatores. A base da seleção consistiu em um levantamento de projetos de escritórios pernambucanos publicados nas revistas *Projeto Design* e a *Arquitetura e Urbanismo (AU)* no período entre 1990 e 2015<sup>2</sup>. A partir dessa pré-seleção juntamente com os escritórios presentes na pesquisa anterior de iniciação científica, outros fatores foram considerados, como o destaque desses escritórios no meio local através de sua atuação, arquitetos com obras que tiveram relevância por meio de premiações, além de sugestões dadas pelo orientador. Desse processo foram delimitados 15 escritórios, dos quais treze arquitetos ou seus escritórios tiveram projetos publicados nas revistas levantadas, muitos mencionados mais de uma vez. Considerando que poucas publicações foram feitas sobre a arquitetura do estado, esse número foi considerado relevante e fundamental para a seleção dos arquitetos. Por fim, o grupo de escritórios foram: **ADM, AFM, A&R, Alexandre Mações, B’Ferraz, Grau, Juliano Dubeux, Marco Antônio Borsoi, Majella Laprovitera & Perrusi, Metro, ML&N, MVRF, O Norte Oficina de Criação, Rangel Moreira e VPRG.**

---

<sup>2</sup> O levantamento dos projetos encontra-se no Apêndice C desta dissertação.

Ao entender as variáveis do contexto da RMR que foram estudadas na etapa anterior, existiu uma necessidade de compreender esse contexto pela perspectiva do arquiteto, para posteriormente comparar o conjunto de condicionantes locais formado pelos dados levantados, com essa visão do arquiteto. A pesquisa de dados feita na etapa anterior constituiu um embasamento para as questões realizadas nas entrevistas com os arquitetos, buscando esclarecer seu posicionamento perante o contexto e a interferência deste na produção da arquitetura. Essas questões formaram um roteiro de entrevistas que foi utilizado apenas para guiar o depoimento dos arquitetos. O roteiro se dividiu em três esferas: o arquiteto, a cidade e a sociedade. Sobre o arquiteto, foram questionadas a continuidade ou ruptura da *Escola do Recife* e as influências arquitetônicas dos entrevistados tanto na formação como atualmente. Sobre a cidade, buscou-se entender a relação do arquiteto com o mercado de trabalho e as limitações impostas pelo processo cada vez maior de padronização e standardização da construção, assim como a visão sobre a legislação atual. Por fim, sobre a sociedade, buscou-se compreender a relação dos arquitetos com esta, particularmente com relação a uma possível desvalorização do profissional perante o mercado e a sociedade, a falta de interesse na cultura arquitetônica e a relação do arquiteto com o cliente. Com esse roteiro como base, as entrevistas foram realizadas tendo como foco as três esferas, buscando citar alguns pontos existentes no roteiro, porém com a mínima interferência da entrevistadora na resposta dos arquitetos. A elaboração desse roteiro envolveu uma etapa de revisão das entrevistas já realizadas na pesquisa de iniciação científica, assim como uma etapa de construção a partir do desenvolvimento dos capítulos 2 e 3, com entrevistas testes iniciais resultando no desenvolvimento do roteiro definitivo. Ao longo da pesquisa, o levantamento do olhar dos arquitetos, que seria utilizado apenas como apoio para a análise das obras, se mostrou um rico material para o entendimento do panorama atual e ganhou mais espaço e atenção no desenvolver da dissertação.

Paralelamente as entrevistas, foram levantadas as possíveis obras para a análise. Esta seleção teve como critérios a opinião dos próprios arquitetos, que indicaram obras de destaque em sua produção, do orientador, o levantamento feito nas revistas nacionais, onde quase metade das obras estão presentes e premiações locais ou nacionais. O material da pesquisa de iniciação científica também contribuiu para essa etapa, sendo consideradas as obras presentes nesse trabalho como uma pré-seleção.

A **quarta etapa** foi a análise das obras que fazem parte do objeto de estudos. Nesses projetos foram observadas as consequências positivas ou negativas do contexto da RMR, como este interferiu ou moldou esses edifícios (capítulo 3), como os arquitetos traduzem esses fatores para sua arquitetura (capítulo 4) e se existe uma continuidade ou não de um passado arquitetônico ou influência da arquitetura brasileira atual (capítulo 2). Os projetos selecionados

foram divididos em três categorias: os edifícios multifamiliares, as residências unifamiliares e os edifícios com outros usos (institucionais, comerciais e serviços). A análise foi baseada em características em comum dessas obras e como estas respondem ao contexto da cidade. Na primeira seção está a análise dos edifícios multifamiliares que foi dividida em quatro temas. O primeiro é a volumetria, com ênfase na relação da base, corpo e coroamento dos edifícios; o segundo é organização da planta, com foco nas plantas dos pavimentos tipos; o terceiro tema é a relação com o contexto urbano, compreendendo a interação entre o espaço interno da obra e o externo; e o quarto tema é a tessitura das fachadas, focando na utilização de materiais e cores. Na segunda seção estão as residências unifamiliares, que também foram analisadas em quatro temas, sendo dois similares ao grupo anterior. O primeiro é organização da planta; o segundo tema é a espacialidade, com foco no espaço interno dos projetos e a relação deste com o externo; o terceiro tema é a tessitura das fachadas, focando nos jogos de volumes e justaposição de materiais; e por fim, o último tema é a adaptação climática, focando no uso de materiais e técnicas com elementos tradicionais para adequação ao local. Na terceira seção do capítulo estão as obras com usos e tipos variados, dentre eles, institucionais, comerciais e serviços. Essa última categoria abrange todos projetos que não se encaixam nas primeiras. Devido a variedade das obras e a impossibilidade de agrupá-las de acordo com determinadas características ou soluções projetuais, estas foram analisadas segundo as particularidades de cada obra, observando de maneira geral as possíveis ligações existentes entre os projetos sem comprometer a individualidade de cada um.

A estrutura da dissertação foi dividida em 4 capítulos:

O **capítulo 2** traz uma revisão da literatura referente a historiografia da arquitetura brasileira e pernambucana. O capítulo foi dividido em três partes, a primeira parte engloba a arquitetura brasileira no período entre 1970 a 1995, momento do início e o fim da ditadura, do milagre e da crise econômica, que desencadearam diversos processos na cidade e, conseqüentemente, na arquitetura. A segunda parte se refere ao período entre 1995 a 2015, sendo caracterizada por um contexto mais nítido política e economicamente, entendido por uma produção recente ligada ao desenvolvimento da cidade contemporânea e a revisão da arquitetura moderna. A terceira parte contém o panorama da arquitetura em Pernambuco no período anterior ao recorte temporal da pesquisa, entre 1950 e 1990, que engloba o início da consolidação do modernismo no estado e a sua provável fragmentação com a proximidade do período contemporâneo.

O **capítulo 3** apresenta um levantamento de dados referentes a Região Metropolitana do Recife a partir da década de 1980 até hoje, envolvendo temas relacionados ao contexto sociocultural, econômico e urbano, incluindo temas como a expansão urbana da região, a

legislação e a criminalidade.

O **capítulo 4** consiste na visão dos arquitetos sobre o contexto da RMR através de entrevistas. O capítulo foi dividido em três seções. Na primeira, sobre o arquiteto, é apresentada a visão dos arquitetos sobre a continuidade ou ruptura da Escola do Recife, as suas influências na época da graduação e atualmente. Na segunda seção, sobre a cidade, foi entendida o olhar deles sobre a relação com o mercado de trabalho, com a demanda da população e dos construtores e como lidam com as limitações impostas pelo mercado imobiliário e pela legislação atual. Por fim, na terceira seção, sobre a sociedade, foi compreendido como os arquitetos percebem as mudanças em relação ao contexto cultural, a demanda da sociedade e sua interferência na produção, as relações com os clientes e seu papel frente a sociedade.

No **capítulo 5** são apresentadas as obras que fazem parte do objeto de estudo e a análise destas. Os projetos selecionados foram divididos em três categorias e cada qual se refere a uma seção do capítulo. Na primeira seção está a análise dos edifícios multifamiliares dividida nos quatro temas já citados. Na segunda seção estão as residências unifamiliares com a análise divididas em quatro temas, também citados anteriormente. Na terceira seção do capítulo estão as obras com usos e tipos variados, dentre eles, institucionais, comerciais e serviços. Estas não foram divididas em temas, mas sim analisadas individualmente. Todas as obras possuem uma sucinta apresentação inserida nos apêndices do trabalho que contribuem para o entendimento das análises, sendo de interesse do leitor realizar uma breve leitura para melhor compreensão deste capítulo.

## **2 ARQUITETURA NO BRASIL E EM PERNAMBUCO**

O entendimento do estado da arte da arquitetura brasileira e pernambucana é fundamental para compreendermos os possíveis desdobramentos dessa produção no objeto de estudo dessa pesquisa, a arquitetura contemporânea em Pernambuco. Buscou-se montar um breve panorama da produção arquitetônica do país e do estado identificando as condicionantes externas que influenciaram direta ou indiretamente essas produções e como essa arquitetura se desenvolveu em meio a este contexto ao longo das décadas.

O capítulo foi dividido em três seções das quais as duas primeiras focam na arquitetura brasileira e a última, na arquitetura pernambucana. A produção brasileira foi dividida em dois momentos, o primeiro apresenta o período de 1970 até 1995, abarcando o pós-Brasília e a euforia da arquitetura moderna resultante da década de 1960 até a fase considerada como o pós-moderno brasileiro na primeira metade dos anos 1990. O segundo momento consiste no período entre 1995 até 2015, compreendendo a fase considerada como contemporânea que se inicia com o enfraquecimento do pós-moderno e o início de uma revisão e retomada do moderno até a produção arquitetônica recente. A terceira seção deste capítulo apresenta a produção pernambucana a partir da consolidação da arquitetura moderna no estado na década de 1950, até sua fragmentação na década de 1980, chegando até o recorte temporal da pesquisa.

### **2.1 Arquitetura brasileira: a revisão crítica (1970-1995)**

A arquitetura brasileira tornou-se mundialmente reconhecida a partir de meados da década de 1940 até meados da década de 1960, com Brasília e a obra de Oscar Niemeyer. Todo entusiasmo do modernismo parecia ter culminado na construção da nova capital. Ao mesmo tempo que poderia representar uma síntese de uma provável unidade da arquitetura moderna brasileira, Brasília também marcou a abertura de novos caminhos

[...] o fato de Brasília ter sido construída foi um alívio para todos os arquitetos que finalmente se livraram daquele pesadelo, daquela arquitetura moderna que vinha desde 36 até Brasília. (COSTA, 1979, p.16 apud BASTOS, 2003, p. 8)

Com a ditadura implantada em 1964, parece ter se interrompido o caminho glorioso imaginado por alguns arquitetos para a arquitetura brasileira. Na segunda metade de 1960 e ao longo dos anos 1970, enquanto alguns arquitetos eram cassados de seus postos acadêmicos, o país fechava-se em si mesmo, o debate e a crítica sobre a produção se tornavam quase inexistentes (BASTOS, 2007; FREIRE, 2013). Isto não significou que os arquitetos ficaram sem trabalho, pelo contrário, o boom do milagre econômico (1967-1973) demandou uma série de

novos edifícios encomendados pelo estado.

O país empreendeu um grande esforço de construção de infraestruturas. Uma produção de grandes projetos institucionais seguiu o caminho trilhado anteriormente pela arquitetura paulista: um moderno brutalista com grandes superfícies aparentes de concreto em edifícios públicos, fóruns, rodoviárias, campi universitários, estações de metrô, bancos e tantos outros edifícios voltados para o uso público.

A política do desenvolvimentismo foi realimentada pelo milagre econômico da década de 1970, resultando em um grande investimento na construção. Surgiram grandes demandas que exigiam respostas rápidas, gerando uma grande quantidade de obras que foram vistas com reservas pela crítica arquitetônica das décadas seguintes. Nos anos 1990, ao revisar esse período anterior, alguns estudiosos assumiam que a produção arquitetônica de qualidade havia sido interrompida com o golpe militar e o que se seguiu foram repetições de arquiteturas cujas fórmulas já estavam consagradas. Esse período ficou conhecido como crise pós-Brasília. Hugo Segawa definiu o período como um momento no qual “não importava o programa de uso [...] era moda (ou ditadura) das grandes estruturas de concreto [...]” e assumiu que boa parte dessa produção seria fruto de cópias das obras de mestres como Oscar Niemeyer ou Vilanova Artigas (SEGAWA, 1994, p. 191).

Além de possivelmente ter dificultado a existência de uma discussão crítica sobre a produção da época, a ditadura e o consequente fechamento do país para o exterior provavelmente resultaram na gradativa diminuição de publicações sobre arquitetura brasileira nas revistas internacionais. Ao contrário das décadas anteriores, meados de 1950 e 1960, o Brasil tornou-se parte periférica do ponto de vista do panorama arquitetônico internacional (LARA, 2001; COMAS, 1990). De certa forma, o fato de ser uma ditadura contribuiu para uma visão negativa da produção como um momento sem rumo, opinião que se consolidou no fim dos anos 1970 e que perdurou até recentemente.

Com os estudos mais recentes sobre o período, foi possível perceber que o milagre econômico proporcionou, de fato, uma fase frutífera para a produção arquitetônica do país, devido a quantidade e pluralidade de projetos desenvolvidos em todo Brasil com o incentivo da demanda estatal. A profissão prosperou, apesar da prática ser muito isolada da crítica e discussões do meio arquitetônico, a produção atingiu uma grande escala e variedade de programas, principalmente com projetos de edifícios governamentais e obras voltadas para a infraestrutura das cidades, sendo ampliada tanto geograficamente como programaticamente. Zein (2001, p.19) afirma que críticas podem e devem ser feitas a esse período, mas não se pode negar a ajuda a consolidar a maturidade profissional do arquiteto brasileiro.

Fazendo um balanço hoje da arquitetura que sucedeu Brasília é possível perceber como

o período foi de fato muito rico. Apesar do debate sobre a “autenticidade” dessa produção, o que resultou o não reconhecimento de seu valor por parte de alguns críticos, obras de José Galbinski [1][2], Glauco Campello e outros arquitetos que projetaram edifícios nesse período, principalmente para fins institucionais, são bons exemplos de um período que está sendo estudado e revalorizado nos últimos anos. Obras desse período de 1970 de figuras como João Filgueiras Lima, Oscar Niemeyer, Paulo Mendes da Rocha e Lina Bo Bardi também passaram a ser reconhecidos pela crítica. Segundo Zein é uma arquitetura que necessita ser reconhecida

Dizia-se que não se havia feito nada, e encontrávamos material em excesso, obrigando a uma seleção, inicialmente quantitativa; dizia-se que não se escrevera nada, e encontrávamos muitos textos; dizia-se que o golpe de 1964 interrompera um processo, e descobrimos que o governo militar pôs em prática (claro que a seu modo parcialmente distorcido) muitas ideias que compareciam nos relatórios dos congressos de arquitetos [...] (ZEIN, 2001, p. 22)

**Figura 1** - Biblioteca da UFPB (1978-1981), José Galbinski e Armando de Carvalho.



Fonte: SANTOS, 2013, p.10.

**Figura 2** - Restaurante Universitário da UnB (1975), José Galbinski.



Fonte: Bianca Fernandes.

A década de 1970 foi marcada por mudanças profundas nas cidades, que passaram por um processo de verticalização nos centros metropolitanos e receberam investimentos em obras de infraestrutura. Houve um crescente número de obras com uma grande variedade de tipos e usos, que resultaram em diversas experimentações. Embora existam casos com arquiteturas de boa qualidade, a grande produção não tinha qualidade arquitetônica. O acelerado desenvolvimento das cidades resultou numa produção que buscava rápidos resultados para atender a esse crescimento. O setor mais afetado pela perda de qualidade foi a arquitetura habitacional, já que o mercado imobiliário produzia edifícios visando um maior lucro com menor custo e qualidade de materiais e técnicas. Levando em consideração o panorama da arquitetura nos anos 1970 como um todo, Bastos e Zein afirmam que

os anos de 1965-1970 são de profundas contradições e tensões. O discurso progressistas de boa parte dos arquitetos é anulado pela convivência forçada com a política repressora da ditadura militar. Ao mesmo tempo, a profissão prospera e se desenvolve, atendendo a um grau cada vez maior de solicitações, programas, oportunidades, tanto governamentais quanto privadas – com o tempo, estas se ampliando e aquelas decrescendo em intensidade. (BASTOS; ZEIN, 2010, p.109)

A produção mais vinculada a arquitetura paulista se consolidou de fato nos anos 1970,

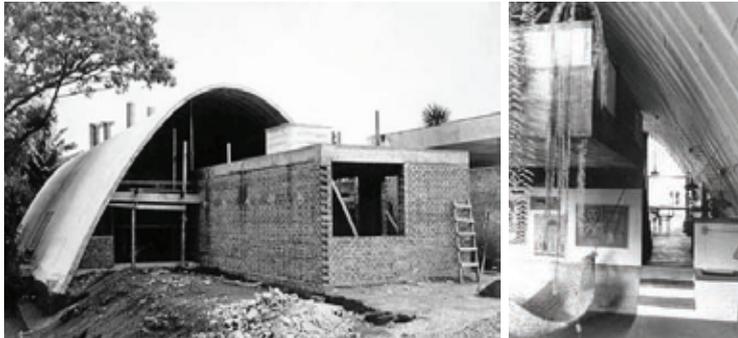
estendendo-se a diversas partes do país. Era uma arquitetura que não se rendia a forma puramente, mas possuía uma plasticidade resultante da estrutura e das técnicas aplicadas no projeto. As principais características dessa produção eram um rompimento com alguns preceitos da arquitetura carioca, como a leveza e transparência, pois buscavam expressar-se por meio dos elementos construtivos. Os edifícios se impunham no contexto com a suas características marcantes de monumentalidade através da exploração plástica do concreto armado. Personalidades se desenvolveram nessa linha de pensamento, porém com resultados bem diferenciados. Dentre eles, Paulo Mendes da Rocha e suas casas manifesto datadas desde da década de 1960 [3] e o grupo Arquitetura Nova formado por Sergio Ferro, Rodrigo Lefevre e Flavio Império [4], que buscavam um melhor desempenho na construção e um barateamento na obra (ZEIN, 2001, p. 37-38).

**Figura 3** - Casa Butantã (1964), Paulo Mendes da Rocha.



Fonte: Nelson Kon.

**Figura 4** - Residência Pery Campos (1970), Rodrigo Lefèvre e Nestor Goulart.



Fonte: ROCHA, 2002; ROCHA, 2006.

A arquitetura produzida nesse período foi marcada por um maior pragmatismo e pelo investimento no desenvolvimento em diversas regiões do país. O principal intuito era a melhoria da infraestrutura em todas as partes do Brasil, ao mesmo tempo que representavam a face do governo ditatorial. Ainda hoje essas obras são pouco estudadas, apesar de recentemente estarem sendo revalorizadas pela historiografia e começarem a ser reavaliadas enquanto patrimônio. Estudos como o de Ruth Verde Zein (2005; 2013) buscam formar um olhar mais aprofundado e um reconhecimento das obras brutalistas, que muitas vezes possuem críticas tendenciosas ou limitadas. Dentre os edifícios construídos nesse período, existiu uma grande pluralidade de tipos, que variavam entre universidades, fóruns, terminais rodoviários, estações de metro, aeroportos, edifícios de uso de repartições públicas, edifícios de escritórios, centros culturais, hotéis e habitação social por parte do Banco Nacional de Habitação (BNH).

Criado em 1964 com a ditadura militar, o Banco Nacional de Habitação (BNH) possuía como principal intuito o financiamento e viabilização da habitação no Brasil. De início, a ideia era focar na habitação para as classes mais baixas, porém essa missão foi gradualmente transformada a medida em que mais de 70% das habitações financiadas pelo BNH foram para as classes média e alta (ANITELLI, 2011, p. 68). Um dos principais motivos para esta

reorientação para as classes mais altas foi o retorno financeiro, pois o BNH apenas financiava as moradias enquanto que os agentes do mercado imobiliário as produziam. Estes últimos estavam interessados no público que pudesse pagar pelo produto que eles ofereciam, assim viabilizavam o funcionamento do sistema de financiamento. Não precisando se preocupar com a viabilização financeira, o foco do setor imobiliário era o atendimento as exigências do BNH, o que resultou em uma padronização visando a economia na produção e o enquadramento no orçamento disponibilizado pelo Banco. O arquiteto passou a ser apenas mais um ator nesse processo, não mais o que coordenava o projeto, já que esse papel foi assumido pelas construtoras e agentes do mercado imobiliário. Boa parte das construtoras possuíam seus próprios arquitetos, pois estes estariam condicionados a seus modos de projetar, ao contrário de um escritório terceirizado. A partir da produção habitacional do BNH, os apartamentos passaram a ser tratados como mercadoria, gerando uma grande monotonia na arquitetura para agilizar o processo de produção. Dessa maneira, a diferenciação dos habitacionais se dava pela área comum dos condomínios, onde acrescentavam-se piscinas, playgrounds e outros itens de lazer como forma de atrair o comprador. Esse foi um dos fatores que influenciaram a inversão do espaço público e privado, pois as atividades de lazer começaram a ser feitas dentro dos muros dos condomínios, não mais nas ruas. No período de sua existência, entre 1964 a 1986, e principalmente durante os anos do milagre econômico entre 1968 a 1973, o BNH liderou o sistema de produção da construção civil no Brasil, no qual o incorporador ou a construtora passaram a ser a marca do produto, o edifício habitacional (ANITELLI, 2011, p. 68).

O fim dos anos 1970 correspondeu ao início da abertura política e ao fim do milagre econômico. No meio arquitetônico desaparecia a demanda estatal, o principal cliente dos arquitetos, responsável pelas principais obras do modernismo brasileiro. No meio acadêmico, com o processo de ampliação das vagas nas universidades promovido pelo regime, houve um aumento no número de escolas de arquitetura no país. Em 1966 eram 12, em apenas 8 anos, em 1974, passaram a ser 28 (SALVATORI, 2008, p.57). Esse número continuou a crescer na década de 1980, caracterizando um momento de crise no ensino devido a essa rápida expansão. Esse processo resultou em uma gradativa desproporção entre a quantidade de alunos e professores, além da não existência de uma renovação das metodologias para acompanhar essa expansão (SANTOS JUNIOR, 2013; MOREIRA, 2011).

Com a chegada dos anos 1980 e o fim da repressão do regime militar, houve a necessidade de se discutir os caminhos que a arquitetura poderia tomar e como seria superada a chamada crise pós-Brasília. Era impossível recusar os resultados negativos do modelo urbanístico que gerou Brasília, quando aplicado em outros lugares. O Brasil se encontrava em

uma crise econômica e política, a arquitetura produzida até então não parecia mais adequada ao contexto arquitetônico da época. Foi um período marcado pela conscientização dos arquitetos da necessidade de revisar e refletir sobre o pensamento moderno, além de uma possível crise no fazer e pensar arquitetônico (COMAS, 1990). Ainda sobre esse período, Bastos e Zein afirmam que

o esvaziamento de algumas das pautas da modernidade provocou um ambiente onde se contrapunham a sensação de perda de rumos e a necessidade de maior reflexão com vistas a traçar novos caminhos, que sendo de crise e ruptura, foram também de continuidade. (BASTOS; ZEIN, 2010, p. 239)

A arquitetura moderna, particularmente aquela das décadas de 1960 e 1970, passou a ser considerada excessivamente repetitiva e monumental pelos jovens arquitetos. Na primeira metade de 1980, se seguiu um período de revisão, uma busca por novos rumos no qual o modernismo foi o foco das críticas.

Nesse processo, a crítica arquitetônica voltava aos poucos a ganhar força com a criação e consolidação de novas revistas especializadas em arquitetura, como a Projeto (1977), a Pampulha (1979) e a AU – Arquitetura e Urbanismo (1985), abrindo um novo caminho para o debate arquitetônico que havia estagnado na década anterior. Essas publicações passam a ter um papel importante nesse período trazendo a possibilidade de uma discussão da produção moderna anterior, pois cada uma tinha uma visão diferente da arquitetura brasileira. Nesse momento dos anos 1980 surgiu uma necessidade de revisar o que estava sendo produzido, não com o sentido de recusar o passado, mas de se libertar e seguir novos caminhos com o aprendizado resultante do auge da Arquitetura Moderna Brasileira. O livro *Arquitetura moderna brasileira* (1982) de Marlene Acayaba e Sylvia Fischer veio oferecer um panorama da arquitetura produzida em todo o país nesse período. As obras levantadas no livro mostraram uma ampla diversidade em todo país, além de reafirmar a necessidade de debate próximo e de revisão do moderno. (BASTOS, 2003, p. 63)

Os anos 1980 foram marcados por esse debate em torno da produção arquitetônica moderna que já se via necessário no fim da década anterior. Os preceitos da arquitetura moderna não mais se adequavam a esse período revisionista, no qual existia uma necessidade de novos caminhos. Segundo Comas:

[...] a reação não se limitou a criticar [...] evidenciou a problematidade intrínseca – enquanto norma – do zoneamento monofuncional e da coleção de esculturas e armários gigantescos dispostos aleatoriamente sobre superquadras verdes indivisas. Pôs em xeque conceitos mesmos de conjunto habitacional, centro administrativo, centro de negócios, cidade universitária, distrito industrial. (COMAS, 1990)

Porém, a produção e revisão que se desenvolvia nesse período não renegava por inteiro

os preceitos modernos, como afirma Segawa (1998, p.198) “uma reavaliação da arquitetura segundo a ótica pós-moderna, todavia, não significou a implantação de uma arquitetura pós-moderna [...] A atual contestação à arquitetura moderna brasileira atinge os mitos não os princípios”.

Sendo assim, podemos entender que essa revisão do moderno foi marcada por três principais tendências. Em primeiro lugar, uma posição frontalmente crítica do moderno, numa manifestação relativamente tardia daquilo que se convencionou chamar de pós-moderno na cena internacional. Em segundo lugar, um debate sobre a urbanidade, com a introdução das discussões em torno do desenho urbano, uma revisão do modelo de Brasília e uma oposição a esta forma de projetar cidades funcionais. Por fim, em terceiro, uma produção que buscava interligar a tradição e a releitura de preceitos modernos, com foco nas técnicas e materiais da região, tendo maior protagonismo no Norte do país.

A primeira tendência se caracterizou pela crítica ao moderno, seguindo uma linha ligada ao que pode-se entender como pós-moderno. Essa tendência teve uma maior expressão em Minas Gerais, onde um grupo de arquitetos passou a utilizar seus projetos como uma forma de criticar o modernismo, buscando uma maior proximidade com a cultura popular. Os principais nomes desse grupo eram Éolo Maia, Maria Josefina de Vasconcellos e Sylvio Podestá [5][6] [7]. As influências desses arquitetos vinham de diversas fontes com o intuito de não se alinhar a apenas um pensamento específico, buscando ser contrários ao que eles acreditavam ter acontecido na arquitetura moderna. O grupo procurava expandir ao máximo as origens de suas ideias, porém existia uma grande ênfase na cultura popular. Maria Alice Bastos afirma que eles buscavam

[...] um popular ainda não “corrompido” pela televisão e que, embora subsídio para um traço erudito, abstrato, era encarado como forma de esforço social quando utilizado nos edifícios públicos. Ao contrario, o pop dos arquitetos mineiros busca justamente satisfazer um gosto impuro, que aspira ao luxo e ao supérfluo (BASTOS, 2003, p. 193)

**Figura 5** - Museu de Mineralogia (1984-1992), Éolo Maia e Sylvio de Vasconcellos.



**Figura 6** - Condomínio Officenter (1989), Éolo Maia e João Vasconcellos.



**Figura 7** - Empresarial Raja Gabaglia (1989-93), Éolo Maia e João Vasconcellos.



Fonte: SANTA CECILIA, 2009.

Apesar de existirem arquitetos que tentavam se aprofundar no debate do pós-moderno, como era o caso dos mineiros, a arquitetura brasileira de uma forma geral não acompanhou o debate do pós-moderno internacional e a revisão do paradigmas do modernismo ortodoxo dos anos 1970. Boa parte da arquitetura produzida nos anos 1980, principalmente aquela voltada para o mercado, assimilou a imagem do pós-moderno internacional sem um aprofundamento nos conceitos do debate. Essa absorção das formas e não dos conceitos gerou uma produção que se dizia pós-moderna por se assemelhar imagetivamente a produção internacional que era vista em revistas. Por todo o país começaram a surgir arquiteturas que assumiam o pós-moderno como pastiche, colocando frontões e detalhes historicistas em edificações. Ocorreu uma tentativa de romper com tudo que havia sido produzido pelo modernismo. Apesar do esforço dos mineiros, o pós-moderno foi importado em um contexto totalmente diferente do seu original, sem uma ligação com o meio local, já que o meio arquitetônico brasileiro não acompanhou o desenvolvimento do pensamento e discussão do pós-moderno internacional (BASTOS, 2003, p.179).

A segunda tendência se caracterizou pela a crítica ao modelo de Brasília, buscando trazer um novo olhar sobre a cidade através de uma ligação maior com o contexto urbano e social existente. Na década de 1980, principalmente na segunda metade, a oposição ao modelo de Brasília e as críticas a seus princípios buscaram resgatar a relação da arquitetura com o contexto no qual se inseria. Segundo Maria Alice Junqueira Bastos (2003, p.121) essas “novas teorias alimentando o pensamento arquitetônico nacional na década de 1980”<sup>3</sup> propunham um debate maior sobre a cidade, que era um pano de fundo para o desenvolvimento e inserção da arquitetura.

A questão da cidade parece estar no cerne de todos os caminhos de reavaliação e crítica da arquitetura moderna que se tornaram visíveis no início da década de 1980. Nessa década, quase sem solução de continuidade, Brasília passou da situação de modelo urbano, em que boa parte da produção dos anos de 1970 ainda se inspirou, para o consenso de representar uma proposta já superada. (BASTOS, 2003, p. 121)

Na década de 1980, surgiu um debate sobre a questão urbanística com um novo olhar sobre o modo de intervir em novas e antigas cidades, como afirma Segawa (1998, p.185) “não mais a renovação urbana à base do *Bulldozer*, mas a preservação e a reciclagem dos espaços existentes sem a fragmentação do tecido social”. Foi nesse período que se introduziu o conceito de *desenho urbano*, resultante do pensamento que permeava a época: uma necessidade de maior ligação com a cidade, o contexto e o homem, tentando preencher a lacuna deixada, pelo pensamento moderno, entre a arquitetura e o urbanismo. Um marco

---

<sup>3</sup> Título do 1º capítulo da terceira parte do livro *Pós-Brasília: Rumos da arquitetura brasileira* (BASTOS, 2003, p.121)

para o desenvolvimento desse pensamento foi a série de Seminários de Desenho Urbano<sup>4</sup> e posteriormente o lançamento do livro de Vicente Del Rio<sup>5</sup>, em 1990, que consolida o termo desenho urbano introduzindo-o no processo de planejamento da cidade. Nas palavras de Hugo Segawa pode-se entender que o desenho urbano

[...] sai em busca de uma relação entre as implicações do espaço concreto (a forma urbana) sobre as práticas e referências sociais. Essa postura conduz a outras formulações para o espaço urbano, ao nível do cotidiano do habitar a cidade e o respeito aos valores dos cidadãos e dos grupos sociais. (SEGAWA, 1988, p.47)

A arquitetura que se produziu instigada por este pensamento buscava um comprometimento com a realidade e um maior diálogo com o entorno. Porém, não tinha como intuito renegar por completo o passado moderno, mas se libertar de algumas ideias preconcebidas. A tentativa era de usar o legado moderno para trabalhar com questões como a valorização da cidade no projeto arquitetônico, procurando inserir obra no contexto da cidade sem renegar seu entorno.

Algumas obras representam bem essa tendência, como o projeto do Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal da Bradesco (CENTAP) [8] no Rio de Janeiro. O entorno caótico e desigual não foi relevado, ao contrário, foi o que impulsionou a proposta. Luiz Paulo Conde, arquiteto que encabeçava a equipe desse projeto, assumiu uma postura de não pensar o edifício isolado de seu contexto e das construções vizinhas (BASTOS, 2003, p.166). O projeto trouxe uma hierarquização dos espaços, que é oposta ao pensamento moderno de espaços sem distinção, e utilizou os materiais para enfatizar essa qualificação espacial, além do uso intensivo da cor, elemento que o arquiteto traz da cultura popular brasileira. Também foram utilizados elementos da arquitetura protoracionalista ou protomodernista, fruto das pesquisas do próprio autor.

Outro projeto importante nesse momento de discussão e revisão do moderno, foi o SESC Nova Iguaçu de Bruno Padovano e Heitor Viglicca [9]. O projeto foi resultado de um concurso que pioneiramente apontava para uma produção mais contextualizada com o entorno e com a cultura popular, renegando uma arquitetura na qual dominavam o concreto e as grandes estruturas. O SESC trouxe um equilíbrio entre influências da arquitetura clássica, como a utilização da simetria, proporção, com o funcionalismo, utilizado de maneira a adequar a proposta a um contexto contemporâneo assimétrico e descontínuo. A proximidade com a cultura popular se deu através, principalmente, da utilização de telhados de duas águas, das treliças de madeira e tijolos aparentes. Os arquitetos conseguiram produzir uma proposta que

---

<sup>4</sup> Os seminários (SEDUR) aconteceram em 1983, 1985, 1988, 1991.

<sup>5</sup> Livro lançado com o título de *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*, em São Paulo pela editora Pini, no ano de 1990.

representa o momento cultural em que foi elaborado, como afirma Paulo Casé (BASTOS, 2003, p.198). No âmbito da restauração de edifícios antigos, experiências significativas foram feitas por Lina Bo Bardi, que se dizia preocupada com o “restauro vivo”, uma forma de intervenção que integrava a construção histórica ao modo de vida contemporâneo (BASTOS; ZEIN, 2010, p.335). A arquiteta chegou a participar do plano geral de recuperação do centro histórico de Salvador, apesar dos resultados não terem sido bem sucedidos a longo prazo.

**Figura 8** - CENTAP (1982-1985), Luiz Paulo Conde e equipe.



Fonte: BASTOS, 2003, p.164.

**Figura 9** - SESC Nova Iguaçu (1985-1992), Hector Vigliecca e Bruno Padovano.



Fonte: www.vigliecca.com.br Acesso em mai. 2014.

Nesta mesma linha de valorização da cidade e sua história, surgiram projetos de revitalização de sítios históricos, como o Corredor Cultural no Rio de Janeiro e projetos de revitalização em São Luís, Salvador e Recife<sup>6</sup>. Também houveram os projetos para novas cidades, como Caraíba, de Joaquim Guedes, e Nova Itá, projetado pela equipe técnica da Eletrosul. Esses projetos seguiam um pensamento urbano mais voltado para a escala humana, com referências a região, ao contexto e aos costumes da população. Sobre essas experiências, Hugo Segawa (1988, p.48) afirma que os “arquitetos buscam nas malhas das cidades antigas e tradicionais as relações urbanas e humanas perdidas entre as distancias quase-rodoviárias e os “vazios” que povoam os interstícios dos espaços de urbanismo dito ‘moderno’”.

Por fim, a terceira tendência se caracterizou por uma produção de arquitetura baseada na preocupação com as especificidades locais, se adequando as necessidades climáticas, de materiais e técnicas, mas sendo ainda influenciada por preceitos modernos. Essa produção feita fora do eixo Rio-São Paulo, por vezes denominada como parte de um regionalismo ou um empirismo, era mais do que uma questão estilística. Resultava das necessidades do contexto, no qual materiais tradicionais mostravam-se mais adequados ao clima e a falta de mão de obra especializada local. Surgiam, assim, com alternativas de materiais e técnicas mais apropriadas e conhecidas no meio local, tendo uma maior aceitação do que o concreto. A cultura local era um ponto importante de influência para a produção, já que havia um comprometimento com

<sup>6</sup> Estes projetos contaram com ritmos de implementação e graus de sucesso bem diferenciados

a realidade do lugar, possibilitando um coerente resultado arquitetônico.

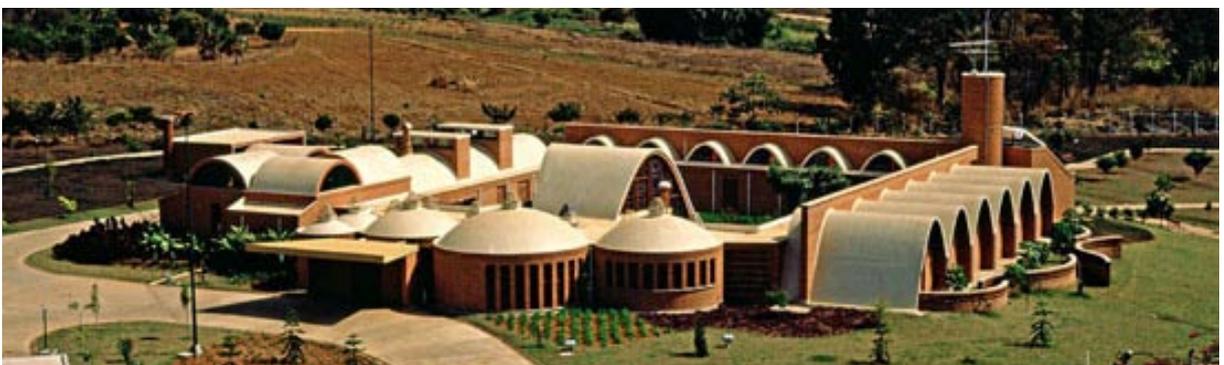
O livro *Arquiteturas no Brasil / Anos 80* (1988) organizado por Hugo Segawa, desvendou uma variedade enorme na produção brasileira abrangendo todas as regiões do país. No Norte e no Nordeste, técnicas e materiais locais são integrados aos saberes modernos, resultando em interessantes contribuições. Exemplos desse pensamento são as obras de Severiano Porto do Campus da Universidade do Amazonas e do Centro de Proteção Ambiental da Usina Hidrelétrica de Balbina (1983-1988) [10], ambos em Manaus; e as obras de Milton Monte e João Castro Filho no Pará. Mesmo no eixo Rio-São Paulo existiam projetos nos quais se observava uma proximidade com esse empirismo, onde não existiam preconceitos quanto aos materiais ou técnicas construtivas, caso de James Lawrence Viana no Rio de Janeiro e Joan Villa em São Paulo. O último coordenava um laboratório na USP que fazia experiências com tijolo, utilizando-o como um material "alternativo" ao concreto. Outra obra em São Paulo que representa bem esse empirismo é a residência dos Padres Claretianos (1982-1984) [11] de Affonso Risi e José Mário Nogueira na cidade de Batatais - SP. É possível perceber que nessa obra existiu a preocupação dos arquitetos em utilizar o tijolo como material mais próximo da realidade do local e dos trabalhadores (BASTOS, 2003, p. 147).

**Figura 10** - Centro de Proteção da Hidrelétrica de Balbina (1983-1988), Severiano Porto.



Fonte: Projeto, n. 125, set. 1989.

**Figura 11** - Residência dos Padres Claretianos (1982-1984), Affonso Risi e José Mário Nogueira.



Fonte: archdaily.com.br. Acesso em jan. 2015.

O período entre os anos 1980 e 1990 é considerado por muitos críticos como uma fase sem rumo e sem resultados, Marcelo Suzuki descreve que

[...] além de desarticulado, no início dos anos 90, houve uma dispersão nos anos 80 e é claro que uma coisa é indutora da outra. Hoje podemos afirmar: infelizmente, não houve rearticulação! [...] O que mais transparecia é que havia necessidade de se atualizar para se estar na moda, apesar de que Arquitetura não é questão de modismo. [...] Procura-se desesperadamente um "ismo"! (SUZUKI, 2008).

Outros autores, entretanto, conseguem ver os resultados positivos da produção desse período. Bastos e Zein (2010, p. 289) definem como anos que "começam perigosos e terminaram oportunos, mas foram muitos ricos e férteis em debates que seguem alimentando as questões arquitetônicas do começo do século XXI". Entretanto, segundo Bastos (BASTOS, 2003, p. 253) "fica patente [...] a ideia de um despreparo teórico para superar a crise da arquitetura moderna brasileira. Na década de 1980, persiste a ideia de que a arquitetura carece de um corpo teórico consistente, que substitua a falência dos princípios da arquitetura moderna".

A produção de alguns arquitetos modernos passou a ser foco de uma revalorização, já que estes atravessaram incólumes por esse período de revisão, tornando-se referências para os jovens atuantes na década de 1990. A obra de Lina Bo Bardi começou a ganhar maior repercussão nacional como um novo caminho aberto pelo SESC-Pompéia (1977). Outros arquitetos passaram a ser foco de estudos a partir desse período, como Paulo Mendes da Rocha e João Filgueiras Lima (Lelé) . Dentre as obras importantes deste último, pode-se citar a rede Sarah de hospitais (1991-2009) e o trabalho com os pré-moldados em concreto e metal, além da preocupação com o conforto térmico. Na obra de Paulo Mendes da Rocha, se destacou o Museu de Esculturas em São Paulo (1987-1992), que marcou o início de um período mais atuante em sua trajetória profissional.

Também nessa década ressurgiu um grande interesse pela obra de Oscar Niemeyer, que ganha prêmios como *Pritzker* em 1988, além de outros arquitetos que tem suas obras em exposições e publicações, dentre eles Vilanova Artigas, Lelé, Lina Bo Bardi, Paulo Mendes da Rocha, Sérgio Bernardes (PROJETO DESIGN, 1990). Porém esse reconhecimento não representa necessariamente a volta do Brasil ao contexto internacional como nas décadas de 1950 e 1960, mas representa sim uma maior visibilidade da produção do país que se manteve calada e apagada no contexto dos outros países durante todo período pós-Brasília de regime militar. (LARA, 2001; COMAS, 1990)

Algumas tendências ainda se prolongaram até a primeira metade da década de 1990, com resquícios de uma mentalidade pós-moderna assim como uma reavaliação do episódio moderno, buscando uma releitura para ajustá-lo a realidade contemporânea. Nesse período duas obras surgiram como exemplos do equilíbrio entre o passado moderno e as circunstâncias contemporâneas, sendo uma reafirmação de arquitetos já consolidados. O Museu de Arte Contemporânea (1996) em Niterói, projeto de Oscar Niemeyer, conseguiu se inserir na paisagem

da baía de Guanabara de maneira marcante, com um volume que enquadra a paisagem, além de reafirmá-la. O outro projeto, já citado anteriormente, é o Museu de Esculturas (1987-1992) em São Paulo de Paulo Mendes da Rocha, obra que se insere no contexto urbano de maneira sutil para reinventar o lugar onde foi implantado.

Esse breve panorama traçado dos anos 1970 a 1995 revela um período marcado por dois momentos importantes na arquitetura brasileira. Na década de 1970, a ênfase na arquitetura brutalista resultante do milagre econômico e dos incentivos estatais gerados pela ditadura. Na década de 1980, a consciência de uma possível crise no fazer arquitetônico, que começa a ser sentida com o fim do milagre e a abertura política. Ao longo dessas décadas ocorreram discussões sobre a continuidade ou descontinuidade do moderno, por meio de tentativas de um pós-moderno, do regionalismo e do empirismo, que atestam a diversidade da produção nacional. Todos esses temas são essenciais para o entendimento do período que se segue na arquitetura brasileira a partir de 1995, assim como para o entendimento do panorama pernambucano anterior a 1995 que serão vistos nesse capítulo.

## **2.2 Arquitetura contemporânea brasileira: a retomada do moderno (1995-2015)**

O período que se inaugura a partir de meados da década de 1990 foi marcado por uma retomada e uma revisão da arquitetura moderna das décadas anteriores. Se a década de 1980 foi marcada pela luta pela redemocratização do país e pela instabilidade política e econômica, a partir de meados da década de 1990, iniciou-se um período de estabilidade e crescimento contínuo que marcaram as duas décadas seguintes. O período entre 1995 e 2015 pode ser considerado um momento de muitas revisões, críticas e estudos, com uma produção ainda recente. O intuito dessa seção é entender o contexto como um todo, no qual existem influências diversas, não em linha cronológica, mas em temas que se destacam e se desenvolvem paralelamente. Dentre os temas estão a verticalização das cidades, o crescimento acelerado das metrópoles, a globalização, as novas tecnologias construtivas, a sustentabilidade, mudanças no ensino, e principalmente, a revisão do moderno com uma visão mais madura e aprofundada tanto no campo teórico como no projetual.

A década de 1980 havia sido marcada por um pensamento pós-moderno que chegou ainda com alguma força no início da década seguinte. Porém, no início dos anos 1990, já percebia-se uma retomada do modernismo, pensamento que vinha se fortalecendo sob um novo olhar. A ideia de um caminho único para a arquitetura nacional, pensamento forte nos anos 1970, se diluía em meio a diversidade da produção que vinha se fortalecendo desde os anos 1980. A necessidade da definição de uma nova identidade única, que substituiria a identidade representada pela arquitetura moderna nas décadas de 1930 a 1970, parecia não

fazer falta nos debates do meio arquitetônico nos anos 1990 (BASTOS; ZEIN, 2010, p.394).

Na primeira metade de 1990, já se sentia o enfraquecimento do pós-moderno, que “atuou muito mais como uma correção de rota ou, um alerta que veio muito mais enriquecer a tradição moderna do que para eliminá-la” (MOREIRA, 2011, p. 02). A produção arquitetônica se voltou para uma releitura do moderno, com preocupações mais ligadas a coerência construtiva, a adequação ao clima, as novas tecnologias e materiais e ao contexto urbano.

A produção contemporânea de qualidade revela maior liberdade na definição de materiais e formas, revê da tradição moderna mundial na sua percepção ampliada e parece mais diretamente afetada ou constrangida por cada solicitação: caráter do programa, especificidades do local, exploração de materiais [...] (BASTOS; ZEIN, 2010, p. 380)

Pode-se dizer que a releitura do moderno com uma maior atenção a realidade econômica, social, construtiva e climática teve maior influência da experiência de Lucio Costa do que de Oscar Niemeyer (SERAPIÃO, 2001). Foi um moderno mais contextualizado. Maria Alice Junqueira Bastos acredita que nesse processo de retomada do moderno ocorreu uma revalorização de episódios “[...] que haviam sido menosprezados pela história oficial por terem sido marginais aos discursos crítico-ideológicos dominantes, levando a uma tendência de revisão histórica. Ligada a esta noção, há uma valorização da diversidade.” (BASTOS, 2003, p.255)

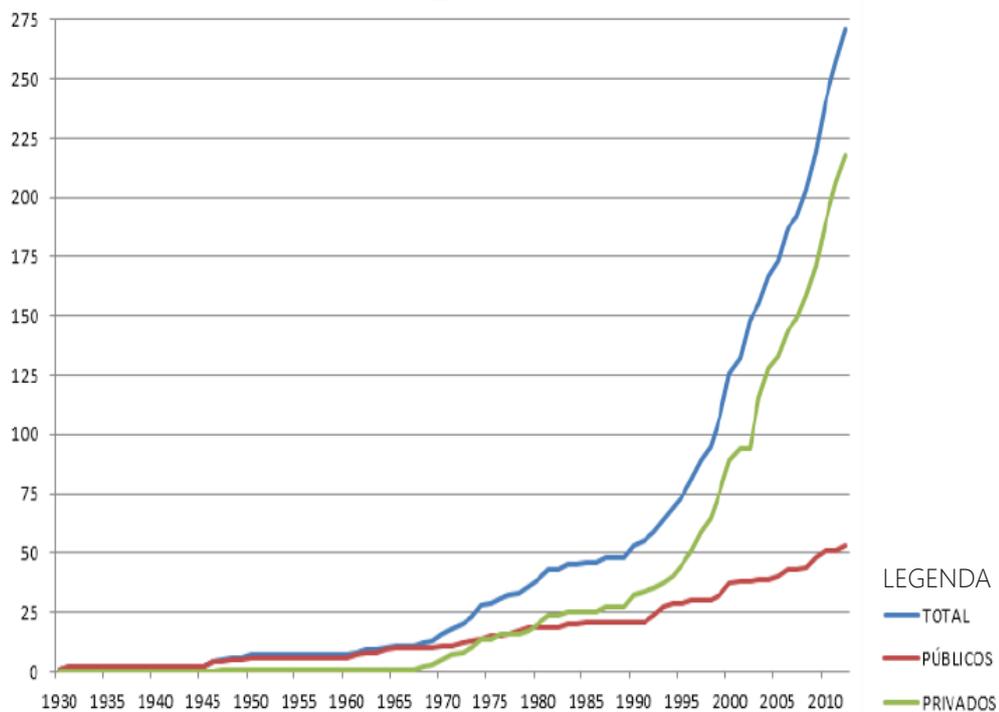
Na produção que se seguiu, principalmente a partir de 1995, existe um consenso entre muitos autores sobre a revisão moderna. Bastos e Zein (2010, p. 380) defendem que “dois mestres modernos lideraram esse caminho na arquitetura contemporânea brasileira, fazendo uso do repertório moderno para criar uma arquitetura de convívio com a cidade real: precursoramente Lina Bo Bardi [...] e, posteriormente, Paulo Mendes da Rocha [...]. Passados trinta e vinte anos, essas sendas continuam sendo percorridas.” Bruno Padovano (2001, p. 01) sedimenta esta linha de pensamento, ao apontar para o “[...] reaparecimento de linguagens projetuais fortemente comprometidas com uma retomada do racionalismo, a base conceitual do Movimento Moderno, com tendências minimalistas.” Essa revisão assume alguns aspectos do modernismo assim como descarta outros, evitando uma cristalização do moderno. (CAVALCANTI; LAGO, 2005)

Em meio a esse debate, ocorreu o reconhecimento de que a Arquitetura Moderna Brasileira não foi feita por apenas seletos indivíduos, mas por um grupo muito mais diverso. Essa arquitetura atingiu grande parte do país em poucas décadas, contribuindo para sua continuidade através de uma reformulação de seus princípios. Nesse processo são reavaliadas obras de arquitetos que se destacaram por uma produção voltada para a industrialização, como é o caso de João Filgueiras Lima (Lelé) e sua utilização de pré-moldados, ou pelo minimalismo

de moldes modernos, como Paulo Mendes da Rocha e a apropriação do tema da cultura popular com Lina Bo Bardi.

Outro desafio a ser enfrentado pela profissão surgiu no campo do ensino. A partir de meados de 1990, houve um aumento significativo do número de escolas de arquitetura. Além desse interesse no campo, ocorreram mudanças no ensino superior que contribuíram para essa expansão das escolas de arquitetura, caso do decreto de 1997<sup>7</sup> que possibilitou a aferição do lucro por parte das instituições de ensino superior. No final da década de 1980, existiam em torno de 60 cursos de arquitetura no país, em 2001 esse número ultrapassou 120, hoje esse número chega a 380<sup>8</sup> [12]. No início de 1990, ocorreu uma revisão do ensino nas escolas de arquitetura, que já haviam perdido qualidade desde meados de 1970 devido ao acelerado crescimento da quantidade de cursos. Foram implantadas modificações curriculares para adequar os cursos as *Diretrizes Curriculares e Conteúdos Mínimos* de 1994, sendo uma importante mudança a obrigatoriedade da realização de Trabalho Final de Graduação – TFG (SANTOS JUNIOR, 2013). Nesse período, com caminhos diversos e com enorme expansão das escolas, tornou-se um desafio passar o conhecimento da arquitetura para formar profissionais capazes de dominar a complexa gama de conhecimentos associada ao ato de projetar.

**Figura 12** - Crescimento da quantidade de cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil.



Fonte: MARAGNO, 2012.

<sup>7</sup> O Decreto de 1997 permitia que as instituições de ensino superior pudessem escolher assumir natureza civil ou comercial, podendo, no segundo, caso ser identificada como entidade comercial com fins lucrativos.

<sup>8</sup> Segundo dados levantados em março de 2013 pela Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura (Abea). Em dezembro de 2014, segundo dados do CAU/BR, eram 374 cursos.

Na década de 1990 começaram a se estruturar os cursos de pós-graduação pelo país, contribuindo fortemente para o ensino na graduação. Se nos anos 1970 e 1980 o foco da pós-graduação estava dirigido para o planejamento urbano e regional, na segunda metade dos anos 1990, a ênfase residiu nos estudos sobre arquitetura. Consolidou-se uma tradição de estudos de história da arquitetura, geralmente, com forte foco no período moderno. Monografias, dissertações e teses sobre os arquitetos modernos brasileiros foram cruciais para complementar o entendimento do período moderno. Algumas revistas acadêmicas, como a *Vitruvius*, passaram a se destacar como alternativas para reflexões mais sofisticadas que não encontravam mais muito espaço nas revistas de arquitetura voltadas para o mercado. A partir do início de 1990 a revista *AU* também passa a publicar artigos registrando trajetórias de arquitetos modernos na seção Documento.

Dessa maneira, o debate sobre a retomada do moderno ganhava novos ares a partir de 1990, apoiado pelo reconhecimento e aprofundamento dos estudos sobre o tema, com uma grande quantidade de publicações sobre os ícones da arquitetura moderna brasileira. Além dos trabalhos acadêmicos ou derivados deles, surgem também diversos livros sobre o tema como *Registro de uma vivência*, de Lucio Costa (1995), *Arquitetura Moderna no Brasil* de Henrique Mindlin<sup>9</sup>; *Arquiteturas no Brasil 1900–1990*, de Hugo Segawa (1994), além de monografias publicadas pela editora portuguesa Blau sobre Lina Bo Bardi (1993), Vilanova Artigas, Afonso Reidy e João Filgueiras Lima (Lelé) e uma coleção sobre arquitetos modernos lançada pela Cosac Naify (2000-2001), na qual constavam Lucio Costa, Burle Marx, Joaquim Guedes e Álvaro Vital Brazil. Enfim, em um período muito curto apareceram inúmeras publicações sobre arquitetura moderna, algo muito diferente das décadas anteriores.

Nessa década surgia também o DOCOMOMO no Brasil (1992), organização voltada para a documentação e preservação das criações do Movimento Moderno que elabora encontros bianuais desde 1995, reunindo uma vasta documentação e reflexão sobre o assunto. Outro acontecimento importante para a revalorização do episódio moderno foi o reconhecimento de Brasília como patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO em 1987. Por meio destes estudos e publicações ressurgiu, após quase quatro décadas, um interesse internacional sobre o modernismo brasileiro, principalmente a partir dos anos 2000, que se repercutiu na expressiva participação do país na recente exposição sobre arquitetura latino americana. Esse interesse abrangeu tanto a produção feita por arquitetos brasileiros e divulgada através de artigos e publicações, como a atuação de arquitetos estrangeiros no meio brasileiro, caso do Museu Iberê Camargo de Álvaro Siza, considerado por muitos críticos a obra mais significativa dos

---

<sup>9</sup> Publicado em alemão, francês e inglês em 1996, porém em português apenas em 1999.

anos 2000<sup>10</sup>.

Paralelamente este período assistiu também uma maior influência do exterior, consolidada pela abertura política e liberação econômica que se iniciou no começo década anterior. O processo de globalização veio acompanhado da abertura econômica e de uma facilidade de acesso ao que era produzido no exterior. A diversidade da produção foi influenciada por esse contexto internacional e podia-se perceber que abordagens regionais eram substituídas por uma visão mais universal (BASTOS; ZEIN, 2010, p. 378). Ou seja, com a influência externa, a produção brasileira passou a buscar referências internacionais, não só regionais. Nas palavras de Bruno Padovano:

O próprio processo de liberalização da economia brasileira, promovido pelo Plano Real [...] trouxe em seu bojo a expectativa do mercado de uma arquitetura mais alinhada com aquela dos grandes centros financeiros da economia global, como Nova York, Tóquio e Hong Kong, com sua sofisticação tecnológica e, ao mesmo tempo, conservadorismo conceitual e formal. (PADOVANO, 2001)

A partir de 1990 e principalmente nos anos 2000, a arquitetura teve o desafio de se adequar a exigências de uma cidade contemporânea mais complexa. A expectativa do mercado se expandia com o desenvolvimento econômico para um panorama mais globalizado, exigindo respostas a altura das vistas no contexto internacional. A globalização e a facilidade de acesso à produção internacional diluiu barreiras entre os países. Dessa maneira, a geração mais jovem, formada em meio a revisão do moderno, buscou equilibrar essa tradição do passado arquitetônico brasileiro com influências internacionais. Ao contrário do que aconteceu nos anos 1970, quando a arquitetura brasileira se fechou para o exterior, ou nos anos 1980, quando essa arquitetura se deslumbrou com a produção internacional afastando-se do seu passado, nesse período contemporâneo as influências externas chegaram de maneira mais equilibrada com a arquitetura brasileira (COMAS et al, 2011).

A arquitetura desenvolvida a partir de 1990 teve que conviver com uma nova realidade e com um processo de transformação nas cidades que já vinha acontecendo desde os anos 1970 e se mostrava mais nítido a partir de 1990. Abílio Guerra (COMAS et al, 2011) afirma que o “[...] desenvolvimento econômico, inserção de novas camadas sociais no mercado de consumo, retorno do Estado promotor, protagonismo do Brasil no contexto internacional, sede dos dois principais eventos esportivos etc. - criaram uma nova agenda para a arquitetura e o urbanismo”. As metrópoles passaram por rápidas transformações e a arquitetura passou a buscar um espaço para se adequar a essa nova realidade, convivendo com a diversidade de influências e a variedade de possibilidades de seu contexto.

<sup>10</sup> Consenso entre os arquitetos entrevistados no artigo sobre arquitetura brasileiras da década de 2000 na revista Projeto Design, edição 371, jan. 2011.

O processo de verticalização das cidades, que se iniciou na época do milagre econômico e continuou ao longo dos anos 1990, consolidou-se no novo século transformando irreversivelmente as grandes capitais. As construtoras passaram a ser sinônimo de garantia não só da qualidade das construções, mas também da qualidade arquitetônica, retirando este papel do arquiteto (SUZUKI, 2008). Nesse contexto, o arquiteto deixou de ser a peça chave de transformação do meio, dissolvendo o discurso transformador voltado para mudanças sociais e fazendo com que esse discurso se voltasse apenas para suas obras (MONTEZUMA, 2008). O *boom* imobiliário que foi gerado na época do milagre econômico ressurgiu com o desenvolvimento econômico a partir do final da década de 1990, resultando em uma arquitetura que respondia, majoritariamente, as demandas do mercado para acompanhar uma sociedade em crescimento rápido. O resultado foi uma arquitetura mercadológica que, segundo Matheus Gorovitz (COMAS et al, 2001), desfigurou ainda mais nossas cidades, ou que Abílio Guerra (COMAS et al, 2001) caracteriza como “uma arquitetura ostentadora e opressiva dos edifícios corporativos”. Outra transformação no contexto foi o aumento da violência nas cidades, que implicou na expansão das periferias, na proliferação dos condomínios fechados e privatização dos espaços urbanos públicos (SUZUKI, 2008; PADOVANO, 2001). Os condomínios fechados, que tinham surgido timidamente nos anos 1970, se massificaram em todo país, oferecendo valores de segurança e privacidade (CAVALCANTI, 1988-1989, p.98).

Como consequência de diversos processos que aconteceram nas cidades nos anos 1970 e 1980, ocorreu a degradação das áreas centrais das cidades e seus centros históricos. Os pontos focais das cidades deixaram de ser os centros urbanos, anteriormente locais onde se encontravam as principais atividades e comércios. Estes passaram a ser substituídos por pólos de serviços espalhados pela cidade, os *shopping centers*, que incentivaram a população a substituir cada vez mais o espaço público da cidade pelo privado. Roberto Montezuma chama atenção para esse processo que acontece na cidade contemporânea:

Um alerta sobre a perda dessa qualidade (a relação da edificação com a rua, evitando a existência de um enclave e continuando a permanência de soluções urbanas tradicionais do espaço da civilidade) nos centros das cidades brasileiras, esvaziados pelos centros de compras do tipo contêiner, isolados e isolantes, articulados com o sistema viário, mas desarticulados da malha urbana. (MONTEZUMA, 2008)

Como reação ao fenômeno de degradação e desvalorização dos centros, surgiu um interesse pela requalificação de áreas urbanas centrais, um discurso sobre projetos de revitalização de centros e reciclagem de edifícios históricos. Nos anos 1990, apareceu uma visão diferenciada em relação ao patrimônio, com uma preocupação em requalificar mantendo as características fundamentais da arquitetura anterior (COMAS et al, 2001). A revalorização do espaço urbano tradicional foi enfatizada, juntamente com a intervenção no espaço público e a

relação da arquitetura com a cidade, a tradição e a realidade. Nos anos 1980, houveram algumas experiências com intervenções urbanas e de edifícios históricos, caso do Corredor Cultural no Rio de Janeiro (1979) e do projeto Luz Cultural em São Paulo (1984-1986). Porém, em 1990, surgiram novas intervenções, como as obras das prefeituras de Curitiba e Rio de Janeiro (1995) [13], as intervenções no bairro da Luz em São Paulo (1995) [14], o Camelódromo no Recife (1993) e o Teatro Polytheama em São Paulo (1993-1996), restauro realizado por Lina Bo Bardi. Outros programas de revitalização importantes foram realizados nos centros históricos das cidades do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Luis. Estes programas obtiveram resultados com diferentes níveis de sucesso, alguns com soluções mais positivas a longo prazo que outros com ações mais focadas no curto prazo.

**Figura 13** - Favela-bairro (1995), Prefeitura do Rio de Janeiro.



Antes e depois da intervenção. Fonte: caurj.gov.br. Acesso em jan. 2015.

**Figura 14** - Pinacoteca do Estado (1993-1997), Paulo Mendes da Rocha.



Localizado no bairro da Luz. Fonte: Bianca Fernandes.

Nos anos entre 1995 e 2010, dois temas ganham protagonismo, antecipando os desafios que poderão ser enfrentados nas décadas seguintes: o avanço tecnológico, as preocupações com o meio ambiente e o futuro das cidades. O primeiro vem adicionar qualidade ao projeto arquitetônico passando a ser essencial para seu desenvolvimento, já os outros dois tópicos trazem a tona o tema da chamada "sustentabilidade".

O avanço da tecnologia na construção pode ser entendido de duas maneiras, como o avanço dos materiais e das técnicas construtivas, ou como o avanço das ferramentas de desenho. O primeiro possibilitou uma uniformização da construção através de materiais que passam a ter uma produção industrial mais padronizada e rápida, além do desenvolvimento de novas técnicas para agilizar a construção. Já segundo contribuiu para uma maior liberdade plástica, pois as possibilidades que os programas de computador geram nas formas e resoluções estruturais são bem mais vastas. Por um lado é libertadora as possibilidades geradas por esses avanços, mas por outro lado pode gerar um risco de gratuidade formal, onde apenas a situação dada será a limitação do arquiteto (BASTOS; ZEIN, 2010, p.379). Sobre essa questão dos avanços tecnológicos, Roberto Montezuma afirma que "os arquitetos admitem que projetar no computador trouxe conseqüências benéficas para o processo de pensar e produzir a obra

construída, seja pelo uso das ferramentas digitais de edição para a composição das formas, seja como experimentações em 'realidade virtual' " (MONTEZUMA, 2008).

No contexto contemporâneo, não se pode negar a contribuição positiva que essas inovações em vários campos renderam a produção da arquitetura. Porém, com a agilidade e facilidade de trabalho resultante dessas ferramentas e avanços tecnológicos vêm as diversas possibilidades e o risco de se perder no caminho da elaboração arquitetônica.

Na arquitetura desenvolvida a partir dos anos 1990 pode-se perceber o início de uma maior preocupação com a adequação climática, o meio ambiente, os materiais utilizados e processos de racionalização, intitulada muitas vezes como o vago termo "sustentabilidade". Apesar de ressurgir com um novo termo, o tema não é estranho a arquitetura que era produzida no país, particularmente entre 1930 e 1970. Porém, esse caminho parece ter se diluído na década de 1980 em meio a outras discussões. A agilidade e rápido desenvolvimento da cidade e do mercado, acabaram afastando a arquitetura dessas preocupações, tornando-a por vezes apenas o resultado da demanda mercadológica. A ideia de produzir uma arquitetura voltada para as resolução de questões de conforto ambiental vêm sendo reafirmada nos últimos anos como algo imprescindível a qualquer projeto arquitetônico, apesar de poucos arquitetos brasileiros conseguirem trabalhar mais profundamente o tema. A utilização de soluções sustentáveis ligadas a tecnologias, mais usadas na produção internacional, ainda não se consolidou no país, porém recentemente já é um tema recorrente nas discussões arquitetônicas. Renato Anelli (2008, p.15) considera o tema como um dos principais desafios que precisam ser enfrentados na arquitetura contemporânea brasileira, "[...] o meio ambiente, que se exprime tanto na atualização das formulações modernas de adaptação ao clima, quanto no desenvolvimento de novos materiais e sistemas prediais e de novas posturas urbanísticas em relação às águas e à vegetação nas cidades."

Na produção recente da arquitetura brasileira é possível perceber uma grande variedade de caminhos, o que resulta em uma impossibilidade de categorizar as obras em linhas de pensamento, como talvez fosse possível nos anos 1970 quando se assumia majoritariamente o moderno como caminho da produção. Porém, pode-se perceber uma produção contemporânea que retoma fortemente os ideais do modernismo, com uma maior preocupação em equilibrar esses ideais ao contexto da cidade, as solicitações da sociedade atual e a exploração de novas tecnologias e materiais.

O novo moderno brasileiro não se resume apenas a esta retomada da arquitetura moderna de cariz paulistano, mas é mais conciliador e plural. Ele consegue se nutrir das principais conquistas da arquitetura brasileira moderna, sem recair em formalismos ou sentimentos nostálgicos. Essa retomada procura na arquitetura moderna, não apenas na brasileira, mas também na internacional, exemplos de uma relação mais harmoniosa do edifício com o

lugar, de adequação climática e de coerência construtiva. (MOREIRA, 2011, p. 03)

Dentre os escritórios contemporâneos, os arquitetos da região sudeste parecem ter maior destaque na cena arquitetônica contemporânea, enquanto que os arquitetos pernambucanos aparecem em poucas publicações. Nessa produção recente a iniciativa pública não é mais o principal cliente e construtor, como acontecia até meados dos anos 1980. Contemporaneamente, a iniciativa privada é responsável por patrocinar os projetos de maior inovação e a arquitetura mais interessante e trabalhada.

Os escritórios paulistas possuem uma forte presença no meio arquitetônico atual. Apesar dos caminhos diferenciados, estes arquitetos possuem como base a adaptação dos elementos da arquitetura moderna às demandas contemporâneas. Dentre eles pode-se citar Andrade e Morettin, GrupoSP (Álvaro Puntoni), Isay Weinfeld, Márcio Kogan, SPBR (Ângelo Bucci), MMBB, Triptyque, todos sediados em São Paulo. Apesar de se formarem em décadas diferentes, entre o fim dos anos 1970 e fim dos anos 1990, pode-se dizer que esses arquitetos constituem uma nova geração paulista. Boa parte deles possuem uma produção significativa no fim da década de 1990 e passam a ganhar mais notoriedade de acordo com o amadurecimento da produção a partir de 2000.

Existe uma dificuldade de se entender o panorama total dessa produção atual, tanto pela proximidade temporal como pela diversidade, porém faz-se necessário arriscar o entendimento dessa arquitetura através de algumas tendências comuns aos projetos. O panorama da arquitetura contemporânea brasileira que será apresentado foi baseado nas revistas especializadas de maior publicação no país, a partir destas foram percebidas essas tendências.

Nessa produção contemporânea alguns caminhos são compartilhadas por vários arquitetos. Seja por necessidade construtiva, influências arquitetônicas do contexto ou interferência do meio, torna-se possível diferenciar a reinterpretação do moderno presente nas obras contemporâneas, basicamente, em três tendências. A primeira é a releitura de um brutalismo que marcou obras modernas da década de 1960 e 1970. A segunda é uma abordagem privilegia soluções com materiais e técnicas locais em uma visão tectônica. Por fim, a terceira está ligada a um resgate e reinterpretação da espacialidade do modernismo brasileiro.

A primeira tendência têm como foco a releitura de um brutalismo presente na produção brasileira, principalmente em meados de 1960 e 1970. As principais características das obras são a expressividade da estrutura como elemento definidor do projeto e a utilização do concreto aparente, apesar desta última ter uma reinterpretação em outros materiais. Pode-se

observar como a disposição dos volumes é feita sobre poucos pontos de apoio, enfatizando a expressividade da estrutura. Esta também é observada em outros elementos, como nas empenas, vigas, caixas d'água, passarelas e até mesmo nos fechamentos com diferentes texturas. Alguns projetos são desenvolvidos com estrutura em madeira substituindo o concreto, porém o foco continua sendo os elementos que formam o sistema estrutural. Essa releitura também experimenta com grandes vãos possibilitados pelos poucos suportes estruturais, além de apresentar uma concisão e clareza das partes que formam a obra. Dentre os projetos, pode-se citar a casa em Carapicuíba (2004-2008) de Ângelo Bucci e Álvaro Puntoni [15], a casa em Ubatuba (2005) de SPBR [16], a casa em Aldeia da Serra (2001) de MMBB [17], a casa Morato (2002) de Andrade Morettin [18], a casa Grelha (2007) de FGMF [19], o Hotel Fasano/Fazenda Boa Vista (2011) de Isay Weinfeld [20] e a sede do SEBRAE em Brasília (2011) de GrupoSP [21].

**Figura 15** - Casa em Carapicuíba, Ângelo Bucci e Álvaro Puntoni.



Fonte: spbr.arq.br. Acesso em nov. 2014.

**Figura 16** - Casa em Ubatuba, SPBR.



Fonte: spbr.arq.br. Acesso em nov. 2014.

**Figura 17** - Casa em Aldeia da Serra - MMBB.



Fonte: mmbb.com.br. Acesso em nov. 2014.

**Figura 18** - Casa Morato, Andrade Morettin.



Fonte: andrademorettin.com.br. Acesso em nov. 2014.

**Figura 19** - Casa Grelha, FGMF.



Fonte: archdaily.com.br. Acesso em nov. 2014.

**Figura 20** - Hotel Fasano/Fazenda Boa Vista, Isay Weinfeld.



Fonte: isayweinfeld.com. Acesso em nov. 2014.

**Figura 21** - SEBRAE/Brasília, GrupoSP.



Fonte: archdaily.com.br. Acesso em nov. 2014.

A segunda tendência traz uma abordagem tectônica com a utilização de soluções que se adequam ao ambiente através materiais e técnicas locais. Essa interpretação busca elementos tradicionais, trabalhando os materiais e recurso tecnológicos de maneira racional e integrada ao meio. Os projetos exploram materiais pré-fabricados aliados a materiais tradicionais, numa busca por adequação ao meio utilizando características que remetem ao moderno numa reinterpretação mais ligada ao contexto que se inserem. É nítido o contraste entre esses materiais, com o uso de madeira, pedras em oposição, por exemplo, com vigas metálicas. Alguns projetos podem ser incluídos nessa linha: a casa Sítio Passarim (2001-2003) de Roberto Moita [22], a casa em Rio Bonito (2002) de Carla Juaçaba [23], casa em São Sebastião (2004-2005) de Andrade Morettin e Lua Nitsche [24], casa São Francisco Xavier (1997-1998) de Álvaro Puntoni [25], casa em Cotia (1998) de Brasil Arquitetura [26] e o pavilhão Carambó (2001) de Una arquitetos [27].

**Figura 22** - Casa Sítio Passarim, Roberto Moita.



Fonte: arqpb.blogspot.com. Acesso em nov. 2014

**Figura 23** - Casa em Rio Bonito, Carla Juaçaba.



Fonte: carlajuacada.com.br Acesso em jun. 2015

**Figura 24** - Casa em São Sebastião, Andrade Morettin e Lua Nitsche.



Fonte: andrademorettin.com.br Acesso em nov. 2014

**Figura 25** - Casa São Francisco Xavier, Álvaro Puntoni.



Fonte: gruposp.arq.br. Acesso em jun. 2015

**Figura 26** - Casa em Cotia, Brasil Arquitetura.



Fonte: brasilarquitetura.com Acesso em jun. 2015

**Figura 27** - Pavilhão Carambó, Una Arquitetos



Fonte: unaarquitetos.com.br Acesso em nov. 2014

Por fim, a terceira tendência pode ser definida pelo resgate da espacialidade moderna. As características das obras trazem uma reinterpretação do modernismo brasileiro, com uma releitura da forma de desenvolver a volumetria e, principalmente, o espaço interno moderno no contexto contemporâneo. Os projetos exploram ambientes amplos com uma grande fluidez, tanto internamente quanto entre o interior e o exterior, gerando uma continuidade do espaço das obras. Para tal, são utilizadas grandes aberturas para paisagens e sendo comum a oposição

entre a fachada totalmente fechada voltada para a rua e a fachada posterior completamente aberta para a vista. Alguns exemplos representativos são a casa Borges (1999-2001) [28] e a casa em Nova Lima (2004-2006) [29], ambas de Gustavo Penna, a casa em Paraty (2008-2009) de Márcio Kogan [30], a casa Jairo Bisol (1997-1999) de Paulo Henrique Paranhos [31] e a casa RP (1998) de Mário Biselli e Artur Katchborian [32].

**Figura 28:** Casa Borges.



**Figura 29:** Casa em Nova Lima.



Ambas de Gustavo Penna. Fonte: [gustavopenna.com.br](http://gustavopenna.com.br). Acesso em jun. 2015.

**Figura 30:** Casa em Paraty, Márcio Kogan.



Fonte: [studiomk27.com.br](http://studiomk27.com.br). Acesso em nov. 2014.

**Figura 31:** Casa Jairo Bisol, Paulo H. Paranhos.



Fonte: [paulohenriqueparanhos.com](http://paulohenriqueparanhos.com). Acesso em jun 2015.

**Figura 32:** Casa RP, Biselli e Katchborian.



Fonte: [bkweb.com.br](http://bkweb.com.br). Acesso em jun 2015.

A percepção dessas tendências não limita a produção a estas linhas de pensamento, já que se tem consciência da pluralidade da arquitetura contemporânea, principalmente fora da região sudeste, onde foi o foco das tendências mostradas.

Apesar da grande diversidade de caminhos e da proximidade temporal, o que torna difícil uma síntese global, podemos afirmar que a arquitetura contemporânea brasileira vem sendo afetada pelo desenvolvimento acelerado das cidades, particularmente com a verticalização e as condições econômicas do mundo da construção. A arquitetura contemporânea brasileira passou a focar na tradição moderna de maneira a trazê-la para a realidade do período, as necessidades da sociedade e as técnicas e limitações do contexto. Pode-se perceber algumas nuances como a ênfase tectônica, principalmente relacionada ao moderno paulista, a volta do moderno e uma tímida preocupação com o sustentável, tanto por reciclagens de edifícios antigos como por adequação dos novos edifícios ao meio, ao clima e aos custos. A tecnologia também contribuiu para esse desenvolvimento dessa arquitetura. Por fim, não é possível limitar

essa produção em alguns caminhos ou linhas de pensamento, e sim, entender que existe uma diversidade pertinente tanto ao tamanho do país quanto as possibilidades que o contexto contemporâneo trouxe para o período.

### **2.3 Arquitetura em Pernambuco: da consolidação a fragmentação (1950-1990)**

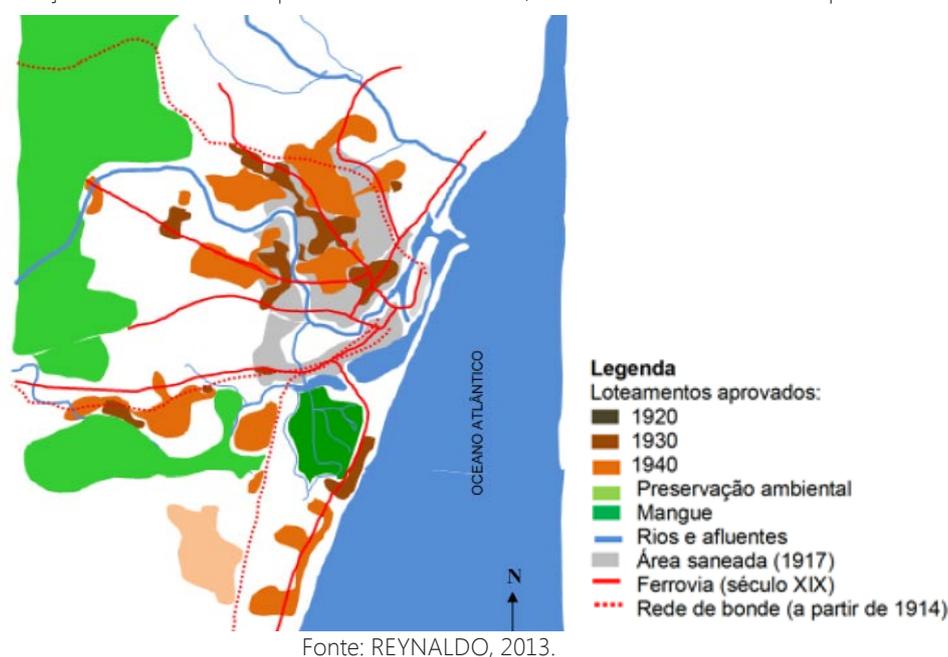
A arquitetura moderna se consolidou em Pernambuco no período entre 1950 e 1980, um período que já recebeu certa atenção da historiografia, com alguns livros e um certo número de artigos e trabalhos acadêmicos. O interesse dos estudos desse período estão mais voltados para a fase mais inicial, décadas de 1950 e 1960, com menos estudos voltados para os anos 1970 e raros sobre os anos 1980, o que reflete na quase inexistência de estudos do período seguinte, os anos 1990 em diante. O entendimento desse momento entre 1950 e 1980, com seus desdobramentos são essenciais para compreender o contexto contemporâneo e a forma que a arquitetura local se desenvolveu ao longo dos anos seguintes. Não temos a intenção de verificar a existência ou não de uma escola do Recife, mas se entende que houve uma produção apoiada em alguns princípios que eram compartilhados entre vários arquitetos (AMORIM, 2001; MOREIRA, 2007).

O desenvolvimento da arquitetura moderna em Pernambuco teve seu primeiro momento com a chegada de Luiz Nunes, arquiteto carioca que migrou para o Recife com intuito de trabalhar no setor de Obras Públicas do Estado de Pernambuco (SEGAWA, 1998; NASLAVSKY, 2012). A experiência de Nunes chegou a ser reconhecida internacionalmente na exposição *Brazil Builds* em 1943 no Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA), que incluiu duas de suas obras. Apesar da busca por uma arquitetura com moldes modernos sempre atendendo as funções e características da região, a atuação de Nunes se restringiu a obras de edifícios públicos. Por consequência da rápida estadia no Recife, sua obra não teve um impacto suficiente para possibilitar uma continuidade do pensamento no estado. Porém, sua equipe no Recife era formada por profissionais que se destacariam nacional e internacionalmente em suas respectivas áreas de atuação, como Antônio Baltar, Joaquim Cardozo e Roberto Burle-Marx.

Em meados de 1950 e 1960, o Recife passou por um período de grandes mudanças, como a modernização urbana, o desenvolvimento de infra-estrutura da cidade, o novo código de obra e a expansão de áreas periféricas. A malha urbana vinha sofrendo desde o início do século XX um processo de expansão em torno do centro do Recife, segundo Medina (1996, p.544) "a ocupação ia se dando pela complementação dos vazios intersticiais entre as vias radiais oriundas do centro da cidade". A partir dos anos 1940, a cidade deixava de se desenvolver em função da ligação de bonde entre os bairros, que eram pontos isolados no

entorno do centro da cidade, para agora expandir sua área de ocupação em áreas diversas, graças ao transporte com automóveis [33]. Nos anos 1950, o crescimento do Recife se dá através do espraiamento da população de classe média e média alta em torno de bairros já existentes, como Casa Forte, Casa Amarela, Parnamirim, Aflitos, Apipucos. Estes bairros se expandiam igualmente a partir de seus núcleos originais, formando uma mancha única em oposição a formação anterior, caracterizada por núcleos isolados espalhados pelo território recifense. Na mesma época começam a surgir novas ocupações de áreas que anteriormente eram desabitadas ou que eram voltadas para as atividades de veraneio, caso de Boa Viagem que aos poucos se consolidou como bairro residencial (MOREIRA, 1994).

**Figura 33:** Distribuição dos loteamentos aprovados nos anos 1920, 1930 e 1940 mostrando a expansão do Recife.



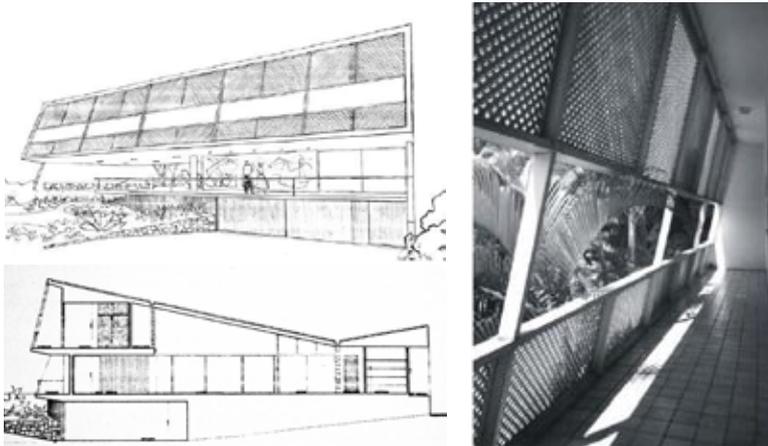
No início do século XX, a legislação ainda focava bastante na questão da saúde pública e do higienismo. Os requisitos exigidos pelas leis eram voltados mais para o benefício de uma higiene pública do que para o desenvolvimento de um pensamento urbano ou para construção de arquitetura. Porém, a partir de 1936, com o decreto n. 374/1936, surgiam exigências relacionadas a taxa de ocupação do solo e ao gabarito máximo variável por zona definidos na legislação (MEDINA, 1996, p.549).

O período a partir da década de 1940 foi marcado por reformas no centro da cidade. A princípio no bairro de Santo Antônio, com a abertura da avenida Guararapes e, na década seguinte, o alargamento da avenida Conde da Boa Vista e a avenida Dantas Barreto, esta última concluída no início da década de 1970. Essas reformas foram resultado da legislação vigente e do início do desenvolvimento de planos urbanísticos que passaram a interferir no desenho da cidade.

A virada da década de 1940 para 1950 marcou a chegada de três arquitetos que seriam essenciais na modernização da Escola de Belas Artes de Pernambuco (Ebak) e na consolidação da arquitetura moderna em Pernambuco: Mário Russo, Acácio Gil Borsoi e Delfim Amorim.

Em 1949, Mario Russo emigrava da Itália para o Recife, trazendo para a Ebap sua bagagem italiana de um modernismo racionalista e tratando o ensino como uma disciplina sistemática. Ele buscava inserir esse racionalismo nos seus ensinamentos, aliado a ênfase na investigação científica e técnica. Heitor Maia Neto, Reginaldo Esteves, Augusto Reynaldo e Mauricio de Castro foram os principais discípulos de Russo. Estes buscaram continuar o legado moderno do arquiteto e professor italiano, sempre buscando um equilíbrio entre o racionalismo e a liberdade formal, enfatizando na preocupação com a adequação ao meio, ao clima e a ventilação (CABRAL, 2006).

Em 1951, Acácio Gil Borsoi, arquiteto formado em 1949 na Faculdade Nacional de Arquitetura no Rio de Janeiro, mudava-se para o Recife. Na sua formação, Borsoi trazia uma grande influência da escola carioca, de Oscar Niemeyer, Lucio Costa e principalmente Affonso Eduardo Reidy, além da influência de seu pai Antônio Borsoi, arquiteto-desenhista e decorador. Entre 1959 e 1974, ensinou na Universidade do Recife, onde formou vários discípulos que deram continuidade ao seus ensinamentos, tais como Armando de Holanda, Vera Pires e Alexandre Castro e Silva. No início de sua carreira no Recife, Borsoi buscava adequar os princípios modernos que norteavam a sua arquitetura no Rio de Janeiro para a realidade de Pernambuco e do Nordeste. Seus primeiros projetos foram residências que o arquiteto resolvia em um programa setorizado em social, serviço e íntimo. A fluidez espacial e visual dos ambientes era possibilitada por mezaninos e elementos vazados, como esquadrias de madeira com veneziana, cobogós, peitoris ventilados e pérgulas, que também eram utilizados para adequar a obra ao clima quente e úmido da região. Volumetricamente, as residências eram formadas por primas de base trapezoidal, com cobertas de uma água entre empenas inclinadas geralmente cegas ou com águas que convergiam para uma calha central formando as chamadas “asas de borboleta” [34][35]. O arquiteto sempre se preocupava com a proporção entre as partes e o todo, a harmonia da obra e a integração entre arquitetura, arte e paisagem. Borsoi foi também o autor de alguns dos primeiros edifícios residenciais em altura como o União (1953), o Califórnia (1953) [36] e o Caetés (1955). (AMARAL, 2004; AMORIM, 1999; NASLAVSKY, 2012)

**Figura 34 e 35:** Residência Lisanel de Melo Mota, Acácio Gil Borsoi.

Fonte: NASLAVSKY, 2012, p. 66-7.

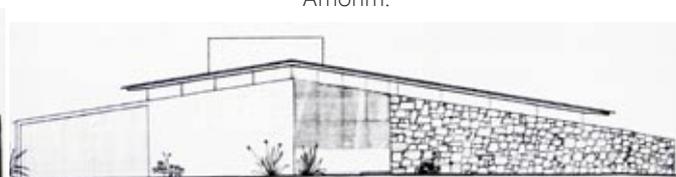
**Figura 36:** Edf. Califórnia, Acácio Gil Borsoi.

Fonte: diariodepernambuco.com.br.  
Acesso: jun. 2015

Também em 1951, o arquiteto português Delfim Amorim imigrou para o Recife. Já com projetos realizados na cidade do Porto, Amorim passou por um processo de adaptação ao local, com a adequação ao clima rigoroso da região e aos aspectos relevantes da cultura local. Seus primeiros projetos no Recife trouxeram características de sua formação portuguesa que se repetiam ao longo de sua obra, como a utilização de azulejos nos edifícios verticais, caso dos edifícios Pirapama (1956), Acaiaca (1957) [40] e Santa Rita (1961). Nos projetos residenciais, Amorim também se utilizava da setorização dos espaços sociais, de serviço e íntimo. Em suas residências utilizava com lajes de concreto levemente inclinadas ou lajes com inclinações que convergiam para uma calha central, as “asas de borboleta”. Da arquitetura moderna brasileira, Amorim possuía uma estreita ligação com a escola carioca, principalmente de Lucio Costa. No final da década de 1950, o arquiteto passou a utilizar em suas obras residenciais duas águas de leve inclinação, com telhas cerâmicas apoiadas em perfis metálicos sobre lajes de concreto, caracterizando uma das principais resoluções projetuais do que passou a ser chamado de “Casa de Amorim” (GOMES, 1995) [37][38]. Nessas residências havia uma preocupação com a adequação ao clima, eram utilizadas venezianas de madeira, paredes que não chegavam a coberta, gerando dessa forma fluidez espacial e integração dos espaços. Também eram utilizados azulejos decorados nas fachadas [39]. A influência da “Casa de Amorim” chegou a vários arquitetos da época e pode ser vista na obra residencial de Heitor Maia Neto, Marcos Domingues e Wandenkolk Tinoco (AMORIM, 1999; NASLAVSKY, 2012).

**Figura 37:** Residência Alfredo Lajes (1955), Delfim Amorim.

Fonte: NASLAVSKY, 2012, p.92.

**Figura 38:** Residência Carlos Augusto Fernandes (1963), Delfim Amorim.

Fonte: NASLAVSKY, 2012, p.127.

**Figura 39:** Residência Leão Masur (1966), Delfim Amorim e Heitor Maia Filho.



Fonte: NASLAVSKY, 2003.

**Figura 40:** Edf. Acaiaca (1957), Delfim Amorim e Lúcio Estelita.



Fonte: openbuilgins.com. Acesso em jul. 2015.

Dentre outras mudanças que ocorreram no período de 1950 e 1960, a independência do curso de arquitetura da Escola de Belas Artes de Pernambuco e a elaboração de um novo currículo para o curso foi essencial no desenvolvimento da arquitetura do estado. É possível observar três gerações de arquitetos que seguiram os ensinamentos de Borsoi, Amorim, Russo e o pensamento moderno que se desenvolvia no curso e em todo país. Nos anos de 1950, uma primeira geração formada por Augusto Reynaldo, Maurício Castro, Marcos Domingues, Reginaldo Esteves, Waldecy Pinto e Heitor Maia Neto foram fortemente influenciados pela arquitetura racionalista de Mário Russo, com certa influência da escola carioca e de Niemeyer. Como afirma Naslavsky,

nos projetos dos ex-alunos de Mario Russo [...] predominam: a rigidez racionalista em contraposição à liberdade formal da arquitetura moderna brasileira, a rígida divisão das residências em setores funcionais (social, serviço e íntimo ou diurno e noturno); as preocupações com o clima, a orientação, a ventilação e a disposição de pequenos jardins internos ou pátios. (NASLAVSKY, 2012, p. 100)

Nos anos 1960, a segunda geração foi composta pelos arquitetos que se formavam nessa década e tiveram uma atuação importante nos anos 1970, como Wandenkolk Tinoco, Vital Pessoa de Melo e Armando de Holanda. A terceira geração surgiu já nos anos 1980, com arquitetos que tiveram importantes obras nessa década e no início da seguinte, como Alexandre Castro e Silva, Jerônimo Cunha Lima e Carlos Fernando Pontual.

O crescimento da cidade para as regiões periféricas na década de 1950 resultou em uma grande produção de residências, principalmente pela classe média e alta. A arquitetura moderna passou a ser aceita e surgiram grandes exemplares de residências nesse período que podiam ser caracterizadas pela influência dos dois principais arquitetos e professores do período, Borsoi e Amorim. As casas formuladas por estes arquitetos foram muito reproduzidas

no Recife nas décadas seguintes. A planta era nitidamente setorizada, com a utilização de níveis para diferenciar os setores, havendo também uma preocupação com o conforto térmico, a ventilação e a insolação. Existia a utilização das lajes levemente inclinadas da “Casa de Amorim”, as cobertas em formato de asas de borboleta ou em 4 águas remetendo as casas de engenho, basicamente um modelo que foi sendo aprimorado e desenvolvido pela geração seguinte de arquitetos.

A partir de meados dos anos 1960, o contexto arquitetônico do Recife passa a ser cada vez mais influenciado pelas ‘sensibilidades brutalistas’ desenvolvidas pela escola paulista, assim como pelo chamado ‘brutalismo europeu’ do pós-guerra. Segundo Aristóteles Cantalice (2009, p. 62) os primeiros exemplares dessa influência são o edifício Santo Antônio (1960) , projetado por Acácio Gil Borsoi [41], e o Seminário do Nordeste (1962), de Delfim Amorim [42]. Os grandes mestres da arquitetura moderna tiveram contato nesse período diretamente com esse novo caminho que surgia na arquitetura, Amorim fez viagens para o Sudeste e o Sul do país no período de 1957 e 1960, já Borsoi fez uma viagem a Europa em 1960 devido a uma bolsa de estudos cedida pelo Itamaraty.

**Figura 41:** Edf. Santo Antônio (1960), Acácio Gil Borsoi.



Fonte: NASLAVSKY, 2003.

**Figura 42:** Seminário Regional do Nordeste (1962), Delfim Amorim.



Fonte: NASLAVSKY, 2003.

No fim dos anos 1960 e nos anos 1970, os arquitetos locais passaram a explorar mais as estruturas em concreto armado aparente e as justaposições deste com materiais tradicionais como tijolo. Amorim, após contato com a obra de Artigas, passou a fazer uso de elementos como algeroz, gárgulas, caixa d’água, calhas e vigas estruturais para dar mais expressividade as edificações, sem deixar de se utilizar de outros elementos que já eram marcas de sua obra. Nos projetos desenvolvidos em parceria com Heitor Maia Neto é possível perceber essa fase diferenciada de sua obra, como no Edifício Barão do Rio Branco (1966) [43] e nas residências Alfredo Pereira Corrêa (1969) [44] e Miguel Doherty (1969). Na obra de Borsoi se percebeu uma fusão entre as suas influências da escola carioca e das obras internacionais, como as de Le Corbusier, dos organicistas escandinavos e americanos. Borsoi, que já possuía um cuidado

com os detalhes construtivos, passou focar mais na utilização de materiais em seu estado natural, resultando em obras com formas mais diretas e com a utilização do tijolo e concreto de maneira mais bruta. Alguns exemplares se destacaram como o edifício Santo Antônio (1960) [41], o edifício Mirage (1967) [45], o edifício Bancipe (1963) em parceria com Vital Pessoa de Melo, o edifício-sede do Bandepe (1969) e o Fórum de Teresina (1970), estes dois últimos em parceria com Janete Costa e Gilson Gonçalves.

**Figura 43:** Edf. Barão do Rio Branco (1966), Delfim Amorim



Fonte: Fernando Diniz Moreira

**Figura 44:** Residência Alfredo Correia (1969), Delfim Amorim e Heitor Maia Neto.



Fonte: CANTALICE, 2009.

**Figura 45:** Edf. Mirage (1967), Acácio Gil Borsoi.



Na década de 1970, a produção residencial foi bastante marcada por essa postura brutalista. A utilização dos materiais em suas formas “verdadeiras” e a utilização de elementos característicos do brutalismo nas composições marcaram essa arquitetura. Pode-se citar o emprego da estrutura marcante, da caixa d’água como elemento compositivo, de pérgulas, seteiras, cobogós e gárgulas. As plantas, no entanto, não se modificaram tanto, pois ainda possuíam a clara divisão setorial e a busca pela adequação climática inerente a produção pernambucana. Porém, podia se perceber algumas características do brutalismo paulista nessas plantas, como o fechamento para a rua e abertura para o espaço interno, um jardim ou pátio. Os volumes se tornavam mais expressivos, além dos estudos compositivos com diversas texturas do concreto e com o tijolo aparente. Essa evolução da arquitetura residencial com influência moderna que vinha acontecendo desde da década de 1950, começou a perder força no fim de 1970 para a moradia verticalizada. Enquanto que a produção de edifícios verticais para habitação ganhavam espaço como opção para moradia das classes médias e altas, a produção de residências começaram a diminuir dentro da cidade e aumentar fora dela, com finalidade de casa de veraneio.

Paralelamente a esse novo contexto arquitetônico, se consolidou uma segunda geração de arquitetos formada entre o final dos anos 1950 e início dos anos 1960. Dentre eles, Frank Svensson, Glauco Campello, Vital Pessoa de Melo, Wandenkolk Tinoco e Armando de Holanda.

Três arquitetos dessa geração mereceram um estudo mais profundo devido ao caráter inovador de suas obras e aos estudos desenvolvidos por eles no meio arquitetônico: Vital Pessoa de Melo, Armando de Holanda e Wandenkolk Tinôco.

Vital Pessoa de Melo se formou na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Recife em 1961, mas antes mesmo de entrar na faculdade, já trabalhava com Borsoi, que o influenciou fortemente. Vital foi ainda mais influenciado pelo contato direto com obras de Le Corbusier e da escola Paulista, além do trabalho com Max Bill, artista que instigou sua busca pela integração entre arquitetura e arte e pelo nascente design industrial. Suas obras possuem as características de uma nítida “sensibilidade brutalista”, seja pela preocupação com a utilização de materiais aparentes, seja com a exploração tectônica dos materiais através de técnicas diferenciadas para um mesmo material. Ele projetava volumes bem definidos, marcados pela preferência por materiais aparentes e pelo cuidado com os detalhes e técnicas, estando consciente da importância da participação do arquiteto no canteiro de obras. (HOLANDA; MOREIRA, 2008). Algumas de suas obras mais importantes foram o edifício-sede da CELPE – Companhia Elétrica de Pernambuco (1972) [46], sua própria residência (1968) [47], os Edifícios Sahara (1973), Jean Mermoz (1974) e Gropius (1976).

**Figura 46:** CELPE (1972), Vital Pessoa de Melo e Reginaldo Esteves.



**Figura 47:** Casa do arquiteto (1968), Vital Pessoa de Melo.



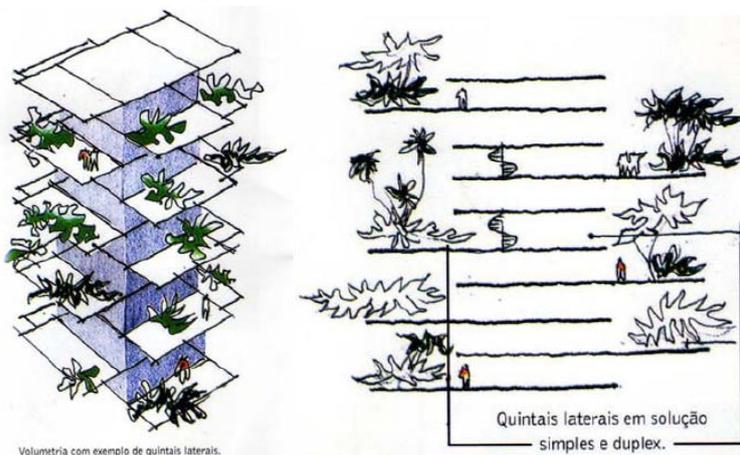
Fonte: HOLANDA, MOREIRA, 2008.

Armando de Holanda, formado em 1963 na Faculdade de Arquitetura do Recife, possuía uma obra que prezava pela racionalização dos processos construtivos e pela atenção com a adaptação dos edifícios ao clima. Em meados de 1970, o arquiteto passou a ensinar na Faculdade de Arquitetura, período no qual publicou seu escrito mais importante, o *Roteiro para Construir no Nordeste*, livro que sintetizava uma série de princípios de projeto comuns a toda a escola, e também de seus colegas. Defendia o “contruir frondoso” com grandes balanços para sombrear os espaços, muros vazados para facilitar a ventilação, proteger as janelas da insolação, entre outros pontos que segundo ele eram essenciais para a arquitetura nos trópicos (CAVALCANTI, 1976). Tais princípios estavam presentes em suas obras, como o Parque Nacional

dos Guararapes (1973-1976), o Edifício Bougainville (1973) e o conjunto habitacional Dália da Silveira (~1970), este último em parceria com Glauco Campello.

Wandenkolk Tinoco, formado em 1958, também foi aluno de Borsoi e Amorim e professor auxiliar deste último após se formar. Suas preocupações estavam ligadas as de Holanda, projetando residências onde buscava adequar os preceitos modernos ao clima do Recife, se utilizando de elementos como pérgulas, venezianas, cobogós e janelas altas, assim como de materiais locais aliados a materiais industrializados. A partir dos anos 1970, passou a realizar importantes experimentos com edificações verticalizadas. Buscou trazer os elementos da casa tradicional recifense para os edifícios, tentando amenizar a transição da moradia horizontal para a moradia vertical, que se consolidava como principal opção na cidade. Segundo Wandenkolk, um dos elementos de mais importância numa residência era o seu quintal, resultando em estudos de edifícios verticais com grandes jardineiras sacando de suas varandas, remetendo aos quintais [48]. Dentre seus projetos, os edifícios Villas foram os que mais transpareceram esses estudos, trazendo uma arquitetura com um jogo de saliências e reentrâncias, uma divisão nítida entre base, corpo e coroamento, os revestimentos cerâmicos e azulejos, além de artifícios para adaptação climática e principalmente, o uso das jardineiras. Dentre esses edifícios os mais representativos são o Villa Mariana [49], Villa Bella [50], o Villa Cristina e o Villa da Praia [51]. (MOREIRA; FREIRE, 2008)

**Figura 48:** Croquis do 'Edifício Quintal'.



**Figura 49:** Edf. Villa Mariana (1976)



**Figura 50:** Edf. Villa Bella (1966-1974)

**Figura 51:** Edf. Villa da Praia (1977)

Todos projetos de Wandenkolk Tinoco.  
Fonte de todas figuras: MOREIRA, FREIRE, 2008.

Paralelamente a esse contexto arquitetônico, na década de 1950 e 1960, houveram importantes debates sobre o urbanismo no Recife que tiveram rebatimentos na elaboração das legislações da cidade. A tese desenvolvida por Antônio Baltar intitulada *Diretrizes de um plano regional para o Recife*, foi um importante elemento nesses debates, sendo posteriormente utilizada como base para o desenvolvimento da lei de 1961 e, por consequência, da lei de 1983 (MEDINA, 1997, 552). Enquanto que Baltar buscou entender a cidade de modo mais geral, Acácio Gil Borsoi defendia uma postura mais específica e foi um dos arquitetos que apoiou a Lei No. 2.590 que surgiu em 1953. Essa lei previa o afastamento dos edifícios do limite dos lotes através de fórmula matemática, tratando a cidade de maneira mais pontual. Essa legislação foi substituída pela Lei No. 7427 de 1961, que era muito mais extensa e minuciosa com relação a sua anterior. A lei de 1961 tomou como estudo a tese de Baltar, aprimorando-se com relação aos parâmetros urbanísticos e utilizando conceitos essencialmente funcionalistas. Essa nova exigência de afastamentos dos limites dos lotes, contribuiu para o desenvolvimento e consolidação dos edifícios de "torres" isoladas nos terrenos. Apesar de ter como base os conceitos do urbanismo moderno, onde os edifícios se desenvolvem sobre um grande tapete de verde, as chamadas "unidades de habitação", as limitações do contexto da cidade impossibilitaram a implantação desse pensamento. O resultado foram os edifícios que ficavam soltos apenas dentro de seu próprio terreno fechado por muros separando-se do resto do tecido. A lei de 1961 possuía ainda especificidades com relação ao centro do Recife, baseada num desenho mais próximo ao do século XX, porém segundo Medina (1997, p.557) "o que aparentemente constituiria uma contradição teórica entre Modernismo e desenho do Século XX, parecia 'conviver' muito bem sob as 'projeções simbólicas' que lhes conferiam a urbanística local".

A partir da década de 1970 a tipologia de edifício vertical habitacional se consolidou como preferência da população recifense. Pode-se dizer que esse tipo de edificação surgiu já moderno no Recife. Amorim e Borsoi foram os arquitetos pioneiros no desenvolvimento do tipo habitacional verticalizado, buscando sempre amenizar a mudança da moradia horizontal para a vertical. Os primeiros edifícios considerados marcos por sua inovação através da variação volumétrica, da valorização de detalhes construtivos, dos materiais e da utilização de princípios modernos aliados a tradição e padrões culturais, existentes anteriormente nas casas, são o Mirage de 1967 (Borsoi) e o Barão do Rio Branco de 1966 (Amorim). Esses dois edifícios indicam o início de uma fase, entre o fim de 1960 a meados de 1970, em que a arquitetura habitacional seria marcada pela atuação de vários arquitetos seguindo os preceitos dos mestres Amorim e Borsoi. Tais preceitos seriam a divisão setorial da planta, a marcação base-corpo-coroamento, a utilização dos armários sacando nas fachadas, além das varandas para

movimentar as fachadas, que ainda eram compostas por materiais como azulejos, pastilhas, concreto e tijolo aparentes, revelando influências brutalistas.

A partir da década de 1970, com as mudanças que acontecem em todo país com o contexto desenvolvimentista de grandes incentivos na produção de obras como sinônimo de avanço, Recife se via em uma fase de expansão. A dinâmica urbana começava a mudar com a chegada dos anos 1980, quando o surgimento de um incentivo a atividades industriais no entorno da cidade resultou no aglomerado urbano da Região Metropolitana do Recife. Com o desenvolvimento da região, o mercado imobiliário se torna mais exigente em relação a produtividade e ao retorno mais imediato. Em meio a esse contexto, surgiu uma nova legislação, a Lei No. 14.511 em 1983, que teria consequências significativas para o meio arquitetônico do período, pois foi a primeira lei especializada no uso e ocupação urbana (NUNES, 2008, p.31). Um dos arquitetos que conduzia o processo de desenvolvimento dessa lei era Zenildo Caldas, que buscava pensar no Recife através de um olhar muito influenciado pela lei anterior de 1961, porém tentado entender a particularidade de cada uma das partes da cidade, com parâmetros que eram definidos por zona e também por uso. As especificidades técnicas eram fortemente presentes nessa legislação, o que gerou um “domínio de saber especializado dos arquitetos, principalmente da área de produção imobiliária, as voltas de extrair maiores potenciais de construção dos malabarismos da lei, um fator de seleção profissional” (MEDINA, 1997, p.560). Desses ‘malabarismos’ surgiram os artifícios como o avanço de armários, varandas e jardineiras, além do limite da construção, já que esses volumes eram permitidos e não contavam no cálculo das áreas. Por outro lado, segundo Medina (1997, p.565), essa legislação marca a inversão total “simbólica” entre o domínio público e o privado nas leis urbanísticas do Recife, onde o espaço da rua era apenas o espaço da circulação, do automóvel.

Em meio a essas mudanças, uma terceira geração de arquitetos também formados na mesma escola no Recife na virada dos anos 1960 para os anos 1970 se consolidou na cena local. Eles saíam da faculdade já diante de um novo contexto da cidade, tendo que se adequar a exigências diferentes das que seus mestres haviam trabalhado e os ensinado. Jerônimo da Cunha e Carlos Fernando Pontual, que formavam o escritório Jerônimo & Pontual, José Goiana Leal, Alexandre Castro e Silva são alguns dos arquitetos dessa geração mais recente, que consolidavam-se como grandes escritórios na década de 1980. Esses arquitetos ainda traziam uma influência marcante do legado moderno vindo de Borsoi e Amorim, mas tinham que adequar esses ensinamentos a uma realidade relativamente diferente das décadas anteriores. As características que marcavam uma produção moderna no Recife ainda eram observadas nas obras desses arquitetos, porém já havia uma inserção maior de tendências internacionais e da influência do panorama mais restrito da produção arquitetônica da cidade nesse período. Os

fatores externos também passavam a marcar a produção, como a violência urbana resultando em um isolamento dos edifícios da rua e a perda da relação harmoniosa com o exterior.

Os arquitetos Jerônimo da Cunha Lima e Carlos Fernando Pontual se formavam em 1967 e 1968, respectivamente, e criaram o escritório J&P alguns anos depois. Em suas obras iniciais era possível observar uma influência da produção brutalista que havia marcado a década anterior, através de uma utilização do concreto aparente e de elementos marcantes de estrutura [52][53]. O desenvolvimento da obra de Jerônimo e Pontual na década seguinte, já percebia-se uma busca pelo equilíbrio entre o regional e o internacional, com uma face mais tecnológica, através de materiais que substituíssem o concreto de maneira mais econômica e racional.

Na produção do arquiteto Alexandre Castro e Silva, que se formou em 1967, também observa-se uma fase inicial mais conectada ao brutalismo, gradualmente substituído por um elevado rigor geométrico. A estrutura ainda era utilizada como elemento plástico compositivo, porém se adequava ao meio construtivo mais restrito e as necessidades de novos materiais, buscando inovação sem se desligar das tradições modernas [54]. Castro e Silva foi um dos arquitetos que se destacou pelo desenvolvimento do edifício vertical. Uma de suas principais obras é o edifício Príncipe de Vivar (1986) [55], um marco da terceira fase de moradias verticais no Recife e de um momento de transição para o edifício vertical contemporâneo. A obra representa bem a adequação de uma bagagem moderna do arquiteto a um momento no qual a liberdade projetual era ainda mais limitada. Nesse projeto, ele conseguiu manter muitos princípios dos edifícios altos desenvolvidos anteriormente, como as grandes varandas, rasgos profundos na fachada e a relação entre base-corpo-coroamento. É possível perceber a marcação dos setores da planta já na fachada, que apesar de mais contida no prisma retangular, conseguiu uma movimentação rígida, porém bem pensada em seus detalhes.

**Figura 52:** Edf. da IBM (1970).

**Figura 53:** Edf. Sparta (1972).

**Figura 54:** Edf. Equipage (1993).

**Figura 55:** Edf. Príncipe de Vivar (1986).



Ambos de J&P. Fonte: Acervo Fernando Diniz.

Ambos de Alexandre Castro e Silva. Fonte: construtoratecla.com.br. Acesso em mai. 2015. Fonte: acervo Fernando Diniz.

A produção de edifícios verticais começava a ser modificada. A base dos edifícios passou a ser marcada pelo volume da garagem, o corpo apenas pelas aberturas nas fachadas e o coroamento não era tão nítido. Enquanto que os edifícios anteriores não possuíam tanta atenção as áreas comuns, nos anos 1960 elas eram compostas basicamente pelo hall e jardins, nos anos 1970 surgiram o mezanino com playground e salão de festas. Já nos anos 1980, passou a ser comuns edifícios com piscinas e áreas de lazer mais amplas, incluindo o salão de festas e o playground. Essa evolução também pode ser percebida nas garagens que aumentam de tamanho a cada década, chegando aos anos 1980, onde podiam ser disponibilizadas de 3 a 4 vagas por apartamento.

Nos anos 1980, o mercado imobiliário havia mudado drasticamente com o fim do Banco Nacional de Habitação (BNH), a nova legislação de 1983 e a chegada da ENCOL<sup>11</sup>. Ao fim dessa década, o Recife já se encontrava como uma metrópole consolidada, em meio a um processo de rápida densificação, uma verticalização acelerada principalmente na região sul da cidade, no bairro de Boa Viagem que se consolidava como uma nova centralidade. No meio arquitetônico, o resultado era o aumento do gabarito dos edifícios verticais e o pragmatismo na construção, que eliminava os excessos utilizados anteriormente como artifícios para uma melhor qualidade arquitetônica, que passaram a ser considerados perdas financeiras. O desenvolvimento dos princípios modernos que vinham se consolidando na arquitetura da cidade desde os anos 1950, aos poucos iam se perdendo diante dessas novas transformações urbanas. A transição dos anos 1980 para os anos 1990 foi marcada por arquitetos formados em um contexto que não possuía as mesmas oportunidades que seus mestres nas décadas anteriores. O resultado foi uma busca pelo equilíbrio entre seus pensamentos, sua bagagem arquitetônica e a exigência e interferência do contexto da cidade contemporânea a partir de 1990.

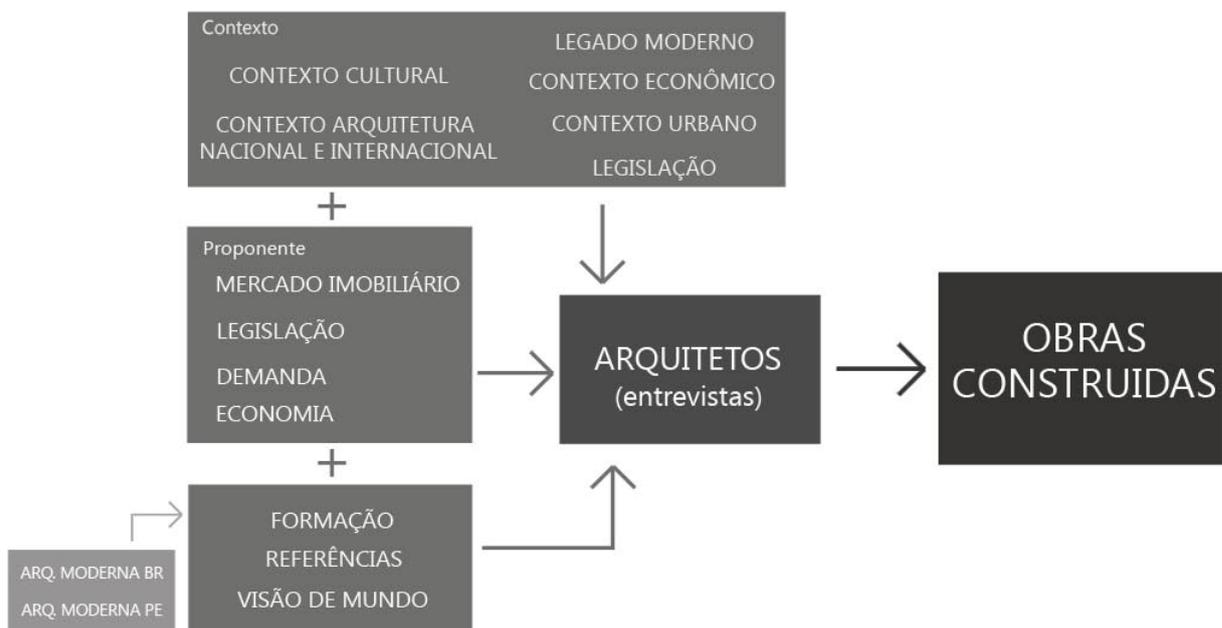
---

<sup>11</sup> A construtora goiana ENCOL foi fundada em 1961, mas só começou a atuar em Recife no final da década de 1980 e início de 1990. A empresa importou um novo sistema racionalizado de produção vertical, com patrocínio e financiado pelo setor privado, em oposição ao sistema de financiamento governamental do BNH.

### 3 TRANSFORMAÇÕES DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

A arquitetura surge a partir de diferentes fatores, sendo um complexo ciclo no qual diversas variáveis trabalham em conjunto com a figura do arquiteto. O contexto da cidade no qual a obra está inserida é fundamental para a desenvolvimento desse processo, assim como o contexto nacional e mundial. Considerando a Região Metropolitana do Recife e os arquitetos que atuam nessa região, é possível definir alguns condicionantes essenciais para a formação dessa produção: o contexto cultural e urbano, a legislação, o mercado imobiliário, demanda e a economia são fatores que interferem diretamente na atuação do arquiteto, já que eles são proponentes externos ao processo de projeto. Ainda existem fatores mais subjetivos que se resumem a cada um dos arquitetos, cada qual com sua visão de mundo, suas influências da formação acadêmica e as referências internacionais, nacionais e locais, principalmente da arquitetura moderna brasileira e pernambucana. No processo do projeto, o arquiteto termina agindo como um catalisador desse conjunto de variáveis, sendo responsável pelo trabalho de absorver e conciliar todo os condicionantes para produzir a obra arquitetônica [56].

Figura 56 - Ciclo de variáveis na produção da arquitetura.



Fonte: Bianca Fernandes.

Sendo esse processo essencial para o entendimento da arquitetura que se desenvolve no estado, temas mais amplos relacionados tanto a produção arquitetônica moderna pernambucana quanto aos fatores que tiveram rebatimento na produção local da arquitetura são fundamentais para a compreensão dessa arquitetura produzida no período entre 1990 a 2010.

Considerando que arquitetura sempre está inserida em um contexto cultural, local e

tecnológico, existem condicionantes em constante mudança interferindo e moldando positiva ou negativamente a produção dos arquitetos. Um breve panorama das transformações ocorridas na Região Metropolitana do Recife nos últimos 30 anos pode demonstrar como os arquitetos respondem as mudanças no contexto e as novas exigências da sociedade. Dentre os fatores que conformam essas variações na cidade estão a dinâmica populacional, o mercado imobiliário, os padrões culturais e sociais, a economia, a legislação e os índices de violência que se interligam e formam o pano de fundo da produção e atuação arquitetônica na Região Metropolitana do Recife. Entende-se que não é possível excluir a arquitetura em si como um dos fatores de transformação da cidade, que contribuíram para suas mudanças ao longo desses 30 anos estudados. Porém, o foco deste breve panorama serão os fatores externos a arquitetura, já que o intuito é entender como essa arquitetura vem sendo desenvolvida em meio as mudanças do contexto da cidade, que a condiciona na mesma medida que é condicionado por esta.

A Região Metropolitana de Recife (RMR)<sup>12</sup> surgiu formalmente em 1973 como o reconhecimento do aglomerado urbano formado no entorno do Recife. Este foi consequência de um período de grande crescimento econômico e de urbanização ocorrido nas décadas anteriores.

A RMR exerce um papel de destaque na economia do nordeste, como um centro estratégico da região (REYNALDO, 2005, p.87). A cidade do Recife, pólo da RMR, possui uma densidade mais elevada em relação ao restante dos municípios da região metropolitana e é cinco vezes mais densa que a RMR como um todo. Com relação as regiões metropolitanas do país, é a 5ª RM mais densa do Brasil (IBGE, 2010). O pólo, a cidade do Recife, é a 8ª maior cidade do Brasil em população, apesar de ser a cidade com menor área de ocupação dentre as 10 cidades mais populosas do país (IBGE, 2010), com 97% da população da RMR concentrada em 12,6% de seu território (informação verbal)<sup>13</sup>[57].

Este adensamento do pólo da RMR se caracteriza por dois processos: sua expansão para as cidades vizinhas e um processo de verticalização no pólo. Tanto o baixo índice de projeção de crescimento, o menor entre as maiores cidades do nordeste e um dos três menores dentre as maiores cidades do país (IBGE, 2010), como o pouco incremento populacional da RMR, são sinais de que esses dois processos ocorrem na região: a verticalização e a migração interna gerada pelas oportunidades que surgem nas regiões mais periféricas [58].

Isso indica que o Recife, além de adensamentos em alguns bairros, pelo

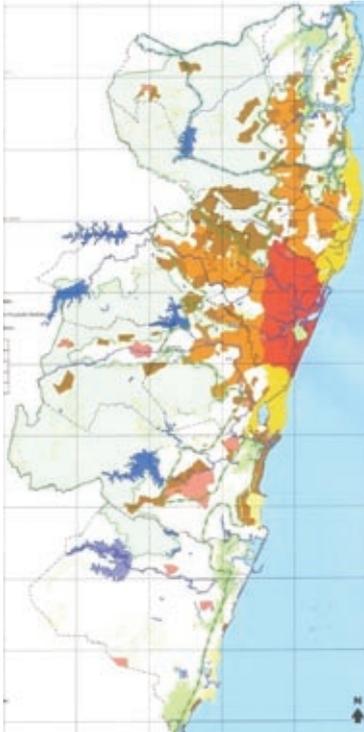
---

<sup>12</sup>Atualmente, a RMR é formada por 14 municípios: Abreu e Lima, Araçoiada, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ipojuca, Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata.

<sup>13</sup>Informação fornecida por Amélia Reynaldo no seminário *Recife 500 anos*, em Recife, em 17 de outubro 2014.

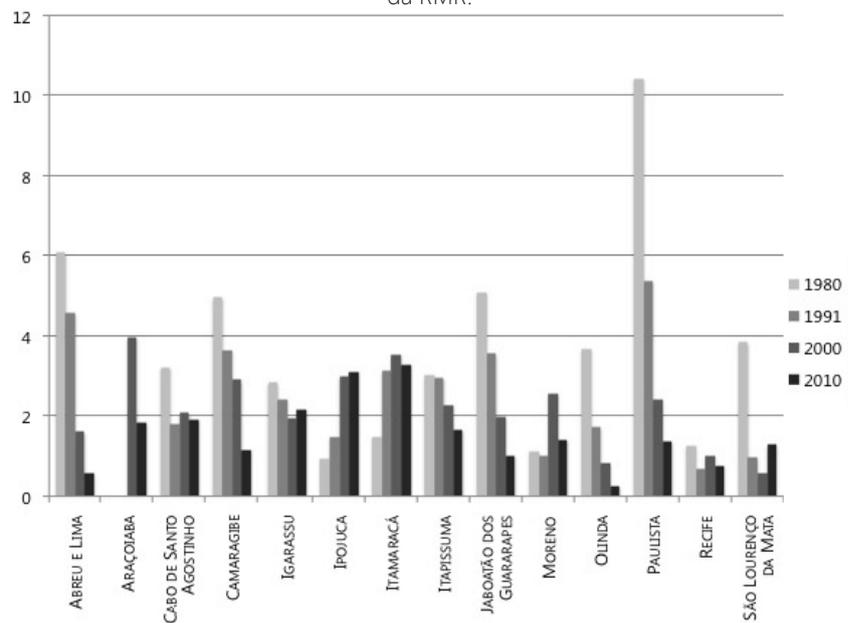
processo de verticalização ou substituição de residências unifamiliares por multifamiliares, tem transferido população para os municípios vizinhos. Jaboatão dos Guararapes e Paulista, em termos absolutos, colocam-se como aqueles que recebem esse impacto imediatamente. (REYNALDO, 2005, p. 172)

**Figura 57** - Dimensão territorial da RMR e representação da mancha urbana centrada no Recife em vermelho.



Fonte: Reynaldo, 2013.

**Figura 58** - Taxa de crescimento geométrico anual da população dos municípios da RMR.



Dados para confecção do gráfico: BDE-PE 2010. Fonte: Bianca Fernandes.

O pouco incremento populacional da cidade reafirma o processo de migração interna na RMR, onde existe um deslocamento na direção centro-periferia. A população vem em um processo de deslocamento para os municípios vizinhos desde a década de 1970.

No final da década de 1970 verifica-se uma inflexão de queda do crescimento demográfico. Embora tenha havido, nos últimos 30 anos, uma redução da ordem de 50% na taxa de crescimento demográfico, a RMR ainda recebe, nos dias atuais, cerca de 60 mil habitantes em média por ano. Esses novos moradores se redistribuem em migrações internas, passando 1/5 a residir no Recife e outros 4/5 nos demais municípios. (REYNALDO, 2005, p. 30)

Recentemente, a migração é incentivada principalmente pelo crescimento econômico resultante dos investimentos no Norte (em Igarassu com o Pólo Farmo-Químico e a fábrica da Fiat), no Sul (Pólo industrial e Porto de Suape) e no Oeste (Cidade da Copa). Existe uma migração para os municípios vizinhos como Olinda e Jaboatão dos Guararapes, que passam a ser entendidas como cidades dormitórios, particularmente esta última que recebeu uma série de habitações formais em todo município e uma forte verticalização dos seus bairros costeiros.

Como resultado, o crescimento habitacional formal ocorre fortemente em todo este litoral sul da RMR e também no norte, em Olinda e Paulista (REYNALDO, 2005, p.127). Sobre a formação da RMR nos anos 1970 e suas características, Medina mostra que foi promovida sob lógica do capital estatal e do capital imobiliário.

A indústria localizou-se nas periferias, configurando os grandes distritos; o comércio varejista e os serviços nos eixos de circulação e centros de bairros; o comércio atacadista nos grandes eixos de circulação e de conexão regional, assim também as grandes corporações institucionais - as estatais. Por fim, os espaços intraurbanos e os dotados de amenidades paisagísticas, preteridos pela grande produção imobiliária, cujas diretrizes centrais estavam sob a ingerência do, então, BNH. (MEDINA, 1997, p.558)

Na década de 1970, iniciou-se o processo de elaboração e implantação do Porto de Suape e do distrito industrial em seu entorno. Esse foi um dos grandes investimentos que iniciaram a expansão econômica e, conseqüentemente, da mancha urbana da RMR, que chega a seu auge em meados de 2000 com o aquecimento imobiliário na área sul da região metropolitana. Amélia Reynaldo (informação verbal)<sup>14</sup> afirma existirem 17 grandes investimentos apenas no município de Ipojuca que contribuem fortemente para essa expansão e migração da população. Mais recentemente, no município de Goiana, região norte da RMR, surgiu outro grande investimento com a implantação do Pólo Farmo-químico e da fábrica da Fiat, levando um crescimento populacional para a área que começou um processo de interesse imobiliário ainda recente e em desenvolvimento. Já na região oeste da RMR, a modificação da dinâmica da área aconteceu devido a implantação da Cidade da Copa, em São Lourenço da Mata, que incluiu além do estádio Arena Pernambuco, unidades habitacionais, hospital e comércio. Segundo Livia Miranda (MIRANDA, 2010) "esses empreendimentos ampliam o enorme potencial de atratividade de atividades produtivas, de serviços e, por consequência, um grande contingente populacional, comprometendo a infraestrutura existente e já insuficiente para atender a demanda atual" [59][60].

O surgimento de condomínios fechados nos municípios periféricos da RMR é outro movimento de espraiamento que apesar de menos significativo na dinâmica populacional da RMR por atingir a população de classes mais altas, possui características importantes para o entendimento do contexto da cidade. Um dos municípios que se destaca como principal destino dessa migração é Camaragibe, que possui condições favoráveis a esse tipo de ocupação, como a oferta de áreas vazias, passíveis de ocupação, relativamente próximas ao centro do Recife e com grande qualidade ambiental (REYNALDO, 2005, p. 172). Essa forma de moradia está ganhando a preferência de setores sociais mais privilegiados que buscam um isolamento do movimento da cidade. Apesar de ser um processo relativamente recente, considerando que em

---

<sup>14</sup> Informação fornecida por Amélia Reynaldo no seminário *Recife 500 anos*, em Recife, em 17 de outubro 2014.

outras regiões do país já vem acontecendo desde dos anos 1970-1980, pode-se caracterizá-lo por uma busca de locais ambientalmente bem dotados e com boas condições climáticas e paisagem privilegiada. Essas novas estruturas urbanísticas surgem na parte noroeste da RMR e no litoral sul, com enfoque em uma boa infra-estrutura, formando espaços quase autônomos da cidade [60].

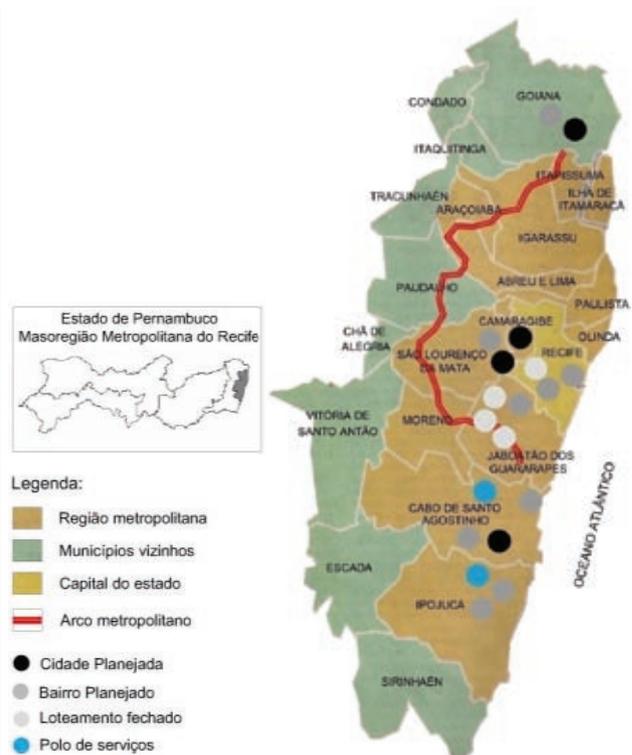
A consolidação dessa forma de morar [de exclusão e reclusão da rua] amplificou a rejeição pela rua e espaços públicos, prejudicando seriamente a relação das pessoas com o ambiente urbano e denunciando, de certa forma, a falência da cidade do Recife como catalisadora de relações sociais. É interessante notar como o índice dessa falência a crescente proliferação de bairros ou cidades planejadas e condomínios fechados em áreas até pouco rurais da Região Metropolitana do Recife, num movimento que certamente pode ser entendido como uma opção ao a padrão de verticalização habitacional na cidade. (MONTEIRO; et al, 2013, p.10)

**Figura 59** - Processo de crescimento da mancha urbana da RMR.



Fonte: Reynaldo, 2005, p.169.

**Figura 60** - Distribuição de novas urbanizações na RMR.



Fonte: Reynaldo, 2013.

Neste período de 1970, o Recife assistiu a um intenso processo de verticalização. De fato, os primeiros edifícios altos remontam dos anos 1940 e 1950 com a oferta de escritórios em edifícios na Av. Guararapes e alguns residenciais na Boa Vista, mas se consolidou a partir de meados da década de 1970 com a adesão pela população da moradia verticalizada. A transição da habitação horizontal para os edifícios verticais foi um processo tratado por todos agentes envolvidos com o setor imobiliário. Existia uma necessidade de transformar o edifício vertical em um ícone de modernidade e avanço, além de um ambiente confortável e adequado a uma

sociedade habituada as residências ajardinadas.

O edifício alto sintetizou a imagem de progresso almejada pelas elites locais e foi também conveniente em uma cidade com pouca superfície disponível. No entanto, os exemplos residenciais em altura eram ainda quase inexistentes. O edifício residencial em altura em Recife é um experimento do pós-guerra, mais especificamente, um experimento modernista por natureza, fruto da chamada escola pernambucana desenvolvida a partir de 1950. (MOREIRA; FREIRE, 2008)

Em 1950, surgiam os primeiros edifícios residenciais verticalizados, porém a solução ainda não era tão aceita pela sociedade. Já em 1960, a tipologia tornou-se mais visada e surgiram importantes exemplares pela cidade. A verticalização ocorreu em áreas que continham amenidades ambientais e eram bem localizadas quanto as infraestruturas urbanas, sendo coordenada pela atividade imobiliária que valorizava ou não determinadas áreas da cidade (MEDEIROS; OLIVEIRA, 2004).

A consolidação do edifício vertical como modo de morar apropriado pela classe média e alta foi efetivada apenas a partir de meados da década de 1970. Esse processo foi influenciado, particularmente, pela cheia de 1975, que atingiu bairros considerados seguros, inundando 80% do território recifense e afetando não só a população de classe baixa, mas as classes média e alta. A busca por apartamentos tornou-se o caminho mais acessível a uma moradia segura para essa população, principalmente a classe média (MONTEIRO; et al, 2013).

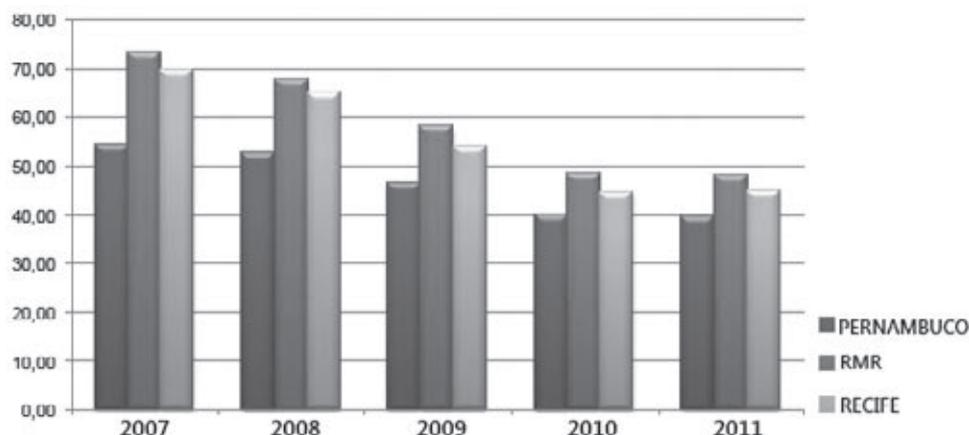
Por muito tempo a habitação coletiva foi malvista pela população, porém

aspectos como segurança, comodidade, satisfação, requinte, exclusividade e status social foram sendo agregados positivamente a essa concepção do apartamento como solução moderna de moradia, adequada ao estilo de vida nos grandes centros urbanos. Deve-se destacar nesse processo de reformulação simbólica a atuação decisiva do mercado imobiliário [...] (MONTEIRO; et al, 2013, p. 4).

O aumento dos níveis de violência em meados de 1980 também contribuiu para o sentimento de aversão a rua pela sociedade e, como consequência, para o aumento dos condomínios de edifícios verticais na RMR. Já nos tempos coloniais existia a super valorização dos espaços privados em detrimento do público, sendo a rua um espaço sujo e com finalidade apenas de circulação. Atualmente, esse sentimento negativo foi reafirmado pelo aumento da já elevada taxa de homicídios da RMR em relação a todo estado na década de 1990. A partir de meados 2000 essa taxa diminuiu<sup>15</sup>, porém apesar dessa redução, o medo da violência possivelmente já havia se consolidando na sociedade [61].

<sup>15</sup> Segundo dados, "em 1991 a ocorrência de homicídios na RMR correspondia a 56,2% da taxa de Pernambuco, em 1999 representou 61,1%, acréscimo de 8,7%. Em 2002, a RMR foi responsável por 54% das ocorrências do estado". (REYNALDO, 2005, p.116)

**Figura 61** - Taxa anual de crime violento letal e intencional por 100 mil habitantes.



Fonte para confecção da tabela: CONDEPE/FIDEM, Secretaria de Defesa Social e de Planejamento e Gestão, Estatísticas da Criminalidade Violenta em Pernambuco 2011. Confecção: Bianca Fernandes.

Esse medo provocou uma maior valorização da moradia vertical como modo de isolamento e segurança, resultando nos modelos de edifícios verticais rodeados por muros altos e guaritas com isolamento total do exterior assim como a reprodução do espaço público no interior dos edifícios [62][63][64]. Segundo Monteiro et al (2013, p.10) “esse mecanismo de segregação espacial, por meio de encastelamento e formação de ilhas isoladas e protegidas da violência, blindo o edifício reforçando por outro lado uma real insegurança nas ruas e nos ambientes urbanos.” Como resultado dessa preferência da população em usufruir o espaço privado em detrimento do público houve a consolidação desse modelo de encastelamento. Ocorreu um aumento de equipamentos inseridos nas áreas comuns desses condomínios, que buscavam assemelhar-se com os espaços públicos para que seus moradores necessitassem cada vez menos sair dos seus condomínios [65][66].

**Figura 62, 63 e 64** - Exemplos de guaritas e muros de edifícios no Recife.



Fonte: Bianca Fernandes

**Figura 65** - Área de lazer do condomínio Evolution Shopping Park, Recife. **Figura 66** - Área de lazer do edifício Bosque da Madalena, Recife.



Fonte: mouradubeux.com.br. Acesso em jun. 2015.



Fonte: expoimovel.com. Acesso em jun. 2015.

Outro fator que contribuiu para o aceleramento da verticalização foi a falta de terrenos nas áreas de interesse do mercado imobiliário do Recife. Considerando a dinâmica populacional da RMR, o adensamento da cidade resultou na priorização de moradias verticalizadas devido a essa carência de espaço na cidade. Principalmente nas áreas planas e visadas pelo mercado houve esse adensamento com o consequente sobrecarregamento da infra-estrutura existente devido a substituição gradativa de edifícios unifamiliares por multifamiliares (PREFEITURA DO RECIFE, 2013). A organização desse espaço urbano se deu basicamente com a ocupação, por edifícios verticais, das áreas formais da cidade que possuíam melhor acesso e infraestrutura, além de terrenos planos e não alagadiços, sendo estas áreas supervalorizadas. Esse processo foi reforçado pela propaganda do mercado imobiliário com o intuito de atrair as classes cada vez mais altas. Por outro lado, a população que não possuía meios para pagar moradias nessas regiões, eram limitadas a porções menos beneficiadas da cidade, áreas alagáveis e de morros. A legislação teve certa influência nessa divisão da população no Recife.

A distribuição dos coeficientes de utilização dos terrenos na Cidade – os potenciais de construção – privilegiavam as áreas mais centrais ou possuidoras de amenidades paisagísticas, enquanto as áreas periféricas possuíam potenciais menores (área de reserva). Isso por certo contribuiu para a redistribuição da planta de valor fundiário da cidade. (MEDINA, 1997, p.560-561)

A dinâmica de ocupação da cidade do Recife passou por vários momentos. No início dos anos 70, a área da zona norte que corresponde aos bairros do Derby, Espinheiro, Torre, Madalena, Rosarinho, Encruzilhada, Graças, Aflitos e Jaqueira era essencialmente residencial com grandes casarões em terrenos arborizados. Porém, aos poucos os hábitos de morar da classe alta e média do Recife mudavam. Nos anos 80 a região de Casa Forte, Poço da Panela, Monteiro, Apipucos, Parnamirim e Santana, assim como os bairros citados anteriormente, possuíam qualidades de bairros privilegiados em uma área relativamente central, apesar de dependerem dos bairros vizinhos para serviços e comércio. Com o processo de verticalização nesses bairros, iniciou-se a implantação de um setor terciário de centros comerciais, lojas,

bancos, resultando em uma autonomia de consumo que hoje é forte nos principais eixos viários como a Avenida 17 de agosto, Avenida Rosa e Silva e a Avenida Rui Barbosa. (LACERDA, 1993; BARRETO, 2012)

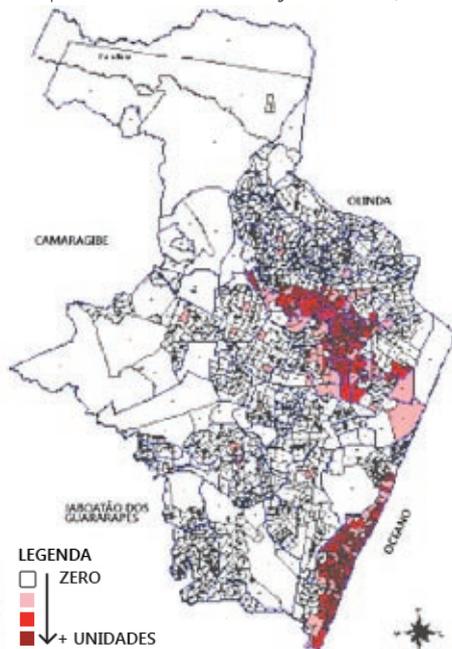
Atualmente o Recife pode ser entendido pelas suas diferenças morfológicas e tipológicas. A zona norte e sul possuem similaridades com relação a suas paisagens bastante verticalizadas [67][68]. Já a zona oeste possui uma predominância de edificações horizontais, apesar de já existirem indícios de verticalização devido a falta no estoque de terrenos nas outras regiões da cidade [69]. A zona sul e a zona norte da cidade do Recife possuem traçados urbanos diferenciados, apesar da semelhança tipológica. Essas diferenças já são bem nítidas nos anos 1980, quando se percebia a zona sul como uma área mais moderna, principalmente o bairro de Boa Viagem, onde se substituía a tradição pelo progresso, com uma população que tinha como prioridades a tecnologia, agilidade da vida urbana e consumismo. A ocupação dessa área havia sido feita de maneira mais rápida, com um plano de ocupação mais retilíneo, demonstrando esse perfil mais moderno. Já na zona norte da cidade, principalmente nos bairros de Casa Forte, Apipucos, Aflitos, Jaqueira, existia um traçado urbano mais tradicional, no qual a modernidade convivia ainda dividindo o espaço com o antigo. O processo de parcelamento dos terrenos foi gradual, já que na área predominavam grandes terrenos de antigas chácaras, os quais eventualmente começaram a ser desmembrados em terrenos menores. Nessa área havia uma valorização da população tanto por seu passado tradicional como por ser uma área predominantemente plana e bem estruturada, sendo caracterizada como um reduto arborizado, mais calmo que a movimentação e agitação da zona sul [70]. Por fim, na zona oeste da cidade, em bairros como Cordeiro, Cidade Universitária, Iputinga, Várzea e Torrões localizam-se uma classe média com rendimentos relativamente mais baixos e uma predominância de moradias horizontais. As operações imobiliárias são de pequeno porte, ao contrário da zona Sul e Norte que são o foco da verticalização da cidade, mas certamente serão áreas de atuação dos incorporadores e do setor imobiliário (LACERDA, 1993).

Esse processo de verticalização teve consequências na dinâmica da cidade. Na década de 1990, pouco mais da metade da cidade era construída em 1 pavimento,  $\frac{1}{4}$  das unidades residenciais já eram de mais de 5 pavimentos, onde um em cada quatro recifenses morava em apartamentos (PREFEITURA DO RECIFE, 2003). O que ocorreu nas áreas que anteriormente eram ocupadas por residências para uma família foi uma saturação da infraestrutura. Com a substituição das residências unifamiliares pelos edifícios multifamiliares ocorreu um aumento drástico da quantidade de moradores, conseqüentemente, houve um esgotamento da rede de infraestrutura dos locais onde o adensamento aumentou vertiginosamente. Estas eram áreas planejadas para um tipo de moradia que comportava apenas uma família, em uma malha

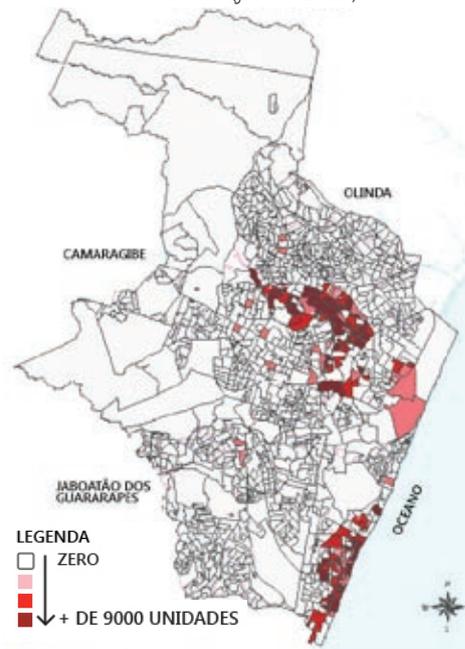
urbana com tipologias que remetiam ao período colonial de casarões em grandes terrenos.

De modo geral, existe um estrangulamento da infraestrutura viária que decorre de uma demanda superior a capacidade das vias, tendências esta claramente percebida pelos usuários dos principais eixos viários da RMR, não apenas nos horários de pico, mas durante a maioria do período do dia. Esta sobrecarga compromete sobremaneira a potencialidade da metrópole pernambucana em desempenhar um papel de pólo de serviços turismo, comércio e de distribuição de mercadorias em âmbitos regionais. (REYNALDO, 2005, p.178)

**Figura 67** - Unidades residenciais de 16 a 20 pavimentos no Recife (junho 2003).

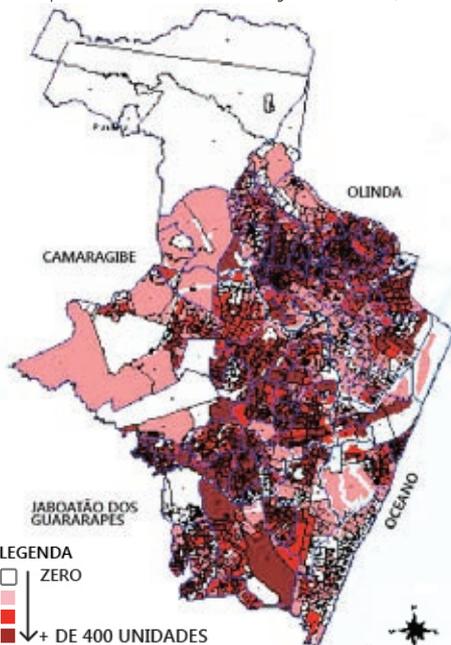


**Figura 68** - Unidades residenciais com mais de 20 pavimentos no Recife (junho 2003).



Fonte: MEDEIROS; OLIVEIRA, 2004, p.191.

**Figura 69** - Unidades residenciais de 1 a 2 pavimentos no Recife (junho 2003).



Fonte: MEDEIROS; OLIVEIRA, 2004, p.192.

**Figura 70** - Vista aérea de Recife (Zona sul).



Fonte: Sandro Helmann, 2012.

A dinâmica populacional da RMR pode ser caracterizada por uma expansão da mancha urbana para os municípios vizinhos altamente integrados ao pólo do Recife, além de uma verticalização das áreas planas gradualmente valorizadas desde os anos 1970 e um adensamento de áreas de morro periféricas a malha urbana formal da cidade (LACERDA, 1993). Desse modo, pode-se caracterizar a densidade do Recife de duas maneiras: as áreas planas adensadas pelo processo de verticalização devido a super valorização do mercado imobiliário; e as áreas periféricas e de morro que possuem uma densidade ainda maior do que as áreas verticalizadas, apesar da infra-estrutura precária ou inexistente. A população que não tem condições de investir em áreas com melhor infra-estrutura devido ao alto custo dessas regiões muitas vezes privilegiadas, ocupam essas regiões a margem da cidade de maneira desordenada. O resultado é uma alta densidade e pouca melhoria na infra-estrutura, como no Alto José do Pinho e Brasília Teimosa, bairros mais densamente povoados do Recife (NUNES, 2008, p.62).

Segundo dados do *Metrópole Estratégica* (REYNALDO, 2005), é possível caracterizar essas duas tendências de crescimento e adensamento da RMR, assim como uma terceira que surge mais timidamente. A primeira tendência são as "áreas contíguas ao centro expandido do Recife, ao longo do rio Capibaribe, as primeiras linhas de ocupação ao longo da frente de água Boa Viagem, o entorno do *Shopping Center* Recife e a orla marítima de Jaboatão dos Guararapes [que] mantêm um incremento de edificabilidade e de população, a partir da década de 1980" (REYNALDO, 2005, p.174). A segunda tendência se caracteriza pelo desenvolvimento de loteamentos populares principalmente em Nossa Senhora do Ó em Ipojuca, no Cabo, no entorno da lagoa Olho D'Água em Jaboatão dos Guararapes, em Paulista e na Ilha de Itamaracá. Essa é uma ocupação voltada para as camadas mais populares, com uma infraestrutura insuficiente, enquanto que a primeira tendência é voltada para camadas de classe média e alta. A terceira tendência de ocupação, também com foco na classe média e alta, são as "áreas de baixa densidade, localizadas distantes dos centros tradicionais, porém a eles muito bem conectadas, e que oferecem solo as moradias urbanas [...] a exemplo de aldeia, Camaragibe e São Lourenço da Mata" (REYNALDO, 2005, p.174).

Esses fatores tem um rebatimento direto na produção de arquitetura atual. As áreas dentro do Recife passaram a sofrer com esse processo de verticalização, que vem gerando redutos com edifícios cada vez mais altos, sem ligação com o contexto, renegando o espaço público. Já nas áreas periféricas, onde o modelo de condomínios fechados e auto-suficientes se proliferam, Leal afirma que

o efeito desse individualismo centrado na propriedade vem criando uma paisagem notavelmente repetitiva arquitetonicamente e cada vez mais associada à total dependência do automóvel. Os impactos ecológicos são

altamente negativos, e os custos sociais e econômicos se agravam a cada dia através da segregação dos espaços dos pobres. (LEAL, 2006, p.07)

O Recife passou por mudanças na conjuntura do mercado imobiliário nos anos de 1980 com a recessão e desaceleração da economia brasileira que atingiu principalmente as regiões metropolitanas. Ocorreu um processo de maior produção de apartamentos grandes, com 4 quartos, e uma diminuição da produção de apartamentos menores, com 1 ou 2 quartos, seguindo a lógica de que o investimento voltado para as classes mais altas teria retorno mais garantido do que aqueles voltados para as outras classes, pois em meio a crise era o menos afetado (LACERDA, 1993). Em 1986, o Banco Nacional de Habitação (BNH) deixou de existir, mudando todo o sistema de habitação financiado pelo governo que existia desde 1964. Na década de 1970, o papel do arquiteto era fundamental na produção, já que a sociedade buscava o arquiteto como referência da qualidade do projeto. Dentre os arquitetos que se destacavam no meio estavam Vital Pessoa de Melo e Wandenkolk Tinoco.

A partir de 1980, devido a diversas mudanças no contexto econômico da cidade, assim como um mercado imobiliário mais exigente e restritivo, as novas legislações e o aumento da violência, surgiram mudanças no processo de produção da arquitetura. O panorama local começou a mudar ao longo dos anos 1980 com a chegada das construtoras do sul do país, que possuíam como prioridades a agilidade e barateamento das obras, limitando o papel do arquiteto no processo de desenvolvimento dos edifícios. Também surgiram várias construtoras locais, como a Rio Ave, Gabriel Bacelar e Queiroz Galvão, que aproveitavam a oportunidade do momento, atraídas pelas possibilidades de um mercado lucrativo.

No início da década de 1990, a construtora goiana ENCOL começou a atuar no Recife, trazendo um novo sistema diferenciado de produção vertical patrocinada e financiada pelo setor privado. O modo de produção da empresa seguia um pensamento voltado para a racionalização dos materiais e a estandardização das obras buscando o barateamento da construção. Muitas vezes a mesma planta era construída com diferentes fachadas. Essa racionalização na construção trouxe benefícios, como uma maior especialização e profissionalização da mão de obra, resultando na diminuição de gastos excessivos por erros nas construções. Porém, também houveram prejuízos, como a diminuição do papel do arquiteto no processo, a limitação da liberdade no ato de projetar e a necessidade de rapidez no processo de produção, resultando em edifícios cada vez mais similares em diferentes partes da cidade. O mercado imobiliário pernambucano teve que se adaptar a essas novas mudanças, tanto a extinção do BNH, importante financiador de habitações, como a nova concorrência através dessas novas metodologias de construção trazidas por empresas de outras regiões do país, como a ENCOL.

Em meio a crise econômica brasileira dos anos 1980, houve um aumento nos custos da produção juntamente com a maior profissionalização do mercado, conseqüentemente necessitou-se baratear as obras. Nesse período começaram a surgir os edifícios verticais totalmente revestidos em cerâmica em contraste com os anteriores com azulejos, pastilhas ou em concreto aparente, já que essas técnicas demandavam uma manutenção constante, principalmente a última. Também houve a diminuição do uso de determinados elementos característicos da produção moderna, como volumes sacando com varandas e jardineiras, sacrificados nesse processo de redução de custos da construção [71][72][73][74][75].

**Figura 71, 72 e 73** - Edifícios da década de 1960, 1970 e 1980.



Fonte: FREIRE, MOREIRA, 2008; IDEM; redeimoveispe.com.br. Acesso em mai. 2015.

**Figura 74 e 75** - Edifícios construídos recentemente no bairro do Rosarinho.



Fonte: imobiliariarecife.com.br. Acesso em mai. 2015.

Com a diminuição das possibilidades projetuais para os arquitetos, seu papel frente a sociedade foi minimizado pelas construtoras. Estas passaram a vender seu produto como resultado de um marketing em torno do nome da empresa, trazendo modismos que estavam em voga para os edifícios. Esse comportamento resultou em uma consolidação das construtoras como produtoras dos edifícios verticais multifamiliares no Recife. A população passou a comprar apartamentos com preços elevados e qualidade reduzida, atraída pelo nome da construtora a qual o empreendimento estava relacionado e não mais pelo arquiteto que o projetou, nem pela qualidade do projeto. Os apartamentos passaram a ser vendidos com propagandas que passaram a dar prioridade a imagens dos espaços de convivência condominial, como academia, espaço gourmet, brinquedoteca, cinema, dentre outros equipamentos [76]. Estes são inseridos nos projetos, como já foi citado, com a intenção de criar um ambiente similar aos espaços públicos. Porém, também são utilizados como um forma de diferenciar e valorizar os edifícios, já que as plantas dos apartamentos se tornaram cada vez menores e com soluções similares. A estratégia de marketing são voltadas para imagens com ambientes que focam a convivência familiar ao ar livre, com amplitude espacial, na maioria das vezes não mostram a planta dos apartamentos, enfatizando uma realidade que não condiz com a totalidade do projeto. Dessa maneira, os edifícios passaram a ser produtos vistos como símbolos de construtoras, cujo valor se eleva de acordo com a popularidade da empresa, já que o nome da construtora passou a estar ligado a algo visto como bem sucedido no mercado. Esse produto vendido supostamente com

atributos positivos pelo setor imobiliário, de fato vem sofrendo uma diminuição na qualidade tanto dos materiais quanto das soluções técnicas e do processo construtivo. Por fim, os clientes pagam mais caro por uma marca atribuída pela construtora, recebendo um apartamento que, em sua maioria, não atende de maneira confortável suas necessidades devido a baixa qualidade, não só arquitetônica, mas também construtiva e urbanística.

Figura 76 - Propagandas de edifícios construídos em Recife.



Fonte: mouradubeux.com.br; romarcoconstrutora.com.br. Acesso em mai. 2014.

A legislação é outro fator importante de modificação da cidade. É possível entender o perfil de determinadas áreas do Recife de acordo com a legislação que estava vigente no período de sua ocupação. Antes da lei n. 2.590 de 1953, os edifícios possuíam o gabarito diretamente explicitado na legislação ou, dependendo da área, resultado da relação da largura das vias e a altura do edifício, o que gerava construções bem similares em diferentes zonas do Recife. A partir da lei de 1953, começaram a ser estabelecidos parâmetros de desenho de acordo com fórmulas matemáticas, que calculavam também os afastamentos de uso e ocupação. Em seguida, com a nova legislação de 1961 (Lei n. 7427), bastante influenciada pelo estudo das *Diretrizes de um plano regional para o Recife* de Antônio Baltar, começou a surgir gradualmente no Recife os parâmetros urbanísticos que eram definidos por zonas e núcleos. A tipologia na qual o pavimento térreo era voltado para o comércio e os superiores eram habitacionais foi fruto dessa lei e se difundiu em poucos exemplares na década de 1960 pelo Recife.

A lei n. 14.511 de 1983, também influenciada pelos estudos de Baltar, implantava a distribuição de coeficientes de acordo com as áreas mais centrais ou que possuíam amenidades paisagísticas, o que resultou numa mudança do valor fundiário da cidade. As áreas periféricas possuíam potenciais menores e, por consequência, o mercado imobiliário tinha menos interesse

em investir nelas. A partir dessa legislação, se reafirmou a dualidade entre as áreas planas, centrais providas de serviços ou de amenidades e as áreas periféricas e de morros. Houve também uma proliferação da tipologia verticalizada voltada exclusivamente para o uso habitacional, já que o uso misto se limitava aos eixos de atividades múltiplas. Os edifícios passaram a ser projetados respondendo apenas ao potencial construtivo máximo e aos afastamentos necessários, sem preocupação com a continuidade do espaço público. Essa lei consolida o que havia se iniciado com a lei anterior, com relação as vagas de estacionamentos que passaram a não necessitar de recuo e não serem contabilizadas no coeficiente total da construção. Essa foi uma mudança resultante do crescimento da população motorizada no Recife na década de 1980. Foi nesse momento que o protagonismo do carro se consolidou na cidade e nos edifícios, por meio da base de estacionamento sem recuos e os muros altos (informação verbal)<sup>16</sup>. Nesse período, porém, ainda existiam esforços da parte de arquitetos em produzir obras que, apesar das limitações da lei, tiravam proveito dela para uma arquitetura de qualidade. Como não eram computados na área de construção dos edifícios, os arquitetos passaram a utilizar de jardineiras, varandas e armários nas fachadas, gerando uma movimentação na volumetria em oposição a monotonia dos edifícios retangulares de fachadas lisas e genéricas.

Com a nova Lei n. 16.176 de 1996, conhecida como Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), os pontos positivos da legislação anterior, tais como algumas liberdades com relação a área construída que resultava em fachadas movimentadas e os coeficientes que condiziam com a divisão da cidade, foram modificados. A LUOS pareceu beneficiar um mercado imobiliário que se viu em crise num período no qual o BNH cessava suas atividades e construtoras do sul do país avançavam no mercado local. O aumento dos coeficientes de construção, dentre outros fatores que favoreciam um maior aproveitamento do terreno em termos construtivos, contribuíram para uma mudança de pensamento em relação a produção do edifício vertical. Enquanto nos anos 1960 e 1970, os edifícios era desenvolvidos com uma média de 10 pavimentos de uma maneira muito mais artesanal, a partir de 1990 passaram a se desenvolver edifícios com 30 ou mais andares, utilizando uma produção mais rápida e estandardizada. O edifício vertical passou a ser gerado como um produto resultante de um processo repetitivo de desenvolvimento.

A LUOS permitiu um aumento da quantidade de vagas de carros por apartamento, a diminuição dos limites de recuo e a possibilidade de utilizar a base dos edifícios como garagem, localizadas até o limite do lote com até 7,5m de altura. Um modelo de edifício residencial vertical surgiu com essa legislação, que trazia especificado o desenho do edifício com a base

---

<sup>16</sup> Informação fornecida por Amélia Reynaldo no seminário *Recife 500 anos*, em Recife, em 17 de outubro 2014.

pesada da garagem e o prisma resultante dos afastamentos acima. O resultado foi a repetição por toda cidade desse modelo existente na LUOS, cada vez mais altos, decorrente de um coeficiente de uso que muitas vezes não correspondia ao entorno. Essa lei consolidou o que havia se iniciado com a lei de 1983, a separação entre espaço público e espaço privado e a priorização de uma produção que acontece dentro dos lotes em detrimento de uma produção referenciada com a rua (MEDINA, 1997, p.565). Essa aversão a rua é reforçada pela cultura que se espalhou na sociedade de isolamento dentro da propriedade privada, negando por completo a rua e os espaços públicos. Todo esse processo contribuiu para a consolidação da transição das residências para edifícios verticais, fazendo com que em lugares onde moravam apenas uma ou duas famílias, passassem a morar trinta a quarenta famílias.

Outra legislação em vigor atualmente no Recife é a lei 16.719/2001, conhecida como *Lei dos 12 Bairros*. Num processo iniciado em 1998, como resultado da pressão da população, foram introduzidas mudanças na forma de ocupação de 12 bairros<sup>17</sup> localizados na zona norte do Recife. O resultado dessa movimentação foi a atenção voltada para área por órgãos públicos, que passaram a gerar estudos sobre o desenvolvimento da área. Esses estudos realizados demonstravam que havia uma saturação viária nos bairros do Derby, Graças, Espinheiro e Aflitos, além de uma tendência a saturação em Casa Forte e a uma degradação ambiental em toda área. O impacto da verticalização passou a afetar essa região, principalmente após a criação da lei de 1996, que tornou possível a construção com potenciais construtivos mais elevados e edifícios com gabaritos muito altos chegando a 40 andares. O resultado foi sentido nessa infraestrutura que não suportou a nova demanda repentina [77][78][79].

**Figura 77** - Vista do bairro da Madalena em Recife.



Fonte: diariodepernambuco.com.br. Acesso em mai. 2015.

**Figura 78** - Vista aérea da zona norte do Recife.



Fonte: panoramio.com. Acesso em mai. 2015.

**Figura 79** - Vista do bairro da Tamarineira em Recife.



Fonte: Bianca Fernandes.

A criação de um polígono delimitando a área que deveria receber maior atenção devido aos impactos que estava sofrendo, foi o primeiro passo para a regulamentação das transformações que aconteciam na área. As mudanças impostas prezavam principalmente pela

<sup>17</sup> Os bairros são: Derby, Espinheiro, Graças, Aflitos, Jaqueira, Parnamirim, Santana, Casa Forte, Poço da Panela, Monteiro, Apipucos e parte da Tamarineira.

limitação da verticalização desenfreada dos bairros e pela preservação da vegetação existente característica da região, que estava sendo perdida, afetando não só os moradores, mas o ecossistema do Rio Capibaribe que passa pela área. A lei surgiu baseada na LUOS, porém veio estabelecer novas diretrizes e limites de gabaritos na área delimitada no seu perímetro, que passou a ser considerada uma Área de Reestruturação Urbana (ARU). O intuito principal da nova lei era equilibrar a demanda dos edifícios com a infraestrutura já existente na ARU.

Com essa lei o interesse do mercado imobiliário foi levado para os bairros vizinhos, em áreas com características semelhantes aos bairros delimitados pela lei. Essa expansão da verticalização para os bairros vizinhos, como Rosarinho e Casa Amarela, tem resultado em mudanças no entorno da avenida Norte, que agora começa sofrer com o processo de verticalização. (BARRETO, 2012)

Na legislação atualmente em vigor, pode-se perceber duas linhas de pensamento quase opostas. A lei no. 16.176 de 1996 está muito mais voltada para os interesses do mercado imobiliário, sem uma preocupação com a população e o espaço urbano da cidade como um todo. Essa lei se aprimora em alguns aspectos em relação a lei anterior, mas continua com uma essência muito mais voltada para o benefício das construtoras. Já a *Lei dos 12 bairros* surgiu da manifestação da sociedade insatisfeita com a cidade, buscando beneficiar a cidade e sua população, apesar desta se limitar a uma única região do Recife, resultando na transferência do problema para os bairros vizinhos que possuem características semelhantes.

Por fim, complementando os instrumentos reguladores da cidade, existe o *Plano Diretor* revisado em 2008 que deveria ser responsável pelo âmbito mais amplo de gerenciamento e orientação para os agentes que desenvolvem o espaço público. Porém, o plano diretor do Recife necessita ainda de legislações que trabalhem em conjunto com suas diretrizes de maneira a contribuir para a realização de seus objetivos de forma conjunta. Até o momento, ainda é necessário uma série de regulamentações de instrumentos que tornem o plano aplicável, já que o mesmo não especifica exatamente como deve ser feito e o que deve ser feito em suas diretrizes. Dessa maneira, para o Recife, o plano diretor ainda não cumpre por inteiro o papel ao qual é designado. Segundo Amélia Reynaldo “o Plano Diretor estende para Boa Viagem a *Lei dos 12 bairros*, mas desperdiça os estudos quando passa para o macrozoneamento, forma uma cidade racional, monolítica com um único tipo arquitetônico com validade” (informação verbal)<sup>18</sup>.

Os diversos processos que acontecem no Recife nos últimos 30 anos esclarecem em parte o panorama da cidade que temos hoje, e contribuem para o entendimento do contexto

---

<sup>18</sup> Informação fornecida por Amélia Reynaldo no seminário *Recife 500 anos*, em Recife, em 17 de outubro 2014.

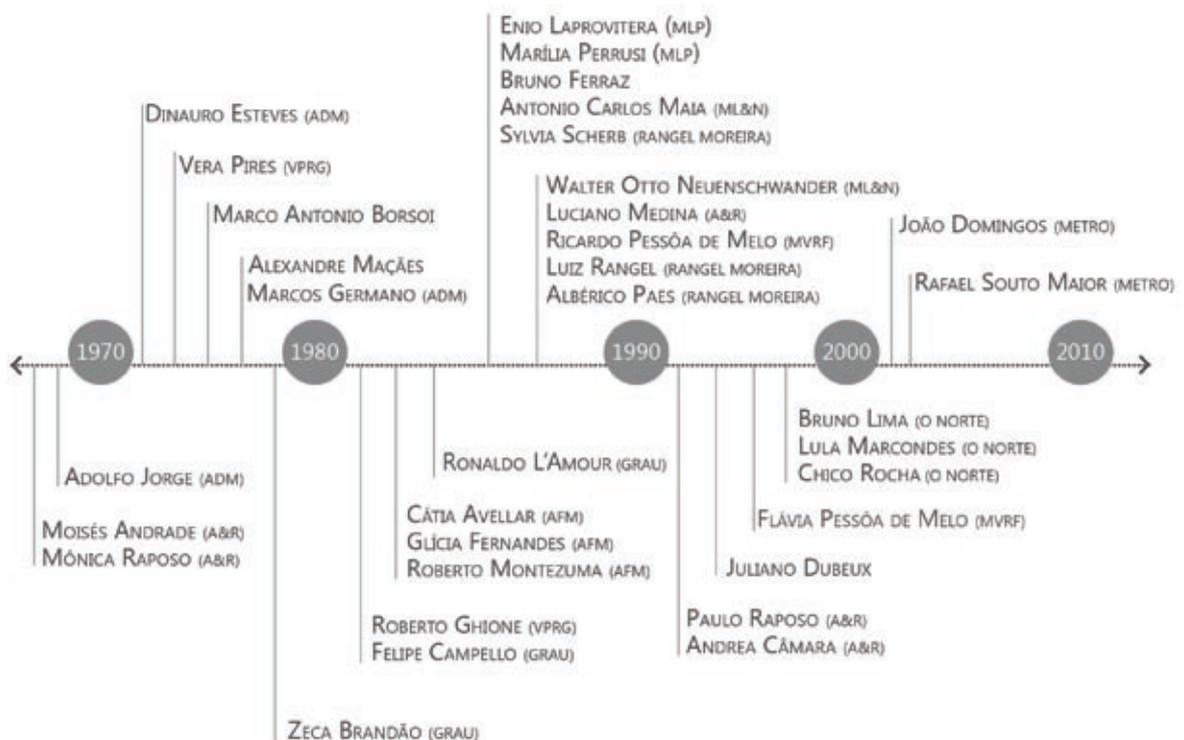
no qual a arquitetura é produzida. Pode-se sintetizar alguns desses processos que resultaram na conjuntura atual: uma dinâmica populacional caracterizada pela verticalização de áreas planas e acessíveis, gerando uma saturação em áreas de maior interesse do mercado imobiliário, como alguns bairros nobres da zona norte, Boa Viagem e arredores. Uma ausência de residências unifamiliares, sendo os edifícios verticais os principais modos de moradia, principalmente da classe média. Esse mesmo mercado imobiliário é um dos principais limitadores da arquitetura da cidade, assim como a legislação que, em sua evolução, teve interferências externas de interesses mercadológicos e hoje trata a cidade como um todo sem especificidades. Num âmbito metropolitano, a expansão econômica devido aos investimentos principalmente no norte e sul, têm levando a população a uma migração para essas áreas e a criação de condomínios afastados do centro. Estes como consequência, também, de uma falência do espaço público da cidade e do medo da violência. Enfim, esses pontos são apenas algumas das especificidades que interferem e conformam o contexto da cidade. Num contexto tão complexo como o da RMR, possivelmente existem outras variáveis que também contribuem para sua constante transformação, sendo a própria arquitetura um deles. Porém, o intuito do capítulo foi entender, de maneira geral, o panorama que inclui os fatores socioeconômicos, culturais, tecnológicos e urbanos que se justapõem, moldando e dando suporte a produção de arquitetura local. Este panorama será fundamental para entender o pensamento dos arquitetos sobre esse mesmo contexto, comparando a visão destes com os dados e informações levantados nessa seção.

## 4 O OLHAR DOS ARQUITETOS

Com o intuito de entender a produção da arquitetura na RMR torna-se importante compreender como o processo se desenvolve do ponto de vista do arquiteto, já que este assume o papel de catalisador das variáveis que englobam esse processo e formam o contexto da cidade. Ao entender as variáveis em si, que foram apresentadas no capítulo anterior, se faz necessário comparar esse conjunto de condicionantes locais, com a visão do próprio arquiteto sobre esse tema, como ele entende e produz sua arquitetura em meio ao contexto da RMR.

O grupo de arquitetos entrevistados consiste em 15 escritórios: ADM, AFM, A&R, Alexandre Mações, B’Ferraz, Grau, Juliano Dubeux, Marco Antônio Borsoi, Majella Laprovitera & Perrusi, Metro, ML&N, MVRF, O Norte Oficina de Criação, Rangel Moreira e VPRG<sup>19</sup>. Maior parte dos entrevistados se formaram na década de 1980 e tem uma produção consolidada a partir década seguinte, os anos 1990, início do recorte temporal da pesquisa<sup>20</sup> [80].

Figura 80 - Ano de formação dos arquitetos dos escritórios selecionados.



Fonte: Bianca Fernandes.

<sup>19</sup> Todas as citações feitas no capítulo 3 são informações verbais provenientes de entrevistas aos arquitetos Adolfo Jorge, Andrea Câmara, Antônio Carlos Maia, Bruno Ferraz, Bruno Lima, Enio Laprovitera, Felipe Campello, João Domingos, Juliano Dubeux, Luciano Medina, Luiz Rangel Moreira, Lula Marcondes, Marco Antônio Borsoi, Marcos Germano, Paulo Raposo, Rafael Souto Maior, Ricardo Pessoa de Melo, Roberto Ghione, Roberto Montezuma, Ronaldo L'Amour, Vera Pires concedidas à Bianca Tháís Siqueira Fernandes Tenório, Fernando Diniz Moreira, Marcelo Arrais de Lavor Moreira Dias, Raíssa de Vasconcelos Simões, Raphaela Banks, em Recife, no período entre 2011 e 2015. Para mais informações, ver as referências desta dissertação.

<sup>20</sup> Para mais informações sobre os escritórios e seus arquitetos, ver Apêndice A.

A posição comum no meio arquitetônico a partir de 1990 é a de uma perda do espaço do arquiteto no processo de projetar por conta de diversos fatores do contexto da cidade, assim como é de entendimento comum a dissolução da *Escola do Recife*. Para entender melhor esse posicionamento, as entrevistas buscaram explorar o olhar do arquiteto sobre o meio e entender como ele vê essa arquitetura inserida no contexto da cidade. Para facilitar a compreensão da visão do arquiteto, foram divididas três esferas com as quais a arquitetura se relaciona: como ela se relaciona com o arquiteto (influências da formação, a *Escola do Recife*, o ensino de arquitetura, influências nacionais ou internacionais), como ela se relaciona com a cidade (verticalização, mercado imobiliário, legislação) e como ela se relaciona com a sociedade (cultura arquitetônica, violência e suas consequências na sociedade, o valor dado ao arquiteto, a relação do arquiteto com o cliente).

Partindo dessas três relações, foi desenvolvido um roteiro de perguntas que levantou temas relacionados a cada uma delas. Na esfera sobre o arquiteto, buscou-se entender a existência de uma continuidade ou ruptura da *Escola do Recife*, assim como as influências que os arquitetos tinham na época da graduação e atualmente. Na esfera sobre a cidade, foi entendida como é a relação com o mercado de trabalho, com a demanda da população e dos construtores, como lidam com as limitações impostas pelo processo cada vez maior de padronização e standardização da construção e quais os pontos negativos e positivos da legislação atual. Por fim, na esfera sobre a sociedade, quais as mudanças percebidas pelos arquitetos em relação ao contexto cultural, particularmente naquilo que a sociedade demanda e interfere na produção da arquitetura, a relação do arquiteto com a sociedade, sua valorização no meio, as relações com os clientes e seu papel frente a sociedade [81]. As perguntas tentam relacionar também os temas levantados com as obras dos arquitetos, buscando contribuir para a análise dessas obras que serão foco do capítulo seguinte.

O roteiro desenvolvido foi utilizado como uma base para nortear as entrevistas, não necessariamente como um limitador para os entrevistados, assegurando que estes pudessem refletir sobre os temas, porém sem perder o foco da pesquisa. Ao realizar as entrevistas, eram levantadas as 3 esferas já citadas, assim como alguns pontos existentes no roteiro ao longo da conversa, possibilitando que o arquiteto desenvolvesse o tema com a mínima interferência da entrevistadora na sua resposta. Ao longo do desenvolvimento da pesquisa foi percebido como os próprios arquitetos chegavam a temas existentes no roteiro sem a necessidade deste ser citado.

Figura 81 - Esquema com a divisão dos universos da entrevista.



Fonte: Bianca Fernandes.

O processo de elaboração do roteiro envolveu duas etapas. Uma primeira desenvolvida ainda numa pesquisa de iniciação científica<sup>21</sup>, na qual, com a ajuda dos outros pesquisadores, as perguntas foram elaboradas e testadas. A partir dessas experiências, juntamente com o desenvolvimento dos capítulos 2 e 3, foi construído um roteiro, que foi aperfeiçoado após testes com alguns arquitetos. As entrevistas realizadas foram transcritas<sup>22</sup> e todo material resultante foi analisado para o desenvolvimento do presente capítulo.

#### 4.1 O arquiteto

A relação entre o arquiteto e sua arquitetura foi analisada através das influências arquitetônicas dos entrevistados. Dentre os tópicos trabalhados nas entrevistas com os arquitetos estão as influências derivadas da formação destes, as influências decorrentes de novas referências da arquitetura local, nacional e internacional e principalmente, a continuação

<sup>21</sup> Pesquisa desenvolvida em 2010-2012 com orientação de Fernando Diniz Moreira com participação da mestranda Raphaela Banks e dos graduandos Bianca Thaís Siqueira Fernandes Tenório, Marcelo Arrais de Lavor Moreira Dias, Raíssa de Vasconcelos Simões.

Para mais informações ver Tenório e Moreira (2011) e Simões e Moreira (2011).

<sup>22</sup> Em respeito aos arquitetos, foi acordada a não inclusão das transcrições na íntegra aos apêndices desta dissertação. Porém, todo material citado e incluso foi aprovado pelos mesmos.

ou ruptura da arquitetura produzida no período anterior ao recorte da pesquisa, a produção moderna da *Escola do Recife*. O intuito dessa seção é entender se os arquitetos se identificam com alguma linha de pensamento arquitetônico atualmente e se houve uma continuidade ou releitura do moderno na arquitetura contemporânea de Pernambuco. Não se nega que existem os desejos e vontades dos próprios arquitetos que não são necessariamente influenciados por sua formação ou pela herança arquitetônica local. Porém, como essa é uma questão que dificilmente pode ser analisada, tomou-se como base para o entendimento do pensamento dos arquitetos em relação a arquitetura, as questões relacionadas a suas visões sobre o desenvolvimento da herança local, sua formação, suas fontes de inspiração, dentre outros tópicos mais tangíveis e que influenciam tanto quanto a personalidade, os desejos e vontades do próprio arquiteto.

No tópico da *Escola do Recife*, foi consenso entre todos os arquitetos entrevistados que ocorreu uma descontinuidade em relação aos princípios modernos que guiaram a formação e o modo de projetar entre os anos 1950 e 1980 aproximadamente. Apesar disso, segundo a maioria dos arquitetos entrevistados, certas obras do modernismo ainda são referências importantes de boa arquitetura no contexto local, caso do edifício Villa Mariana (1976) projetado por Wandenkolk Tinoco. Em contrapartida, eles afirmam que é possível perceber que o pensamento da *Escola do Recife* ainda continua presente em alguns aspectos, como a preocupação com a adequação climática, a utilização de princípios de Armando de Holanda e o zoneamento das plantas. Segundo alguns entrevistados, tais aspectos não conformam mais um foco no ato de projetar, mas estão presentes no inconsciente dos arquitetos por influência indireta do moderno que a maioria conviveu em sua época de formação. Segundo os arquitetos do *Norte Oficina de Criação*, se compararmos a arquitetura pernambucana e a paulista<sup>23</sup>, fica mais nítido que a primeira não possui mais uma ligação tão direta e delineada com o seu período moderno como a segunda. As obras contemporâneas dos paulistas são nitidamente marcadas pelo moderno da escola paulista, enquanto que em Pernambuco esta ligação não é mais tão clara, se caracterizando como uma influência que está no cerne e na formação moral do arquiteto.

Alguns fatores foram levantados como causas que contribuíram para esta descontinuidade. Dentre eles estão a mudança do contexto do **mercado imobiliário** na década de 1980, a nova **legislação em 1996** e a atual facilidade de acesso a uma grande diversidade de **referências arquitetônicas** através de meios digitais.

---

<sup>23</sup> Os arquitetos do Norte Oficina de Criação também comentaram que existe uma nítida influência do moderno já no ensino na escola paulista, ao compararmos o curso de graduação em arquitetura e urbanismo da USP com o da UFPE.

Com relação ao **mercado imobiliário**, os arquitetos comentam que, a partir dos anos 1980, a concorrência entre as empresas e a busca por uma utilização do máximo potencial permitido nos terrenos resultou em uma limitação para a arquitetura. Enio Laprovitera (MLP) comentou sobre a impossibilidade de utilizar determinados artifícios e elementos, principalmente em edifícios verticais, por conta da racionalização do meio construtivo. Antônio Carlos Maia (ML&N) complementa ao afirmar que a rapidez da resposta por parte do arquiteto foi outro fator negativo, já que hoje em dia as exigências financeiras são elevadas e o retorno do capital precisa ser quase imediato.

Nós tentamos dar continuidade a esse processo [da arquitetura da *Escola do Recife*]. Eu vejo que na nossa época, de início, tivemos muito mais liberdade do que hoje. O mercado passou a ser muito mais rigoroso na questão do custo, sistemas construtivos e forma de execução. Ficamos limitados a atender as solicitações sem ter condições de elaborar propostas diferenciadas tanto em relação ao próprio edifício quanto na relação do edifício com a cidade (Luiz Rangel – Rangel Moreira)

Dessa maneira, entende-se que as preocupações que eram defendidas pelos arquitetos modernos locais, embora não esquecidas pelos arquitetos atualmente, não tem mais lugar em meio a limitação do mercado imobiliário. Ricardo Pessoa de Melo (MVRF) afirma que arquitetura passou a ter muito pouco espaço comparado as outras áreas do mercado da construção civil, e complementa que

[a *Escola do Recife*] se baseava em certas características de proteção solar, de valorização da iluminação, de adaptação ao clima, de utilização de materiais, que de certa forma, poderiam existir hoje em dia, mas são muito limitadas pelo mercado. [...] Hoje em dia existe uma ideia de edifício [vertical residencial] já pré-definida: o edifício vai ter X pavimentos, vai ser revestido com cerâmica 10x10cm branca, vai ter as portas prontas, [...] a mesma especificação, o mesmo tipo de solução de instalações, a mesma estrutura. (Ricardo Pessoa de Melo – MVRF)

Outro fator apontado como uma das causas para mudanças no meio da arquitetura foram as **limitações da legislação**. A Lei de Uso e Ocupação do solo de 1996 (LUOS) criou exigências com as quais o arquiteto de formação moderna não conseguia mais responder de forma a dar continuidade ao pensamento. Segundo Paulo Raposo (A&R) as características peculiares das obras modernas, como é o caso dos edifícios projetados por Wandenkolk Tinoco com sua maneira sutil e funcional de resolver a ligação entre a calçada e o pórtico das circulações verticais, se perderam em meio a esse modelo de edifício isolado no lote por recuos determinado pela LUOS. João Domingos (Metro) também ressaltou que o rompimento com a tradição da arquitetura moderna pernambucana não se originou apenas dos próprios arquitetos, mas foi principalmente um resultado da legislação. Essa arquitetura teve seu momento de importância, como afirma Bruno Ferraz (B'Ferraz), mas não tem como perpetuá-la por tanto tempo em meio a mudança constante e rápida da cidade. Então pode-se entender

que na visão dos arquitetos tanto a legislação, como o mercado imobiliário e a rapidez da atual sociedade de consumo não sustentam mais uma continuação do que foi a *Escola do Recife*.

A possibilidade de acesso a uma grande variedade de **referências arquitetônicas** através de meios mais rápidos, como a internet, foi levantada como outro fator para a dispersão do foco na influência moderna. Com a facilidade de acesso a uma diversidade de referências tanto nacionais como internacionais, os ensinamentos desse período moderno local foram limitados a um embasamento enraizado nos saberes dos arquitetos (Rafael Souto Maior - Metro).

O que eu sinto é que os jovens estão perdidos procurando seus mestres e estão achando esses mestres nas revistas, nos sites internacionais. Não vejo nenhum seguidor da arquitetura moderna pernambucana ou algum movimento de perpetuação, vejo um lapso aqui e um lapso ali. A nossa geração [que se formou na década de 1980] vem com esse tipo de referência e fica em um dilema de certa forma, porque a arquitetura moderna já não responde mais aos anseios e aos problemas no dia a dia que os arquitetos se deparam, principalmente com os problemas da cidade. (Bruno Ferraz – B’Ferraz)

Para Paulo Raposo (A&R) a facilidade de acesso e globalização também fazem com que as influências locais deixem de ser tão presentes no projeto final. Afirma que as influências são utilizadas muito mais como uma fonte de informação do que uma referência projetual de fato, pois no ato de projetar torna-se muito mais importante responder as especificidades do problema arquitetônico, da topografia, do sítio, da paisagem, da memória, do cliente, da tecnologia e do sistema construtivo. Outros arquitetos também reafirmam que as informações sobre arquitetura que absorvem de outros exemplos não estarão presentes em sua própria arquitetura de forma nítida e direta. Estas são utilizadas apenas como referências, já que existe uma preocupação muito maior em responder e se adaptar a realidade local atual, que muitas vezes não tem suporte para trazer essas inovações.

Com relação ao ambiente da faculdade, dentre os entrevistados estão arquitetos que se formaram desde final dos anos 1960 até meados de 2000, mas a grande maioria se formou na década de 1980. Entre estes últimos existe um consenso de que ainda havia uma grande influência do moderno no ensino e no debate existente no meio arquitetônico da época. Afirmando que existia uma diversidade de influências no período, porém a *Escola do Recife* é citada por todos como uma base, que para alguns foi mais direta já que estudaram ou trabalharam com os ícones dessa arquitetura. Para aqueles formados próximo aos anos 1990 em diante, essa foi uma referência mais indireta, proveniente de persistências modernas no ensino do curso de arquitetura. Para a maioria dessa geração de arquitetos, independente do ano de formação, Wandenkolk Tinoco foi citado como um dos professores que mais influenciaram na formação, principalmente na área de projeto. As referências arquitetônicas, porém, não se resumiam apenas a arquitetura local, apesar de não existir uma grande facilidade de acesso a produção

de arquitetura como existe hoje e os debates chegassem com um certo atraso. Maior parte dessas referências ainda eram modernas por conta do contexto da escola e dessa defasagem de informação. Os grandes mestres Le Corbusier, Mies Van der Rohe e Oscar Niemeyer foram citados como principais figuras nesse momento da formação.

Ainda sobre o curso e a formação, os arquitetos formados nos anos de 1980 afirmam que os ensinamentos da escola trabalhavam muito pouco a questão urbana. O curso se baseava em um modelo de ensino que priorizava muito mais o projeto do edifício dentro de seu lote sem ligação com o contexto, do que um estudo mais amplo inserindo a questão urbana e a cidade. Segundo Roberto Montezuma (AFM) a sua formação não valorizou o urbano, tinha como foco a arquitetura do edifício sem considerá-lo como peça de um todo, construtor de uma cidade. Enio Laprovitera (MLP) endossa essa posição: “era o ambiente da minha formação, da minha geração, e era o ambiente da escola: o edifício dentro do lote, sem vizinho nenhum, sem contexto urbano nenhum”.

Na década de 1980 e começo de 1990, quando havia um debate sobre a questão do pós-moderno, alguns arquitetos afirmaram que havia um interesse em estudos de Robert Venturi e Aldo Rossi. Porém, era um debate muito superficial, tanto pela dificuldade de acesso a material, já que toda pesquisa era feita em poucos exemplares com custo elevado, muitos ainda não traduzidos<sup>24</sup>, como por surgir de um interesse dos próprios alunos pelo tema, já que na faculdade o ensino ainda era fortemente influenciado pelo moderno. Segundo Ronaldo L’Amour (Grau) foi um momento de questionamento do moderno, eles procuravam um meio de expandir o olhar que era muito restrito devido a essa formação moderna e rigorosa, na qual existiam poucas possibilidades de outras formas de composição. Arquitetos como Zaha Hadid e Peter Eisenman foram citados como interesses pelos arquitetos que se formaram no início da década de 1990, numa fase ligada ao deconstrutivismo que estava em debate entre o fim de 1980 e início de 1990. Para os mais jovens, Lina Bo Bardi foi a arquiteta mais citada. Embora pouco conhecida no contexto local, logo após seu falecimento em 1992, ocorreu a exposição e a publicação de um livro sobre sua obra, que segundo os arquitetos Bruno Lima e Lula Marcondes (O Norte) gerou uma grande curiosidade no meio.

Logo quando eu me formei, passei um período muito entusiasmado com a arquitetura de Lina Bo Bardi. [...] Muita coisa que podia impressionar na arquitetura de Paulo Mendes da Rocha ou de Vilanova Artigas, os grandes vãos de concreto e a estrutura, o próprio concreto aparente, era algo completamente fora do alcance no meio construtivo local. Não porque não existisse no mercado, mas porque era caro e estava fora do padrão da construção civil. Então foi uma época com mais referências a Lina Bo Bardi,

<sup>24</sup> O livro *Arquitetura da Cidade* de Aldo Rossi foi traduzido em 1977 para português, mas em uma edição portuguesa de difícil acesso. O livro só saiu em edição brasileira em 1995. O livro *Complexidade e Contradição em arquitetura* de Robert Venturi, por sua vez, só foi publicado em 1995.

Marcelo Ferraz, Francisco Fanucci, Luis Barragan, que foram arquitetos que realizaram brilhantes arquiteturas parietais, baseadas nas paredes, nas massas parietais. (Paulo Raposo – A&R)

Em relação as referências contemporâneas da arquitetura brasileira, muitos entrevistados mencionaram a arquitetura paulista como um bom exemplo de qualidade projetual. Dentre os escritórios citados pelos entrevistados estão Andrade Morettin, Márcio Kogan, Isay Weinfeld, Ângelo Bucci e Álvaro Puntoni. Porém, ao observarem o âmbito do contexto dessa arquitetura paulista, também se percebe que de maneira geral os processos do mercado imobiliário e a verticalização em São Paulo podem ser tão limitantes quanto o Recife, mesmo existindo um mercado que começa a inovar, como a produção com uma qualidade arquitetônica diferenciada da construtora Zarvos em conjunto com escritórios paulistas de renome (Antônio Carlos Maia – MLN; Juliano Dubeux; Bruno Ferraz). Outro tópico comentado foi o foco que essa arquitetura paulista recebe nos meios de divulgação. Segundo Vera Pires (VPRG), um dos motivos para a arquitetura brasileira focar principalmente em São Paulo são as mídias que produzem essa informação, pois estas hoje se localizam normalmente na capital do estado, tendo contato direto com a arquitetura local. Felipe Campello (Grau) reafirma o foco dessa produção, “São Paulo domina a arquitetura, eles ganham praticamente todos concursos no Brasil, inclusive no nordeste”. Segundo Bruno Ferraz e Roberto Montezuma (AFM) o fato de mais de 50% dos arquitetos do país se localizarem apenas em São Paulo também contribui para essa concentração.

Com relação a inserção de novos profissionais no mercado, deve-se notar que na época de formação da maior parte dos arquitetos ocorreu um processo de transição da moradia em casas para os edifícios verticais. Esses arquitetos sentiram essa mudança no momento em que eles passaram a projetar esses edifícios e não mais casas. Atualmente o que aconteceu foi a transição dos recém-formados para a área de arquitetura de interiores, já que o mercado de trabalho para edifícios verticais ainda está por conta dessa geração anterior. Segundo Antônio Carlos Maia (ML&N) “nós trocamos as casas pelos edifícios e os arquitetos mais novos estão fazendo as ambientações”. Vera Pires (VPRG) complementa ao dizer que “o mercado da ambientação está imenso, muitos arquitetos foram para esse ramo por falta de oportunidade”, o que demonstra uma limitação de atuação no meio profissional da arquitetura atualmente.

Do universo do arquiteto pode-se concluir que houve uma descontinuidade da *Escola do Recife*, devido principalmente ao contexto limitante da RMR, do mercado imobiliário e da legislação. A partir do momento que os arquitetos saíram daquele ambiente imerso de arquitetura moderna da faculdade para um contexto da cidade real, com demandas e exigências, além de todas as outras influências possibilitadas pelo avanço da tecnologia, esse pensamento perdeu o foco. Porém, os ensinamentos da *Escola do Recife* foram bastante marcantes ao longo da

formação dos arquitetos e mesmo não sendo mais o foco, permanecem como conhecimento inerente aos profissionais entrevistados. Atualmente, a facilidade de se influenciar por tantos outros exemplos de arquitetura também contribuiu para a descontinuidade do moderno no contexto contemporâneo, apesar de se entender que essa continuidade do movimento como era no período atual, possivelmente não condiziria com as necessidades deste contexto, pois essa arquitetura já teve seu momento e rendeu seus ensinamentos. Ainda assim, é possível afirmar que esses ensinamentos, importantes por suas lições e experiências, estão se perdendo. Esse desinteresse pela *Escola do Recife* ultimamente vem acontecendo até mesmo dentro da faculdade, onde a arquitetura brasileira de um modo geral é colocada em segundo plano, como comentou Antônio Carlos Maia (ML&N). Por fim, pode-se entender que a geração que foi entrevistada se formou no contexto de transição, de mudanças tanto do modo de fazer arquitetura, com o enfraquecimento do moderno, como das relações da cidade, com um mercado de trabalho cada vez mais acelerado e novas legislações limitando ainda mais o arquiteto.

#### 4.2 A cidade

Na relação do arquiteto com a cidade buscou-se compreender como o arquiteto absorve as transformações do contexto da RMR a partir de meados de 1980 e define sua arquitetura de acordo com este. Dentre os tópicos levantados estão o acelerado processo de verticalização do Recife, como esse processo pode ter sido influenciado diretamente pela LUOS de 1996 e pela chegada da Encol, assim como a visão dos arquitetos sobre esta legislação atual. No período que será estudado sob a ótica dos entrevistados, o mercado imobiliário começou a sofrer transformações, resultando em mais limitações para o arquiteto. Este mercado passou a investir na produção de edifícios cada vez mais altos, possibilitados pelos avanços da tecnologia e pela lei, buscando uma maior lucratividade em um meio cada vez mais acelerado e competitivo.

A Encol foi citada pelos arquitetos, principalmente os que já atuavam na década de 1990, como um grande marco no contexto recifense. A chegada da empresa teve seu lado positivo ao trazer novas metodologias de trabalho, a noção de racionalização e da diminuição dos desperdícios na construção. Foi uma contribuição importante em um momento que já se pressentia uma mudança no mercado, principalmente com o fim do BNH e do financiamento do governo, além da nova legislação em 1996. Enio Laprovitera (MLP) comenta que

a Encol, de certa forma, representa o espírito de uma época, ela foi um marco aqui. Mas ela não inventou uma determinada linguagem, apenas expressou o que estava no ar, e antecipou o que ia acontecer. Porque, se não fosse a Encol, seriam outras empresas, já que todas as outras entraram mais ou menos no

mesmo padrão.

Dentre os arquitetos do ADM, Rangel Moreira, ML&N, Majella Laprovitera & Perrusi (MLP), foi consenso que o pensamento da Encol, mesmo trazendo uma forma de trabalhar mais agressiva no mercado, trouxe também muito conhecimento em técnicas e metodologias de construção. Outra mudança que veio com a Encol foi a figura do consultor de projeto, que ficava responsável por orientar os arquitetos através de uma determinada filosofia de trabalho, na qual tudo era calculado e o arquiteto tinha que se encaixar a esse padrão. Porém, essa mudança no processo de projeto foi interpretada negativamente pelos arquitetos como uma limitação, pois contribuiu para a padronização da arquitetura comercial que se consolidou até hoje. Como resultado, houve um aumento da concorrência no mercado imobiliário, já que as empresas locais passaram a assumir o mesmo comportamento da Encol buscando se manter no mercado e aumentar o rendimento.

Nesse momento de transformação da década de 1980-1990, ocorreram outras importantes mudanças, como a chegada do computador e o início do uso dessa tecnologia para agilizar os projetos. Enio Laprovitera (MLP) aponta como essa nova tecnologia mudou a filosofia de trabalho dos arquitetos, que agora passavam a desenvolver suas obras com a compatibilização de projeto de instalação e cálculo juntamente com a arquitetura. Porém, ele complementa que o arquiteto se manteve afastado do debate levantado por essas mudanças. A escola não se inseriu na discussão e os profissionais se afastaram cada vez mais do processo de construção propriamente dito, do canteiro de obras.

No contexto atual da produção de arquitetura, também deve-se levar em consideração a rapidez da vida contemporânea e da sociedade consumidora. Vera Pires (VPRG) afirmou que essa questão da velocidade com que se desenvolve a arquitetura e a rapidez de necessidades de respostas atrapalham o amadurecimento das obras. O arquiteto entra no processo de produção, principalmente nesse meio da arquitetura comercial, como mais um ator em um contexto de produção acelerado, que concede pouco tempo para uma reflexão sobre a arquitetura e sua inserção na cidade. Num panorama em que, como comenta Felipe Campello (Grau), os arquitetos não tem a opção de criar, tudo se baseia em lucro e a liberdade projetual só é maior quando a obra é voltada para um público de maior poder aquisitivo.

Nós temos visto ultimamente um movimento a nível de São Paulo que quebra esse conceito [de padronização e repetição]. Mas é um movimento muito setorizado, muito localizado, que se tornou um nicho de mercado, no qual não se oferece um produto estandardizado, pelo contrario, são oferecidos produtos personalizados. Esse é um mercado extremamente direcionado, que atende as pessoas de alto poder aquisitivo, porque segue a lógica na qual um apartamento desses custa mais caro ao sair de uma linha de produção. Eles tem qualidade espacial e arquitetônica fantástica, mas fogem de um modelo que possa ser disseminado (Bruno Ferraz – B’Ferraz)

O mercado imobiliário atual foi citado como limitador, com grande restrição nas escolhas de materiais, tecnologias e outras resoluções projetuais. Segundo Laprovitera (MLP), ao receber um novo projeto voltado para esse mercado, maior parte das resoluções já vem muito definidas para o arquiteto, tanto o tipo de edifício, os materiais, o público a ser atingido e a tipologia da planta em função desse público. Marco Antonio Borsoi cita que as construtoras evitam materiais e tecnologias mais elaboradas, padronizando e limitando a utilização de materiais para tijolo e cerâmica branca. A variação que ocorre nesses materiais quando o construtor visa um revestimento mais elaborado, por exemplo, é apenas a mudança da cor da cerâmica, assim evitando gastos com a mudança do material. Com isso, entendemos que esses empreendimentos são feitos baseados em uma grande pesquisa de mercado, sabendo exatamente o público a atingir, de maneira a conseguir a maior aceitação e o maior lucro, principalmente em um meio bastante competitivo.

O resultado dessas limitações é a repetição de um tipo de edifício que continua a ser vendido devido a enorme demanda. Segundo Marco Antônio Borsoi, existe uma cultura do edifício com boa aparência, mas de má qualidade. Nesses edifícios não existe uma preocupação com a qualidade dos materiais ou técnicas utilizados, muito menos com a sua conservação a longo prazo. Esse padrão de edifício, segundo alguns dos entrevistados, é incentivado pelas construtoras, levando muitos arquitetos a desenvolverem essa solução por falta de espaço para discutir outras opções ou por questões financeiras, já que o mercado está cada vez mais rápido e volátil. Ainda segundo Marco Antônio Borsoi, esse modelo já é considerado "tradicional" pelo meio técnico do mercado imobiliário e mesmo pela sociedade, sendo reproduzido sem questionamento sobre sua origem ou sua efetiva qualidade arquitetônica para os moradores e a cidade. Porém, Bruno Ferraz (B'Ferraz) comenta que essa é uma questão que precisa ser refletida e discutida no meio, já que o arquiteto deve exercer seu poder de convencimento e questionar tal prática estabelecida. Marco Antônio Borsoi conclui que é preciso encontrar um equilíbrio entre as ideias do próprio arquiteto e as do construtor. Deve-se buscar uma síntese mesmo em um contexto limitante, já que o papel do arquiteto é empurrar esse limite e explorá-lo.

Nesse momento atual de agilidade e racionalização no meio construtivo, faz-se necessário defender o partido arquitetônico com alguns artifícios. No caso do escritório Rangel Moreira, os arquitetos optam por lançar a definição do conceito da obra já na estrutura, assim a possibilidade de mudança no partido e na essência do projeto é bem menor. Porém, eles buscam esse equilíbrio entre os interesses do arquiteto e do construtor: "Sempre surgem oportunidades de se propor algo diferente. O arquiteto tem condições de defender junto ao construtor que algumas soluções adotadas no projeto podem valorizar o edifício e podem

ser exploradas comercialmente” (Luiz Rangel – Rangel Moreira). Foi ressaltado por Ricardo Pessoa de Melo (MVRF), outra possibilidade de garantir uma mínima qualidade arquitetônica. Segundo o arquiteto, já que a estética do edifício não pode ser trabalhada em todo processo de desenvolvimento do conceito, é possível interferir e gerar melhorias nos projetos através da forma como este é implantado, mesmo que seja apenas um pequeno avanço para o questão, pode resultar em boas soluções.

Um dos maiores interesses do escritório que temos nos dedicado ultimamente [...] é uma solução de planta que atenda aos interesses do mercado, mas que ao mesmo tempo traga algumas inovações. [...] Assim o mercado percebe que você pode ter arranjos espaciais que reduzam a área e ganhem qualidade espacial. Então, nós temos nos dedicado um pouco a solução de planta, onde nós podemos ter áreas mais reduzidas com soluções menos compartimentadas. Procuramos descompartimentar a planta, no caso de habitação, tentando produzir alguma inovação no morar contemporâneo. [...] Outra preocupação é como esse prédio se insere no espaço urbano. (Ricardo Pessoa de Melo – MVRF)

A arquitetura comercial é baseada, principalmente, em custos e lucratividade. Bruno Ferraz comenta que atualmente o contexto econômico está mais acirrado do que num período anterior, quando não existia tanta concorrência entre as construtoras dentro do mercado imobiliário. O resultado dessa competitividade é a necessidade das empresas de buscar uma maior lucratividade para que o retorno financeiro seja suficiente e o projeto represente um bom investimento. Segundo Ferraz, a Norma de Desempenho (NBR 15.575:2013) em vigor desde 2013, que aumentou o tempo de responsabilidade sobre a construção pelos indivíduos envolvidos no processo, seja construtor, engenheiro ou arquiteto, contribuiu para o aumento dos custos e para uma necessidade de maior cautela quanto a lucratividade das obras. Os arquitetos do *Norte Oficina de Criação* comparam a produção voltada para o corporativo, na qual é preciso dar respostas em cima de padrões preestabelecidos e de durabilidade, com a produção de residências, onde é possível ter um diálogo mais direto com o cliente e propor ideias mais ousadas. Juliano Dubeux concorda que existe uma exigência muito grande por parte das construtoras, assim como da mídia e da sociedade, restando ao arquiteto fazer concessões em relação a suas premissas originais, aceitando algumas mudanças e resistindo a outras, já que cada profissional entende seu limite máximo de aceitação.

Sobre essa produção de edifícios verticais e o aumento do gabarito, estes podem ter influências de outros fatores além do custo e lucratividade. Bruno Ferraz afirma que esses processos também têm influência dos avanços da engenharia, que facilitaram novas soluções para edifícios mais altos. Segundo o arquiteto, outro fator que também influenciou essa verticalização foi a ocupação de grandes terrenos onde existiam antigos casarões e sítios, principalmente no bairro de Casa Forte, que possuíam um maior potencial construtivo devido

ao tamanho dos lotes. Ferraz ainda comenta que a solução de construir prédios altos nesses terrenos viabiliza uma troca de área com os proprietários, facilitando a divisão de bens entre os donos, já que normalmente são vários herdeiros de um patriarca que originalmente era dono do terreno.

As mudanças geradas pela transição da legislação de 1983 para a nova legislação de 1996 tem relação direta com o desenvolvimento desse panorama do mercado imobiliário. Segundo Antônio Carlos Maia (MLN) "a Encol não teve responsabilidade no que se transformou a cidade, mas a mudança de lei potencializou os problemas que haviam na lei anterior, como a questão da leitura da cidade através dos lotes e não do sitio, do bairro, de uma escala maior." A questão da verticalização, segundo João Domingos (Metro), não é de todo negativa, porém a densidade que essa verticalização produz, gera problemas infraestruturais, já que não existe um dimensionamento suficiente para suportar o aumento abrupto de população em determinadas áreas. Dessa maneira, entende-se que a atual legislação é o principal alvo de críticas, devido a influência que possui no mercado imobiliário. Esse instrumento deveria se responsabilizar pela adequada definição das características urbanas, como o controle da densidade através de um coeficiente condizente com a capacidade de suporte da infraestrutura da região.

Um fator apontado pelos arquitetos como uma grande dificuldade é a existência de um modelo de edifício gerado pela LUOS, no qual permite-se uma base de até 7,5m altura sem recuo, para uso de estacionamento e a torre se inicia acima desse pódio. Esse modelo se consolidou no mercado imobiliário, que passou a repeti-lo com a aceitação da população. A limitação gerada por esse processo resultou na dificuldade dos arquitetos de propor novas formas de trabalhar o edifício vertical, o que diminuiu as oportunidades de estudos arquitetônicos diferenciados. Dessa forma, pôde-se notar como o mercado imobiliário, a cidade e a produção arquitetônica são influenciados e moldados diretamente por essa lei que, segundo Paulo Raposo (A&R), resulta de um longo processo gradativo de pequenas mudanças e conseqüências que só estão sendo notadas atualmente, quase 20 anos depois.

A partir do momento que esse modelo de construção gera vários pavimentos de garagem e um conseqüente volume que limita o espaço exterior do espaço interior do edifício, a ligação com a rua acaba sendo cortada. O resultado é a inexistência de uma permeabilidade visual da rua para o edifício e uma hostilidade da edificação com as calçadas. Alguns arquitetos comparam esse modelo atual com o modelo existente na legislação anterior, no qual permitia-se a garagem semienterrada com apenas 1,5m acima da superfície, gerando uma relação mais agradável com a rua. Esse modelo foi muito comum em Boa Viagem, João Domingos (Metro) e Antonio Carlos Maia (ML&N) comentam como essa possibilidade de gerar permeabilidade entre a rua e o edifício poderia possibilitar uma relação entre arquitetura e cidade mais agradável.

Alguns arquitetos comentam que existe uma busca por uma mudança, como é o caso de projetos que procuram gerar melhores entradas para os edifícios criando nichos com jardins recuados para valorizar e amenizar essa transição entre o externo e o interno. No caso de Marco Antonio Borsoi, ele opta por retirar a caixa de estacionamento debaixo do edifício, colocando-a ao fundo do terreno, para gerar um pilotis no térreo e possibilitar uma permeabilidade visual e até mesmo jardins. Existe uma preocupação entre os arquitetos com essa impossibilidade de produzir uma arquitetura verticalizada que tenha qualidade urbana, já que parece cada vez mais difícil conseguir resultados positivos com uma legislação que foi criada em benefício do mercado imobiliário sem atentar as especificidades do todo urbano.

Tem certas construtoras, normalmente de fora do estado, que estão preocupadas com a questão de custo, que discutem o custo elevado de uma torre muito alta devido ao grande edifício garagem que esta iria resultar. Então, a preferência é fazer menos pavimentos, conseguindo localizar todas as vagas no térreo, descobertas, diminuindo assim a quantidade de pessoas e de carros. Porém, os donos dos terrenos não querem. [...] O problema principal não é a torre, é a base, ela que tem relação com a rua. (João Domingos – Metro)

Nesta busca pela superação desse modelo e das limitações da legislação, os arquitetos comentaram a impossibilidade de poder fazer outros tipos de edifícios que solucionem alguns dos problemas urbanos atuais do Recife. Um dos exemplos citado por boa parte dos arquitetos foi o edifício ocupando os limites do lote, o chamado edifício quadra, que poderia possibilitar um pátio interno para convívio público e gerar um espaço democrático de uso de toda população, além de tornar o espaço mais agradável para a cidade. A impossibilidade de fazer esse tipo de ocupação gera uma arquitetura em desacordo com, por exemplo, a arquitetura tradicional que ainda é muito marcante na malha urbana do Recife. Ricardo Pessoa de Melo (MVRF) cita como exemplo as ruas que possuem casarios tradicionais, onde o arquiteto, para projetar, terá que obedecer um recuo do limite do lote, quebrando a ligação com o restante da arquitetura do local. Enio Laprovitera (MLP) também levantou essa questão negligenciada pela LUOS, a preocupação com o patrimônio arquitetônico dos casarios existente em boa parte do Recife.

Outra solução apresentada por maior parte dos arquitetos foi a utilização de uso misto na edificação, onde a base seria de uso comercial e a torre seria de uso residencial. Com esse tipo de edificação poderia ser amenizada a relação entre a rua e o edifício, já que o uso comercial traz uma animação para a rua. Nos dois casos que foram apresentados pelos arquitetos existe a impossibilidade devido a lei. Esta trata a arquitetura dentro do lote através de índices, taxas de ocupação, coeficientes de recuo, além de limitar-se a apenas um uso e um tipo de edificação, o edifício vertical voltado para uso habitacional. Outra impossibilidade de aplicar o modelo de uso comercial no térreo é o mercado imobiliário, que renega essa solução

pela crença de que o uso misto não traz benefícios e desvaloriza a construção no mercado.

Fazer um edifício que fosse até o limite da rua, sem muros, e pudesse abrir o pilotis com área comercial poderia ser, em alguns casos, uma grande contribuição para o edifício e para a cidade. Mas a legislação limita muito e não estimula esse tipo de solução. Estabelece coeficiente, recuos, área verde e sobra muito pouco para trabalhar. Estamos hoje com uma cidade comprometida por conta do adensamento. Muitas vezes a questão não está na altura dos edifícios, mas no adensamento e na relação da área pública com a área privada. (Luiz Rangel – Rangel Moreira)

A lei de uso e ocupação do solo do Recife provocou uma generalização da cidade sem atentar as especificidades de cada bairro ou região. Bruno Ferraz (B'Ferraz) afirma que é necessário, antes de gerar uma nova legislação, saber a cidade que a sociedade almeja, pois o atual modelo está demonstrando sinais de falência. Montezuma (AFM) questiona a forma de projetar atual resultante dessa legislação. Ele afirma que a cidade necessita ser pensada como um todo que é formado pela arquitetura, sendo essencial que exista uma revisão da lei com o intuito de ampliar o foco do lote para o plano urbano. Dessa maneira, seria possível gerar exemplares de arquitetura que estivessem interligados entre si com a cidade formando um todo mais integrado.

É preciso refletir como cidade e não como interior do lote. Por exemplo, calçada: como é que a mesma calçada do loteamento para 2 casas/2 famílias se transformam em um empreendimento para 60/80 famílias? A calçada, a infraestrutura, como pode ser a mesma? Porque a calçada e a infraestrutura, por exemplo, não são partes do projeto arquitetônicos? Temos uma legislação para lote, mas não temos legislação urbanística. (Roberto Montezuma – AFM)

A atual legislação (LUOS) generaliza não só as várias regiões da cidade, indicando os mesmos índices e parâmetros para áreas com características diferentes, mas também está focada quase unicamente no edifício vertical e no mercado imobiliário. Atualmente esse é um dos poucos e principais mercados formais do Recife voltado diretamente para a classe média e alta. Enio Laprovitera (MLP) comenta a dificuldade de trabalhar edifícios de tipologias e usos diferentes, pois a única forma de trabalhar é moldando-se as exigências da lei que são feitas nitidamente para os edifícios verticais habitacionais. Roberto Montezuma (AFM) concorda ao afirmar que “todos os lugares são diferentes, então quando se padroniza uma coisa dessas gera uma falha, um engano urbano, uma pobreza urbana. Então, é preciso compreender que nós não estamos enfrentando o urbanismo como esse conhecimento que precisa ser enfrentado.”

Essa legislação também reflete o comportamento da sociedade e alguns hábitos que estão interligados a forma de convívio social e as tradições do Recife. Com relação ao bem público, por exemplo, pode-se perceber que existe, no imaginário da sociedade, a negação de ligações entre o espaço privado e o público, pois a população não se apropria do espaço público, ao contrário, renega a rua com muros cada vez mais altos. Essa é uma discussão que

precisa ser iniciada não apenas pelos arquitetos, mas precisa ser levada a população, como afirma Antônio Carlos Maia (ML&N) ao perguntar “como queremos que não tenha muro, se a cultura das pessoas é ter muro? Não são os incorporadores que querem a guarita e os muros, mas a sociedade quer isso.”

Um fato levantado como um pequeno avanço para a cidade foi o desenvolvimento da *Lei dos 12 bairros*, que limita o gabarito das edificações na zona norte da cidade e obriga a abertura dos muros para as ruas. No entanto, apesar dos benefícios, essa legislação ainda se molda na LUOS.

[A Lei dos 12 bairros] foi o início de uma reação da sociedade a um modelo que está se mostrando esgotado. Não dá mais para continuar reproduzindo esse modelo. [A Lei dos 12 bairros] tem pontos positivos e existem outros negativos, ela é uma lei teoricamente mais jovem, e de certa forma por ser mais jovem agrega valores diferentes da LUOS, então não posso negar que houve avanço, mas ainda é pouco pra o que a cidade precisa. (Bruno Ferraz – B’Ferraz)

Ainda sobre a *Lei dos 12 bairros*, foram levantadas outros questionamentos. Marco Antonio Borsoi defende que essa legislação não deveria se restringir apenas aos 12 bairros da zona norte, deveria ser desenvolvido o mesmo processo para cada parte da cidade com atenção as suas necessidades e especificidades. Ricardo Pessoa de Melo (MVERF) apoia esse ponto de vista comentando que a cidade toda necessita ser fruto de uma investigação desse tipo, não devendo haver privilégios de áreas de excelência, pois todas as regiões têm sua importância na cidade. Antônio Carlos Maia (ML&N) aponta outro ponto negativo referente a essa nova lei, “ela está com o mesmo conceito da lei anterior, aumentou a área verde e diminuiu-se em alguns lugares o gabarito. Isso não é suficiente, não se parte do desenho urbano e da noção de conjunto. O grande problema dessa legislação é que ela não parte da noção de conjunto”. Com relação a alguns avanços que foram feitos na legislação, a obrigatoriedade de 70% do muro com superfície vazada e altura máxima de 2 metros foi um lado positivo apontado pelos arquitetos, já que possibilita uma interação entre a parte externa e interna dos edifícios.

Outro tópico que foi discutido por grande parte dos arquitetos foi a desvalorização do espaço público devido, principalmente, a violência e a soluções de arquitetura excludentes. A sociedade local baseia-se na crença de que o espaço público é perigoso e em consequência, demandam e valorizam guaritas, muros cada vez mais altos e, principalmente, a reprodução de parte daquilo que existia no espaço público dentro do espaço dos condomínios, como os playgrounds, academias, cinemas e praças (MONTEIRO et al, 2013). Segundo Vera Pires (VPRG), a demanda de um tipo de moradia feita dentro de condomínios é muito grande, dessa maneira a maior parte de sua produção de projetos residenciais estão dentro de condomínios afastados da cidade. Luciano Medina (A&R) comenta que esse modelo começou a ser passado para os

edifícios verticais dentro das cidades, um modelo que se caracteriza por grandes terrenos com diversos edifícios e enormes áreas de lazer exclusivas para os moradores, limitando o acesso da população a partes grandes da cidade. Essa visão dos arquitetos reafirma o pensamento de que o modelo de condomínio que reproduz o espaço público dentro de seus muros acabou sendo interessante para o mercado imobiliário, pois eles passaram a vender seu produto não pela qualidade da arquitetura do edifício, mas pela quantidade de equipamentos existentes no condomínio.

No atual contexto no qual a iniciativa privada domina maior parte das construções, os edifícios desenvolvidos pela iniciativa pública são raros e perderam a qualidade ao longo dos anos devido a limitações de orçamento, diminuição da demanda e incentivo do governo. Segundo o *GRAU*, escritório que se especializou nesse tipo de obras, existem dois grandes problemas. Um é o fato do poder público produzir obras com orçamentos muito curtos. O outro é a inexistência de um órgão responsável pela produção arquitetônica dentro do poder público, já que atualmente os órgãos públicos repassam os projetos para arquitetos terceirizados ou fazem licitações, ficando responsáveis apenas pelo gerenciamento e organização da obra. Enio Laprovitera (MLP), ao falar da variedade da produção de seu escritório e da produção de arquitetura como um todo, afirma que “aqui não tem encomenda de casa, a encomenda de casa é meia dúzia, o que é insignificante, não tem projetos de museus, não tem projetos de grandes porte. O que se produz em Recife? Edifício residencial vertical”. Como resultado dessa falta de encomenda de edifícios públicos e a questão da limitação do mercado imobiliário, as inovações em termos de avanço arquitetônico ficam por conta dos poucos projetos particulares. Antônio Carlos Maia (ML&N) endossa essa visão ao afirmar que “o poder público é muito ausente. A arquitetura querendo ou não, é identificadora de uma região. Toda nossa arquitetura ou 90% dela em Recife está na iniciativa privada, a iniciativa pública não faz nada.”

Nesse contexto da cidade, pode-se perceber que a visão do arquiteto levantou duas principais limitações, o mercado imobiliário e a legislação. A Encol trouxe benefícios pra região, apesar de ter sido a empresa que iniciou esse processo de racionalização ao aproveitar a abertura no mercado e da legislação da época. As conseqüências atualmente são os empreendimentos que chegam aos arquitetos muito definidos pelo incorporador, fazendo com que ele perca espaço nesse processo, se afastando da construção e do canteiro de obra. Essas transformações no mercado local na década de 1990 se devem tanto por conta dessa mudança no mercado imobiliário como pela LUOS. Lei em vigor desde 1996, tem um caráter muito generalista que não trata as especificidades da cidade e dos tipos de edifícios produzidos nela. Esse fator contribui para o desenvolvimento desse mercado imobiliário bastante acirrado, gerando um modelo que vem se espalhando por toda cidade e que vem apresentando falhas

na relação com o meio urbano. Todas essas questões foram levantadas pelo ponto de vista dos entrevistados e evidenciaram como esses arquitetos locais de maior destaque na região tem consciência do contexto no qual estão trabalhando. Devido a esse entendimento, eles demonstraram procurar alternativas para se adequar ao meio, sempre buscando avançar seus limites com novas soluções, mesmo que estas caracterizem apenas um pequeno progresso.

### 4.3 A sociedade

A relação entre o arquiteto e a sociedade foi dividida em três temas: o primeiro foi a desvalorização do profissional de arquitetura tanto pelo mercado imobiliário como pela sociedade. O segundo tema foi o entendimento da arquitetura por parte da população, que foi chamado de cultura arquitetônica da sociedade. Esta se interliga também com o primeiro tema, podendo ser uma das razões para essa desvalorização tanto pelos clientes como pelos agentes envolvidos no meio construtivo. Por fim, o terceiro tema foi a relação entre o arquiteto e o cliente, seja em projetos menores como residências que possibilitam um contato direto com o cliente final ou em maiores como os edifícios verticais cujo contato se dá através dos incorporadores. O intuito dessa seção é entender o olhar dos arquitetos sobre a relação da sua produção com a sociedade e como esta relação interfere no ato de projetar e na sua arquitetura.

Em relação a **desvalorização do profissional de arquitetura**, o papel do arquiteto e sua participação nas decisões dos projeto vem diminuindo desde a década de 1980. Segundo Laprovitera (MLP), os arquitetos perderam espaço por conta dessa necessidade de se projetar em um molde mais restrito e delimitado por uma pesquisa de mercado estabelecida. Como consequência, por conta desse fazer arquitetônico padronizado, o impacto estético da volumetria dos edifícios diminuiu. Em meio a essa perda do seu papel no processo, o arquiteto sofre com a concorrência com os outros profissionais, o que resulta em uma diminuição da qualidade arquitetônica em prol de um barateamento da obra para torná-la mais viável frente aos seus concorrentes. Assim, surgem grandes corporações, grandes escritórios que basicamente dominam determinados nichos da arquitetura local. Atualmente, o trabalho do arquiteto começa a se tornar um processo de repetição de um mesmo tipo, tendendo a uma padronização sem inovações. Segundo Laprovitera (MLP), a invenção, a criação e a liberdade são características intrínsecas e fundamentais do arquiteto, ao atuar sobre a tradição gradativamente transformando-a, contrária a estandardização atual.

Sobre esse ponto de vista, nas entrevistas pôde-se perceber duas versões de como atuar frente a essa questão. Segundo Bruno Ferraz, o arquiteto deve assumir que esse problema também é dele e não só das construtoras, já que elas foram competentes ao assumir o papel

de produtoras da arquitetura. Enquanto o arquiteto não se impunha e se afastava de etapas essenciais no processo de projeto como a determinação do sistema construtivo, das tecnologias, as decisões no canteiro de obras, as construtoras assumiam seu lugar. Esse aspecto técnico, atualmente, falta no arquiteto que dificilmente frequenta o canteiro de obras.

Uma dessas coisas que eu penso [...] é o papel do arquiteto não ser só o que concebe, mas o que executa também. Então é crescente várias experiências onde se tem o arquiteto construtor, o arquiteto que concebe e vai pra obra. Isso dá um outro tipo de consciência do processo de concepção. Você entende como que as coisas se executam no processo de concepção (Bruno Lima – O Norte Oficina de Criação)

Então, essa primeira posição é a de que o arquiteto se deixou levar e perdeu o controle do processo de construção. Montezuma (AFM) afirma a necessidade do arquiteto retomar a postura de proatividade no processo de produção da arquitetura e, conseqüentemente, da cidade, pois “aquele modelo do arquiteto que permitiu que desmontassem a estrutura de planejamento e ficou de braços cruzados está falido. Não dá mais pra não ser sujeito da história, tem que ser [...], você tem que encontrar seu próprio caminho”

O processo da produção de edifício vertical hoje em dia é fragmentado, o engenheiro que coordena todo processo, apesar da sua dificuldade de ter uma visão do todo. Ele valoriza elementos que geram essa fragmentação como o marketing e os corretores, e focam nos três pilares da engenharia: baixo custo, segurança e prazo. Isto é suficiente para responder aos problemas da cidade e da arquitetura? Enquanto que o arquiteto, que consegue ter essa visão de todo processo arquitetônico, não é valorizado. O arquiteto e urbanista precisa rever seu papel. É preciso recolocar o papel histórico do arquiteto como planejador, gestor do projeto e obra, aquele que especifica. Só ele pode ter, ou deveria ter, a visão da síntese do conjunto multidisciplinar. (Roberto Montezuma- AFM)

O outro posicionamento se refere a questão da postura do arquiteto diante do ato de projetar. Segundo Ricardo Pessoa de Melo (MVRF), desde a formação, o arquiteto aprende que em qualquer projeto se faz necessário gerar uma obra que se sobressaia no contexto onde está inserida. Esse é um pensamento que pode estar ligado ainda a modernismo com seus edifícios isolados e monumentais. É nesse ponto que Pessoa de Melo (MVRF) complementa afirmando que o arquiteto também deve aprender a projetar uma arquitetura mais contextualizada e menos protagonista, mesmo que no período de sua formação esse protagonismo tenha sido incentivado. Para ele, fazer uma arquitetura simples pode ser mais complexo do que uma arquitetura que se sobressaia no contexto. Ao simplificar a obra e compor o espaço juntamente com o seu entorno de maneira mais sutil, o resultado poderá ter um impacto mais positivo na relação com cidade.

Por **cultura arquitetônica da sociedade** entende-se a forma como a sociedade vê a arquitetura e seu desenvolvimento. Poderia ser definido como o conhecimento pela população

do papel da arquitetura na cidade e a interferência no seu dia-a-dia, assim como o entendimento, por parte do cidadão e do cliente, do que seria chamado de “boa arquitetura”, aquela que atende as demandas da cidade e influencia a todos envolvidos de maneira positiva.

Considera-se que um dos atores mais importantes nesse processo de produção da arquitetura e da cidade é a população. Porém, segundo os arquitetos, esta não tem conhecimento sobre sua importância. Para Montezuma (AFM) é preciso que a sociedade perceba que o atual modelo de cidade da RMR não é mais adequado as suas necessidades e que é necessário repensar seu desenvolvimento, pois “nós estamos criando cidades completamente anti-democráticas e excludentes”. Porém, antes de criticar o que está acontecendo na sua própria cidade, a população precisa de um conhecimento para saber diferenciar o que é bom e o que é ruim para si própria. Esse é um processo difícil em um meio no qual não existe o reconhecimento por parte da população da qualidade urbana e arquitetônica.

Na verdade, nós temos uma determinada capacidade de produzir os debates e os produtos num determinado patamar, num determinado nível, mas nós não conseguimos colocar em prática porque não temos um interlocutor que seja capaz de atribuir valor aquilo que a gente é capaz de fazer. Assim, se perdem muitas oportunidades (Juliano Dubeux)

Porém, segundo Montezuma (AFM), de certa forma, a sociedade começou esse processo de entendimento da necessidade de uma cidade que retome o planejamento econômico, social e urbanístico atualmente em colapso. Exemplo disso são os movimentos sociais como o *Ocupe Estelita*<sup>25</sup>, as manifestações de junho de 2013<sup>26</sup> e o *Por amor as Graças*<sup>27</sup>. Segundo o arquiteto, “é preciso ter um acordo sobre que cidade precisamos, envolver os cidadãos e não só o arquiteto e urbanista”.

Com relação a repetição de um modelo de edifícios verticais residenciais pela cidade, Bruno Ferraz comenta que deve-se levar em conta que este é um comportamento demandado pela sociedade, gerando um ciclo que se caracteriza por uma população que continua crescendo e exigindo uma resposta imediata do mercado imobiliário. Dessa maneira, os incorporadores atendem a essa demanda com um modelo pronto que a sociedade aceita devido a necessidade, considerando uma boa solução possivelmente por falta de entendimento das possibilidades que existem. No fim, o que se reproduz é uma cidade estandardizada e monótona, que é

---

<sup>25</sup> *Ocupe Estelita* é um movimento com manifestações contra a implementação do projeto *Novo Recife* no Cais José Estelita que prevê a construção de um complexo com 13 edifícios no local.

<sup>26</sup> As manifestações de junho de 2013 aconteceram por todo país, incluindo Recife, sendo iniciadas por conta do aumento na tarifa de ônibus e em seguida ampliadas para outros temas.

<sup>27</sup> *Por amor as Graças* é formado por um grupo de moradores do bairro das Graças que são contra o projeto que propõe construção de quatro vias nas margens do Rio Capibaribe ligando a Ponte da Capunga à Ponte da Torre. O grupo apresentou como proposta alternativa a criação de um parque linear com apenas duas vias (Parque Capibaribe).

comprada pela sociedade como uma boa solução. Segundo Antônio Carlos Maia (ML&N), uma cultura arquitetônica de repetição deve ser evitada, buscando entender que a sociedade tem suas peculiaridades e necessita de uma arquitetura personalizada.

É nesse ponto que a figura do cliente aparece como um agente modificador de arquitetura. A sociedade é entendida pelo mercado como uma massa sem diversidade. Assim, o produto é generalizado, sendo continuamente produzido a partir do momento que essa sociedade aceita esse modelo. Desse modo, os arquitetos apontam o papel do consumidor como agente modificador dessa arquitetura: “quem faz essa mudança é o consumidor. A partir do momento que o consumidor começar a fazer a opção por produtos personalizados, o mercado irá produzi-lo” (Bruno Ferraz – B’Ferraz)

Nesse contexto, a **relação com o cliente**, seja uma construtora seja um cliente particular, se faz importante no debate entre os arquitetos. A princípio, é necessário entender quem é esse cliente. Como Montezuma (AFM) explica, existe o cliente inicial e o cliente final: “O cliente inicial de uma casa não é o pai da família ou a mãe da família, o cliente é a família toda. A mesma coisa na cidade, o cliente não é o prefeito, o cliente não é construtora, o cliente final é a sociedade”. No imaginário da população existe uma consolidação, no caso dos edifícios verticais, de um modelo resultante da LUOS e implementado e reverenciado pelo mercado imobiliário. Esse modelo, que utiliza os mesmos materiais e tecnologias, não busca inovações, já que segundo o setor de construção, é um modelo que faz sucesso. Luiz Rangel (Rangel Moreira) comenta que nessa tentativa de maior lucro com menor gasto e menor risco, os construtores não percebem que a inovação e o uso de outras tecnologias, materiais e conceitos podem trazer um diferencial para o mercado e, conseqüentemente, um retorno financeiro maior. Segundo Antônio Carlos Maia (ML&N) é necessário entender que o arquiteto tem um poder de discutir e defender suas ideias, que ele precisa saber equilibrar seus princípios com os do cliente sem impor a sua vontade, como era comum na época do modernismo. Em contrapartida, também não se deve aceitar todas exigências dos clientes sem interferir para agregar o seu próprio conhecimento, pois assim o papel do arquiteto seria nulo. No fim, o diálogo com os clientes tem que chegar a um equilíbrio, no qual todos estejam em acordo. Mesmo que ambos os lados precisem ceder algumas de suas posições iniciais, foi entendido que o importante, tanto para o arquiteto como para o cliente, é que as necessidades essenciais do processo de elaboração do projeto sejam atendidas.

No caso de residências, Vera Pires (VPRG) comenta que “a forma de viver de cada cliente interfere muito no fazer da arquitetura. O cliente tem que se sentir bem na casa, tem que se identificar com o lugar onde vai morar. Não adianta fazer um projeto que seja bom, mas o cliente não consiga morar nele”. Nesse caso quando a interação com o cliente é mais

direta, existem situações apontadas pelos arquitetos nas quais os clientes já chegam com ideias definidas. Esse é o momento que o papel do arquiteto é essencial para fazer com que essas ideias e vontades dos clientes cheguem a um equilíbrio com as questões básicas necessárias em um projeto, assim como sua própria postura arquitetônica.

Com cliente particular, de certa forma, quando ele nos procura já existe alguma vontade, um pouco de conhecimento da [nossa] obra, do que nós temos feito. Existe uma certa vontade de ter um projeto com determinadas características. [...] Então é um trabalho que tem sido bom e gratificante quando você tem esse contato, tem uma relação de confiança, o cliente confia em você e você vai apresentando aquilo pro cliente. Gera uma relação muito honesta com os clientes (Ricardo Pessoa de Melo – MVRF)

\* \* \*

Por fim, ampliando a visão para os três universos de relações da arquitetura, é possível delimitar como cada um deles – arquitetura-arquiteto, arquitetura-cidade e arquitetura-sociedade – se interligam. Percebemos que a relação da arquitetura com o arquiteto se dá por meio de suas referências, das influências da sua formação e de sua trajetória. Dessa maneira, a ligação entre esse universo e o universo da cidade pode ser entendida por meio da influência dessas referências na forma como o arquiteto olha para a cidade e como a sua arquitetura irá se encaixar nesse contexto urbano. Essa relação da arquitetura com a cidade vem representada pela legislação, pelo mercado imobiliário, pela forma como esses temas rebatem na produção através de suas limitações ou de influências externas, caso da ENCOL. Podemos conectá-la com o universo da sociedade através do rebatimento dos modelos criados pela legislação e mercado imobiliário no imaginário da população, interferindo na relação do profissional de arquitetura com seus clientes. Por fim, é a partir desse ponto que o contexto da sociedade se aproxima do contexto do arquiteto. Observamos que, segundo os arquitetos, a sociedade precisa reconhecer a arquitetura que atende as suas necessidades, que é benéfica para ela e para a cidade, a fim de tornar possível seu papel mais ativo e coerente no processo de desenvolvimento da arquitetura, equilibrando suas reais necessidades com o conhecimento do arquiteto.

Dentre os temas levantados nas entrevistas, foi possível perceber que o panorama montado por meio do olhar dos arquitetos apresenta semelhanças com os dados do contexto da Região Metropolitana do Recife vistos no capítulo anterior. A legislação e o mercado imobiliário foram os tópicos mais comentados pelos entrevistados e, por consequência, pode-se perceber que são os que mais interferem na produção deles. O discurso dos arquitetos contribuiu também para complementar esse outro panorama que se construiu da RMR, já que a visão do principal ator do processo de produção traz consigo pensamentos que não poderiam ser deduzidos por uma pesquisa externa.

Ao comparar os dados levantados e as entrevistas, é possível perceber como o arquiteto absorveu as mudanças ao longo desses últimos 30 anos, além de entender suas concepções sobre como o período influencia o contexto atual. No caso do mercado imobiliário, a questão da chegada da Encol mostrou que realmente houve um impacto sentido pelos arquitetos com seu novo modo de produção. Se reafirma que houve realmente uma maior agressividade no mercado com a racionalização de métodos e materiais, mas também surgiram novas metodologias de projeto. No tema da standardização, limitações de técnicas e materiais no meio atual, pode-se ver uma concordância com os dados levantados no capítulo anterior. Atualmente tudo já chega definido para os arquitetos, que se vêem num papel difícil ao tentar inserir mudanças e inovações em um modelo pronto que necessita dar resultados rápidos. Sobre a repetição desse modelo, os arquitetos apontam que este é um resultado da LUOS, que possui parâmetros que resultam na definição desse modelo em suas exigências. Eles reafirmam a questão levantada no panorama da RMR do capítulo anterior sobre essa lei não beneficiar a cidade, generalizando suas particularidades. Esse pensamento contribui para um modelo de cidade voltado unicamente para o edifício vertical habitacional, não abrindo possibilidades de novos arranjos que beneficiem a interação urbana dos edifícios e da rua. No caso da *Lei dos 12 bairros*, se percebeu que mesmo entendida como uma melhoria como foi mostrado no panorama anterior, os arquitetos vêem também pontos negativos. Esses, em sua maioria, são herdados da LUOS. Outro fato comentado sobre a *Lei dos 12 bairros* é a priorização desse estudo específico apenas para uma área da cidade quando se faz necessário o desenvolvimento desse processo em todas as áreas da RMR.

Com relação ao espaço público, os arquitetos também entendem que existe um problema na cidade que se agrava com o encastelamento dos edifícios. Esses condomínios possuem cada vez muros mais altos e mais equipamentos dentro de seu espaço privado, ponto que atualmente passou a ser uma exigência do mercado. A sociedade aderiu ao uso desse espaço comum dentro dos condomínios evitando a circulação na rua, como também foi mostrado no panorama anterior.

Com relação a desvalorização do arquiteto, os entrevistados concluem que houve uma diminuição da participação deste no processo construtivo, o que condiz com o que foi discutido no capítulo anterior, que mostrou a consolidação das construtoras como as produtoras da arquitetura. Segundo os arquitetos, isto tem influência direta do meio atual de produção muito acirrado. Por fim, os entrevistados entendem que a sociedade precisa mudar sua postura perante a cidade, buscando entender o processo de seu desenvolvimento para exigir melhorias e contribuir com a mudança desse contexto atual. Com essa visão dos arquitetos esclarecida e alinhada com os dados levantados pelo panorama da RMR, se faz necessário entender como

toda essa conjuntura se traduz no desenvolvimento da arquitetura desses profissionais. Esses tópicos trazem contribuições para entender o objeto da pesquisa da dissertação, as obras dos escritórios entrevistados. Dentre os tópicos estão a relação com o cliente e com a sociedade, as mudanças necessárias para uma melhoria na produção da arquitetura e no espaço da cidade, assim como uma auto-crítica da inércia na qual os arquitetos se encontram atualmente devido, principalmente, ao acelerado contexto da cidade contemporânea.

## 5 UM OLHAR PARA AS OBRAS

A seleção de obras procurou apresentar a produção contemporânea da arquitetura no estado e como esta respondeu aos condicionantes do contexto. Foram selecionados 40 projetos produzidos pelos escritórios de maior destaque no meio local no período entre 1990 e 2015. As obras foram selecionadas por serem conhecidas através de publicações, premiações, citadas por outros arquitetos ou sugeridas pelos próprios profissionais. Nesses projetos, irão ser observadas as consequências positivas ou negativas do contexto da RMR.

Os projetos selecionados foram divididos em três categorias: os edifícios multifamiliares, as residências unifamiliares e os edifícios com outros usos e tipos diversos. As duas primeiras categorias serão tratadas através de uma análise mais aprofundada por possuírem uma maior consolidação no meio local e possibilitarem uma comparação com períodos anteriores, já que existem estudos mais aprofundados sobre estas categorias em outras décadas. Essas tipologias também possuem, quantitativamente, uma maior relevância no mercado formal. Sendo assim, as obras serão analisadas através de características relacionadas a cada grupo, sendo comparadas entre si e com o contexto. Já na terceira categoria estão incluídos variados edifícios institucionais, comerciais e de serviços, sendo essa diversidade um fator que dificultou uma análise conjunta entre eles. Dessa maneira, será feita uma análise de caso a caso buscando fazer interseções entre as obras quando possível. Essa categoria se fez necessária para complementar o panorama da arquitetura atual na RMR, já que esses outros tipos e usos representam uma importante parte dessa produção contemporânea, mesmo que estes representem uma parcela menor do conjunto de obras atuais, impossibilitando uma análise mais aprofundada.

As obras serão analisadas de acordo com características que buscam demonstrar como os projetos respondem ao contexto da RMR e o que estes representam no panorama da arquitetura local. Para tal, foi entendida como essa arquitetura recente: (1) responde aos condicionantes do contexto da RMR; (2) reflete a visão dos arquitetos sobre esse contexto; (3) dá continuidade ao período moderno da produção local. Dessa arquitetura desenvolvida anteriormente, a produção de edifícios multifamiliares e residências unifamiliares se destacam tanto pela existência de um aprofundamento de estudos sobre estes, como por serem tipos consolidados devido a demanda sempre presente destes no período moderno.

A primeira categoria são os edifícios multifamiliares que somam um total de 13 projetos. Esse tipo de edifício vertical multifamiliar, como visto no capítulo 1.3, tem um período inicial de desenvolvimento em meados da década de 1960, com edifícios marcantes projetados por Acácio Gil Borsoi e Delfim Amorim. Já na década de 1970, os edifícios verticais desenvolvidos

por Wandenkolk Tinoco tem grande projeção pela busca por uma adaptação de elementos da casa térrea local aos apartamentos. Algumas características marcantes dessa produção de edifícios multifamiliares da arquitetura moderna pernambucana foram a divisão do volume em base, corpo e coroamento, os jogos de panos e volumes, o uso da cor e materiais diferenciados, como cerâmicas e azulejos, a adaptação climática por elementos vazados e outros artifícios e os arremates e detalhes construtivos. Nesses edifícios multifamiliares, serão tratadas quatro temas. O primeiro é a **volumetria**, com ênfase na base-corpo-coroamento do edifício, observando como esses elementos volumétricos se desenvolvem no projeto e como a escala destes elementos se relacionam entre si. O segundo é a **organização da planta**, com foco nas plantas dos pavimentos tipos, procurando verificar a continuidade de valores culturais dos edifícios modernos nas plantas dos edifícios contemporâneos através de uma reinterpretação de arranjos espaciais tradicionais nos edifícios altos. O terceiro tema é a **relação com o contexto urbano**, como os edifícios se interligam com a rua e a cidade, observando como é feita a transição do hall dos edifícios para o espaço comum dos condomínios e deste para a rua, assim como o desenvolvimento de equipamentos dentro desse área comum. Por fim, o último tema é a **tessitura das fachadas**, buscando-se entender o processo de confecção das fachadas, a justaposição dos materiais, cores e possíveis jogos de reentrâncias, saliências e releitura de formas de desenvolvimento do modernismo local.

A segunda categoria são as residências unifamiliares que tem um total de 11 projetos<sup>28</sup>. Como já foi mostrado no capítulo 2.3, na produção de residências unifamiliares do período moderno se destacaram principalmente as casas Amorim e Borsoi de meados de 1950 e 1960. Estas buscavam a fluidez espacial e visual através de mezaninos e mudança de níveis, porém com a divisão nítida das três áreas da casa. As características marcantes dessa produção eram a utilização de coberta inclinada e de elementos de adaptação climática, como venezianas, cobogós e pérgulas. Outros arquitetos de gerações seguintes continuaram esses pensamentos, inserindo uma característica mais brutalista com a utilização do concreto e elementos compositivos marcantes nas obras. Nesse grupo das residências unifamiliares serão vistos quatro temas, dos quais dois são similares aos da categoria anterior. O primeiro é **organização da planta**, assim como nos edifícios multifamiliares, busca verificar a existência de uma continuidade de valores culturais do período moderno nas plantas das residências contemporâneas através de uma reinterpretação de arranjos espaciais tradicionais nessas casas, além de apresentar as principais transformações nas plantas atuais. O segundo é a **espacialidade** das residências, no qual será analisado como o espaço interno se desenvolve em relação a fluidez e permeabilidade, compreendendo também sua relação com o espaço

<sup>28</sup> Uma das residências tem quatro variações de projetos que foram inseridas no trabalho como um projeto único por conta da similaridade das propostas.

externo. O terceiro tema é a **tessitura das fachadas**, similar aos edifícios multifamiliares, será observado o desenvolvimento das fachadas das residências, jogo de volumes, aberturas, reentrâncias e saliências e releitura de formas de desenvolvimento na volumetria dessas casas. E por fim, o último tema é a **adaptação climática**, buscando observar a utilização de materiais e técnicas para atender aos condicionantes climáticos locais por meio de elementos tradicionais como beirais, varandas, cobogós, venezianas e pérgulas.

A terceira categoria que engloba os outros tipos e usos de edifícios tem um total de 16 projetos, 6 deles edifícios institucionais e outros 10 comerciais e serviços. Nesse grupo, a análise será feita de forma a observar características individuais de cada obra de acordo com o contexto no qual elas estão inseridas. Devido a variedade desse grupo, não foi possível estabelecer uma análise mais aprofundada de cada um deles com temas específicos como nos outros grupos. Dentre os projetos selecionados estão obras institucionais, comerciais e serviços em diferentes áreas da cidade e com diferentes finalidades. Apesar de, quantitativamente, as obras dos outros grupos serem a maior parte da produção atual, qualitativamente, as obras desse grupo tem grande interesse. Estas possuem maior liberdade para trabalhar elementos que, em outros tipos, são limitados por um mercado ou o próprio cliente particular, principalmente por questões financeiras. No entanto, entende-se que não existe a possibilidade dessas obras possuírem uma total liberdade, pois outros condicionantes interferem nessa produção. Porém, devido a sua finalidade e ao público alvo, tendem a apresentar soluções mais singulares para transparecer a representatividade necessária de sua tipologia e uso<sup>29</sup>.

Por meio de cada um desses temas buscou-se entender como a arquitetura respondeu as influências arquitetônicas e do contexto de maneira a tornar esses exemplares relevantes, sobressaindo-se em meio as limitações do meio e a produção de arquitetura atual. O objetivo do trabalho é entender as características dessa produção atual de forma panorâmica, sendo assim, as análises não irão se aprofundar em arquitetos ou tipos de edifícios específicos. Também não é o intuito definir estilos, linhas de projeto ou pensamentos que limitem as obras a grupos, mas sim entender as características de resposta a um contexto arquitetônico, social, econômico e urbano. Essas características arquitetônicas representam o que é essa arquitetura produzida atualmente sem limitá-la a uma categoria ou linha de pensamento. Desse modo, será entendido como os arquitetos respondem ao panorama da RMR através de sua produção, resultando em um balanço geral da produção recente da arquitetura em Pernambuco.

---

<sup>29</sup> Para mais informações sobre as 40 obras selecionadas, foram elaboradas fichas com informações técnicas e descrições físicas dos projetos. Estas encontram-se presentes no Apêndice B desta dissertação.

## 5.1 Edifícios multifamiliares

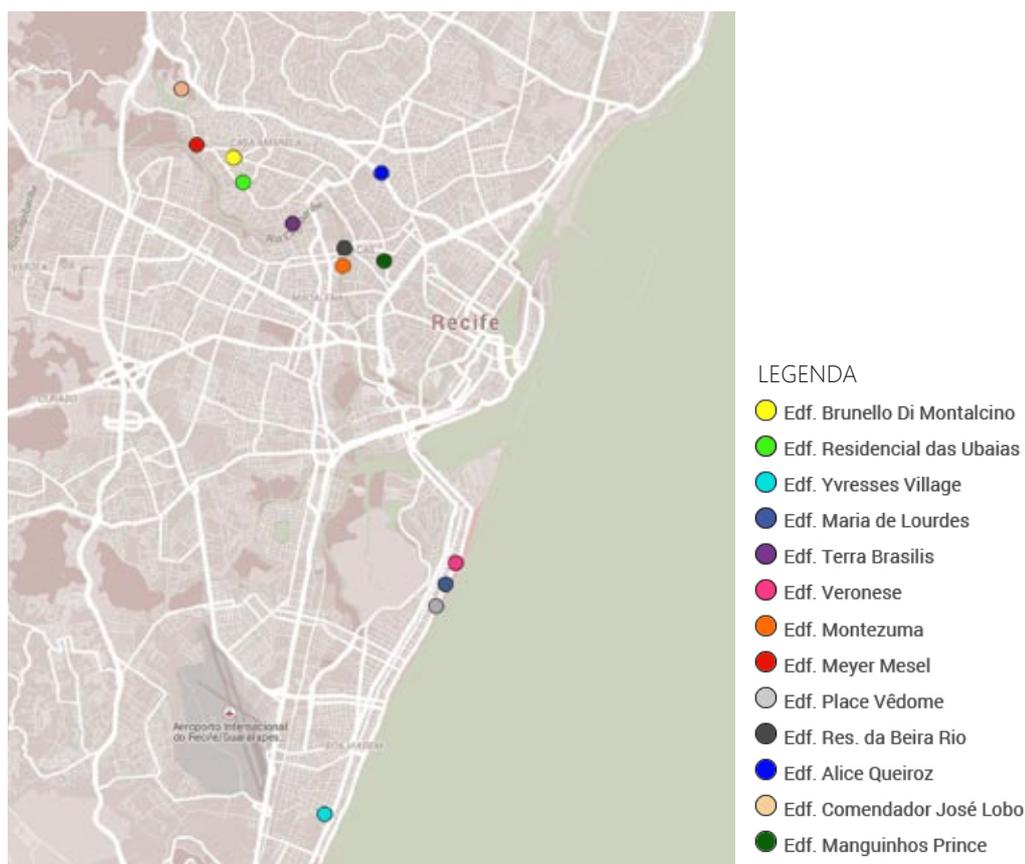
Figura 82 - Linha do tempo com todos edifícios multifamiliares selecionados.



Elaboração da tabela por Bianca Fernandes. Fonte das figuras: Acervo dos escritórios.

Os edifícios verticais representam a maior parte da produção atual dos escritórios selecionados. Segundo os próprios arquitetos, esse é o principal mercado formal de arquitetura da cidade, o que explica a grande quantidade de projetos. Das 40 obras selecionadas, 13 são edifícios verticais residenciais, representando a maioria dos projetos selecionados [82]. Dessas obras, todas localizam-se na cidade do Recife, sendo nove na região norte da cidade, na área entre a Avenida Norte e o Rio Capibaribe, e quatro na orla da cidade, todos em Boa Viagem [83]. Essas duas faixas nas regiões norte e sul são as áreas com maior verticalização do Recife, onde o mercado imobiliário se concentra, resultando em um alto grau de saturação da infraestrutura por conta desse crescente interesse da construção de edifícios multifamiliares nesses bairros.

Figura 83 - Localização dos edifícios multifamiliares selecionados.



Fonte do mapa base: Google Maps.

Como visto anteriormente, os fatores do contexto da RMR que podem ter interferido na produção estão ligados, principalmente, ao mercado imobiliário e a legislação. A consolidação da verticalização no Recife e a consequente saturação de determinadas áreas da cidade, houve um aumento do gabarito dos edifícios, apoiado pela LUOS. O mercado imobiliário, através de incorporadores e construtoras, contribuiu para o aceleração desse processo com a padronização das edificações, buscando um maior lucro através da economia nas etapas do processo. Essa padronização veio também apoiada pela legislação que trouxe um modelo definido e desenhado em seus parâmetros. Outro fator que contribuiu para essa standardização foram as novas metodologias de projeto desenvolvidas na década de 1990. Tal contexto reflete-se como uma limitação no ato de projetar, resultado de uma relação quase unilateral dos clientes, as incorporadoras e construtoras, com os arquitetos. No quesito da herança do passado arquitetônico, algumas características existentes anteriormente foram se perdendo ao longo dos anos e, a partir da década de 1980, pode-se perceber uma mudança desse panorama [84].

**Figura 84** - Dados e características dos edifícios familiares do Recife ao longo das décadas.



Fonte das figuras: FREIRE, MOREIRA, 2008; CANTALICE, 2009; [www.redeimoveispe.com.br](http://www.redeimoveispe.com.br), acesso em mai. 2015; [www.skyscrapercity.com](http://www.skyscrapercity.com), acesso em jun. 2015. Fonte da tabela: Bianca Fernandes.

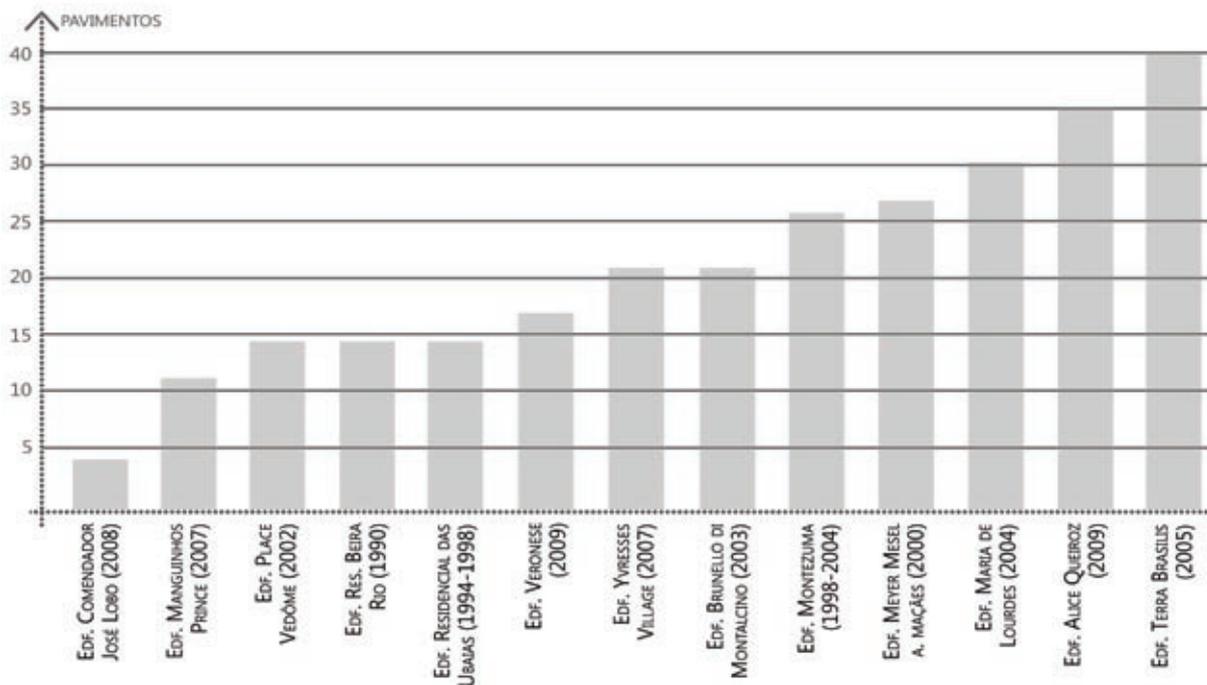
Para a análise desses edifícios, como já foi citado, serão utilizados quatro temas: a volumetria, a organização da planta, a relação com o contexto urbano e a tessitura das fachadas.

Sobre a **volumetria**, o principal ponto é a relação entre base, corpo e coroamento dos edifícios. Essa era uma das características mais marcantes dos edifícios modernos locais. Dessa forma, a análise da relação desses elementos, entre si e com o todo, ajudará a entender uma possível influência desse legado ou a existência de uma limitação do contexto no desenvolvimento dos volumes.

A princípio, ao observarmos os projetos selecionados, podemos perceber que o gabarito médio dos edifícios aumentou drasticamente de um período moderno para o atual. Anteriormente a média era de edifícios com 10 a 15 pavimentos, atualmente esse número subiu para 25 a 30 pavimentos [85]. Essa foi uma mudança possibilitada pelos novos coeficientes construtivos da legislação que entrou em vigor em 1996 e foi consolidada pelo mercado imobiliário, que apenas usufruiu da oportunidade possibilitada pela lei. O aumento do gabarito do edifício possivelmente mudou a forma do arquiteto ver e projetar esse volume, pois se fez necessário trabalhar uma maior superfície de fachada, com uma maior repetição de elementos

devido ao aumento do número de pavimentos. Esse fato acabou contribuindo para uma perda na referência da escala humana, resultando em uma maior dificuldade no desenvolvimento equilibrado entre partes da base, corpo e coroamento do edifício.

Figura 85 - Quantidade de pavimentos dos edifícios selecionados.



Fonte: Bianca Fernandes

Essa divisão marcante no período moderno, foi dificultada na produção atual, apesar de não está totalmente ausente. A marcação do coroamento do edifício, por exemplo, se encontra presente nitidamente nos Edifício Montezuma (AFM) [86] e Place Vendôme (MLP) [87][88]. No primeiro edifício, a base é marcada por um grande pé direito de 12 metros integrado com o acesso ao edifício e a calçada, enquanto que o corpo da obra é marcado por uma variação nos materiais e cores, em linhas horizontais que buscam amenizar a verticalidade da composição. Por fim, o coroamento é feito por um elemento vertical que está presente desde a base do edifício, emoldurando a composição e culminando numa forma marcante no topo da obra. O edifício Place Vendôme (MLP) traz uma forma diferente de marcar esse coroamento, através da mudança da planta tipo, resultando em uma lâmina mais estreita nos últimos pavimentos. Já a base do edifício é marcada por um pórtico com uma obra de Mariane Perreti que, apesar de mais sutil que na obra anterior, reafirma essa tripartição entre base, corpo e coroamento.

Em outros edifícios, os arquitetos buscam manter esse pensamento, conseguindo um resultado ainda significativo, apesar de menos expressivo que os exemplos já citados. Dentre estes, estão os Edifícios Residencial das Ubaias e Brunello di Montalcino [89][90], ambos de Rangel Moreira, nos quais o coroamento é marcado pelo arremate do pilar que faz o enquadramento do edifício. Porém, em outras obras essa marcação é feita de forma mais discreta, principalmente em edifícios com um gabarito muito alto, já que a existência de uma

movimentação nas fachadas dificulta a resolução estrutural dessas edificação do tipo arranha-céus. Podemos observar essa característica no edifício edifício Meyer Mesel (A. Mações) [91], no edifício Alice Queiroz (MLP) [92] e no Terra Brasilis (B’Ferraz) [93], nos quais a marcação é feita através de uma sutil mudança de cor do material da fachada ou de uma pequena marquise no topo do edifício.

**Figura 86** - Edif. Montezuma.



Fonte: acervo AFM.

**Figura 87** - Edif. Place Vendôme.



Fonte: acervo MLP

**Figura 88** - Detalhe do pórtico de acesso de pedestres do Edif. Place Vendôme.



**Figura 89** - Edif. Residencial das Ubaías.



Fonte: acervo Rangel Moreira

**Figura 90**- Edif. Brunello de Montalcino.



**Figura 91** - Edif. Meyer Mesel.



Fonte: acervo Alexandre Mações.

**Figura 92** - Edif. Alice Queiroz.



Fonte: expoimovel.com. Acesso mai. 2015.

**Figura 93** - Edif. Terra Brasilis.



Fonte: acervo B’Ferraz.

Partindo para o segundo tema, a **organização da planta**, são foco da análise as plantas dos pavimentos tipos. É importante entender as continuidades e adaptações da organização da planta do período anterior nas plantas atuais e como essa planta se adequa as necessidades atuais.

A princípio, pode-se observar que na maioria dos edifícios, a planta do pavimento tipo consiste em apenas um apartamento por andar. Dos treze selecionados, apenas quatro possuem mais de um apartamento por andar: o edifício Meyer Mesel (A. Mações) e o Alice Queiroz (MLP) que possuem dois apartamentos por andar, o edifício Manguinhos Prince (MVRF) que

possui quatro unidades e o edifício Place Vêdome (MLP) que possui duas opções de planta, uma com quatro apartamentos e outra com dois apartamentos por andar. Os apartamentos têm em média 200 a 250 m<sup>2</sup>, com uma média de 4 suítes e 3 ambientes sociais (jantar e duas salas de estar ou jantar, estar e sala de TV). Apenas em dois projetos as áreas são menores, no edifício Manguinhos Prince (MVRF) onde os apartamentos tem 75 m<sup>2</sup>, e no edifício Place Vêdome (MLP), que os apartamentos tem 40m<sup>2</sup> em média, com plantas diversas [94]. A maioria desses projetos são voltados para a classe alta, em áreas privilegiadas da cidade, o que explica em parte a amplitude da área dos apartamentos, já que o alvo é um público que paga por um produto de maior qualidade e espaço. Também não se pode negar que essa produção voltada para um público de maior poder aquisitivo pode possibilitar maiores oportunidades para os arquitetos, gerando os chamados diferenciais de projeto. O incorporador determina a necessidade de um resultado diferenciado da arquitetura produzida para um público de menor poder aquisitivo, justificando assim os custos mais elevados das unidades.

Figura 94 - Informações sobre os edifícios selecionados.

EDIFÍCIO	QUARTOS <sup>1</sup>	WC <sup>2</sup>	SALAS	DEPENDÊNCIA	COZINHA	COPA	VARANDA	VAGAS	ÁREA POR UNIDADE
Res. Beira Rio	4 + 1	4 + 1	3	COMPLETA	ISOLADA	NÃO	1	3	280 m <sup>2</sup>
Residencial das Ubaías <sup>3</sup>	4 + 1	5 + 1	3	COMPLETA	ISOLADA	SIM	2	3	300 m <sup>2</sup>
Montezuma	4 + 1	3 + 1	3	COMPLETA	ISOLADA	SIM	1	3	186 m <sup>2</sup>
Meyer Mesel <sup>4</sup>	4 + 1	5 + 1	3	COMPLETA	ISOLADA	NÃO	3	4	245 m <sup>2</sup>
Place Vedôme <sup>5</sup>	2 ou 1	1	2	NÃO	INTEGRADA	NÃO	NÃO	1	38 - 41 - 58 m <sup>2</sup>
Brunello di Montalcino	4 + 1	4 + 1	3	COMPLETA	ISOLADA	SIM	1	3	197 m <sup>2</sup>
Maria de Lourdes	4 + 1	4 + 1	-	-	-	-	1	4	238 m <sup>2</sup>
Terra Brasilis <sup>3 - 4</sup>	4 + 1	5 + 1	4	COMPLETA	ISOLADA	SIM	3	5	290 m <sup>2</sup>
Yvresses Village	4 + 1	4 + 1	3	COMPLETA	ISOLADA	SIM	1	3	155 m <sup>2</sup>
Manguinhos Prince	2 + 1	2 + 1	2	COMPLETA	ISOLADA	NÃO	NÃO	2	75 m <sup>2</sup>
Comendador José Lobo	4 + 1	5 + 1	2	COMPLETA	ISOLADA	NÃO	1	4	200 m <sup>2</sup>
Veronese <sup>3</sup>	-	-	-	-	-	-	-	3	215 m <sup>2</sup>
Alice Queiroz	4 + 1	4 + 1	3	COMPLETA	ISOLADA	NÃO	NÃO	2	122 m <sup>2</sup>

<sup>1</sup>Quarto na dependência = +1

<sup>2</sup>Banheiro na dependência = +1

<sup>3</sup>Possui duplex no último pavimento.

<sup>4</sup>Possui um ambiente destinado a escritório.

<sup>5</sup>Possui uma variação de plantas tipo: 1º ao 9º pavimento são 4 apartamentos por andar, do 10º ao 13º são dois apartamentos apenas.

Fonte: Bianca Fernandes.

As plantas seguem um modelo que já existia no período moderno, uma planta que veio das casas se adequou aos edifícios na década de 1970, e aparentemente, segue sendo desenvolvida ainda hoje. A divisão em três áreas de usos bem nítidas - social, íntima e de serviço - é a principal característica desse modelo. Dentre os selecionados, na maioria a hierarquia dos ambiente é feita de maneira que os primeiros ambientes acessados e com

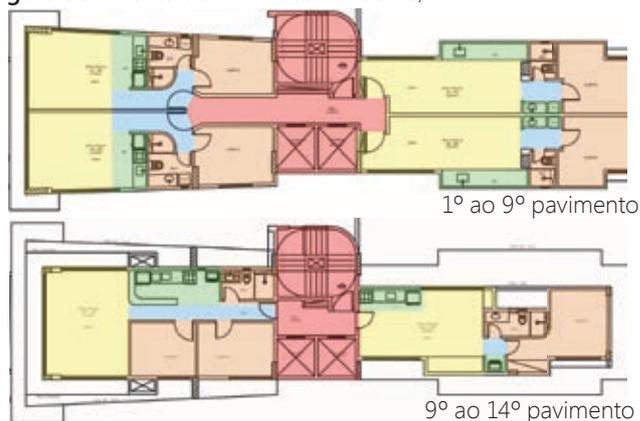
maior destaque sejam os sociais. A partir destes, pode-se acessar os ambientes de serviço ou o corredor que antecede os ambientes íntimos, estes mais privados e recuados nos apartamentos. São poucos os apartamentos que possuem plantas com alguma flexibilidade de ambientes, como a cozinha americana, que só existe no edifício Place Vendôme (MLP) [96]. A maior parte dos edifícios possuem varandas e aberturas generosas, possivelmente herdado do período moderno. Diante da impossibilidade de jardineiras e grandes aberturas como acontecia nas décadas anteriores, as varandas se reproduzem nas plantas, tendo apartamentos com até três varandas, caso do edifício Terra Brasilis (B’Ferraz) [P97], que possui uma varanda na sala de estar, na sala de TV e na suíte master. Outra solução que se mantém é a diferenciação dos acessos do apartamento, sendo o social separado do serviço, com elevadores exclusivos para casa uso. Em casos particulares como no edifício Meyer Mesel (A. Mações) [98], que possui dois apartamentos por andar, existe um elevador para cada apartamento, além do elevador de serviço, enfatizando uma necessidade de privacidade da sociedade.

Existem quatro exemplos de planta que se diferenciam do padrão observado na maioria. As plantas do edifício Veronese (M.A.Borsoi, J. Dubeux e Metro), Residencial das Ubaias (Rangel Moreira), Terra Brasilis (B’Ferraz) [97] e Place Vendôme (MLP) [96]. Nos três primeiros se desenvolvem, em seus últimos pavimentos, apartamentos duplex. No Edifício Place Vendôme (MLP) também existe uma mudança da planta nos últimos pavimentos, tendo esses um considerável aumento de área das unidades, pois são apenas dois apartamentos por andar, enquanto que nos primeiros andares existem quatro unidades. O edifício Terra Brasilis (B’Ferraz) possui outra peculiaridade na planta do pavimento tipo, a existência de um escritório com acesso independente do apartamento, gerando a possibilidade de um espaço de uso exclusivo para trabalho, sem interferir na dinâmica íntima dos apartamentos. Nesse edifício também existe outra peculiaridade devido ao seu alto gabarito. Para viabilizar a estrutura do projeto, a planta foi desenvolvida de maneira a se aproximar ao máximo de uma forma quadrada, pois para poder implantar a estrutura de sistema apertado utilizada na obra, era necessário um volume resultante de uma seção quadrada.

Figura 95 - Planta do Edf. Comendador José Lobo, A&R.



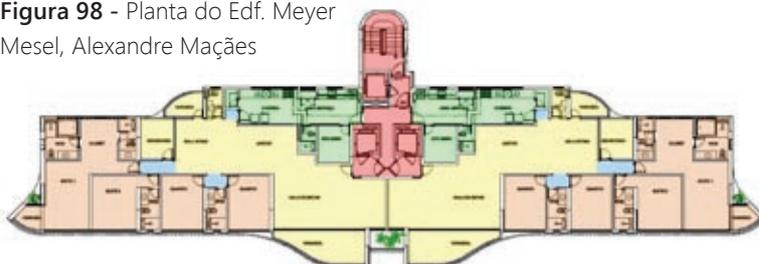
**Figura 96** - Planta do Edf. Place Vendôme, MLP.



**Figura 97** - Planta do Edf. Terra Brasília, B'Ferraz.



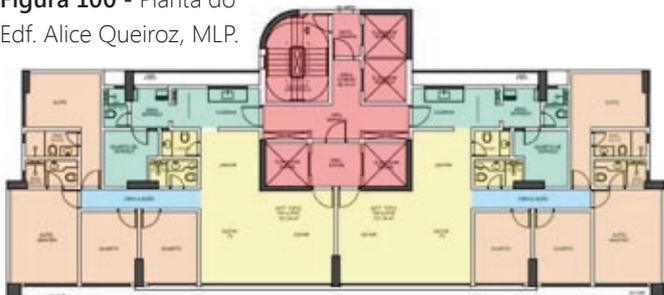
**Figura 98** - Planta do Edf. Meyer Mesel, Alexandre Mações



**Figura 99** - Planta do Edf. Montezuma, AFM.



**Figura 100** - Planta do Edf. Alice Queiroz, MLP.



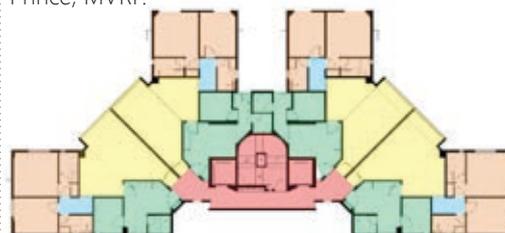
**Figura 101** - Planta do Edf. Brunello di Montalcino, Rangel Moreira.



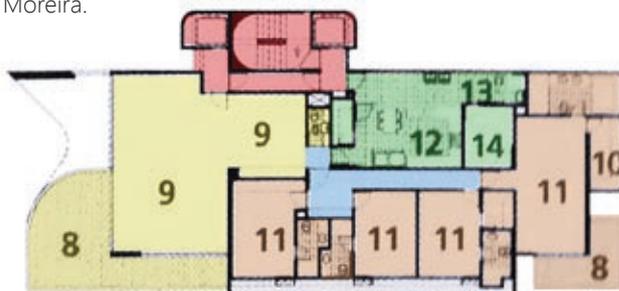
**Figura 102** - Planta do Edf. Residências da Beira Rio, Alexandre Mações.



**Figura 103** - Planta do Edf. Manguinhos Prince, MVRF.



**Figura 104** - Planta do Edf. Residencial das Ubaias, Rangel Moreira.



**Figura 105** - Planta do Edf. Yvresses Village, ML&N.



Plantas dos pavimentos tipos dos edifícios. Área social (amarelo), área íntima (laranja), área de serviços (verde), circulação (azul), área comum e circulação vertical do edifício (vermelho). Fonte: acervo dos escritórios.

A **relação com o contexto urbano** é um tema significativo no panorama atual, considerando que houveram mudanças, principalmente, na legislação e nas demandas do mercado imobiliário na elaboração da base das edificações e da área comum dos condomínios. Atualmente, a legislação de Uso e Ocupação do Solo permite uma base de estacionamento de 7,5m de altura. Apenas na região onde a *Lei dos 12 bairros* está em vigor, a zona norte da cidade, passou a ser obrigada a utilização de muros vazados para a rua. É possível perceber que parte do problema encontrado na edificação vertical residencial seja a transição entre a rua e o edifício, que foi prejudicada pelo encastelamento dos edifícios multifamiliares com guaritas elevadas e muros cada vez mais altos. Também foi comentado pelos arquitetos a impossibilidade de trabalhar essa transição do público para o privado com um comércio ou com um edifício ocupando os limites do lote. O elevado número de vagas por apartamento resultante do aumento da população motorizada na década de 1980 teve um enorme impacto nessa relação do edifício com a rua, já que aumentou, conseqüentemente, a área para estacionamento. O edifício usualmente possuía uma vaga por apartamento, atualmente existem exemplares com até 5 vagas por unidade. Dentre os selecionados, o tamanho do apartamento e da quantidade de quartos está diretamente relacionado a média de vagas, sendo uma relação de aproximadamente uma vaga por quarto/morador.

O modelo de edifício que se fecha para a rua ainda é muito comum na produção de forma geral da RMR. Mesmo quando o bloco de estacionamento é um pouco recuado, percebe-se que não existe um espaço de transição entre o público e o privado. No caso dos exemplares analisados, os arquitetos buscam, na medida do possível, fugir desse modelo. Em terrenos menores, eles optam por colocar a caixa de estacionamento o mais recuada possível, sem interferir no número de vagas exigidas. Essa opção possibilita um acesso mais direto da rua para o edifício, que normalmente não possui um fechamento com muro, caso do Yvresses Village (ML&N) [106] [107] e do Edifício Residências Beira Rio (A. Mações) [108] [109].

**Figura 106** - Acesso do edf. Yvresses Village.



**Figura 107** - Acesso do edf. Yvresses Village.



Fonte: expoimovel.com. Acesso em mai de 2015.

**Figura 108** - Acesso do edf. Residências da Beira Rio, fachada original.



Fonte: vipimobiliariape.com.br. Acesso em mai de 2015.

**Figura 109** - Acesso do edf. Residências da Beira Rio, fachada reformada.



Fonte: Google Street View.

Outras soluções surgem quando o terreno disponibiliza de uma área ligeiramente maior. Em alguns projetos, o recuo do edifício-garagem para os fundos do terreno possibilita uma transição mais sutil para a rua e uma ambiência mais confortável. A visibilidade entre interior e exterior que é adquirida com esse recuo não impossibilita a privacidade do espaço particular nem nega o espaço público, agregando valor a calçada. No caso do edifício Montezuma (AFM) [110], foi gerado um espaço livre na base da torre resultante do recuo do edifício garagem, liberando o térreo para a existência de um hall com pé direito triplo. Também foi inserido um jardim com fechamento em gradil baixo, enfatizando a troca entre rua e edificação, além de marcar a esquina. Essa solução de recuo do bloco de garagem para os fundos do terrenos da edificação se torna mais fácil em terrenos maiores, possibilitando uma transição mais amena da rua para o edifício. No caso do edifício Meyer Mesel (A. Mações) [111], o bloco de garagem e a própria torre são recuados ao máximo devido a existência de um casarão histórico no terreno, que é incorporado ao projeto. Ainda nesse projeto, é observada uma transição suave entre o exterior e o interior do condomínio, com uma calçada larga e o fechamento em gradil. Um exemplo diferenciado é o edifício Comendador José Lobo (A&R) [112][113]. Este projeto se localiza no fim de uma rua sem saída em um terreno amplo numa área de grande restrição devido a sua localização e as limitações da legislação dessa região. O edifício se desenvolve bastante recuado da rua, com a garagem totalmente enterrada abaixo do nível do solo, o que possibilita um pilotis no térreo e gera um caminho livre da entrada do condomínio até o edifício, assim como a vista da paisagem. O edifício também utiliza o fechamento para a rua em um gradil baixo, propiciando uma natural transição para o interior do terreno.

**Figura 110** - Acesso do edf. Montezuma.



**Figura 111** - Acesso do edf. Meyer Mesel.



Fonte: Google Street View.

Figura 112 - Acesso do edf. Comedador José Lobo.



Fonte: Google Street View.

Figura 113 - Caminho interno de acesso.



Fonte: www.expoimovel.com. Acesso em mai. 2015.

Figura 114 -Tabela com os equipamentos existentes nas áreas de lazer dos edifícios.

EDIFÍCIO	SALÃO DE FESTAS	PISCINA	CHURRASQUEIRA	SAUNA	PLAYGROUND	GINÁSTICA	QUADRA POLIESPORTIVA	SALA DE JOGOS	COOPER
Residências da Beira Rio									
Residencial das Ubaias									
Montezuma									
Meyer Mesel <sup>1</sup>									
Place Vedôme									
Brunello di Montalcino									
Maria de Lourdes									
Terra Brasilis <sup>2</sup>									
Yvresses Village									
Manguinhos Prince									
Comendador José Lobo <sup>3</sup>									
Veronese									
Alice Queiroz									
<sup>1</sup> Possui lavanderia									
<sup>2</sup> Possui quadra de tênis									
<sup>3</sup> Possui campo de futebol									

Fonte: Bianca Fernandes.

A relação do térreo e mezanino dos edifícios, que normalmente é a área comum social dos condomínios, também vem sofrendo mudanças ao longo dos anos. Na década de 1970 não era usual existirem equipamentos de lazer nas áreas comuns, apenas em poucos edifícios de luxo existiam piscina e salão de festas. Na década de 1980, isso começou a mudar, tornando-se comum a existência de, no mínimo, esses dois equipamentos em edifícios para classe média e alta. Já na década de 1990, esse número de equipamentos aumenta como resultado da necessidade de compensação pela perda que os apartamentos tiveram com a standardização das plantas, que gerou uma necessidade de diferenciar os edifícios cada vez mais similares, além de compensar o tamanho limitado das unidades. A desvalorização do espaço público também contribuiu para essa reprodução de espaços de lazer dentro dos condomínios. Esse encastelamento da sociedade em edifícios verticais, que passou a trocar o espaço público para fins de lazer pelo espaço privado dentro dos condomínios, por vezes dificulta a relação do edifício com a rua. Dessa maneira, se torna comum a existência de salão de festas, piscina, playground, sala de ginástica, churrasqueira, sauna, quadra poliesportiva e

salão de jogos, os principais equipamentos encontrados nos condomínios levantados nessa pesquisa. Dentre os selecionados todos tem área de lazer com no mínimo três equipamentos. Os edifícios Comendador José Lobo (A&R), Meyer Mesel (A. Mações) e Terra Brasilis (B'Ferraz) são os projetos que possuem maior área de lazer, com até 10 equipamentos [114].

Dentre os edifícios selecionados pode-se perceber nuances em relação **tessitura das fachadas**. Esse tema levanta características da produção das fachadas através da utilização de diferentes materiais, cores e jogos de reentrâncias e saliências. Essas características podem ajudar a entender a influência da produção moderna nesses edifícios e interferência do contexto da RMR nesse processo de confecção de fachadas. No período moderno, quando a produção de edifícios verticais se tornou mais consolidada, entre os anos 1960 e 1980, os edifícios tinham fachadas trabalhadas com a movimentação de volumes, reentrâncias e saliências, cheios e vazios por meio de elementos como jardineiras e saques dos armários. Ao longo da década de 1980 essas características começaram a ficar mais contidas, porém ainda presentes, como o caso de edifícios de Alexandre Castro e Silva [115].

No caso do edifício Residências da Beira Rio (1990) de Alexandre Mações [116][117][118], são perceptíveis resquícios desse período anterior, com um artifício muito comum na época de 1970-80, a intercalação das varandas. Porém, a movimentação é bem mais contida do que usualmente era feito, com as varandas ora conectadas ao elemento vertical de enquadramento do edifício, ora interrompidas antes do elemento. Esse é o mais antigo projeto selecionado, o que explica essa possibilidade de ainda trabalhar volumes na fachada aproximadamente como no período anterior.

**Figura 115** - Edf. Sirius  
(1985), Alexandre  
Castro e Silva.



Fonte: Fernando Diniz

**Figura 116, 117 e 118** - Edf. Residências da Beira Rio.



Fonte: acervo Alexandre Mações.

Dentre os exemplares selecionados, pode-se notar que existem projetos nos quais os arquitetos ainda conseguem trabalhar o volume com uma certa liberdade, caso do edifício Brunello di Montalcino [119] e o Residencial das Ubaias [120][121], ambos do escritório Rangel Moreira. Nestes exemplos, que possuem soluções similares, os arquitetos trabalham

com a estrutura emoldurando o edifício que possui curvas bem definidas. Um volume saca sinuosamente, marcando as varandas dos apartamentos. As curvas na fachada diferenciam essas obras dos edifícios com o prisma de geometria simples e retangular, usuais na arquitetura comum. O enquadramento do volume com o pilar estrutural que liga a base do edifício ao coroamento, tocando suavemente em andares intercalados, contribui para essa diferenciação. A circulação vertical também faz parte da composição, com um volume secundário com fachadas cegas que se acopla ao principal de maneira discreta, marcando a verticalidade da composição. O edifício Montezuma (AFM) [122] pode ser agrupado com os dois citados anteriormente por se perceber as mesmas características em seu volume. Existe uma marcação na fachada através do enquadramento com um elemento vertical e a volumetria da varanda sacando sinuosamente do volume regular.

**Figura 119** - Edf. Brunello di Montalcino.



**Figura 120 e 121** - Edf. Residencial das Ubaias.



Fonte: acervo Rangel Moreira.



**Figura 122** - Edf. Montezuma.



Fonte: expoimovel.com. Acesso em mai 2015.

As curvas são utilizadas como um artifício para dar movimento a fachada sem ter que separar esta em volumes distintos e menores. Se estas curvas foram expressivas nos dois edifícios acima citados, em outros exemplos observamos as ondulações menos expressivas, mas ainda bem presentes, como no caso do edifício Yvresses Village (ML&N) [123]. Outros buscam trabalhar o edifício ainda com as formas regulares, porém quebrando o prisma com o destaque do volume da varanda, resultando num jogo de movimentação mais rígido nas fachadas. O edifício Maria de Lourdes (M.A. Borsoi) [124][125] possui uma volumetria simples que é quebrada pelo prisma regular do volume da varanda. Este destaca-se do volume principal, solução similar feita no edifício Veronese (M.A. Borsoi, J. Dubeux e Metro) [126][127]. No caso do edifício Comendador José Lobo (A&R) [128][129], essa geometria mais rígida é quebrada pela divisão do volume em três blocos que se movimentam em níveis diferentes para acompanhar a declividade da topografia.

**Figura 123** - Edf.  
Yvresses Village.



Fonte: expoimovel.com. Acesso em mai 2015.

**Figura 124 e 125** - Edf. Maria de Lourdes.



Fonte: www.qgdi.com.br. Acesso em mai 2015

**Figura 126 e 127** - Edf. Veronese.



Fonte: acervo Marco Antônio Borsoi.

**Figura 128 e 129** - Edf. Comendador José Lobo.



Fonte: acervo A&R.



Fonte: www.gedeaoimoveis.com.br. Acesso em mai 2015.

Por fim, alguns dos edifícios selecionados são o resultado direto do máximo aproveitamento do terreno e seus afastamentos, originando uma geometria limitada ao prisma retangular comum na paisagem arquitetônica da RMR. Um mínimo de saques ou movimentação na fachada são presentes em alguns projetos, caso dos edifícios Alice Queiroz (MLP) [130], Terra Brasilis (B'Ferraz) [131] e Meyer Mesel (A. Mações) [132][133], com volumetrias mais contidas, representando a dificuldade que até mesmo esses arquitetos têm de projetar este tipo de edifício, seja por limitações técnicas ou por limitações dos incorporadores.

**Figura 130** - Edf. Alice  
Queiroz.



Fonte: expoimovel.com. Acesso em mai. 2015.

**Figura 131** - Edf. Terra  
Brasilis.



Fonte: archello.com. Acesso em mai. 2015.

**Figura 132 e 133** - Edf. Meyer Mesel.



Fonte: acervo Alexandre Mações.

Na produção recente se percebe que as limitações geram uma dificuldade em tratar a fachada do edifício como um jogo de vários volumes, restringindo-se a tentativas de desenvolver o volume com superfícies contínuas e trabalhar sobre esses planos. O aumento do gabarito também dificultou o desenvolvimento do volume em partes. Percebe-se que existe uma necessidade de se adequar as exigências do meio, apesar dos arquitetos ainda buscarem manter a qualidade arquitetônica, diferenciando-se da produção comum de edifícios que se limitam a volumes resultantes dos afastamentos do terreno, gerando primas retangulares e monótonos. As novas metodologias de projeto desenvolvidas na década de 1990 para agilizar e standardizar o processo construtivo refletem como uma limitação no ato de projetar, resultando em uma relação quase unilateral dos clientes, incorporadoras e construtoras, com os arquitetos.

Com a dificuldade de movimentação dos volumes, boa parte do trabalho nas fachadas ficam por conta de diferenciação de materiais e cores. Os materiais de revestimento utilizados nas fachadas buscam uma diferenciação do que é comumente usado atualmente, a cerâmica branca 10cm x 10cm. No caso da impossibilidade de utilizar outros materiais com diferentes texturas, existe a possibilidade de trabalhar as cores. Essas não se limitam ao branco, mas também não chegam a uma utilização de painéis de azulejos ou pastilhas com padrões compositivos, como acontecia no período moderno local. As cores normalmente são usadas para marcar as mudanças de superfície do volume ou para marcar algum volume que se destaca do principal. Outro uso comum é para marcação das faixas horizontais nos edifícios, com uma cor mais escura na linha das janelas, enquanto que o peitoril é revestido por uma cor mais clara, normalmente branco. Esse artifício está usualmente aliado a um leve recuo das janelas para enfatizar a diferenciação das superfícies. O edifício Yvresses Village (ML&N) [134], Alice Queiroz (MLP) [130], Terra Brasilis (B’Ferraz) [131] e Meyer Mesel (A. Maças) [132] se utilizam dessa técnica de maneira a gerar uma movimentação que, apesar de sutil, é ressaltada pelas cores diferenciadas. Já no edifício Montezuma (AFM) [135] existe um jogo de cores que buscam destacar alguns elementos e amenizar outros. Na fachada do edifício ocorre a mudança de cor nos últimos cinco pavimentos para fazer uma referência aos edifícios vizinhos de gabarito mais baixo. Esse edifício se destaca na paisagem por sua volumetria aliada as cores do material.

**Figura 134** - Detalhe do edf. Yvresses Village.



Fonte: acervo ML&N.

**Figura 135** - Edf. Montezuma.



Fonte: acervo AFM arquitetos.

Por fim, apesar do uso de materiais comuns, maioria dos edifícios selecionados conseguem um resultado positivo e balanceado com a movimentação da fachada, resultando em um bom exemplo de como os arquitetos conseguem fazer alguns avanços apesar do contexto limitante.

Quanto aos materiais, apesar do mais usual ser a cerâmica branca 10cm x 10cm, existe o uso de outros materiais, principalmente o vidro, utilizado tanto para destacar algum elemento da composição, caso da varanda no edifício Yvresses Village (ML&N) [134], como para revestir as fachadas, caso do edifício Veronese (M.A.Borsoi, J. Dubeux e Metro) [126] [127]. Este último possui maior parte das fachadas em vidro, uma exceção que provavelmente resultou da localização privilegiada do edifício, contribuindo para a possibilidade do uso do material de maior custo como um diferencial da edificação. Também são utilizados materiais como porcelanato, mármore e granito, que são possibilidades alternativas de revestimento usados para gerar um diferencial nos edifícios, sendo uma alternativa interessante quando utilizado de maneira coerente com as necessidades dos volumes trabalhados, caso do edifício Place Vendôme (MLP) [136][137][138].

**Figura 136** - Edif. Place Vendôme



Fonte: Acervo MLP.

**Figura 137 e 138** - Detalhes da fachada e coroamento do edif. Place Vendôme.



Fonte: Acervo MLP.



Fonte: Acervo MLP.

Podemos chegar a algumas conclusões sobre cada um dos temas. A relação da base-corpo-coroamento perdeu força em maior parte dos edifícios, apesar de ainda se manter presente em alguns dos exemplos. Ao contrário do período moderno, atualmente com o aumento do gabarito dos edifícios, se perdeu a referência a escala humana e foi dificultado o trabalho do volume dividido em três partes. No caso das plantas do pavimento tipo, ainda existem muitas referências a plantas produzidas no período moderno, como a tripartição do social, serviço e íntimo e o uso de varandas em abundância. Porém, as plantas tendem a ficar mais similares entre si devido a limitação do mercado, além de não existir uma flexibilidade dos ambientes, apesar do período contemporâneo demonstrar uma maior necessidade de tal possibilidade. Algumas plantas fogem do padrão com modelos de apartamento mínimo, duplex ou com anexo de um escritório, mas são minoria. A interação entre o exterior e o interior dos edifícios foi dificultada pelo aumento das vagas de estacionamento e, conseqüentemente, o aumento da área destinada a estas. Os arquitetos buscaram soluções para essa dificuldade

resultante do volume de garagem na base do edifício, chegando a opções que tiram o máximo das limitações, mesmo que em alguns casos, a situação não seja favorável e o resultado represente uma perda dessa ligação com o exterior. Com relação a área comum dos edifícios, o térreo e o mezanino, o número de equipamentos aumentou vertiginosamente com relação as décadas anteriores, com áreas de lazer cada vez maiores buscando uma similaridade com o espaço público, já que se tornou cada vez mais comum a valorização e maior utilização do espaço privado em detrimento do público. Com relação aos materiais, cores e trabalho das fachadas, a impossibilidade de trabalhar os volumes das fachadas e diferentes materiais devido a limitação do mercado gerou a opção de trabalhar com diferentes cores para destacar volumes inteiros e, em raras situações, utilizar outros materiais. A movimentação das fachadas em sua maioria é tímida, porém soluções utilizando curvas e o destaque do volume das varandas são bem expressivas nos exemplos selecionados.

Conclui-se que mesmo com uma dificuldade e limitação esses projetos conseguem sobressair com relação ao restante da produção na RMR, ao buscar tirar o máximo de suas próprias limitações. Entende-se que algumas vezes existe uma impossibilidade de se diferenciar do "modelo" de edifício multifamiliar comum no mercado imobiliário ou das tendências existentes na cidade. Porém, nessa situação limitada por diversos condicionantes, essa produção consegue ter destaque devido ao esforço de gerar soluções diferenciadas. Apesar do enfraquecimento dos princípios modernos por conta do contexto, algumas características permanecem, outras são modificadas para se adequar a esse meio, assim como novas soluções surgem para substituir as utilizadas anteriormente.

## 5.2 Residências unifamiliares

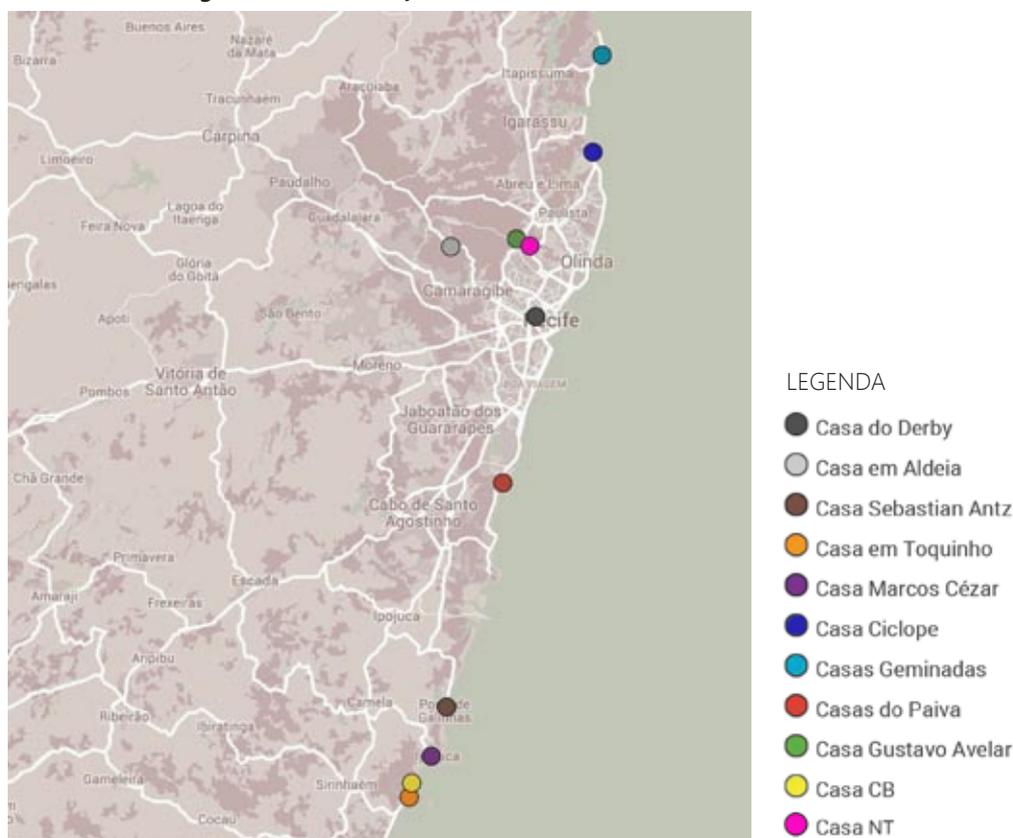
Figura 139 - Linha do tempo com todas residências unifamiliares selecionadas.



Fonte: acervo dos escritórios.

A produção de residências unifamiliares dentro da cidade diminuiu bastante a partir da década de 1980, enquanto que a quantidade de edifícios verticais no Recife vinha aumentando desde a década de 1970, segundo o panorama apresentado no capítulo 3. Atualmente as residências já não são mais a opção principal de moradia das classes médias e altas, estas passaram a ser projetadas fora da cidade com finalidade de veraneio no campo ou na praia. Este uso secundário se limita a classes com maior renda, o que explica a pouca produção dessas residências. Dentre os onze projetos escolhidos, apenas três residências são utilizadas como residência primária, o restante tem uso de veraneio [139]. Com relação a localização, apenas uma se localiza dentro do Recife, enquanto que as outras estão espalhadas no litoral norte e sul ou em condomínios na zona oeste da RMR [140].

**Figura 140** - Localização das residências unifamiliares selecionadas.



Fonte do mapa base: Google Maps.

Alguns dos condicionantes resultantes do contexto da RMR interferem nessa produção de residências. É o caso do surgimento dos condomínios afastados da cidade por consequência de uma migração da população para áreas menos violentas e afastadas da agitação do centro urbano. Este fenômeno resultou em um encastelamento dessa população tanto nos edifícios verticais como nos condomínios horizontais, modificando a forma de percepção e interação com o espaço urbano. Segundo os arquitetos, no meio de produção de residências existe uma relação mais próxima com o cliente final, o que resulta em uma possibilidade maior de diálogo e troca de ideias entre os clientes e os arquitetos. Essa proximidade acaba facilitando

a liberdade de criação do arquiteto, possibilitando o uso de uma linguagem arquitetônica apropriada as suas referências e as necessidades do cliente. Dentre essas referências, está a produção arquitetônica do período moderno, com características marcantes ao longo das décadas passadas que podem ter influenciado a produção atual [141].

**Figura 141** - Dados e características das residências unifamiliares do Recife ao longo das décadas do período da arquitetura moderna.



Fonte das figuras: NASLAVSKY, 2003; HOLANDA, MOREIRA, 2008; CANTALICE, 2009. Fonte da tabela: Bianca Fernandes.

Os temas utilizados na análise das residências unifamiliares, como foi citado anteriormente, são a organização da planta, a espacialidade interna, a tessitura das fachadas e a adaptação climática. Desses, dois são similares aos edifícios verticais, porém devido a tipologia diferente, focam em características diferentes.

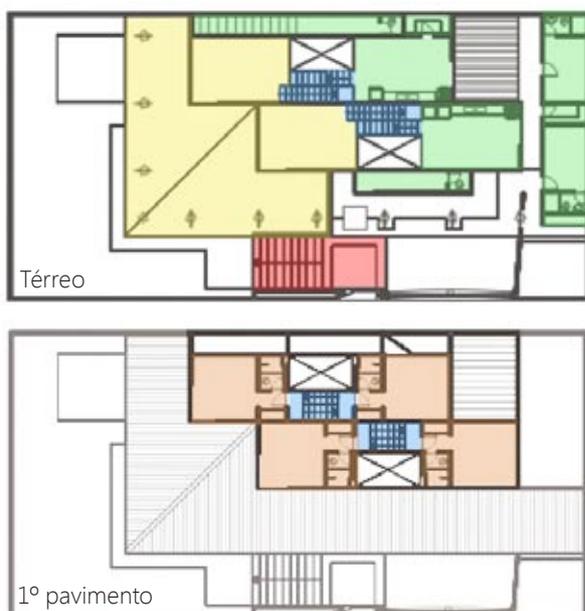
Com relação a **organização da planta**, um dos temas similares ao grupo anterior, o foco será na continuidade de preceitos modernos e valores culturais nas plantas dos exemplares selecionados, buscando entender se houve uma adaptação ou reinterpretação para adequá-las ao período contemporâneo e a mudança de uso, já que maioria dos projetos são casas de veraneio.

De maneira geral, as plantas das residências selecionadas continuam a seguir a divisão dos três setores: social, íntimo e serviço. Usualmente, dentre os projetos selecionados, o social e serviço se localizam no pavimento térreo e o íntimo no pavimento superior, enfatizando a hierarquização dos espaços. O acesso da casa, em maior parte dos exemplares, é feito pela sala

de estar ou jantar, que por sua vez dá acesso a cozinha assim como a escada para o pavimento superior, onde pode-se ter acesso ao corredor com os quartos. Algumas exceções não seguem exatamente esse modelo de planta, como as residências Geminadas (AFM) [142]. Nessa obra, composta por duas casas para duas famílias, o arquiteto desenvolveu a ideia de áreas íntimas isoladas entre si, porém com uma integração entre os ambientes sociais. A planta demonstra uma nítida divisão entre as duas casas, apesar do terraço representar uma área fortemente integrada, onde o térreo das duas residências tornam-se um espaço único. Esse terraço é composto por uma área sombreada no entorno de toda casa trazendo uma lembrança dos generosos terraços do período moderno.

A divisão das áreas das casas entre os dois pavimentos, térreo e superior, está presente em todos projetos. Contudo, existem algumas exceções nas quais um quarto, normalmente de hóspedes, está localizado no pavimento térreo, caso a casa CB (Metro) [143], a Marcos César (VPRG) [144], casa em Toquinho (M.A.Borsoi) [145], das residências do Paiva (MVRF) [146][147] [148][149] e casa NT (B’Ferraz) [150].

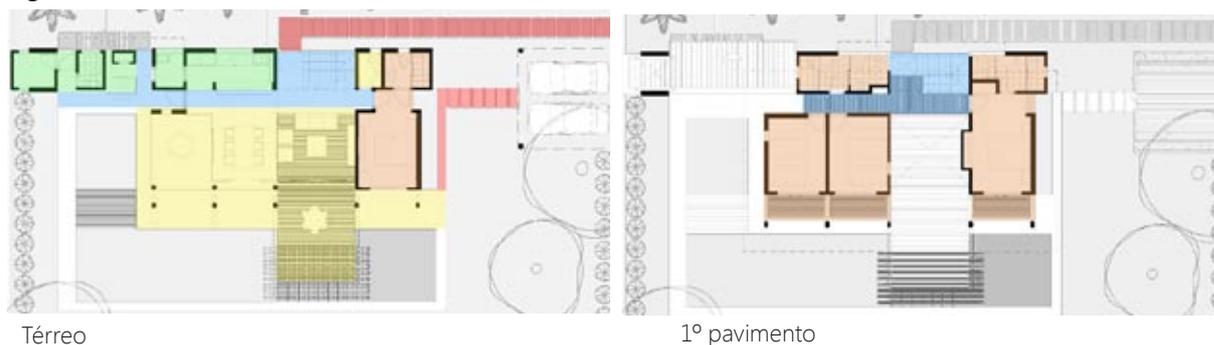
**Figura 142** - Planta das casas Geminadas, AFM.



**Figura 143** - Planta da casa CB, Metro.



**Figura 144** - Planta da casa Marcos César, VPRG.



**Figura 145** - Planta da casa em Toquinho, M. A. Borsoi.



Térreo



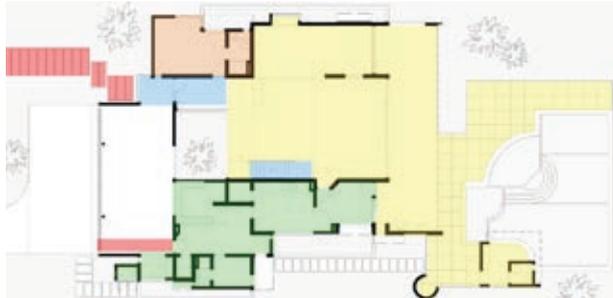
1º pavimento

**Figura 146** - Planta da casa do Paiva 01, MVRF.



Térreo

**Figura 147** - Planta da casa do Paiva 02, MVRF.



Térreo



1º pavimento



1º pavimento

**Figura 148** - Planta da casa do Paiva 03, MVRF.



Térreo

**Figura 149** - Planta da casa do Paiva 04, MVRF.



Térreo

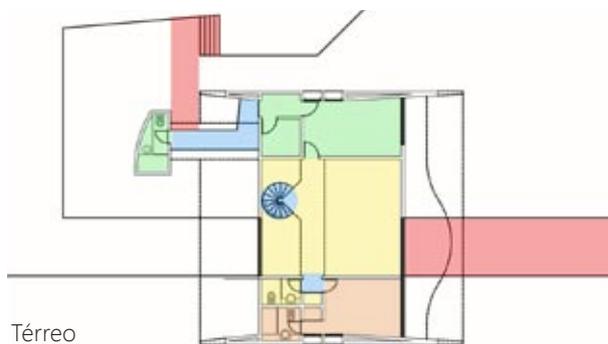


1º pavimento

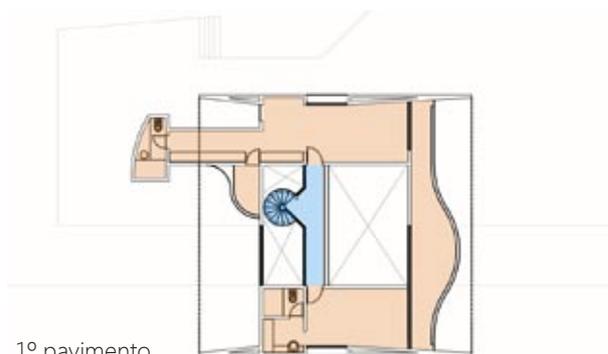


1º pavimento

**Figura 150** - Planta da casa NT, B'Ferraz.



Térreo



1º pavimento

**Figura 151** - Planta da casa Gustavo Avelar, ML&N.



Térreo

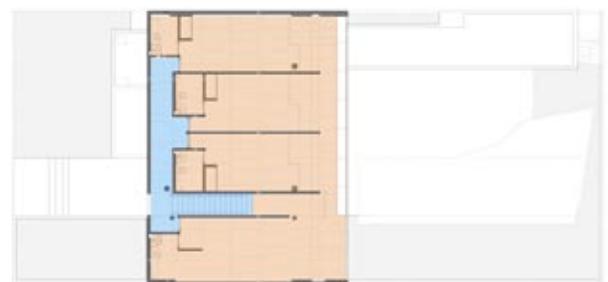


1º pavimento

**Figura 152** - Planta da casa Ciclope, A&R.

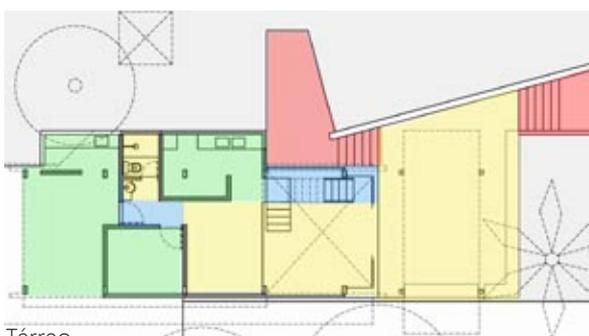


Térreo

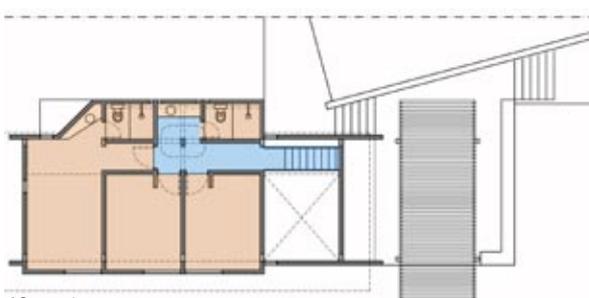


1º pavimento

**Figura 153** - Planta da casa em Aldeia, O Norte.



Térreo



1º pavimento

Figura 154 - Planta da casa do Derby, O Norte.



Plantas das residências unifamiliares. Área social (amarelo), área íntima (laranja), área de serviços (verde), circulação (azul), área comum e circulação vertical do edifício (vermelho). Fonte: acervo dos escritórios.

As áreas de serviço, em geral, estão próximas a entrada das casas e a rua. Já a área social fica na parte posterior das casas, ligada ao lazer voltado para os fundos do terreno, que na maior parte dos projetos possui uma paisagem para contemplação. Essa é uma diferença com relação as casas produzidas dentro da cidade no período moderno, pois normalmente elas possuíam apenas uma fachada principal já que o lote tinha apenas uma frente. No caso dos exemplos analisados, com exceção da casa do Derby (O Norte) [154] e da casa NT (B'Ferraz) [150], todas as outras possuem duas fachadas com o mesmo nível de importância, sendo uma voltada para a rua e outra para a parte posterior do terreno, para a praia ou campo.

A divisão dos espaços nas plantas é nitidamente rígida, apesar da fluidez de acessos entre os ambientes, percebe-se a setorização e hierarquização dos espaços com a limitação destes a um uso específico. No entanto, ao contrário de plantas de edifícios multifamiliares nos quais o cliente recebe a planta pronta sem qualquer interferência, essa delimitação dos espaços vem com a aprovação do cliente final, que contribuem para a definição do programa, determinando suas necessidades. Segundo os arquitetos, no meio de produção de residências existe uma relação muito mais próxima com o cliente final, o que resulta em uma possibilidade maior de diálogo e troca de ideias. Essa proximidade acaba facilitando a liberdade de criação do arquiteto, possibilitando o uso de uma linguagem arquitetônica apropriada as suas referências e as necessidades do cliente. Entre os projetos selecionados, apenas as casas do Paiva possuem uma forma diferenciada de produção. As casas foram projetadas para um cliente idealizado

por investidores em um condomínio de classe alta afastado da cidade. Essas plantas possuem quatro variações, no entanto, todas são similares entre si. Em termos de divisão das áreas de uso e hierarquização de ambientes, essas residências se assemelham aos outros projetos selecionados. Porém, elas possuem uma maior compartimentação dos espaços em oposição a fluidez de acessos aos ambientes de maioria das outras residências.

Algumas residências possuem soluções peculiares na disposição dos ambientes. É o caso das residências do Derby (O Norte) [154] e NT (B'Ferraz) [150]. Ambas trazem um deslocamento de um bloco de banheiros do restante da casa interligados por uma passarela. Na casa do Derby, o banheiro dos quartos no segundo pavimento, juntamente com a caixa d'água, formam um bloco em alvenaria deslocado do volume da casa, estes formados por dois blocos de madeira sobre o pavimento térreo vazado, onde existe apenas uma escada de acesso a casa. Na casa NT (B'Ferraz), uma solução similar é desenvolvida, porém o bloco deslocado possui um banheiro no térreo e outro no primeiro pavimento, além da caixa d'água, sendo interligado diretamente a suíte pela passarela onde existe o closet.

No quesito da organização dos quartos na planta, duas possibilidades são recorrentes nos exemplos. Uma é a disponibilidade dos quartos lado a lado, sendo interligados em um extremo por uma varanda e no outro pelo corredor de acesso, como podemos observar nas casas do Paiva (MVRF) [146][136][148][149], Ciclope (A&R) [152] e Toquinho (M. A. Borsoi) [145]. A outra organização na planta que também se repete é a disposição dos quartos em extremos do primeiro pavimento, sendo interligados por uma passarela-corredor que localiza-se em um vazio, normalmente, acima da sala de estar. As casas Geminadas (AFM) [142], CB (Metro) [143], Marcos César (VPRG) [144] e NT (B'Ferraz) [150] são exemplos dessa solução.

O tema da **espacialidade** das residências irá focar na fluidez, permeabilidade e também na relação com o espaço externo, buscando um entendimento de tópicos que remetem ao que foi levantado sobre os costumes da sociedade e a continuidade do moderno.

Na interação entre o interior e o exterior das casas pode-se perceber que normalmente estas têm duas características marcantes: a existência de um jardim na frente das residências e a inexistência de muros. Por consequência da última, existe um fechamento das fachadas voltadas para rua em maior parte dos projetos. Essa característica é resultante da necessidade de privacidade, muito mais do que da necessidade de segurança, já que maior parte dessas casas se localizam dentro de condomínios fechados considerados seguros. Essa relação com a rua não é o foco desses projetos, possivelmente por não ser considerada espaço público já que está dentro dos condomínios, reafirmando a pouca necessidade de separações por muros. Existe uma outra forma de interpretar esse espaço "público", que se assimila muito mais as áreas comuns dos edifícios multifamiliares do que a rua. Esta é uma diferença marcante da

relação que existia no período moderno entre as casas construídas na cidade formal e a rua, pois nessas a interação com o exterior se dava de forma totalmente diferente devido da sua inserção no contexto urbano da cidade.

A relação com a parte posterior do terreno não segue esse mesmo fechamento das fachadas. As casas se abrem totalmente para o espaço dos fundos do terreno, onde normalmente se localiza a área de lazer e piscina. O térreo das casas se abrem por completo formando um espaço único com o ambiente externo, como na casa Toquinho (Borsoi) [155][156][157], na Ciclope (A&R) [158][159] e nas residências do Paiva (MVRF) [160][161]. Nesses projetos, o espaço de lazer se une ao espaço social, que normalmente possui apenas um fechamento com esquadrias em vidro, possibilitando a abertura total desse elemento para gerar uma integração por completo entre interior e exterior das casas. Nos pavimentos superiores, essa interação é feita através de grandes aberturas em todos os quartos para uma vista da área de lazer. Em alguns casos, existe uma varanda interligando as aberturas de todos os quartos, estes normalmente alinhados lado a lado.

**Figura 155** - Fachada frontal da casa em Toquinho.



**Figura 156** - Fachada posterior da casa em Toquinho.



**Figura 157** - Detalhe da integração dos espaços da casa em Toquinho.



Fonte: acervo Marco Antônio Borsoi.

**Figura 158** - Fachada frontal da casa Ciclope



**Figura 159** - Fachada posterior da casa Ciclope.



. Fonte: acervo A&R.

**Figura 160** - Fachada posterior da casa do Paiva tipo 02.



**Figura 161** - Fachada posterior da casa do Paiva tipo 03.



Fonte: acervo MVRF.

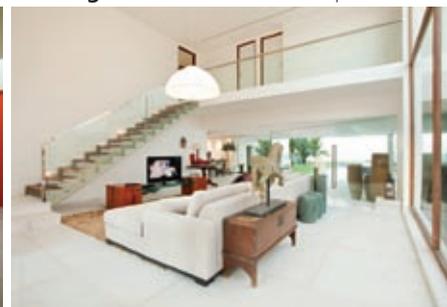
Na parte interior das casas, percebe-se um maior destaque ao ambiente social através, principalmente, da utilização de pé direito duplo e do desenvolvimento da casa em torno deste. Na casa CB (Metro) [162][163], existe uma diferenciação por níveis, o acesso da casa se localiza no mesmo nível da escada e da sala de jantar, que por sua vez se abre para um nível ligeiramente inferior onde existem o estar e o terraço aberto para o exterior. O espaço do jantar juntamente com a escada e um jardim de inverno formam o principal ambiente da casa, de onde os outros se originam e se interligam. Na casa em Toquinho (M.A. Borsoi) [164], esse espaço de maior destaque é a sala de estar. Esta possui um pé direito duplo com a escada marcada por materiais diferenciados e uma grande esquadria ocupando uma face inteira do ambiente. É desse ambiente que os outros se originam, assim como na casa CB (Metro). Mais um exemplo é a residência Marcos César (VPRG) [165][166] que prioriza o espaço de estar com um pé direito duplo, uma grande parede em cobogó e uma escadaria em madeira interligando o térreo ao corredor-ponte do pavimento superior, também em madeira, que atravessa o vazio sobre a sala. Também nessa casa, os outros ambientes se desenvolvem a partir dessa área principal. Em todos projetos essa característica se repete, sendo uns mais enfáticos que em outros. A ênfase na hierarquia dos ambientes e a fluidez espacial eram particularidades muito presentes nas casas modernas, tendo uma possível continuidade dos projetos contemporâneos. Outros exemplos são as casas NT (B’Ferraz) [167] e Aldeia (O Norte) [168][169], ambas com pé direito duplo nos ambientes sociais

**Figura 162 e 163:** Casa CB.



Fonte: acervo Metro

**Figura 164** - Casa em Toquinho.



Fonte: acervo Marco Antônio Borsoi.

**Figura 165 e 166** - Casa Marcos César.



Fonte: acervo VPRG.

**Figura 167** - Casa NT.



Fonte: acervo B’Ferraz

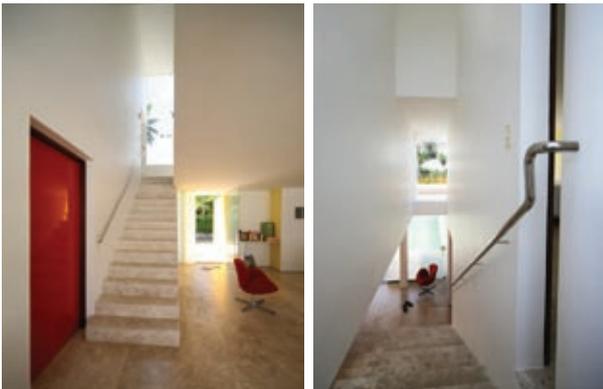
**Figura 168 e 169** - Casa em Aldeia.



Fonte: AU, edição 234, nov. 2012.

Outra característica da espacialidade das residências é a escada como um componente de importância no seu desenvolvimento, não apenas como elemento de circulação vertical. Na casa Ciclope (A&R) [170][171] a marcação do elemento é feita por uma abertura no pavimento superior que se alinha com o fim da escada. Já na Marcos César (VPRG) [165] a escada está localizada no vazio do pé direito duplo, tornando-se um elemento escultórico no ambiente de estar. Na casa CB (Metro) [172][173] uma abertura superior ilumina a escada que também se localiza no vazio do pé direito duplo. Já nas residências Geminadas (AFM) [174], a escada localiza-se em um espaço com aberturas singulares resultando em uma iluminação indireta com formatos geométricos. As escadas também podem ser marcadas pela utilização de materiais diferenciados ou pelo seu próprio desenho, como na casa em Toquinho (M.A. Borsoi) [175] e na casa em Aldeia (O Norte) [176]. Na primeira, os degraus em madeira se encaixam em um perfil metálico, com os espelhos vazados e o peitoril em vidro. Na segunda, a escada possui um corrimão metálico com cabos de aço no peitoril, complementando a composição do perfil em concreto com degraus em madeira.

Figura 170 e 171 - Casa Ciclope.



Fonte: acervo A&R

Figura 172 e 173 - Casa CB.



Fonte: acervo Metro

Figura 174 - Casas Geminadas.



Fonte: AFM

Figura 175 - Casa em Toquinho.



Fonte: acervo Marco Antônio Borsoi

Figura 176 - Casa em Aldeia.



Fonte: acervo O Norte.

Com relação a **tessitura das fachadas**, tema que tem como foco o desenvolvimento das fachadas e volumetria, as casas selecionadas foram compreendidas em dois grupos com características similares de jogos de volumes, aberturas e releitura de princípios de outras fontes arquitetônicas, seja do moderno local ou outra linha de pensamento. Com a divisão

em grupos por similaridades busca-se facilitar o entendimento da análise desse tema, sem ter intenção de definir a existência de linhas de pensamento arquitetônicos definidos. O primeiro grupo são residências que possuem elementos de um moderno local e influências regionais, já o segundo grupo são residências com influências mais contemporâneas de releitura de um moderno nacional ou internacional.

No **primeiro grupo** estão os projetos que fazem referência ao uso de materiais e técnicas locais e tradicionais. Os principais elementos observados são a utilização da cobertura inclinada, uso de pergolados, venezianas, estruturas em madeira, cobogós e, principalmente, características de uma arquitetura ligada a temas levantados por Armando de Holanda em seu “construir frondoso”, com preocupações em fazer uma arquitetura aberta, sombreada e adequada ao clima tropical. Essas características mais tradicionais ou regionais não recusam um olhar contemporâneo sobre essa arquitetura, nem negam a existência de uma possível influência das mesmas no segundo grupo, porém nesses projetos elas estão concretizadas de forma mais explícita.

A residência do Derby (O Norte), é um dos principais exemplos de releitura de questões regionais aliada a um olhar contemporâneo sobre o objeto arquitetônico. A casa se desenvolve interferindo o mínimo no terreno, utilizando maior parte de seu fechamento em madeira [177]. As fachadas ora são vazadas em venezianas, gerando uma troca com o exterior, a ventilação e iluminação natural, ora são fechada para possibilitar a intimidade do espaço interno, já que esta é a única das casas que fica dentro do pólo da RMR, numa região movimentada e central do Recife. Esse fechamento vazado resulta numa extensão da casa, incorporando áreas vizinhas, ao mesmo tempo que deixa-a permeável aos ventos [178][179].

**Figura 177** - Fachada da casa do Derby.



**Figura 178** - Sala de estar e jantar da casa do Derby.



**Figura 179** - Passarela de acesso ao banheiro do segundo pavimento da casa do Derby.



Fonte: acervo O Norte.

No caso de outros exemplos, como as casas Geminadas (AFM) [180][181] e a casa Marcos César (VPRG) [182][183], os volumes são marcantes, com fortes traços geométricos e a caixa das casas pousam sobre o térreo quase inteiramente vazado. As coberturas inclinadas reafirmam a característica regional, que também está presente na estrutura de madeira utilizadas em ambas as casas. Nas casas Geminadas (AFM) o terraço é sombreado por uma

coberta inclinada que se estende por todo o entorno da casa, uma possível lembrança das soluções de terraços sombreados modernos. Na Marcos Cezar (VPRG), outra característica observada é a utilização de venezianas, pergolados e cobogós por toda casa para facilitar a circulação do ar. Ambas casas demonstram características de uma busca pela adequação ao clima, um dos pontos importantes das casas modernas pernambucanas e dos ensinamentos de Armando de Holanda.

**Figura 180 e 181** - Casas Geminadas.



Fonte: acervo AFM.

**Figura 182 e 183** - Casa Marcos César.



Fonte: acervo VPRG

Na casa Sebastian Antz (ML&N) [184][185] e na casa em Aldeia (O Norte) [188][189][190] pode-se perceber um jogo mais marcante dos volumes da caixa da casa, nas quais referências ao regional ficam por conta da cobertura inclinada com material diferenciado. A primeira com uma cobertura em palha sustentada por uma estrutura em tesouras de madeira e a segunda com uma cobertura inclinada de telhas metálicas. Na casa NT (B'Ferraz) [186][187] existe uma grande semelhança na solução volumétrica de geometria marcante, com um volume branco cuja solução de cobertura inclinada traz a característica regional, assim como o fechamento em venezianas de madeira localizados em metade da fachada frontal. Por fim, casas que possuem características bem mais tradicionais são as residências do Paiva (MVRF) [191][192], que consistem em um conjunto de quatro projetos para um condomínio afastado da cidade na região sul da RMR. Elas apresentam como característica marcante a utilização da cobertura inclinada em três das quatro variações com beirais amplos e simetria marcante na fachada da maior parte dos tipos, remetendo a certas casas de Acácio Gil Borsoi que trabalhavam uma volumetria e elementos semelhantes.

**Figura 184 e 185** - Casa Sebastian Antz.



Fonte: acervo ML&N.

**Figura 186 e 187** - Casa NT.



Fonte: acervo B'Ferraz.

Figura 188, 189 e 190 - Casa em Aldeia.



Fonte: acervo O Norte

Figura 191 - Casa do Paiva tipo 01.



Figura 192 - Casa do Paiva tipo 04.



Fonte: acervo MVRF.

Em resumo, nesse primeiro grupo o uso de artifícios, técnicas e materiais para possibilitar as soluções arquitetônicas pode nos levar a entender a existência de uma influência de algumas características que eram marcantes no modernismo pernambucano através de uma releitura contemporânea. Porém, essas soluções também podem ser resultado da necessidade de adequação ao meio e funcionalidade inerente ao processo arquitetônico. O que pode-se perceber é a existência de uma busca pela utilização de meios construtivos que são marcantes de uma produção local.

O **segundo grupo** são os projetos nos quais o ponto forte é o jogo de volumes resultando numa composição de formas geométricas brancas, que podem se afiliar a influências da arquitetura portuguesa, de Álvaro Siza, como ressaltado pelos próprios arquitetos, da arquitetura paulista ou até mesmo de uma reinterpretação da arquitetura moderna. A característica marcante desses projetos é esse jogo de volumes fechados e brancos na fachada voltada para rua, enquanto que na fachada posterior, normalmente voltada para uma paisagem, se tem a abertura por completo da casa e uma integração do espaço externo com o espaço interno.

No projeto da casa em Toquinho (M.A. Borsoi) [193][194] essa característica é bem nítida, os volumes sacam na fachada frontal, formando uma equilibrada composição de reentrâncias e saliências. O trabalho com a topografia do terreno contribui para a composição, com o acesso de pedestre feito através de uma escadaria que leva a um ponto mais alto da casa, enquanto que o acesso do automóvel se faz por uma rampa que liga a rua e a garagem enterrada sob esta. A fachada posterior da casa se abre por inteiro para o exterior, ao contrário

da fachada frontal. O pavimento térreo, onde fica a área social, se integra totalmente a área de lazer e o pavimento superior se abre em uma extensa varanda para a paisagem. A diferença marcante entre as fachadas resulta em duas faces totalmente opostas no mesmo projeto. Essa característica possibilita uma possível ligação com o moderno, no qual as casas se fechavam para a rua abrindo-se para seu interior, ao mesmo tempo que também pode estar ligada a uma influência da arquitetura contemporânea paulista, como as casas de Márcio Kogan que se assemelham a esse projeto principalmente na solução da fachada posterior e sua interação com o exterior.

Nas casas CB (Metro) [195][196] e Ciclope (A&R) existe um jogo de volumes, cheios e vazios [158][159], mas as aberturas são os pontos marcantes nas fachadas, uma possível influência da arquitetura portuguesa com jogos de volumes brancos e aberturas inusitadas na fachada principal. Na casa CB, essa abertura é feita por uma seteira no pavimento superior, um volume todo fechado e regular, sendo orientada para a vista da praia [196][197]. Já na casa Ciclope existe uma esquadria que se projeta na fachada principal marcando o acesso de pedestre e complementando o jogo de volumes da composição. Do interior da casa, essa abertura se localiza logo no fim da escada, desvendando a paisagem externa de acordo com a subida da escada [170][171].

**Figura 193** - Fachada frontal da casa em Toquinho.



**Figura 194** - Fachada posterior da casa em Toquinho.



Fonte: acervo Marco Antônio Borsoi.

**Figura 195** - Fachada posterior da casa CB.



**Figura 196** - Fachada lateral da Casa CB.



**Figura 197** - Seteira na Casa CB.



Fonte: acervo Metro.

A casa Gustavo Avellar (ML&N) [198][199] se diferencia nesse grupo pelo uso como residência primária, apesar de se encontrar fora do Recife, no município de Camaragibe. Porém, esta residência possui características similares de jogo de volumes brancos e septos, com uma peculiaridade de utilizar toda a cobertura do segundo pavimento como terraço-jardim. Na casa

CB (Metro) [134] a cobertura o térreo também é utilizada como terraço-jardim e varanda para o pavimento superior.

Nesse segundo grupo, mesmo com características mais contemporâneas e aparentemente não ligadas a um suposto regionalismo, existe uma preocupação intrínseca com a adequação ao clima local. Mesmo que não aparente na utilização de artifícios tradicionais para esse fim, está presente nas amplas aberturas, nos terraços e na orientação para o nascente, ou seja, na própria forma de projetar.

Outro aspecto da tessitura das fachadas que permeia os dois subgrupos citados é a utilização de cores para diferenciação de superfícies. Os tons fortes normalmente marcam as paredes de espaços com maior hierarquia, como o acesso da casa Marcos César (VPRG) [182] [183], da casa CB (Metro) [195][196][197] e da casa Ciclope (A&R) [158] ou no ambiente social, também presente nas duas últimas. Em outros projetos as cores são utilizadas como uma forma de diferenciar as partes que formam os volumes. Na residência em Aldeia (O Norte) [188][189][190], as empenas da casa estão pintadas em amarelo, tanto dentro quanto fora da casa, reforçando a impressão de que são elementos soltos e suspensos no cinturão de janelas que percorrem todo perímetro da casa. Ainda nesse projeto, um volume saliente, que contém a área íntima, saca das laterais da casa, pintado em um tom laranja ocre, mais uma vez enfatizando a diferenciação do elemento do restante da composição. Na casa Gustavo Avellar (ML&N) [198][199] existe uma variação em tons de azul e branco, que enfatiza as diferentes partes da composição, num jogo de cores mais parietal do que volumétrico. Já nas casas Geminadas (AFM) [200], as fachadas de cores diferentes distinguem os volumes das duas casas que formam o conjunto. As esquadrias e vidros dessas casas também são coloridos e formam um equilibrado jogo de cores e formas na casa.

Figura 198 e 199 - Casa Gustavo Avellar.



Fonte: acervo ML&N.

Figura 200 - Casas Geminadas.



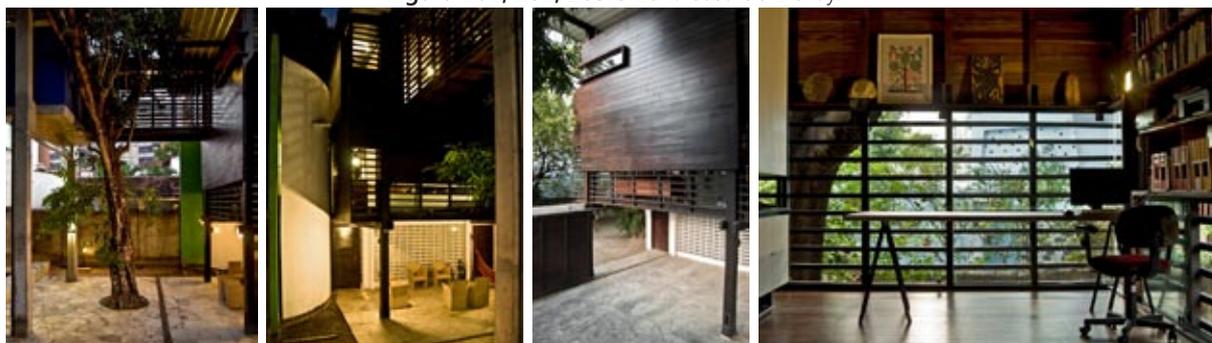
Fonte: acervo AFM.

No tema da **adaptação climática**, as características serão observadas através da utilização dos materiais e técnicas que atendem ao contexto local, seja com elementos tradicionais ou com a reinterpretação desses. Quando observa-se os pontos levantados pelos arquitetos, percebe-se que possivelmente existe uma liberdade maior na escolha dos materiais e técnicas utilizados nesses exemplares devido a relação direta com o cliente final, ao contrário

dos grupo dos edifícios multifamiliares, no qual os incorporadores e construtoras, mesmo não sendo os clientes finais, definem esses elementos de acordo com tendências de mercado.

Do escritório o Norte, a casa do Derby [201][202][203][204] é um projeto singular devido a sua construção toda em uma estrutura de madeira, com exceção das áreas molhadas em alvenaria. Os arquitetos projetaram de maneira que a estrutura de encaixe pudesse ser desmontada caso o terreno viesse a ser ocupado por um edifício em altura, tipologia muito presente no entorno. A caixa contendo a sala e o quarto é toda em madeira que se contrapõe as áreas molhadas, estas em alvenaria. A confecção da fachada com venezianas em madeira possibilita a privacidade dos moradores sem criar a sensação de enclausuramento. As venezianas dão lugar a um painel fechado em madeira apenas em alguns poucos pontos onde a privacidade da residência é necessária. Essa solução de fachada possibilita uma ventilação constante, ao mesmo tempo que protege a casa da forte insolação.

Figura 201, 202, 203 e 204: Casa do Derby.



Fonte: acervo O Norte.

A madeira é um material utilizado também em outras das casas, como nas casas Geminadas (AFM) [180][181], na casa Sebastian Antz (ML&N) [184][185] e na casa Marcos César (VPRG) [182][183], com foco numa técnica mais tradicional de estruturas de madeiras e tesouras para sustentar as cobertas. Já o concreto, material que era comum no período moderno, perdeu espaço para alvenaria pintada de branco ou cores fortes.

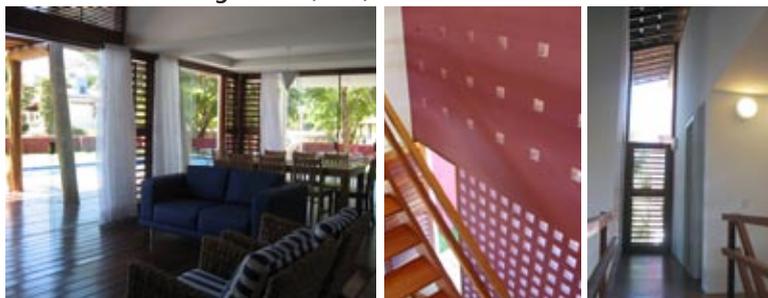
As venezianas, cobogós e pérgulas são outras técnicas que estão presente em maior parte dos projetos como opções de adequação climática. Essas soluções são características muito presentes no período moderno com a mesma funcionalidade de adaptação ao clima. Nas residências contemporâneas, os elementos citados podem ter grande relevância na composição plástica, mas em sua maioria eles surgem como detalhes construtivos necessários para o funcionamento adequado e confortável das residências. As casas Geminadas (AFM) [205], do Paiva (MVRF), Marcos César (VPRG) [206][207][208], Sebastian Antz (ML&N) [184][185], na NT (N'Ferraz) [186][187], Aldeia (O Norte) [188][189][190] e Derby (O Norte) [202][204] possuem os elementos citados, em algumas são mais marcantes, em outras são apenas detalhes.

Figura 205 - Casas Geminadas.



Fonte: acervo AFM.

Figura 206, 207, 208 - Casa Marcos César.



Fonte: acervo VPRG.

Nas casas Sebastian Antz (ML&N) [184][185] e de Aldeia (O Norte) [188][189][190] a preocupação com a adaptação climática está presente também na utilização da saída de ar no espaço entre a cobertura e as paredes de fechamento da casa. No caso da residência Sebastian Antz (ML&N), a cobertura é sustentada pela estrutura em madeira possibilitando que as paredes não cheguem até a cobertura. O espaço resultante entre a parede e a cobertura gera uma saída de ar. O mesmo foi utilizado na casa em Aldeia (O Norte), que possui um fechamento no espaço entre a parede e a cobertura com uma esquadria que corta todo perímetro da casa.

Por fim, outra técnica construtiva já comentada, mas que está presente em maior parte das casas, é a cobertura inclinada. Ela surge de várias formas nos projetos, seja sustentada por uma estrutura de madeira, como na casa Sebastian Antz (ML&N) [184] e Geminadas (AFM) [200], ou com materiais diferenciados, como palha, telha cerâmica ou metálica. Esse é um elemento que pode ser entendido como uma herança do período moderno e da tradição local.

Ao observarmos os temas de maneira geral, podemos chegar a algumas conclusões. Apesar de maior parte das casas serem construídas para uso de veraneio, as plantas seguem em parte uma organização das casas desenvolvidas no período moderno, a hierarquização dos espaços através de pés direitos duplos e mudanças de nível, assim como a divisão da planta em área social e de serviço no térreo e íntima no pavimento superior. Sobre espacialidade das casas, os ambientes se voltam para parte posterior das residências, a área de lazer, fechando-se para a rua e abrindo-se para os fundos do terreno, característica que se repete na maioria das casas com poucas exceções. Os ambientes sociais possuem uma grande fluidez espacial, resultante da hierarquia das casas que prioriza esses espaços, de onde se desenvolvem os outros ambientes dos projetos. Um elemento de destaque é a escada, em quase todas as casas ela possui um diferencial. A volumetria das casas pode ser entendida em dois grupos, um que utiliza características de uma produção moderna local e regional, fazendo uma releitura através de uma visão contemporânea, e outro que traz influências mais atuais, de origem portuguesas e paulistas ou do moderno que se utiliza de jogos de volumes brancos e aberturas inusitadas. A adaptação climática está ligada a questão da volumetria, soluções tradicionais com uso de

madeira ou inovações e reinvenções de outros materiais e técnicas utilizadas no moderno local. Percebe-se também uma facilidade de trabalhar novas propostas pela possibilidade de diálogo direto com o cliente final.

De modo geral, mesmo não sendo mais produzidas em grande escala como no início do período moderno em Pernambuco, as residências representam uma parcela significativa da arquitetura contemporânea. O contexto que influencia diretamente as casas está muito mais ligado a questões de exigências de clientes e tradições da sociedade do que a uma influência direta da produção moderna local do período anterior. Apesar de existirem algumas características dessa herança moderna, esta é feita como uma releitura atual ou como uma referência em detalhes. Um ponto importante nessa produção é a localização de todas em condomínios fechados, com exceção de apenas uma. A consequência é a perda de uma característica importante de relação com a rua e a cidade, pois essa interação é negada nos projetos, já que a rua é artificial e privada. Essa característica reafirma o que já foi percebido no grupo dos edifícios multifamiliares, o espaço público torna-se cada vez mais renegado pela população, o que acaba refletindo na produção da arquitetura residencial, seja edifícios ou casas.

### 5.3 Outros edifícios: institucionais, comércio e serviços

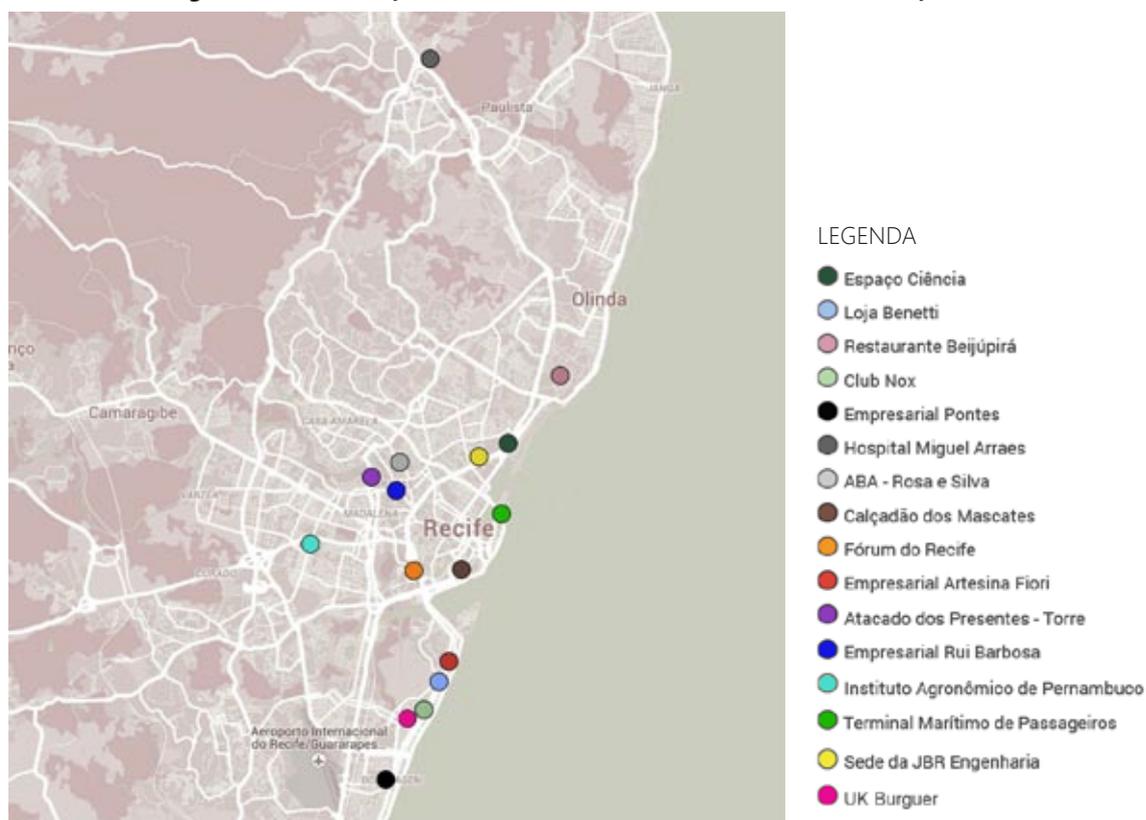
Figura 209 - Linha do tempo com todos edifícios institucionais, comerciais e de serviços selecionadas.



Fonte: acervo dos escritórios.

Os projetos selecionados nesse grupo possuem em comum a finalidade de uso público. Foram selecionadas quinze obras, destas seis são obras institucionais e as outras nove se distribuem entre comércio e serviço [209]. Desses projetos, apenas o Hospital Miguel Arraes e o restaurante Beijupirá localizam-se fora do Recife, o primeiro no município de Paulista e o segundo em Olinda. Todos outros localizam-se em Recife, sendo o Espaço Ciência no limite entre Recife e Olinda [210]. Apesar de ter uma produção em menor quantidade no meio arquitetônico atual se comparada a produção de edifícios multifamiliares e residências unifamiliares, esse grupo possui uma grande importância por trabalhar com diferentes usos, tipos de arquitetura e variados clientes. Essa diferenciação com relação ao cliente pode possibilitar uma maior liberdade para soluções singulares, pois este universo é totalmente diferente da produção da arquitetura particular dos grupos anteriores, principalmente pela representatividade que essas obras necessitam ter para atender a população.

**Figura 210** - Localização das edifícios institucionais, comerciais e de serviços.



Fonte do mapa base: Google Maps.

Com relação ao contexto da RMR, essas obras sofrem uma influência menos direta do contexto levantado, já que não são voltadas para o mesmo mercado. Porém, outros condicionantes interferem mais diretamente nessa produção, como as exigências do cliente, normalmente um órgão público ou cliente particular de comércio/serviços, assim como os próprios usos para os quais os edifícios são projetados podem gerar limitações. Também pode-se citar o contexto urbano e a implantação das obras, considerando que maior parte dos

projetos são de grande e médio porte. A ligação com o urbano e com o público alvo é um dos principais fatores de influência nesses projetos, não importando a escala, já que todas são voltadas para o uso público.

No caso do contexto das obras institucionais, estas sofreram uma diminuição de sua produção a partir da década de 1980, como os próprios arquitetos comentaram. Segundo os entrevistados existe uma atual falta de incentivo do governo em manter parcerias público-privadas para viabilizar uma maior produção voltada para essa tipologia. No período moderno existiam grandes obras representativas dessa produção como a Celpe (1970), a Chesf (1976) e a SUDENE (1974). Porém, com a mudança do contexto econômico e principalmente político, são poucos os edifícios institucionais construídos atualmente e ainda menos os que conseguem trabalhar grandes estruturas e monumentos como antes. Esta foi uma tendência que afetou negativamente não só a arquitetura de Pernambuco, mas de todo o Brasil.

No contexto das obras comerciais e de serviços, essas tem uma grande variedade de possibilidades devido a finalidade de consumo. Porém, essas obras tem em comum uma conotação voltada para o que se dispõem a vender, uma necessidade maior de visibilidade e ligação direta com a rua. Na cidade atual, onde o principal uso das ruas é para os automóveis, esses edifícios tem que se moldar a essa necessidade de máxima visibilidade para os usuários nos carros e a facilidade de estacionamento. Outra característica importante no contexto da cidade, é a necessidade dos edifícios comerciais e de serviço de acomodação ao tecido urbano para acomodar o uso do automóvel sem perder o contato com a calçada e a escala humana do pedestre.

Nesse terceiro grupo de obras, a análise foi feita observando características individuais de cada obra de acordo com o contexto que elas estão inseridas. Devido a variedade de usos e tipos desse grupo, não foi possível estabelecer uma análise mais aprofundada de cada um deles por meio de temas específicos como foi feito nos outros grupos. O intuito de manter essas obras na pesquisa foi para complementar esse panorama local da arquitetura contemporânea, pois mesmo que quantitativamente as obras residenciais sejam a maior parte da produção atual, qualitativamente as obras que não tem essa finalidade tem grande importância. Estas podem trabalhar mais livremente elementos que não são limitados por um mercado ou o próprio cliente particular, possibilitando algumas soluções mais singulares. Isso não quer dizer que essas obras tenham uma total liberdade, porém, devido ao público e sua finalidade, tendem a buscar soluções que consigam transparecer a representatividade necessária de sua tipologia e uso de maneira diferenciada.

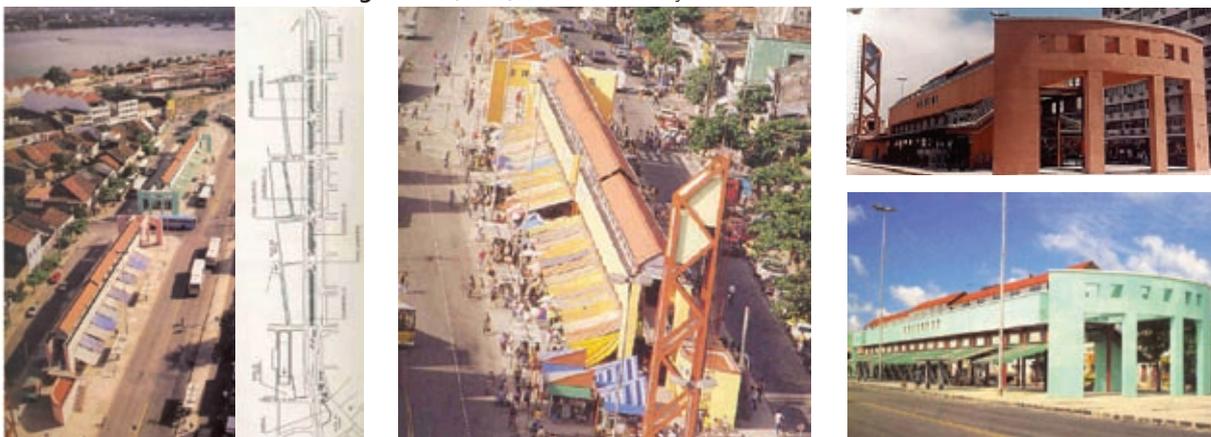
No estudo desses projetos será analisada cada uma das situações específicas, buscando entender como estas obras se relacionam à cidade, quais as possíveis influências arquitetônicas

dessas edificações e como estas se desenvolvem espacialmente. Quando possível, serão feitas interseções entre os projetos buscando características em comum para facilitar o entendimento do grupo como um todo. Apesar de usos diferentes, essas obras podem responder as exigências da cidade de modo similar, já que sendo institucional, comercial ou de serviço, o cliente continua sendo o mesmo, a sociedade como um todo e não apenas um grupo limitado de usuários, caso dos residenciais.

Dentre os projetos selecionados, podemos perceber que uma das tendências da arquitetura brasileira apontada no capítulo 1.1. está presente em alguns projetos. A questão da urbanidade e da preocupação com o entorno, valorizando a cidade através do projeto foi uma tendência que marcou a arquitetura brasileira em meados de 1980. Dos quatro edifícios pernambucanos que foram observadas essas características, três são projetados na década de 1990, coincidentemente próximos ao auge desse debate urbano.

O projeto do **Calçadão dos Mascates** ou Camelódromo (GRAU) localiza-se no centro do Recife e traz características que buscam fazer referências a esse contexto. A obra se desenvolve ao longo de duas vias, se acomodando ao traçado urbano com edificações permeáveis para os usuários [211]. Essa característica de urbanidade e contextualização é muito forte no projeto que se insere na malha urbana, adequando-se ao contexto sem negar sua existência, pelo contrario, absorvendo as características do entorno [212]. A utilização de cobertas inclinadas, pórticos marcando os módulos que compõem o projeto, com cores fortes, referenciam-se no casario do entorno [213][214]. O projeto traz também o pensamento de multiplicidade de usos para comércio de dia e para manifestações culturais a noite, movimentando a área ao longo de todo dia. Apesar da proposta ter perdido algumas de suas características com a ocupação desordenada e a falta de gerenciamento, o pensamento inicial do projeto traz uma visão singular do urbano, de leitura do entorno, que remete a um período em meados de 1980 no qual o desenho urbano surgia e existia o estudo dessa ligação entre arquitetura, cidade e a escala humana.

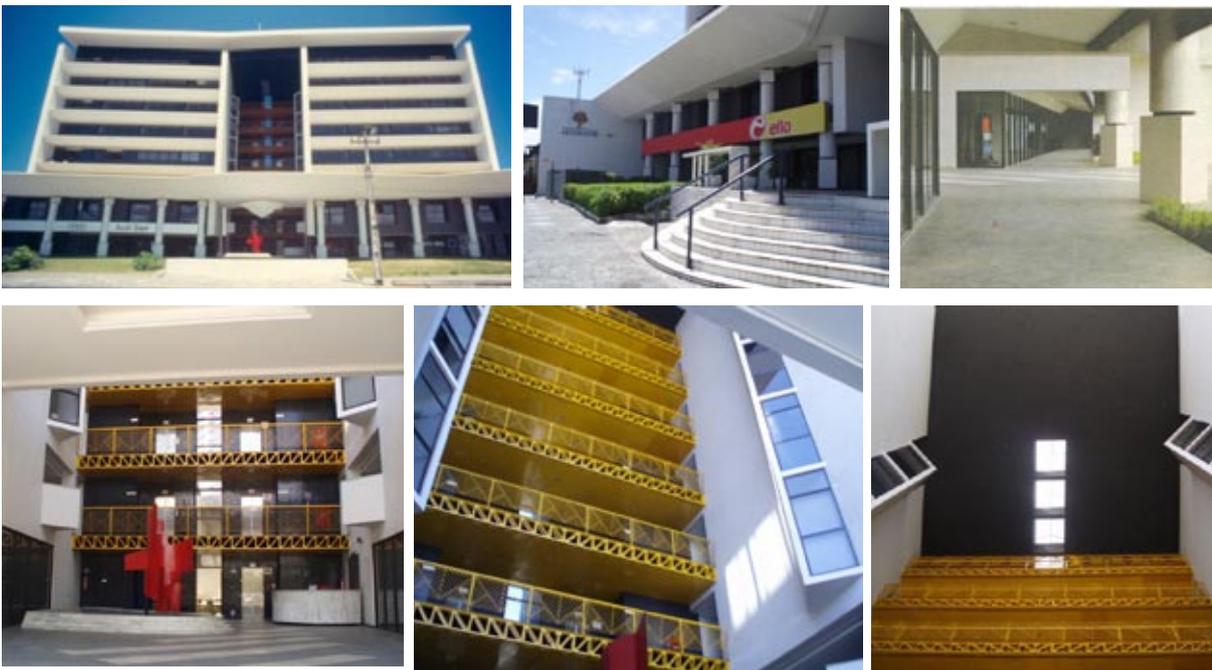
Figura 211, 212, 213 e 214: Calçadão dos Mascates.



Fonte: LIMA, 2007.

O **empresarial Artesina Fiori** (AFM) também explora fortemente essa urbanidade e ligação com a rua. Apesar do uso totalmente diverso do Camelódromo (GRAU), é nítida essa busca por uma relação permeável e direta com a cidade e a rua. O edifício possui uma galeria com lojas no térreo que se abre totalmente para o exterior, sendo coberta por uma marquise que avança para a rua [215][216][217]. Além dessa galeria que serve como transição entre o espaço externo e o espaço interno do empresarial, a entrada do edifício se liga a um vazio interno de 25m de altura, trazendo a dimensão externa da praça existente em frente ao edifício para seu interior, já que não existe fechamento vertical nesse vazio [218][219][220]. O gabarito baixo do edifício contribui para uma escala mais próxima ao pedestre. A natural transição para a rua, assim como a inserção no terreno, é feita de modo que a escala humana é totalmente beneficiada. Também é utilizada uma marcação forte de cores para diferenciar os elementos da edificação. Com essas características, o projeto pode ter sido influenciado pelo pós-moderno brasileiro, assim como o Camelódromo, tendo em vista que foram desenvolvidos no início da década de 1990.

Figura 215, 216, 217, 218, 219 e 220: Empresarial Artesina Fiori.



Fonte: acervo AFM.

Outro projeto que pode ser visto como parte desse grupo é a **loja Benetti** (VPRG). O projeto se desenvolve em função do terreno de esquina e da árvore que se localiza na calçada. Existe uma busca pela contextualização com a rua e a cidade através da fachada que se abre com grandes vitrines para possibilitar a existência de um mostruário dos produtos, além da praça resultante do espaço embaixo da árvore [221][222]. Os arquitetos se preocuparam com

a acomodação do projeto no lote, de modo que possibilitasse a maior visibilidade possível da loja para o usuário que passasse de automóvel, sem deixar de ter um afastamento suficiente para estacionamento e calçada confortável para pedestre. O espaço interno se desenvolve em térreo mais três pavimentos. O edifício é elaborado em torno de um vazio central que gera uma fluidez espacial marcada pela escada metálica suave ao fundo do vazio, além da pintura com uma cor forte apenas nas paredes e teto desse espaço. Existe uma grande esquadria vertical no lado oposto a escada, marcando o vazio por onde passam as passarelas que ligam os pavimentos superiores, possibilitando uma visada do exterior da loja [223][224].

Figura 221, 222, 223 e 224: Loja Benetti.



Fonte: acervo VPRG.

O **Atacado dos presentes da Torre** (Rangel Moreira) também se insere nesse grupo de obras com ênfase na contextualização com a cidade, apesar de ter uma foco maior na relação entre o edifício e o automóvel em detrimento do pedestre. Sua localização contribui para esse pensamento, pois o edifício ocupa uma quadra triangular onde duas vias de grande fluxo da cidade se encontram. Suas fachadas possuem grandes vitrines marcadas por pórticos brancos, que são as marcas criadas pelos arquitetos para a rede de lojas. O edifício se acomoda ao tecido urbano, ocupando a quadra inteira com uma planta triangular [225]. Os quatro pavimentos do edifício foram construídos sobre a antiga loja, da qual aproveitaram-se apenas as fundações. A construção do edifício foi um processo peculiar, pois foi feita sem interferir no funcionamento normal da loja. Em uma das fachadas, existe o acesso de pedestre com recuo suficiente para estacionamento externo, apesar de um dos pavimentos do edifício ser utilizado como garagem. Uma marquise marca esse acesso de pedestre, porém, como já foi citado, a escala em foco no projeto é a do automóvel [226][227]. O Atacado e a loja Benetti (VPRG), são soluções similares apesar das escalas diferentes, tendo em vista a necessidade de visibilidade do produto nas vitrines pelos usuários que passam de automóvel nas vias de fluxo rápido, a localização em avenidas importantes e o foco na quina do terreno arrematando o partido arquitetônico.

Figura 225, 226 e 227 - Atacado dos presentes - Torre.



Fonte: acervo Rangel Moreira.

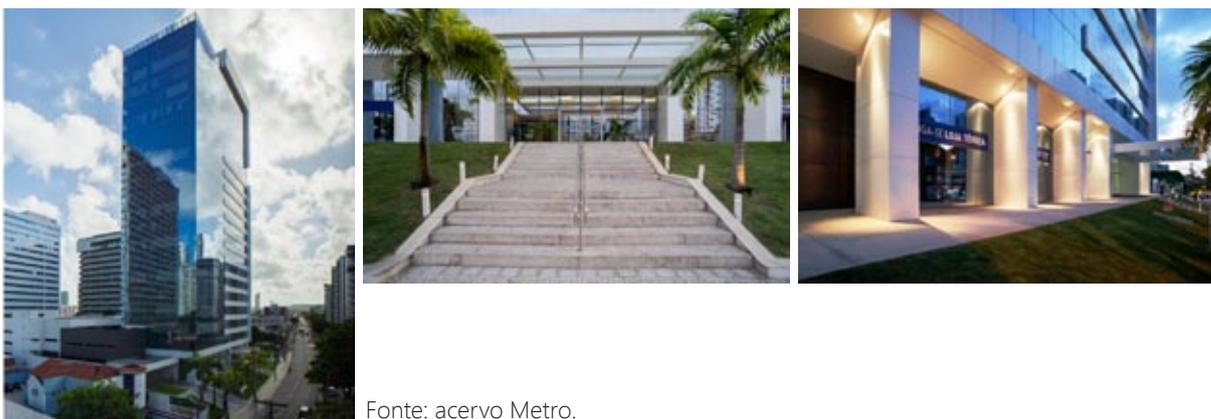
Outros tipos de edifícios empresariais foram levantados com formas de apropriação do espaço diferentes do Artesina Fiori (AFM): o **empresarial Rui Barbosa** (MVRF) [228][229] e o **Pontes Corporate Center** (Metro) [230][231][232]. Apesar destes dois projetos terem um afastamento ajardinado e a calçada ampla, ambos repetem um modelo similar de composição, no qual a torre se localiza sobre um pódio de 1,5m de altura. Com esse elemento na base dos edifícios sente-se uma quebra da fluidez na transição entre o espaço público e o privado. Ambos tem torres que localizam-se próximas ao limite frontal do lote, com os pavimentos de garagem localizados nos fundos do terreno. Essa solução busca livrar a base de acesso do edifício colocando a caixa de estacionamento nos fundos, também usada em edifícios multifamiliares. No caso desses empresariais, esse recurso contribui, de certa maneira, para uma melhor interação com a rua, porém as torres em grande escala no limite do lote interferem negativamente nessa interação, principalmente no caso do Pontes Corporate Center (Metro). Este edifício possui mais de 15 pavimentos, sendo relativamente mais alto e imponente que os edifícios no seu entorno, principalmente em relação ao vizinho, o Mar Hotel. O gabarito alto, o posicionamento quase no limite do lote e a dimensão da lâmina que gera um volume pesado são elementos que resultam em uma imponência excessiva em relação ao seu contexto local, sendo os principais pontos de divergência com o outro exemplar analisado, o empresarial Artesina Fiori (AFM).

Figura 228 e 229 - Empresarial Rui Barbosa.



Fonte: mouradubeux.com.br; expoimovel.com.br. Acesso em abr. 2015

Figura 230, 231 e 232 - Empresarial Pontes Corporate Center.



Fonte: acervo Metro.

Volumetricamente, o Pontes Corporate Center (Metro) possui um trabalho de elementos horizontais para marcar o pano de vidro que cobre toda a fachada, fazendo um enquadramento do volume, com uma base bem marcada por uma escadaria que conduz a transição entre a calçada e o hall do edifício. Apesar da composição interessante do edifício, a inserção no contexto urbano acaba sendo abrupta. No caso do empresarial Rui Barbosa (MVRF), por ter um gabarito um pouco mais baixo e uma base mais recuada do limite do lote, com o térreo em um pé direito duplo aberto quase que totalmente para o exterior, essa inserção do elemento no contexto é amenizada. Esse edifício, segundo o arquiteto, teve algumas dificuldades e modificações ao longo de todo processo construtivo devido a limitação por parte dos incorporadores, demonstrando que a influência do mercado imobiliário também se estende para essa tipo de construção. A fachada desse edifício é marcada por um rígido jogo de aberturas que trazem um equilíbrio entre os cheios e vazios, já a fachada do Pontes Corporate Center traz uma linguagem mais contemporânea com fechamento da fachada inteira em panos de vidro.

Algumas obras podem ser vistas pela ótica da influência de uma arquitetura moderna, se utilizando da questão da integração das artes com a arquitetura, característica forte da produção moderna local, o jogo de volumes de geometria simples e branca, as reentrâncias e saliências nas fachadas, com elementos vazados para proteção solar.

O **hospital Metropolitano Miguel Arraes** (ADM) se encaixa nesse perfil de influências modernas. O volume principal do projeto é composto por dois monólitos brancos longilíneos sobrepostos, localizados no eixo leste-oeste do terreno para facilitar uma melhor orientação do edifício. A preocupação com a adequação climática resultou nessa implantação onde as maiores fachadas se voltam para sudeste e nordeste, possibilitando o mínimo de insolação direta do poente e uma possível ventilação cruzada nas partes do edifício onde são possíveis ambientes sem climatização. A composição possui outro volume anexo menor que se origina

desse principal e se estende até o pórtico que marca o acesso ao hospital [233][234]. Um ponto singular do projeto é a existência do painel de Petrônio Cunha enquadrado por uma marquise, compondo a fachada frontal do principal volume da composição [235]. As cores e desenhos do painel contribuem para um harmonioso jogo de formas marcantes revestidas de materiais brancos e azuis. Esse equilíbrio na composição demonstra a existência de uma integração do edifício com a obra de arte provavelmente desde o projeto ou mesmo do diálogo entre o arquiteto e o artista, já que o mural se adequa perfeitamente ao conjunto.

Figura 233, 234 e 235 - Hospital Metropolitano Miguel Arraes.



Fonte: acervo ADM

A **Escola Aba – Rosa e Silva** (ADM), do mesmo escritório que o hospital, possui características similares a este, apesar de trabalhar uma escala menor. Os mesmos volumes brancos com marquises emolduram um painel, novamente de Petrônio Cunha, representando a integração entre a arquitetura e arte [236]. Esse edifício tem uma solução diferenciada, pois o volume todo é elevado do terreno devido a necessidade de vagas exigida pela legislação, sendo o térreo ocupado apenas pelo estacionamento, o acesso ao edifício garagem nos fundos e um grande espaço aberto de estar, lanchonete e recepção, este último é o único ambiente fechado, por onde se tem acesso a escola que se desenvolve a partir do primeiro pavimento. Essa solução de elevar o edifício acabou beneficiando a sua inserção na malha urbana, já que gerou uma permeabilidade visual e espacial, amenizando a transição entre a rua e o espaço interno. Essa decisão projetual de utilizar uma restrição a seu favor, reafirma uma busca constante dos arquitetos por soluções diferenciadas que consigam contornar as limitações dos condicionantes do contexto. Os ambientes internos da escola são trabalhados com cores fortes e vivas e um mobiliário flexível condizente com a finalidade que o edifício possui [237].

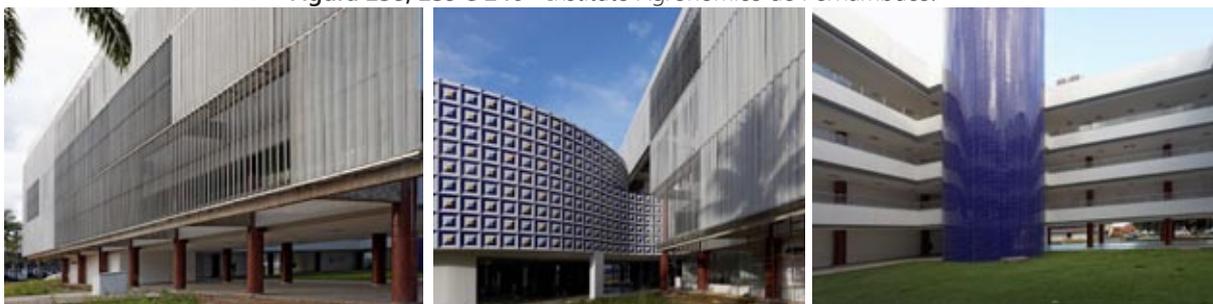
Figura 236 e 237 - Aba - Rosa e Silva.



Fonte: acervo ADM

O **Instituto Agrônomo de Pernambuco** - IPA (AFM) é outro exemplo de releitura de questões modernas. O edifício é composto por um volume quadrado onde duas fachadas possuem fechamento em venezianas, uma solução de adequação climática que possibilita a visibilidade e iluminação assim como a ventilação [238]. Outro volume circular complementa a composição, este todo revestido em um painel de azulejos [239]. A interação desses dois volumes gera um jogo de texturas equilibrado. A utilização do material de revestimento em azulejos, das fachadas em venezianas, da elevação do bloco principal em pilotis e a geométrica de linhas simples podem ser ligados a características do período moderno. O volume principal elevado em pilotis possui um vazio no seu interior, gerando um pátio interno de onde se tem a visão de todos os corredores dos três pavimentos que compõem o edifício. Nesse vazio está localizado o volume de circulação vertical, que contrasta com as fachadas brancas internas por conta de seu revestimento azul [240]. A inserção do edifício em meio aos blocos existentes foi feita de modo que este tornou-se um elemento integrador dos demais, possibilitando uma permeabilidade e facilidade de acesso através do pilotis.

Figura 238, 239 e 240 - Instituto Agrônomo de Pernambuco.



Fonte: acervo AFM

O edifício **sede da JBR** (J. Dubeux) reúne algumas características que podem remeter a reinterpretação de preceitos modernos, como um jogo de volumes de geometrias simples e brancas, com saques e reentrâncias [241]. A fachada para a rua é marcada por varandas que sacam dos dois volumes principais. Estes possuem como ligação o eixo central marcado por um pano de vidro espelhado em meio as massas brancas por onde se faz o acesso ao espaço interno do edifício [242]. Um volume cego que contém o auditório da empresa foi revestido em tijolos aparentes, compondo um jogo equilibrado, de cores e materiais, com as massas brancas e as esquadrias de vidro dos outros volumes. A fachada posterior possui um jogo

similar de varandas, porém com maior presença de panos de vidro [243]. A parte interior do edifício se desenvolve em torno de um grande vazio de pé direito triplo, ocupado por estações de trabalho e marcado por uma zenital que contribui para a iluminação do espaço. Nesse ambiente também existe uma escada helicoidal que torna-se um elemento escultórico no espaço [244][245].

Figura 241, 242, 243, 244 e 245 - Sede da JBR.



Fonte: acervo Juliano Dubeux

Por fim, o projeto do **Espaço Ciência** (M.A. Borsoi) é composto por um pavilhão do auditório e um espaço de exposições que se insere no complexo do parque localizado entre duas vias de grande fluxo [246]. O edifício tem nítida influência moderna, principalmente com referência ao brutalismo, devido ao trabalho com a expressividade dos materiais e da estrutura em concreto. O bloco principal se desenvolve em concreto aparente e está suspenso em pilotis, gerando um espaço totalmente aberto no andar inferior para exposições. O andar superior possui um fechamento todo em vidro, sendo recuado para gerar uma proteção da insolação. A plasticidade do concreto é trabalhada na cobertura, assim como no elemento circular totalmente fechado que compõe o conjunto e abriga o auditório [247][248][249]. O edifício se acomoda suavemente na declividade do terreno, tendo volumes de linhas simples e uma geometria de fácil leitura. A fluidez espacial fica por conta do pilotis, gerando uma permeabilidade visual e espacial. Já o pavimento superior restringe as atividades para o interior do edifício através do fechamento em vidro espelhado, porém não perde a permeabilidade visual. O volume do auditório se fecha em uma composição de concreto aparente, enfatizando a dicotomia entre os dois volumes e equilibrando a composição através do volume mais permeável e rígido, enquanto que o outro é sinuoso e totalmente fechado para o exterior.

Figura 246, 247, 248 e 249 - Espaço Ciência.



Fonte: acervo Marco Antônio Borsoi.

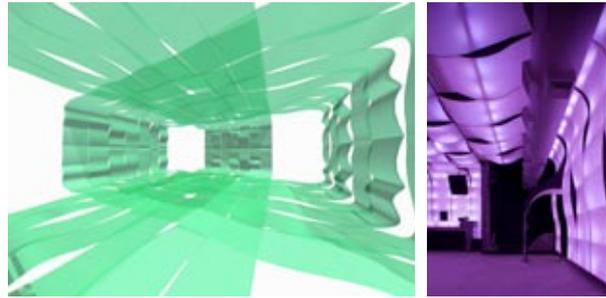
Em determinados projetos selecionados podemos observar a predominância de características ligadas a uma linguagem mais contemporânea, uma busca por utilizar materiais e técnicas que reflitam os avanços da contemporaneidade, com ênfase na tecnologia aplicada e como essa pode contribuir na forma de absorver e experimentar o espaço arquitetônico.

O **Club Nox** (Metro e J. Dubeux) é um desses projetos. Traz como principal preceito um caráter de movimentação, constante mudança, buscando ir além do conceito comum de casa noturna. Em seu exterior a obra consiste em uma caixa de aço corten coroada por uma faixa de vidro que muda de cor constantemente [250]. A simplicidade do ambiente externo traz consigo a complexidade da combinação de materiais que expressam ao mesmo tempo um estado de permanência e de transformação. As placas de aço corten estão em constante processo de modificação devido a oxidação de sua superfície, já o vidro possui uma qualidade mais mutável e tecnológica devido a constante mudança de cor através de um sistema de iluminação. Enquanto a parte externa da obra contém uma certa sobriedade, a área interna explode em luz através de uma membrana de vidro translúcido que cobre todas paredes internas da pista de dança e que muda de cor de acordo com o ritmo na música [251][252][253][254]. O segundo pavimento do projeto é um espaço de lounge que se abre para o céu e está envolto na faixa de luz da fachada que muda de cor, sendo um ambiente mais calmo que o espaço principal da boate [255]. A implantação do projeto no terreno foi feita de modo a deixar um espaço para estacionamento voltado para a via principal, recuando o edifício e fazendo o acesso ao interior pela rua secundária. Esse projeto demonstra uma preocupação em se inserir no contexto da arquitetura contemporânea, buscando tirar proveito das tecnologias atuais para gerar um espaço arquitetônico que trabalhe a mutação das superfícies como elemento fundamental da experiência espacial.

Figura 250 - Fachada do Club Nox.



Figura 251 e 252 - Conceito da iluminação interna do Club Nox.



Fonte: acervo Metro.

Figura 253 e 254 - Ambiente principal do Club Nox.



Figura 255 - Lounge no pavimento superior do Club Nox.



Fonte: acervo Metro.

O outro projeto que se relaciona com essa questão contemporânea é o **Terminal Marítimo de Passageiros (A&R)**. A obra é composta por dois elementos, sendo um o antigo armazém e o outro uma nova construção [256]. Esse último traz um contraste com o edifício antigos, nos quais os elementos das fachadas foram mantidos e restaurados. O novo edifício (Sala Pernambuco) é composto por um volume quadrado e uniforme, envolto em uma membrana que explode do solo ascendendo em angulações diferentes com o intuito de movimentar a fachada desse volume [258] [259]. Essa membrana é composta por uma estrutura metálica e um fechamento com uma tela de metal perfurada com uma textura translúcida, envolvendo a caixa interna sem escondê-la totalmente. Esse volume se liga ao armazém através de uma passarela no segundo pavimento, que serve de como uma marquise para a ligação no térreo. Existe um trabalho com a topografia do terreno, pois esse volume novo se encontra no mesmo nível que a calçada e os armazéns num nível abaixo, sendo o acesso ao estacionamento feito por uma via que passa abaixo do edifício novo. O interior do armazém possui um espaço amplo e livre com rampas que se ligam aos mezaninos sinuoso, contrastando com a regularidade do edifício antigo [257]. Esse espaço interno traz um equilíbrio entre as formas brancas e onduladas desse mezanino e da rampa com a estrutura antiga da cobertura que foi mantida e restaurada. A questão de maior foco nesse projeto é a dimensão contemporânea que é trazida para uma malha urbana tradicional, equilibrando com o antigo e trazendo uma novidade plástica e tecnológica com o edifício novo.

**Figura 256** - Terminal Marítimo de Passageiros.



**Figura 257** - Interior do armazém do Terminal.



Fonte: acervo A&R

**Figura 258** - Fachada da Sala Pernambuco.



**Figura 259** - Interior da Sala Pernambuco.



Fonte: acervo A&R

O projeto da **UK Burguer** (B'Ferraz) também se encaixa nesse grupo, com características singulares, principalmente, na organização espacial dos ambientes. O projeto é constituído por três elementos nítidos, o volume do banheiro, o volume da cozinha e o pórtico que abriga esses dois blocos e um grande vão, onde localiza-se o espaço dedicado as mesas da lanchonete [260]. Apesar de possuir uma escala reduzida e uma aparente simplicidade, a obra traz como elemento focal um ambiente que normalmente fica em segundo plano, os banheiros. Estes formam um volume que saca em balanço na parte frontal do projeto, ficando em destaque na composição [261]. A fachada desse bloco possui uma grande abertura por onde pode-se observar o interior dos banheiros, assim como o letreiro da lanchonete localizado no peitoril dessa abertura, enfatizando a importância que foi dada ao elemento. A integração entre o espaço da lanchonete e o exterior é completa, já que não existe fechamento entre o espaço interno e o externo, pois o projeto é composto por um grande vão aberto para a rua [262][263]. É possível fazer uma sutil ligação com a obra dos arquitetos paulistas da contemporaneidade, onde existe uma releitura de formas e espaços modernos com uma visão contemporânea com o jogo de cores marcando as superfícies dos volumes [264]. Por fim, neste projeto a principal característica para o entendimento de uma forma mais contemporânea de projetar é a solução que subverte a organização espacial comum, trazendo o elemento do banheiro para um local privilegiado e gerando uma experiência singular para os usuários.

Figura 260, 261, 262, 263 e 264 - UK Burguer.



Fonte: acervo B'Ferraz.

Por fim, desses projetos selecionados, existem aqueles que possuem situações singulares seja por conta do terreno de implantação, da sua localização ou do seu uso.

Esse é o caso do **restaurante Beijupirá** (J. Dubeux), localizado no centro histórico de Olinda. O projeto está implantado em um terreno de grande declividade e se desenvolve através de patamares, em meio a cobertura vegetal, com uma ampla vista de Olinda e Recife. O conceito base da obra era criar uma solução que conciliasse as exigências dos órgãos de preservação e as características peculiares do terreno e contexto. Para captar o potencial do lugar, o arquiteto desenvolveu um projeto que pousa na declividade do terreno, onde a entrada é feita por um mirante na parte mais alta e o percurso até a parte mais baixa se desenvolve em meio as árvores e a um pequeno curso d'água, com decks de madeira ao longo do caminho [265]. Essa *promenade* com contato direto com a natureza enfatiza a preocupação de integração do projeto com o ambiente. No meio do percurso localiza-se o restaurante propriamente dito, uma caixa de vidro e madeira de demolição que toca suavemente no terreno [266]. A natureza molda o projeto, desde as superfícies planas onde se acomodam os decks de madeira até a trilha que segue do ponto mais alto do terreno ao mais baixo através de uma escada de toras e do elevador inclinado [267]. O diálogo com a paisagem é o ponto forte do projeto. A topografia íngreme é um pano de fundo interessante para o desenvolvimento da proposta que se comunica com o terreno. A referência ao entorno, não apenas o natural, mas o construído, também é marcante no projeto. A transição do último deck para o patamar mais baixo, onde se encontra o café, é feita através de degraus de tijolo maciço, uma escada antiga de ferro fundido interliga dois patamares, os decks se assentam em platôs pré-existentes do terreno, fazendo referência ao casario histórico da pousada que se encontra no fim do percurso do

restaurante [268][269]. É uma troca de informações entre o ambiente e a construção, onde os dois se mantêm em nível de igualdade, a obra respeitando seu entorno e capturando seus significados latentes, enquanto o entorno trabalha como pano de fundo e compartilha suas características essenciais com a obra.

Figura 265 - Fachada do restaurante  
Beijupirá.

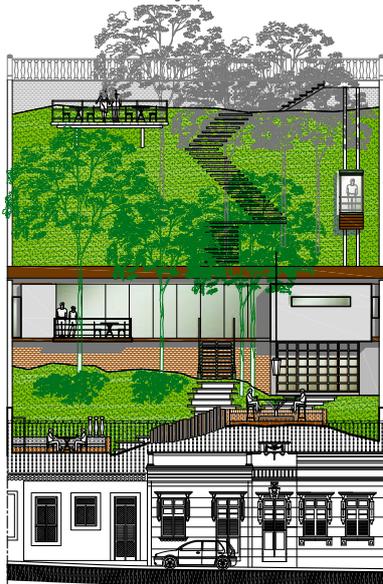


Figura 266, 267, 268 e 269 - Restaurante Beijupirá.



Fonte: acervo Juliano Dubeux.

Por fim, o projeto do **Fórum do Recife** – Desembargador Rodolfo Aureliano (A&R) possui particularidades devido, principalmente, a sua localização em meio a uma área que era desocupada até meados dos anos 1970, mas que hoje possui uma grande centralidade e conectividade com a cidade. Está localizado no ponto de ligação entre duas partes importantes da cidade, a zona sul e o centro, sendo ladeado por uma das principais vias de Recife, a Avenida Agamenon Magalhães. O projeto é composto por um monólito em forma de U que se desenvolve com uma colunata rígida, envolvendo um volume todo revestido em um pano de vidro [270][271][272]. O edifício está elevado do chão por uma base onde se localiza o estacionamento e térreo. O acesso principal ao volume é feito por uma ampla escadaria que finaliza em um pátio interno, onde localizam-se o volume elíptico da biblioteca juntamente com um espelho d'água, também elíptico, na sua base da biblioteca [273][274]. Esse volume sinuoso quebra a rigidez geométrica da composição, gerando uma surpresa ao se avistar esse elemento no pátio interno, já que este só pode ser visto quando o transeunte percorre todo entorno da obra para acessá-la. O hall principal do edifício possui um grande pé direito cortando todos pavimentos, resultando em um ambiente imponente e monumental, características enfatizadas pelas duas paredes com grandes painéis dourados de Francisco Brennand [275]. O conjunto arquitetônico possui características clássicas em equilíbrio com algumas contemporâneas, o volume da colunata mais clássico contrasta com o volume elíptico

da torre da biblioteca. Todo o edifício possui uma monumentalidade solene que, segundo os arquitetos, é uma característica inerente a arquitetura voltada para o uso da justiça.

**Figura 270 e 271** - Fórum do Recife- Desembargador Rodolfo Aureliano.



Fonte: panoramio.com. Acesso em mai. 2015; acervo A&R.

**Figura 272, 273, 274 e 275** - Fórum do Recife- Desembargador Rodolfo Aureliano.



Fonte: acervo A&R.

Nos edifícios desse grupo, foi possível perceber características fortes de relação com a cidade, de troca com o entorno e interação com o usuário, principalmente voltado para a escala do automóvel. A contextualização e adequação a malha, o atendimento as necessidades de cada uso diferenciando são marcantes em parte das obras. Pode-se perceber que ainda existe uma certa limitação, principalmente quando se trata de usos muito comerciais que estão sob condições dominadas pelo mercado e também uma restrição da legislação, que apesar de menos presente, ainda interfere em algumas obras. Foi possível perceber três formas bem gerais de influências arquitetônicas: a primeira busca elementos ligados a urbanidade, a relação com o contexto da cidade, a segunda possui elementos característicos do moderno, e a terceira percebe-se uma busca por referências internacionais e contemporâneas ou interferência de uma busca por tecnologias diferenciadas. Apesar dessas influências se mostrarem presentes, são muito sutis, sendo mais provável que o meio da cidade, o público alvo, demanda do cliente e o uso dessas edificações tenham tanta ou maior interferência na forma final dos projetos que essas influências.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou preencher um vazio no conhecimento da arquitetura pernambucana nas últimas duas décadas, considerando que a maioria dos estudos da arquitetura local tem como foco o período moderno, principalmente entre 1950 e 1980. Apesar da proximidade do período, acreditasse que é essencial entender como se deu a continuidade dessa arquitetura em um momento de mudanças na Região Metropolitana do Recife. A análise de obras tão próximas temporalmente, ainda em processo de produção e compreensão, pode representar riscos. A percepção tanto do contexto onde elas se inserem, como das próprias obras, provavelmente ainda não se acomodou para possibilitar uma visão completa e ampla do impacto dos seus resultados, fato que ocorre com a ajuda do afastamento temporal. Porém, existe o ponto positivo do contato direto com os arquitetos responsáveis pela produção e a facilidade de acesso a informações do que acontece atualmente no contexto da cidade, além da possibilidade de gerar um debate sobre o tema no meio arquitetônico local.

A dissertação objetivou identificar as características que formam a produção contemporânea e como essa arquitetura pode ser influenciada ou moldada por fatores e condicionantes da RMR. Para tal, foram necessárias três etapas de pesquisa que geraram os três primeiros capítulos, estes essenciais para formar o embasamento de uma quarta etapa, a análise das obras que se encontra no último capítulo.

O primeiro capítulo mostrou um panorama nacional dividido em três momentos. No momento inicial, entre meados de 1970 e 1980, percebe-se como a produção arquitetônica foi diretamente influenciada pelo regime ditatorial e pelo milagre econômico, com o investimento em edifícios institucionais por todo país. O segundo momento, entre 1980 e 1995, foi marcado pelo declínio da ditadura e início da abertura política, além do fim do milagre econômico. Um período marcado por crises, discussões e críticas sobre a produção moderna. O terceiro momento, entre 1995 até 2015, podemos entender que é mais plural, com uma grande diversidade de caminhos. De início ainda existia uma certa influência do período anterior, porém foi um momento que seguiu guiado por temas condizentes a uma realidade contemporânea em transformação das cidades. No âmbito local, entendeu-se que Borsoi, Amorim e Russo foram os responsáveis pelo desenvolvimento e consolidação do modernismo, além de sua dispersão no curso de arquitetura, formando outras gerações que aprofundaram ainda mais o desenvolvimento do moderno. Através desse estudo, compreendeu-se que a partir de 1980 essa produção começou mudar, tendo que se adequar a um contexto da cidade contemporânea que já não possuía tanta liberdade projetual.

No segundo capítulo foi entendido o contexto contemporâneo da Região Metropolitana do Recife nos últimos 30 anos. A partir deste foi possível compreender os processos que acontecem na RMR e que esclarecem o panorama no qual a produção atual está inserida. O foco foram os

condicionantes externos a arquitetura, mas não se nega que a arquitetura em si também pode ser um fator de transformação da cidade. Concluiu-se que muitos destes estão interligados com a produção de arquitetura, como a consolidação da moradia verticalizada e a valorização de áreas planas e acessíveis da cidade pelo mercado imobiliário, resultando na aceleração da verticalização. Outro importante fator influente no desenvolvimento da cidade está relacionado também ao mercado imobiliário e a legislação atual, pois estes sofreram mudanças no início da década de 1990 que rebateram diretamente na produção arquitetônica. A desvalorização do espaço público e o encastelamento dos edifícios verticais e condomínios fechados também fazem parte do grupo de condicionantes que conformam o contexto da RMR. Dentre tantos outros condicionantes encontrados, se concluiu a existência de um contexto mais limitante do que no período moderno, mais acelerado e mais exigente em questões financeiras de economia da construção e maior lucratividade.

Por fim, o terceiro capítulo da pesquisa buscou observar esse contexto da RMR pelo ponto de vista do arquiteto e como ele o transmite para sua obra. Com as entrevistas realizadas com os arquitetos, pôde-se perceber que a legislação e o mercado imobiliário foram os tópicos mais comentados como pontos de maior interferência na produção de suas obras. Os entrevistados levantaram tópicos como o impacto da chegada de empresas de fora, principalmente a ENCOL na década de 1990, que resultou em uma maior racionalização de métodos e materiais e consequente aceleração da produção. Também foi apontada a inércia do arquiteto na produção atual, que se limita a repetir modelos de arquitetura delimitados pelo mercado imobiliário e, principalmente, pela legislação atual, a LUOS. Esta foi bastante criticada no sentido da generalização com a qual trata as diferentes áreas da cidade. Por fim, outro ponto de destaque nas entrevistas, foi o papel da sociedade no processo de produção da arquitetura. A população tem aderido determinados comportamentos que contribuem com o contexto da cidade atual, como a substituição do uso do espaço público pelo privado e a alienação com relação ao desenvolvimento da cidade e da sua arquitetura. Concluímos que o olhar do arquiteto reafirmou a existência de condicionantes limitantes levantados na etapa anterior.

O contexto arquitetônico, com suas ideias, tendências e tradições de períodos passados (capítulo 1) e o contexto local, com condicionantes concretos, como clientes, leis, técnicas construtivas, materiais e tendências do mercado imobiliário (capítulo 2 e 3) compõem dois universos que formam a conjuntura na qual produção atual se insere, guiando o desenvolvimento da análise dos projetos. Porém, não se negou a existência de um terceiro universo: o meio no qual cada obra está inserida, que forma um contexto imediato de relações com a cidade, com os edifícios vizinhos, topografia e condições climáticas.

Para a análise, foram divididos três grupos de obras e cada qual focou em temas que condiziam ao tipo e uso analisado. O primeiro grupo foram os edifícios multifamiliares. Nessas

obras observou-se que a relação entre base-corpo-coramento perdeu força com o aumento do gabarito dos edifícios a partir de meados de 1990, uma mudança que também foi sentida no aumento da escala do edifício em relação ao pedestre. Nas plantas ainda permanece uma divisão setorial nítida e uma similaridade, entre os exemplares, na organização dos ambientes, resultando em plantas com soluções pouco diferenciadas com exceção de raros exemplos. Na interação do espaço interno com o externo, apesar da dificuldade gerada pelo aumento das vagas e do edifício garagem, as obras ainda mostram algumas opções para contornar o modelo que se fecha para rua buscando não perder a ligação com a cidade. O espaço de lazer teve um grande aumento na quantidade de equipamentos que o compõem, resultando de uma valorização pela sociedade do espaço privado. Nas fachadas, o trabalho com os materiais e cores se tornaram mais limitados, porém as obras ainda trazem soluções que trabalham as superfícies e os volumes como um todo, contornando as limitações e gerando novas formas de trabalhar essas fachadas.

O segundo grupo são as residências unifamiliares. Estas atualmente construídas com uso de veraneio, possuem plantas também divididas em três setores definidos, usualmente distribuídos em dois pavimentos. A espacialidade mostra ambientes com fluidez espacial nas áreas sociais, estas normalmente priorizadas na hierarquia dos ambientes. Pode-se observar que as casas se fecham para rua e se abrem para os fundos do terreno, integrando-se completamente com a área de lazer. Sobre a volumetria, percebem-se dois grupos ligeiramente diferenciados, um com uma utilização de materiais e técnicas mais regionais e outro com aparente influência portuguesa, paulista ou mesmo moderna. Já a adequação climática, maior parte tem soluções tradicionais como uso de madeira, estrutura com tesouras, cobogós, venezianas e pérgulas.

O terceiro grupo são os outros edifícios com usos e tipos variados. Estes não seguiram temas, mas se percebeu a existência recorrente de algumas temáticas. Dentre elas, a forte relação com a cidade, o entorno e a interação com o usuário, no caso de edifícios comerciais. Também foi notada a adequação à malha urbana e o atendimento às necessidades de um contexto mais motorizado. Dentre algumas obras, principalmente as institucionais, percebem-se algumas características que poderiam ser consideradas heranças do modernismo, como a relação entre arquitetura e arte. Por outro lado, também se nota algumas obras que buscam ligações com um contexto mais contemporâneo, com tecnologias diferenciadas ou influências internacionais.

Da análise, pode-se concluir que, como os próprios arquitetos afirmaram, realmente existe uma descontinuidade do moderno. Mesmo com a existência de algumas características, essas não são o foco da produção atual, mas sim o resultado de um contexto e de um conhecimento inerente dos arquitetos. Como maior parte deles se formou em uma escola ainda predominantemente moderna, tendo contato ainda com alguns arquitetos do período, esse pensamento surge como uma base secundária de conhecimento. O que se percebe atualmente é muito mais uma resposta a cada situação de maneira a se adequar a um contexto que envolve tanto questões econômicas,

como culturais e tecnológicas. Como os próprios arquitetos afirmam, existe uma impossibilidade de continuar um desenvolvimento do moderno no contexto atual, totalmente distinto do período anterior. Foi possível perceber que esses tópicos levantados pelos arquitetos nas entrevistas, rebatem nas obras produzidas por eles, sendo nítida a busca por alternativas para contornar as limitações do contexto.

Como a produção brasileira contemporânea, na arquitetura pernambucana do mesmo período foi possível perceber uma grande variedade de caminhos. Existe uma busca contínua por produzir uma arquitetura que, mesmo que esteja limitada por um contexto, consiga se sobressair com relação a produção comum. Sendo essa uma das principais características da arquitetura analisada, os próprios arquitetos assumem que não existe mais a influência de apenas uma determinada linha de pensamento. Assim, as influências viraram apenas referências pessoais, já que as arquiteturas com as quais eles tem contato e se interessam, não necessariamente estarão nitidamente presentes em suas obras, mas servirão como uma inspiração para a forma de pensar e projetar. Dessa maneira, quando analisamos os três grupos de obras, podemos perceber que cada um tem suas peculiaridades que não necessariamente essas características definem uma linha de pensamento seguida pelos arquitetos. Estas características podem ser entendidas como tendências que se repetem por conta das limitações do meio e, conseqüentemente, a forma que os arquitetos encontraram para contorná-las.

Por fim, esse estudo buscou gerar uma compreensão da produção contemporânea através do conturbado contexto da cidade em que esta é projetada. Espera-se que essa pesquisa resulte em desdobramentos no estudo dessa arquitetura ainda pouco conhecida, pois ainda existe uma necessidade de aprofundamento e continuidade dos estudos sobre os tipos de edifícios ou sobre escritórios específicos.

## REFERÊNCIAS

- ANITELLI, F. **Como nasce um modelo: o projeto de apartamento na cidade de São Paulo.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2011.
- AMARAL, I. **Um olhar sobre a obra de Acácio Gil Borsoi: obras e projetos residenciais, 1953-1970.** Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2004.
- AMORIM, L. **A Escola do Recife: três paradigmas do objeto arquitetônico e seus paradoxos.** 2001. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq012/arq01203.asp>>. Acesso em: 30 de outubro de 2012.
- AMORIM, L. **Obituário arquitetônico: Pernambuco modernista.** Recife, o autor, 2007.
- ANELLI, R. **Arquitetura Contemporânea no Brasil (1957-2007).** In: *Architettura Contemporânea: Brasile.* Milão: 24 Ore Motta Cultura, 2008.
- BAHIA, D. M. Assim caminha a modernidade. **MDC**, Belo Horizonte/Brasília, n. 02, Mínimo Denominador Comum, fev. 2006
- BARRETO, C. **Renda fundiária, legislação urbanística e disputa de usos do solo: a transformação da avenida 17 de agosto em eixo comercial ao longo da última década.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, 2012, 176p.
- BASTOS, M. A. J. **Pós-Brasília: rumos da arquitetura brasileira.** São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2003.
- BASTOS, M. A. J.; ZEIN, R. V.. **Brasil: Arquiteturas após 1950.** São Paulo: Perspectiva, 2010.
- BANKS, R. **Arquitetura Pernambucana: 1987-2007.** Trabalho de Graduação – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
- BITOUN, J.; et al. **Região Metropolitana do Recife no Contexto de Pernambuco no Censo 2010.** Observatório das Metrôpoles. Recife, 2012. Disponível em: <[http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/Texto\\_BOLETIM\\_RECIFE\\_FINAL.pdf](http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/Texto_BOLETIM_RECIFE_FINAL.pdf)>
- BRUAND, Y. **Arquitetura contemporânea no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 1981.
- CABRAL, R. **Um arquiteto racionalista italiano no Recife.** Dissertação de Mestrado, Escola de Engenharia da Universidade de São Paulo. São Carlos, 2003
- CANTALICE II, A. S. C. **Um Brutalismo Suave: Traços da Arquitetura em Pernambuco (1965-1980).** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, 2009, 236p.
- CANTALICE II, A. S. C.; MOREIRA, F. D.. *Novas sensibilidades construtivas na arquitetura pernambucana, 1965-1980.* **Cadernos do PROARQ (UFRJ)**, v. 16, p. 34-46, 2011.
- CANTALICE II, A.S. C.; MOREIRA, F. D. Justaposições e texturas na arquitetura em

Pernambuco. In: X DOCOMOMO Brasil. **Anais...** Curitiba, 2013.

CAVALCANTI, A. de H. **Roteiro para construir no Nordeste: Arquitetura como lugar ameno nos trópicos ensolarados**. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, 1976.

CAVALCANTI, L. O medo das ruas. **AU – Arquitetura Urbanismo**. São Paulo, nº 21, dez. 1988./jan. 1989, p. 98-99.

CAVALCANTI, L.; LAGO, A. C.do. **Ainda moderno? Arquitetura brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

CONDEPE/FIDEM. **Banco de Dados do Estado**. Disponível em: < <http://www.bde.pe.gov.br/>>.

COMAS, C. E. D. Arquitetura brasileira, anos 80: um fio de esperança. **AU – Arquitetura Urbanismo**. São Paulo, nº 28, fev./mar. 1990, p. 91-7.

COMAS, C. E. D. Década e meia de arquitetura brasileira. **AU Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo, nº 49, ago./set. 1993, p. 73-76.

COMAS, C. E. D. Paulo Mendes da Rocha: o Prumo dos 90. **AU Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo, n. 97, ago/set, 2001.

COMAS, C. E. D.; et al. Nos anos 90, a arquitetura brasileira avançou, apesar das dificuldades impostas pela globalização. **Projeto Design**. São Paulo, nº 251, janeiro 2001.

COMAS, C. E. D.; et al. Críticos respondem a enquete sobre a arquitetura brasileira. **Projeto Design**. São Paulo, nº 371, janeiro 2011. p. 8-17.

COSTA, A. A. de A. Arquitetura do sol. Soluções climáticas produzidas em Recife nos anos 50. **Arquitextos**, São Paulo, ano 13, n. 147.00, Vitruvius, ago. 2012 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.147/4466>>.

CRUZ, P. F. DE S.; LEAL, S. M. R. L. Expansão e consolidação do mercado imobiliário na Região Metropolitana do Recife (1980-2005). In: XV Congresso de Iniciação Científica da UFPE. **Anais...** Recife, 2007

EN BLANCO. Arquitectura brasileña. Valencia, n. 9, 2012.

FICHER, S.; ACAYABA, M **Arquitetura moderna brasileira**. São Paulo: Projeto, 1982.

FREIRE, A. C. M. ; MOREIRA, F. D. A Arquitetura Contemporânea em Pernambuco: As contribuições de Alexandre Castro e Silva. In: XV Congresso de Iniciação Científica da UFPE. **Anais...** Recife, 2007

GOMES, G. Armando de Holanda (Documento). **AU Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo, n. 69, p. 65-71, dez.1996/jan.1997.

GOMES, G. Delfim Amorim (Documento). **AU Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo, n. 57, p. 71-79, dez. 1994/jan. 1995.

GUIMARAENS, C. Arquitetura Brasileira após-Brasília: redescobertas?. **Arquitextos**, São Paulo, ano 02, n. 022.02, Vitruvius, mas. 2002 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/>

arquitextos/02.022/799>.

HOLANDA, A. C. O. ; MOREIRA, F. D. Arte e ética dos materiais na obra de Vital Pessoa de Melo, 1968-1976. **Risco**. São Carlos, v. 8, p. 49-68, 2008.

HOLANDA, A. C. O. de ; MOREIRA, F. D. A Arquitetura Contemporânea em Pernambuco: As contribuições de Vital Pessoa de Melo e Alexandre de Castro e Silva. In: XV Congresso de Iniciação Científica da UFPE. **Anais...** Recife, 2007

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>.

LACERDA, N. **La production sociale dès intérêts fonciers et immobiliers**. Tese de Doutorado em Géographie, Amenagement et Urbanisme. Universite de La Sorbonne Nouvelle – Paris III, 1993, 296p.

LARA, F. Arquitetura brasileira volta às páginas das publicações internacionais na década de 90 (Especial - Arquitetura Anos 90). **Projeto Design**. São Paulo, nº 251, janeiro 2001.

LEAL, S. Empresarialismo Competitivo e produção imobiliária no processo de organização do espaço metropolitano do Recife. In: X Colóquio Internacional Sobre Poder Local. **Anais...** Salvador, 2006.

LEAL, S.; et al. Do rentista patrimonial ao empresarial-concorrencial e ao mercado imobiliário oligomonopolista na Região Metropolitana do Recife. In: XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. **Anais...** Santa Catarina, 2009.

LEITÃO, L. **Quando o ambiente é hostil**. Recife: UFPE, 2009.

LIMA, V. M. F. de L. O Calçadão dos Mascates: uma análise da proposta de desenho urbano. **Humanae**, v.1, n.1, p.54-70, set. 2007.

LOUREIRO, C.; AMORIM, L. Dize-me teu nome, tua altura e onde moras e te direi quem és: estratégias de marketing e a criação da casa ideal – parte 1. **Textos Especiais Arquitextos**, n. 281. São Paulo, Portal Vitruvius, fev. 2005 <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp281.asp>>.

LOUREIRO, C.; AMORIM, L. Dize-me teu nome, tua altura e onde moras e te direi quem és: estratégias de marketing e a criação da casa ideal – parte 2. **Textos Especiais Arquitextos**, n. 286. São Paulo, Portal Vitruvius, fev. 2005 <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp286.asp>>.

MARAGNO, G. V. Questões sobre a qualificação e o ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil. In: XXXI Encontro Nacional sobre Ensino de Arquitetura e Urbanismo; XXXV Reunião do Conselho Superior da Abea. **Anais...** São Paulo, 2012.

MACIEL, C. A. Modernidade ainda que tardia. **MDC**, Belo Horizonte/Brasília, n. 01, Mínimo Denominador Comum, jan. 2006.

MARINHO, Geraldo; LEITÃO, Lúcia; LACERDA, Norma. Transformações urbanísticas na região metropolitana do Recife: um estudo prospectivo. **Cadernos Metrópole**, n. 17, 2007, p. 193 a 297.

MARQUES, S.; NASLAVSKY, G. **Eu vi o modernismo nascer... E ele começou no Recife.** In: MOREIRA, Fernando Diniz (Org.). *Arquitetura moderna no Norte e Nordeste do Brasil: universalidade e diversidade*. 1ª Ed. Recife-PE: Fasa, 2007, p. 81-105

MEDEIROS, C.; OLIVEIRA, S. Dinâmica Demográfica do Recife. In: Seminário Quantos Somos e Quem Somos no Nordeste. **Anais...** Recife, 2004, p. 182 a 192.

MEDINA, L. A legislação de uso e ocupação do solo do Recife como instrumento de desenho urbano. In: VII Encontro Nacional da Anpur. **Anais...** Recife, MDU/UFPE, 1997, p.540-566.

MIRANDA, L. A Região Metropolitana do Recife e os Megaprojetos: Oportunidades para quem?. **Revista Trimestral de Defate da FASE**. ano 34, nº 121, 2010, p. 16 a 24.

MONTANER, J. M. **Depois do Movimento Moderno: Arquitetura da segunda metade do século XX**. 2ª Ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2007.

MONTEIRO, A.; MOREIRA, Fernando Diniz. Tradição Clássica, Monumentalidade E Tectônica: Ministério Da Fazenda De Fortaleza De Acácio Gil Borsoi. In: X DOCOMOMO Brasil. **Anais...** Curitiba, 2013.

MONTEZUMA, R. (Org.). **Arquitetura Brasil 500 anos: o espaço integrador**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

MOREIRA, F. D. **A construção de uma cidade moderna: Recife, 1909-1926**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, 1994.

MOREIRA, F. D. Novas vozes pernambucanas. **Projeto Design**. São Paulo, n. 328, p.80-83, jun 2007.

MOREIRA, F. D. **Arquitetura moderna no Norte e Nordeste: uma estratégia de reconciliação**. In: Fernando Diniz Moreira. (Org.). *Arquitetura moderna no Norte e Nordeste: universalidade e diversidade*. 1ed. Recife: FASA, 2007, v. 1, p. 7-12.

MOREIRA, F. D.; FREIRE, A. C. Wandenkolk Tinoco: experimentação de um novo conceito de moradia nos anos 70. In: 2º DOCOMOMO Norte Nordeste. **Anais...** Salvador, 2008.

MOREIRA, F. D. **Tectônica e lugar na arquitetura contemporânea brasileira: 1995-2010**. Texto não publicado. Lisboa: FA/UTL, 2011.

MONTEIRO, A.R.A.; et al. O Recife inseguro: a contribuição do medo na mentalidade do consumo imobiliário habitacional. In: XIX Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, 2013, Santiago. **Acta científica...** Santiago, 2013. v.1.

NASLAVSKY, G. **Modernidade arquitetônica no Recife: arte, técnica e arquitetura, de 1920 a 1950**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

NASLAVSKY, G. **Arquitetura moderna em Pernambuco, 1951-1972: as contribuições de Acácio Gil Borsoi e Delfim Fernandes Amorim**. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

NASLAVSKY, G. **Arquitetura moderna no Recife: 1949-1972**. Recife: Prefeitura da Cidade do

Recife, 2012.

NASLAVSKY, G. . Arquitetura Moderna em Pernambuco entre 1945-1970: Uma Produção com Identidade Regional?. In: 5o. Seminário Docomomo Brasil, 2003, São Carlos-SP. **DOCOMOMO Caderno de Resumos Arquitetura e Urbanismo Modernos: Projeto e Preservação**. São Carlos-SP: EESC, 2003. p. 35-35.

NESBITT, K. (Org.). **Uma nova agenda para a arquitetura: Antologia teórica (1965-1995)**. 2ª Ed. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

NUNES, A. F. **O impacto da “Lei dos doze bairros” sobre a construção civil na cidade do Recife**. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em engenharia civil da Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 2008.

PADOVANO, B. R. **Arquitetura brasileira contemporânea: caminhos**. Mimeo. 2001.

PROJETO DESIGN. A arquitetura dos anos 80 e as tendências da nova década. **Projeto Design**. São Paulo, nº 129, jan./fev. 1990.

PREFEITURA DO RECIFE. **Diagnostico do Plano Diretor do Recife**. 2003 (?). Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/planodiretor/>

ROCHA, Ricardo. Arquitetura nova: um olhar periférico. **Resenhas Online**, São Paulo, ano 01, n. 010.02, Vitruvius, out. 2002 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/01.010/3231>>.

REYNALDO, A. et al. (Org.). (2005) **Metrópole Estratégica: Região Metropolitana do Recife**. Recife, AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM.

REYNALDO, A.; et al. A reconfiguração espacial da Região Metropolitana do Recife: processo de fragmentação e integração. In: V Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Buenos Aires, junio 2013. **Anais...** Barcelona: DUOT, 2013

REYNALDO, A. [et al.]. A reconfiguração espacial da Região Metropolitana do Recife: processo de fragmentação e integração. In: V Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Buenos Aires, junio 2013. **Anais...** Barcelona: DUOT, 2013, p. 1433-1440.

REYNALDO, A.; ALVES, P. R. M. Origem da expansão do Recife: divisão do solo e configuração da trama urbana. In: V Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Buenos Aires, junio 2013. **Anais...** Barcelona: DUOT, 2013, p. 877-890.

ROCHA, A. M.. No horizonte do possível. **Arquitextos**, São Paulo, ano 07, n. 075.05, Vitruvius, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.075/331>>.

SANTA CECILIA, B. Éolo Maia e a construção da paisagem. **MDC**, Belo Horizonte/Brasília, Mínimo Denominador Comum, jan. 2009. Disponível em: <<http://mdc.arq.br/2009/02/16/eolo-maia-e-a-construcao-da-paisagem/#more-2052>>

SANTOS, E. D. dos. Duas bibliotecas de José Galbinski: “Conexões brutalistas”?. In: X DOCOMOMO Brasil. **Anais...** Curitiba, 2013.

SANTOS JUNIOR, W. R. . Consultoria à CEF/CAU BR. **Relatório Técnico 1: Estudo**

**comparativo sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil.** 2013.

SEGAWA, H. (Ed.). **Arquiteturas no Brasil/Anos 80.** São Paulo: Projeto, 1988.

SEGAWA, H. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990.** São Paulo: EDUSP, 1998.

SEGAWA, H. A pesada herança: dilema da arquitetura brasileira. **Projeto**, n. 168, out, p. 85-87, 1993.

SEGAWA, H. Pós-mineiridade revisitada: Éolo Maia. **MDC**, Belo Horizonte/Brasília, n. 01, Mínimo Denominador Comum, nov. 2007.

SERAPIÃO, F. Bastante construção, muita arquitetura e nenhum milagre (Especial - Arquitetura Anos 90). **Projeto Design**, n. 251, jan, 2001.

SIMÕES, R. de V.; MOREIRA, F. D. Valores da arquitetura contemporânea em Pernambuco: os escritórios Marco Antônio Borsoi, ML&N Arquitetos, O Norte Oficina de Criação, Rangel Moreira Arquitetura e Bruno Ferraz. In: XIX Congresso de Iniciação Científica da UFPE. **Anais...** Recife, 2011.

SPADONI, F. **A transição do moderno: Arquitetura brasileira nos anos 1970.** Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SUZUKI, M. **Década de 1980.** In: MONTEZUMA, Roberto (Org.). *Arquitetura Brasil 500 anos : o espaço integrador.* Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2008, p. 173-227.

SYKES, K. (Org.). **O campo ampliado da arquitetura: Antologia teórica 1993-2009.** São Paulo: Cosac Naify, 2013.

TENÓRIO, B. T. S. F.; MOREIRA, F. D. Valores da arquitetura contemporânea em Pernambuco: os escritórios GRAU, ADM, METRO, Dubeaux e VPRG. In: XIX Congresso de Iniciação Científica da UFPE. **Anais...** Recife, 2011.

WOLF, J. *Acácio Gil Borsoi: Um mestre ainda aprendiz* (Documento). **AU Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n. 84, p. 35-41, jun./jul. 1999.

ZEIN, R. V. **O lugar da crítica: ensaios oportunos de arquitetura.** Porto Alegre; São Paulo: Ritter dos Reis; ProEditores, 2001.

ZEIN, R. V. **A Arquitetura da Escola Paulista Brutalista: 1953-1973.** Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura da Universidade federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

ZEIN, R. V. A década ausente. É preciso reconhecer a arquitetura brasileira dos anos 1960-70. *Arquitextos*, São Paulo, ano 07, n. 076.02, **Vitruvius**, set. 2006 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.076/318>>.

ZEIN, R. V. Brutalism connections: what it stands for. In: X DOCOMOMO Brasil. **Anais...** Curitiba, 2013.

## ENTREVISTAS

CÂMARA, Andrea; MEDINA, Luciano; RAPOSO, Paulo. **Andrea Camara, Luciano Medina, Paulo Raposo**: A&R. [07 mar. 2012]. Entrevistador: Fernando Diniz, Marcelo de Lavor. Recife, 2012. 2 arquivos .amr (60 min.; 37 min.).

RAPOSO, Paulo. **Paulo Raposo**: A&R. [06 fev. 2015]. Entrevistador: Bianca Fernandes. Recife, 2015. 1 arquivo .wva (23 min.).

MAIA, Antônio Carlos. **Antônio Carlos Maia**: ML&N. Entrevistador: Fernando Diniz, Raissa Simões, Raphaela Banks. [08 abr. 2011]. Recife, 2011. 1 arquivo .amr (102 min.).

MAIA, Antônio Carlos. **Antônio Carlos Maia**: ML&N. Entrevistador: Bianca Fernandes. [26 jan. 2015]. Recife, 2015. 1 arquivo .wva (71 min.).

FERRAZ, Bruno. **Bruno Ferraz**: B'Ferraz. Entrevistador: Bianca Fernandes, Fernando Diniz, Raissa Simões, Raphaela Banks. [27 jun. 2011]. Recife, 2011. 2 arquivos .amr (47 min.; 35 min.).

FERRAZ, Bruno. **Bruno Ferraz**: B'Ferraz. Entrevistador: Bianca Fernandes. [09 fev. 2015]. Recife, 2015. 1 arquivo .wva (42 min.).

LIMA, Bruno; MARCONDES, Lula. **Bruno Lima, Lula Marcondes**: O Norte. Entrevistador: Bianca Fernandes, Fernando Diniz, Raissa Simões. [28 abr. 2011]. Recife, 2011. 3 arquivos .amr (52 min.; 24 min.; 12 min.).

LAPROVITERA, Enio. **Enio Laprovitera**: Majella Laprovitera & Perrusi. Entrevistador: Bianca Fernandes. [06 fev. 2015]. Recife, 2015. 1 arquivo .wva (73 min.).

CAMPELLO, Felipe; L'AMOUR, Ronaldo. **Felipe Campello, Ronaldo L'Amour**: GRAU. Entrevistador: Bianca Fernandes, Fernando Diniz, Raissa Simões. [20 jul. 2011]. Recife, 2011. 2 arquivos .amr (30 min.; 46min.).

DOMINGOS, João; MAIOR, Rafael Souto. **João Domingos, Rafael Souto Maior**: Metro. Entrevistador: Bianca Fernandes, Fernando Diniz, Raissa Simões, Raphaela Banks. [13 mai.

2011]. Recife, 2011. 3 arquivos .amr (35 min.; 19 min.; 45 min.).

DUBEUX, Juliano. **Juliano Dubeux**. Entrevistador: Bianca Fernandes, Fernando Diniz, Raissa Simões, Raphaela Banks. [25 mar. 2011]. Recife, 2011. 2 arquivos .amr (45 min.; 33 min.).

MOREIRA, Luiz Rangel. **Luiz Rangel Moreira**: Rangel Moreira. Entrevistador: Bianca Fernandes, Fernando Diniz, Raissa Simões, Raphaela Banks. [15 abr. 2011]. Recife, 2011. 2 arquivos .amr (44 min.; 41 min.).

BORSOI, Marco Antônio. **Marco Antônio Borsoi**. Entrevistador: Bianca Fernandes, Fernando Diniz, Raissa Simões. [15 jul. 2011]. Recife, 2011. 2 arquivos .amr (37 min.; 50 min.).

GERMANO, Marcos; JORGE, Adolfo. **Marcos Germano, Adolfo Jorge**: ADM. Entrevistador: Bianca Fernandes, Fernando Diniz, Raissa Simões, Raphaela Banks. [20 jul. 2011]. Recife, 2011. 2 arquivos .amr (10 min.; 50 min.).

MELO, Ricardo Pessoa de. **Ricardo Pessoa de Melo**: MVRF. Entrevistador: Bianca Fernandes. [06 mar. 2015]. Recife, 2015. 1 arquivo .wva (55 min.).

GHIONE, Roberto; PIRES, Vera. **Roberto Ghione, Vera Pires**: VPRG. Entrevistador: Bianca Fernandes, Fernando Diniz, Raissa Simões, Raphaela Banks. [01 abr. 2011]. Recife, 2011. 2 arquivos .amr (46 min.; 40 min.).

MONTEZUMA, Roberto. **Roberto Montezuma**: AFM. Entrevistador: Bianca Fernandes. [11 fev. 2015]. Recife, 2015. 1 arquivo .wva (40 min.).

## APÊNDICES

### Apêndice A - Escritórios selecionados

#### **ADM**

Formado por Adolfo Jorge, Dinauro Esteves e Marcos Germano. Adolfo se formou em 1969, Dinauro em 1971 e Marcos em 1978, todos na UFPE. O escritório existe desde 1987 e tem projeto em diversas áreas, com uma maior especialização em arquitetura hospitalar.

#### **AFM**

O escritório é formado por três arquitetos, Cátia Avellar (1960), Glícia Fernandes (1959) e Roberto Montezuma (1959), todos formados na UFPE em 1983. O escritório foi montado em 1983 e trabalha com arquitetura, urbanismo e design de interiores. Roberto é o atual presidente do CAU/PE e também atua como professor no curso de arquitetura e urbanismo da UFPE.

#### **Alexandre Mações**

O escritório do arquiteto Alexandre Mações, formado na UFPE em 1978, possui uma produção mais focada em arquitetura residencial de edifícios verticais. Atualmente o arquiteto é conselheiro no CAU/PE.

#### **Andrade & Raposo (A&R)**

Formado por duas gerações de arquitetos, Moisés Andrade e Mônica Raposo, Paulo Raposo Andrade (1968), filho do casal, Andréa Câmara (1968) e Luciano Medina (1964). A produção engloba residências unifamiliares, edifícios multifamiliares, edifícios públicos, comércio e projetos de escala urbanística. A formação de todos arquitetos foi na UFPE, Moisés em 1963, Mônica em 1964, Andrea e Paulo em 1991 e Luciano em 1988. Todos ensinam ou ensinaram no curso de arquitetura e urbanismo da UFPE, com exceção de Andréa que ensina na Universidade Católica de Pernambuco (Unicap).

#### **B'Ferraz**

O arquiteto Bruno Ferraz (1963) possui formação na UFPE no ano de 1985. Já foi presidente do IAB-PE e vice-presidente do CREA-PE, atualmente é assessor da presidência do CAU/PE. O escritório possui uma produção voltada para edifícios multifamiliares, residências unifamiliares, comércio e serviços.

#### **GRAU**

O Grupo de Arquitetura e Urbanismo foi fundado pelos arquitetos Ronaldo L'Amour (1961),

Zeca Brandão (1957) e Felipe Campello. Felipe e Ronaldo se formaram na UFPE, o primeiro em 1982 e o segundo em 1985, enquanto que Zeca se formou na FAU Bennett no Rio de Janeiro em 1979. Atualmente, apenas Ronaldo e Felipe continuam com a produção do escritório se dedicado a intervenções em edifícios históricos e projetos de desenho urbano.

### **Juliano Dubeux**

O escritório foi fundado por Juliano Dubeux(1969) em 2000 e possuía uma parceria com Diomári Diniz que se desfez em 2010. Juliano tem formação na UFPE no ano de 1991. A produção do escritório foca em projetos de arquitetura, dentre eles edifícios verticais, institucionais, comerciais, também tem uma produção de estudos urbanísticos e projeto de interiores. Tem projetos em parceria com Metro e Marco Antonio Borsoi.

### **Majella Laprovitera & Perrusi (MLP)**

O escritório era uma associação entre três arquitetos, Enio Laprovitera, Marília Perrusi e o pai de Enio, Geraldo Majella, falecido em 2009. Atualmente, Enio e Marília, ambos formados na UFPE em 1986, continuam a produção do escritório, que tem ênfase na produção de arquitetura, com foco em residências unifamiliares, edifícios multifamiliares, empresariais e hotéis e projeto de interiores. Enio atualmente é professor no curso de arquitetura e urbanismo da UFPE.

### **Marco Antônio Borsoi**

Marco Antônio (1954) se formou em 1976 na UFRJ, voltou para o Recife e associou-se ao escritório Borsoi Arquitetos Associados, de seu pai Acácio Gil Borsoi juntamente com Janete Costa. Atualmente possui escritório próprio, a, ambos já falecidos. Atualmente, possui o seu próprio escritório e é professor de projeto na UFPE. Tem projetos em associação com Tereza Simis, Juliano Dubeux e Metro.

### **Metro**

Formado por João Domingos (1977) e Rafael Souto Maior (1982), o escritório foi fundado em 2004 Ambos arquitetos possuem formação na UFPE, João em 2001 e Rafael em 2005. Apesar do pouco tempo de existência em relação aos outros escritórios selecionados, a produção dos arquitetos possui destaque no meio local, tendo projetos em conjunto com Juliano Dubeux, Marco Antonio Borsoi e Carlos Fernando Pontual. Desenvolvem projetos de arquitetura, nas áreas residencial e comercial, assim como projeto de interiores e desenho urbano. Atualmente João é conselheiro do CAU/Pe e exerce o cargo de secretário executivo de desenvolvimento e planejamento urbano na prefeitura do Recife

### **ML&N**

O escritório é formado por Antônio Carlos Maia (1963), filho de Heitor Maia Neto, e Walter Otto Neuenschwander (1964). Ambos se formaram pela UFPE, Antônio (Tota) em 1986 e Otto em 1987. O escritório possui uma ampla produção, desde residências unifamiliares, edifício multifamiliares, a obras comerciais e de serviços, como hospitais e shoppings.

### **MVRF**

Fundado em 2003, o escritório é formado por duas gerações: Myriam Pessôa de Melo e Vital Pessôa de Melo, e seus filhos Ricardo Pessôa de Melo e Flávia Pessôa de Melo. Atualmente apenas os Myriam, Ricardo e Flávia continuam com o escritório. Myriam e Vital se formaram em 1962 na então Faculdade de Arquitetura do Recife, já Ricardo e Flávia se formam em 1988 e 1994, respectivamente, na UFPE. O escritório trabalha com projetos nas áreas de planejamento e desenho urbano, arquitetura de edifícios e interiores, restauração e preservação do Patrimônio Histórico, design de objetos e painéis artísticos.

### **O Norte Oficina de Criação**

O escritório, fundado em 1998, é formado por três arquitetos Bruno Lima, Lula Marcondes e Chico Rocha. Todos formados na UFPE, Bruno e Lula em 1997 e Chico em 1998, mesmo ano em que os três arquitetos se juntam para formar a empresa. O escritório é um centro de produção de arquitetura, design, artes visuais e projetos culturais, com obras em variados ramos artísticos, sendo as obras de arquitetura voltadas para residências unifamiliares, edifícios educacionais, institucionais e comerciais.

### **Rangel Moreira**

Sylvia (1963), Luiz Rangel Moreira (1966) e Albérico Paes Barreto (1965) formam o escritório que foi fundado inicialmente apenas pelos dois irmãos, Luiz e Sylvia, em 1988. Os três arquitetos se formaram pela UFPE, Sylvia em 1986 e os outros em 1988. O escritório possui uma produção focada na área imobiliária e comercial. Atualmente Luiz Rangel é conselheiro no CAU/PE.

### **VPRG**

O escritório é formado por Vera Pires (1953) e Roberto Ghione. Vera já tem experiência no meio arquitetônico através de seu escritório anterior, o Arquitetura 4, o qual fez parte por mais de 20 anos, tendo uma produção ampla e reconhecida. Após finalizar a parceria nesse escritório, a arquiteta se juntou a Roberto e fundou o VPRG em 1998. Ela se formou pela UFPE em 1971 e trabalhou no escritório de Acácio Gil Borsoi e Janete Costa. Roberto é formado pela

Universidad Nacional de Córdoba, na Argentina, foi professor por 10 anos em Córdoba e veio para o Brasil em 1997. A produção do escritório foca em arquitetura, paisagismo, interiores e design. Atualmente, Vera faz parte do conselho do CAU/PE.

## Apêndice B - Obras selecionadas

### FICHA 01

Obra: Edifício Residências da Beira Rio  
 Autoria: Alexandre Mações  
 Ano do projeto: 1990  
 Localização: Av. Beira Rio, Recife - PE



Fonte: acervo Alexandre Mações

O volume do edifício é um prisma retangular, onde a movimentação das fachadas fica por conta das varandas que se intercalam conectando-se ao volume da circulação vertical. Este volume faz o enquadramento da composição. As cores na fachada principal são diferenciadas de acordo com as varandas, enfatizando a movimentação dessa fachada. Nas faces laterais existe as janelas são emolduradas por um revestimento branco, enquanto que um revestimento mais escuro marca o alinhamento vertical dessas janelas. O terreno estreito resulta em um edifício que se alonga por sua extensão. O acesso ao edifício é feito por uma escadaria marcada por um pórtico, sem muros. Essa frente do edifício ligada a rua é mais recuada para dar espaço para a rampa de acesso a garagem. O térreo possui um pé direito duplo e um mezanino de uso comum. A garagem é recuada para os fundos do terreno. A planta possui um apartamento por andar, com três ambientes sociais, sendo dois de estar e um jantar. A cozinha, área de serviço, dependência e depósito formam uma ampla área voltada para serviços. Um septo separa a circulação íntima e serviço do social. Com uma planta estreita, o apartamento possibilita uma ventilação cruzada nos quartos.

### FICHA 02

Obra: Edifício Residencial das Ubaias  
 Autoria: Rangel Moreira  
 Ano do projeto: 1994-1998  
 Localização: Casa Forte, Recife - PE



Fonte: acervo Rangel Moreira

Publicações: Projeto Design, ed 245, jul. 2000

O edifício possui uma implantação afastada da frente do lote, resultando em um grande espaço de lazer. A garagem é recuada juntamente com o edifício, que se localiza sobre os pavimentos desta. A obra é marcada na fachada pelo destaque das varandas, que avançam num volume sinuoso. Um pilar estrutural faz o enquadramento da fachada principal, servindo de apoio para o avanço do elemento no topo da edificação e como proteção para a insolação na área social, esta toda revestida em vidro. Na fachada lateral existe um enquadramento das janelas dos quartos com uma moldura mais escura. A planta possui um apartamento por andar e um duplex na cobertura. A varanda dos ambientes sociais é bem ampla. Existe outra varanda na suite master. A zona íntima dos quartos é bastante isolada, tendo uma porta separando o corredor do restante do apartamento. A zona de serviço é bem distribuída, com amplo espaço, cozinha, copa, dependência e área de serviço. A circulação vertical forma um volume bem definido que se acopla ao volume principal do edifício.

## FICHA 03

Obra: Edifício Montezuma  
 Autoria: AFM arquitetos  
 Ano do projeto: 1998-2004  
 Localização: Av. Beira Rio, Recife - PE



Fonte: acervo AFM arquitetos

Menção honrosa na categoria Arquitetura Construída,  
 Residência Multifamiliar do Prêmio IAB-PE/2009

O projeto possui um volume nitidamente marcado por quatro elementos: o pé direito de 12m no térreo, o volume curvo das varandas, o coroamento e as cores dos revestimentos. A transição da rua para o edifício é feita através de um gradil baixo cercando um jardim que antecede o hall de acesso de pé direito amplo. As varandas circulares se destacam do corpo rígido, possibilitando uma vista de toda paisagem privilegiada da região. A mudança de cores busca uma relação com os edifícios vizinhos de gabaritos mais baixos e o enquadramento da composição com um elemento vertical, também em outra cor, culmina num coroamento marcante. As linhas horizontais do edifício são bem marcadas, amenizando a verticalidade deste. A planta possui um apartamento por andar e tem uma divisão bem marcada entre o social, serviço e íntimo. A circulação vertical forma nitidamente um outro elemento que se acompla ao volume principal.

## FICHA 04

Obra: Edifício Meyer Mesel  
 Autoria: Alexandre Mações  
 Ano do projeto: 2000  
 Localização: Av. 17 de Agosto, Casa Forte, Recife - PE



Fonte: acervo Alexandre Mações

A implantação do edifício é recuada da rua devido a existência de um casarão antigo no terreno, um IEP (Imóvel Especial de Preservação). A inserção do edifício nesse contexto é feita com o volume perpendicular a via de acesso e ao casarão. A volumetria é toda contida em um único elemento que possui discretas ondulações na fachada principal. As varandas são os únicos elementos que sacam do prisma nessa fachada. Já na parte posterior, são os volumes contendo a zona de serviço e a circulação vertical que sacam. As quinas do prima possuem uma suave curvatura que resulta numa varanda para a suíte master. O revestimento possui cores diferenciadas em faixas que marcam os peitoris dos pavimentos em linhas horizontais. A planta possui dois apartamentos por andar, cada qual com três varandas, amplos espaços sociais, área íntima bem reservada com três suítes, uma delas é a suite master que possui dois banheiros. Devido ao tamanho do terreno e o recuo da torre e do edifício garagem, a área de lazer é ampla e possui vários equipamentos, dentre eles lavanderia, sala de ginástica, piscina e quadra poliesportiva. O fechamento do condomínio é feito em gradil bem recuado, gerando uma ampla calçada.

## FICHA 05

Obra: Edifício Place Vêdome  
 Autoria: Majella Laprovitera & Perrusi  
 Ano do projeto: 2002  
 Localização: Av. Boa Viagem, Boa Viagem, Recife - PE



Fonte: acervo Majella Laprovitera & Perrusi

O volume do edifício transparece nitidamente as variações de planta que este possui. Os primeiros nove pavimentos possuem uma planta dividida em quatro apartamentos, cada qual com um quarto e cozinha integrada ao ambiente social. Dois destes estão orientados para a praia e os outros dois para a rua posterior. Os quatro últimos pavimentos, do 10º ao 13º, possuem apenas duas unidades, sendo uma com solução similar aos outros pavimentos, de um quarto e cozinha integrada, e a outra com dois quartos e cozinha americana. Essas unidades com áreas mínimas são consequência do terreno estreito. A diferenciação dos pavimentos tipos ressaltam a marcação do coroamento do volume, movimentando a composição. O corpo do edifício possui uma marcação com faixas horizontais revestidas em materiais claros e um recuo das esquadrias, enfatizando essa marcação. A base do edifício é marcada por um pórtico com uma escultura de Marianne Peretti. Com relação a transição para o espaço interno, existe uma continuidade da rua, enfatizada pelo material utilizado nas calçadas que penetra até o hall do edifício.

## FICHA 06

Obra: Edifício Brunello di Montalcino  
 Autoria: Ragel Moreira  
 Ano do projeto: 2003  
 Localização: Casa Forte, Recife - PE



Fonte: acervo Rangel Moreira

Menção honrosa na categoria Arquitetura Construída,  
 Residência Multifamiliar do Prêmio IAB-PE/2009

A característica marcante do edifício é a sinuosidade da volumetria, esta marcada pelo enquadramento com o pilar estrutural que se interliga apenas em alguns pontos ao corpo principal. Esse pilar sustenta um elemento que saca do volume no último pavimento, marcando sutilmente o coroamento da obra. As varandas do edifício são valorizadas com a movimentação sinuosa do volume. Este possui uma marcação de linhas horizontais dos peitoris dos pavimentos com um revestimento branco, enquanto que o restante da fachada é revestida em um tom mais escuro. O volume da circulação vertical se destaca do volume principal, com fachadas cegas e um revestimento escuro contrastando com o branco do restante da composição. A planta tipo possui um apartamento por andar. Este possui uma ampla área social integrada a uma varanda generosa. A zona de serviço do apartamento é bem distribuída entre copa, cozinha, área de serviço, despensa e dependência completa com quarto e banheiro. Os quatro quartos são interligados na fachada por pequenas jardineiras. O edifício pousa sobre uma plataforma que contém o pavimento vazado, com salão de festas e parte da garagem. O estacionamento também se distribui pelo térreo e semi-enterrado.

## FICHA 07

Obra: Edifício Maria de Lourdes  
 Autoria: Marco Antônio Borsoi  
 Ano do projeto: 2004  
 Localização: Boa Viagem, Recife - PE



Publicações: Projeto Design, ed. 274, dez. 2002

Fonte: acervo Marco Antônio Borsoi

A volumetria do edifício possui linhas rígidas e de fácil leitura. Existe uma marcação das varandas, que quebram a regularidade do volume com uma mudança na angulação do prisma. Essas varandas formam uma parte do volume que se destaca pela maior permeabilidade e utilização de vidro, privilegiando a vista para o mar, enquanto que o restante da composição possui um maior fechamento. O volume da circulação vertical se destaca da composição na fachada posterior do edifício, com um revestimento em outra cor para enfatizar a diferença deste volume. O edifício pousa numa base recuada do limite do lote, com um jardim fazendo a transição do espaço interno para o externo e um fechamento em gradil. A garagem também está recuada juntamente com a torre. A planta tipo possui apenas um apartamento, com quatro suítes e um espaço social com quatro ambientes.

## FICHA 08

Obra: Edifício Terra Brasilis  
 Autoria: B'Ferraz  
 Ano do projeto: 2005  
 Localização: Santana, Recife - PE



Publicações: Projeto Design, ed. 302, abr. 2005

Destaque no QUALICER 2006 - Espanha

Fonte: Portfólio da construtora Conic

O edifício possui uma orientação voltada para o rio Capibaribe. O volume se destaca no contexto devido ao seu alto gabarito, com 46 pavimentos, sendo um dos primeiros a atingir essa altura na região. A composição possui uma movimentação sutil através do saque das varandas na fachada principal. O seu gabarito alto resulta em algumas limitações de volumetria e materiais devido a questões técnicas. A base do edifício ocupa quase todo terreno devido a quantidade de vagas de estacionamento. Possui uma grande área de lazer com diversos equipamentos, como playground, salão de jogos, piscina, sala de ginástica, quadra poliesportiva, salão de festas, etc. O edifício se localiza em uma praça, seu acesso é feito a partir desta, porém a base do edifício é toda fechada para a rua, com exceção da guarita e acesso de automóvel. A planta possui um apartamento por andar, com quatro ambientes sociais, o jantar e três salas de estar, integrados a duas varandas, uma na fachada principal e outra na posterior. A última é uma varanda gourmet. A área íntima é bem resguardada, com quatro suítes e uma varanda na suíte master. Um elemento peculiar na planta é a existência de um escritório com acesso independente do apartamento e sem ligação direta à este.

## FICHA 09

Obra: Edifício Yvresses Village  
 Autoria: ML&N  
 Ano do projeto: 2007  
 Localização: Boa Viagem, Recife-PE



Fonte: acervo ML&N

O composição é formada por dois volumes, o volume principal, onde os apartamentos se desenvolvem, e o volume secundário, onde se localiza a circulação vertical. O edifício é marcado pela ondulação da fachada principal e pelo trabalho com diferentes materiais e cores. A curvatura da fachada é desenvolvida através de faixas brancas que marcam linhas horizontais no volume, amenizando a verticalidade. Ao fim de algumas destas faixas ocorre a mudança do material para o vidro. Essa diferenciação de material busca marcar as varandas do edifício, que localizam-se no extremo do volume voltadas para a frente do lote. A base do edifício é recuada do limite do lote, com um espaço ajardinado sem muros. O acesso de pedestres é marcado por uma marquise resultante do avanço do pavimento vazado do edifício. A planta possui uma unidade por andar, quatro ambientes sociais integrados a varanda e quatro quartos, sendo três suítes. O acesso a zona de serviço do apartamento não é feito diretamente do ambiente social, e sim do corredor que interliga o social ao íntimo.

## FICHA 10

Obra: Edifício Manguinhos Prince  
 Autoria: MVRF  
 Ano do projeto: 2007  
 Localização: Graças, Recife - PE



Fonte: <http://www.redeimoveispe.com.br/>

A volumetria do edifício resulta da solução de planta, na qual os apartamentos se desenvolvem em torno da área de circulação vertical. Essa solução minimiza a área de corredor de acesso aos apartamentos e se diferencia de soluções comuns do volume da circulação vertical se destacando do volume principal. Nesse caso, os volumes formados pelos apartamentos que se acoplam ao bloco vertical. Existe um trabalho de cores nas faces do volume, buscando diferenciar alguns elementos da fachada. O edifício possui quatro unidades por pavimento, o que também explica a escolha de uma solução que se diferencie da usual, onde um corredor longo interliga os apartamentos em linha. A planta possui uma nítida simetria, os apartamentos são espelhados radialmente. Os apartamentos possuem áreas médias de 75m<sup>2</sup>, não possuem varandas e têm dois quartos, sendo uma suíte. O edifício é recuado do limite da rua, gerando um espaço para lazer na frente do lote. O fechamento do condomínio é feito todo em gradil.

## FICHA 11

Obra: Edifício Comendador José Lobo  
 Autoria: A&R  
 Ano do projeto: 2008  
 Localização: Apipucos, Recife - PE



Fonte: acervo A&R

O edifício foi implantado para se acomodar a declividade do terreno, sendo formado por três blocos de apartamentos que se desenvolvem em níveis diferentes ao longo do lote. Essa mudança de nível movimentava o volume, que possui uma predominância de revestimento branco, com o destaque para os elementos das varandas que saem do prisma. O terreno amplo localiza-se no alto de uma área de vista privilegiada e de limitações construtivas, razão pela qual os edifícios possuem um gabarito baixo e se desenvolvem horizontalmente. A garagem é projetada abaixo do nível do solo, liberando o térreo dos edifícios para um pilotis por onde se tem acesso aos elevadores e escadas. O edifício se desenvolve para duas frentes, sendo a fachada principal voltada para o interior do terreno, onde se localiza o lazer, e a fachada posterior tem-se a vista para a paisagem da cidade. Cada bloco do edifício possui duas unidades por andar. Nos apartamentos existem duas varandas, uma integrada ao espaço social e outra voltada para a paisagem, integrada a uma das suítes. O condomínio possui um fechamento para rua em gradil e um pórtico que marca a guarita, por onde se tem acesso a um caminho que percorre o terreno paralelamente ao volume do edifício.

## FICHA 12

Obra: Edifício Veronese  
 Autoria: Marco Antônio Borsoi, Juliano Dubeux e Metro  
 Ano do projeto: 2009  
 Localização: Av. Boa Viagem, Boa Viagem, Recife - PE



Fonte: acervo Marco Antônio Borsoi

A volumetria trabalha em cima de um prisma de base retangular que é fragmentado em outros volumes para movimentar as fachadas. As varandas se destacam da composição, formando um volume secundário que é o foco da composição. O revestimento das fachadas é feito principalmente em vidro, com destaque para as varandas, tirando proveito da vista da paisagem, já que o edifício se localiza na orla do Recife. A fachada lateral possui uma marcação em linhas horizontais no peitoril das janelas, intercalando faixas brancas com vidro, quebrando a verticalidade da edificação. Na fachada principal, que é totalmente revestida em vidro, existe um elemento vertical branco que emoldura as janelas do espaço social, dando um enquadramento a essa fachada. As plantas possuem um apartamento por andar e, nos últimos pavimentos, se desenvolvem apartamentos duplex.

## FICHA 13

Obra: Edifício Alice Queiroz  
 Autoria: Majella Laprovitera & Perrusi  
 Ano do projeto: 2009  
 Localização: Rosarinho, Recife - PE



Fonte: acervo Majella Laprovitera & Perrusi

O edifício se desenvolve em um prisma de base retangular, onde a fachada é trabalhada através dos materiais e das cores. O volume do edifício possui pouca movimentação, apenas a parte da circulação vertical se destaca do prisma. A parte central do corpo do edifício é marcado pela cerâmica branca, que enquadra as janelas dos ambientes sociais e um dos quartos, enquanto o restante da fachada é marcada por uma cerâmica de cor mais escura. Na base do edifício, os dois primeiros pavimentos onde se desenvolvem as áreas comuns e estacionamento, são marcados por um mural com material diferenciado. O edifício possui 35 pavimentos tipo, cada qual com duas unidades por andar. A planta possui três ambientes sociais e não possui varanda. Dos quatro quartos, apenas dois são suíte. A implantação do edifício no lote é ligeiramente recuada, gerando um jardim. Metade do fechamento é feito em gradil e a outra metade em um muro que busca dar privacidade a área da piscina, esta localizada na frente do terreno.

## FICHA 14

Obra: Casa NT  
 Autoria: B'Ferraz  
 Ano do projeto: 1994  
 Localização: Guabiraba, Recife - PE



Fonte: acervo B'Ferraz

A casa é formada por dois volumes, um volume principal que possui dois pavimentos, e um volume secundário que também possui dois pavimentos, comportando no topo a caixa d'água. No pavimento térreo do bloco principal existe uma sala de estar e jantar, um quarto de hóspedes, cozinha e área de serviço. No pavimento superior existem dois quartos localizados em extremos opostos, resultando em um vazio central sobre a área social da casa. Estes quartos se interligam por meio de uma passarela que passa no meio desse vazio. A escada helicoidal, que dá acesso ao segundo pavimento, se localiza no meio do vazio, interligando o térreo a passarela e sendo um elemento focal do ambiente social. Uma varanda interliga os dois quartos na fachada principal voltada para a rua. Nessa fachada, metade do fechamento é feito em venezianas de madeira. O outro bloco, que localiza-se afastado do bloco principal, possui o banheiro de serviço no térreo, enquanto que no pavimento superior se localiza o banheiro de uma das suítes. A ligação a esse banheiro é feita através de uma passarela que também é o closet do quarto.

## FICHA 15

Obra: Casas Geminadas  
 Autoria: AFM arquitetos  
 Ano do projeto: 1996  
 Localização: Itamaracá - PE



Fonte: acervo AFM arquitetos

Publicações: revista AU, ed. 79, ago/set 1998

Estas casas foram projetadas para atender a duas famílias. Os volumes foram pensados de maneira a integrar os espaços sociais sem prejudicar a privacidade de cada casa. Sendo assim, as áreas íntimas são completamente separadas em dois volumes nítidos, com cores diferentes, já o pavimento térreo da casa se une em uma cobertura que percorre todo perímetro da casa. Essa área da cobertura inclinada protege um grande terraço que também se desenvolve em torno na casa, enfaçando a união do espaço social. As cores são elementos marcantes nas casas, que busca um equilíbrio entre azul, amarelo e vermelho. A estrutura que sustenta a cobertura do terraço chama atenção devido a técnica utilizada, uma base em alvenaria complementada por pilares de madeira. A planta se desenvolve em três níveis, o primeiro localizado nos fundos do terreno está abaixo do nível zero e contém as áreas de serviços (cozinha, área de serviço, varal). O segundo nível são os ambientes sociais, estes no mesmo nível do terraço externo. O terceiro é onde se localizam os quartos, dois em cada casa.

## FICHA 16

Obra: Residência no Derby  
 Autoria: O Norte Oficina de Criação  
 Ano do projeto: 2003  
 Localização: Derby, Recife - PE

Publicações: revista AU, ed. 124, jun. 2004; ed. 197, ago. 2010 e Projeto Design, ed. 328, jun. 2007

Premiada na categoria arquitetura construída do 6º prêmio jovens arquitetos e Prêmio Luiz Nunes, na Categoria Arquitetura Construída, Residencial Familiar no Prêmio IAB-PE/2009



Fonte: acervo O Norte Oficina de Criação

A casa busca intervir minimamente no terreno, liberando espaço com um volume suspenso que se adequa a vegetação existente. O sistema construtivo foi feito em peças pré-fabricadas de madeira, que possibilita a desmontagem e montagem caso o terreno venha a tornar-se um empreendimento imobiliário, já que a casa localiza-se numa área cada vez mais verticalizada da cidade. Pode-se entender a composição por três volumes. A base de alvenaria que compõe as áreas molhadas (banheiros, cozinha e serviço), as únicas que não são em madeira. Sobre essa base está a caixa em madeira onde se desenvolvem os ambientes sociais e íntimos, com elementos ora completamente fechados ora abertos em venezianas, possibilitando a ventilação sem perder a privacidade. O outro volume é um santinário que se liga ao segundo pavimento da casa por uma ponte, este também em alvenaria, com uma estrutura em concreto para sustentar a caixa d'água sobre ele. O acesso a casa é feito por uma escada fechada por paredes de cobogó dos dois lados.

## FICHA 17

Obra: Residência em Porto de Galinhas  
 Autoria: ML&N  
 Ano do projeto: 2003  
 Localização: Porto de Galinhas, Ipojuca - PE



Fonte: acervo ML&N

A casa se desenvolve em dois volumes. Um composto por uma ampla varanda que liga os quartos no primeiro pavimento e abriga um terraço no térreo, sendo ladeado por duas paredes marcantes em tijolos aparentes. O outro abriga as áreas sociais de estar, jantar e serviços no térreo e os quartos no primeiro pavimento. Este volume é marcado pela cobertura em palha revestida internamente com forro de madeira. O seu desenho resulta em um trabalho de aberturas e tesouras em madeira. A circulação de ar é possibilitada por aberturas na cobertura, que geram a saída e entrada de ar. Uma variedade de materiais são utilizados na composição, dentre eles madeira, tijolo aparente e vidro. O último é utilizado no fechamento de todo pavimento térreo, permitindo uma visibilidade total deste.

## FICHA 18

Obra: Residência em Aldeia  
 Autoria: O Norte Oficina de Criação  
 Ano do projeto: 2006  
 Localização: Aldeia, Camaragibe-PE



Fonte: acervo O Norte Oficina de Criação

Publicações: revista AU, ed. 234, nov. 2012

A residência foi construída em um terreno onde já havia outra edificação. Sua implantação, consequentemente, foi feita nos fundos do terreno, paralela ao muro de limite do lote. É composta por volumes que demarcam as áreas distintas da casa. A base abriga os ambientes sociais da casa, sendo rodeada por uma esquadria em cinta que percorre o perímetro da casa, separando-se do volume suspenso da casa que abriga a área íntima. Paredes amarelas marcam o pé direito duplo do estar e um volume laranja se destaca da composição marcando os quartos. A casa se desenvolve em três níveis, o primeiro e inferior possui o jantar, cozinha e área de serviço, o segundo, com uma diferença pequena de nível, contém o estar e o terceiro abriga os quartos. Na área externa, um terraço amplo é coberto por uma estrutura em pergola para proteção solar.

## FICHA 19

Obra: Casa Ciclope  
 Autoria: Andrade & Raposo arquitetos  
 Ano do projeto: 2006  
 Localização: Praia de Maria Farinha, Paulista - PE



Fonte: acervo A&R arquitetos

A casa possui uma composição de volumes brancos de fácil leitura formado por três blocos. Um contém um jardim elevado, que funciona como marcação entre a área privativa e a área do condomínio, outro contém a área de serviço e dependência e o terceiro volume, que pousa sobre o térreo da casa, contém os ambientes íntimos. O jogo de volumes é marcado por uma abertura no pavimento superior do terceiro bloco que se eleva deste, marcando a fachada completamente fechada do bloco. Uma marcação com a cor amarela no acesso a casa quebra o branco da volumetria. O acesso é feito por uma escadaria em granito, material que adentra a casa, sendo utilizado nos ambientes sociais e na escada interna. A fachada para a rua possui poucas aberturas, já a fachada posterior se abre para a área de lazer, com uma integração total entre o estar e a área da piscina. No pavimento superior, os quartos se abrem para uma varanda contínua. A escada está alinhada a abertura da fachada frontal, possibilitando a descoberta da vista no percurso de subida.

## FICHA 20

Obra: Casa Gustavo Avelar  
 Autoria: ML&N  
 Ano do projeto: 2007  
 Localização: Guabiraba, Camaragibe - PE



Fonte: acervo ML&N

A composição da casa se desenvolve em volumes brancos e azuis com septos que formam um jogo de encaixe. A casa se abre para duas frentes, o acesso a rua, que possui um terraço amplo de transição para o exterior, e a paisagem do vale na parte posterior do terreno. No térreo o ambiente social interliga essas duas face de maneira contínua, com apenas uma pequena diferença de nível entre o jantar e sala de TV. Os ambientes sociais (estar, jantar e tv) formam esse bloco único com grandes aberturas, já o espaço de serviços, forma um bloco mais fechado e compacto que contém também a escadaria. O bloco que contém a escada e caixa d'água se destaca com maior altura e cor mais forte. No pavimento superior existem três suítes e um espaço de trabalho, além de uma varanda voltada para a vista do vale. Existe um terceiro pavimento que é composto pela coberta do segundo pavimento e foi transformado em um solário.

## FICHA 21

Obra: Residência Marcos César  
 Autoria: VPRG  
 Ano do projeto: 2008-2009  
 Localização: Praia de Serambi, Ipojuca-PE



Fonte: acervo VPRG

A casa se desenvolve em dois volumes cortados pela circulação. Um se volta para o nascente e para a área de lazer, com um pé direito mais alto, marcado pela cobertura inclinada contendo as áreas sociais no térreo e íntimas no pavimento superior. O outro se volta para o poente, ligeiramente mais baixo que o anterior, contendo todas as áreas molhadas da casa, no térreo abriga a cozinha, área de serviço e banheiros, no superior contém os banheiros das suítes. Nesse volume se encontra a escada, que se destaca no vazio de pé direito duplo do estar, com estrutura em madeira ladeada por uma parede em cobogó. A característica marcante da casa são os elementos em madeira, principalmente a estrutura que sustenta a cobertura, as varandas dos quartos e o pergolado que se estender sobre a área de lazer. O volume do pavimento superior que contém os quartos pousa sobre o térreo, que é totalmente aberto, com esquadrias de vidro, e se solta da cobertura por uma reentrância e mudança de cor das paredes. A planta se desenvolve em três eixos, dois estão paralelos, um contém áreas molhadas e o outro as áreas sociais e quartos. O terceiro eixo é perpendicular aos anteriores e intercepta estes na sala de estar, contendo a circulação vertical e o acesso a casa.

## FICHA 22

Obra: Casas no Paiva  
 Autoria: MVRF  
 Ano do projeto: 2009  
 Localização: Paiva, Cabo de Santo Agostinho - PE



Fonte: acervo MVRF

Os projetos tem como princípio a integração com a vista da paisagem e a área externa de lazer. As quatro variações se dividem em dois grupos com plantas similares. A casa 1 e 2 possuem plantas quase idênticas, onde a casa 2 é apenas uma ampliação da primeira, com a adição de uma sala de TV no térreo e o aumento da área dos quartos no pavimento superior. Uma situação similar acontece com os outros dois projetos, nos quais a casa 4 é uma ampliação da casa 3, com a adição de uma sala de TV no térreo e uma suíte no pavimento superior. Quanto a volumetria, é nítida em três exemplares a simetria da fachada, que se desenvolve utilizando elementos similares, como a cobertura inclinada com beirais amplos, a marcação da varanda dos quartos e a utilização da mesma paleta de cores em elementos de destaque. No interior das casas, todas possuem um destaque para a escada que se desenvolve em um grande vazio. Em todas existe a integração do espaço social com um jardim de inverno que possui fechamento em cobogó para a fachada posterior voltada para a rua.

## FICHA 23

Obra: Casa em Toquinho  
 Autoria: Marco Antônio Borsoi  
 Ano do projeto: 2010  
 Localização: Praia de Toquinho, Ipojuca - PE



Fonte: acervo Marco Antônio Borsoi

A casa possui nitidamente duas fachadas opostas, a fachada voltada para rua se desenvolve em uma composição de volumes brancos com poucas aberturas, enquanto que a fachada posterior se abre para o lazer e a paisagem. O acesso da rua para a casa é feito através de uma escadaria e o acesso de carros que é feito por uma rampa descendo para a garagem localizada abaixo da casa. A casa se desenvolve em blocos, no térreo a área de serviços formam um bloco localizadi na parte frontal do terreno, uma suíte localizada também na parte frontal da casa forma um segundo bloco. O terceiro é formado pelos espaços sociais, que se integram totalmente com a área de lazer, onde localizam-se o terraço e a área da piscina. A sala de estar possui um pé direito duplo, que garante a continuidade do espaço da casa verticalmente. No pavimento superior, os quartos se desenvolvem lado a lado, interligados por uma varanda única, voltada para a paisagem.

## FICHA 24

Obra: Casa CB  
 Autoria: Metro  
 Ano do projeto: 2012  
 Localização: Praia de Toquinho, Ipojuca - PE



Fonte: acervo Metro

A casa se desenvolve em dois volumes que se justapõem transversalmente. O volume do térreo se desenvolve no eixo leste-oeste e o volume superior no eixo norte-sul. As fachadas oeste, norte e sul da casa possuem menos aberturas, enquanto que a leste se abre completamente para a paisagem. Esse fechamento dos volumes, gera um jogo de blocos brancos com aberturas estratégicas, como a seteira orientada para a praia que existe no segundo pavimento. O espaço interno da casa possui uma fluidez resultante dos diferentes níveis no pavimento inferior e do vazio junto a escada. Uma zenital se localiza sobre a escada e se interliga as esquadrias do primeiro pavimento, formando uma caixa de vidro que divide o volume superior em dois. A planta possui, no pavimento térreo, as áreas sociais e de serviços, com um jardim interno ao lado da escada. Já no pavimento acima, existem as três suítes que se interligam por uma varanda voltada para a parte posterior do terreno, esta possui uma extensão para um teto-jardim. Na fachada frontal também existe um teto-jardim que interliga o corredor dos quartos ao espaço externo.

## FICHA 25

Obra: Calçadão dos Mascates (Camelódromo)  
 Autoria: Zeca Brandão e Ronaldo L'Amour (GRAU)  
 Ano do projeto: 1993-1994  
 Localização: Av. Dantas Barreto, Recife - PE



Publicações: Projeto Design, ed. 189, set. 1995; ed. 190, dez. 1993/ jan. 1994; ed. 251, jan. 2001; ed. 324, jan. 2007

Fonte: LIMA, 2007.

O projeto se desenvolve ao longo da Avenida Dantas Barreto, inserido no canteiro central da avenida, próximo a Igreja do Carmo. A proposta tem como foco a requalificação dessa área. Para tal, buscou contextualizar com o entorno de casarios antigos, se inserindo na malha urbana e absorvendo características do meio. O projeto possui seis módulos que abrigam os locais para os comerciantes, posicionados linearmente ao longo da avenida. Também foram implantados quiosques distribuídos nas áreas próximas ao pátio da Igreja, assim como entre os módulos. Os módulos foram desenvolvidos em forma de galerias com cobertas de lona que se estendem para a calçada protegendo as lojas. Na parte superior fica os depósitos onde as mercadorias são guardadas. O projeto foi pensado de modo que tivesse uma multiplicidade de usos, onde de dia servia as funções comerciais e a noite o espaço pudesse ser liberado para manifestações culturais. A volumetria se baseia nas influências dos edifícios históricos do entorno, com suas cobertas inclinadas, assim como reverencia essa paisagem, não obstruindo a visualização dos edifícios, principalmente a Igreja do Carmo.

## FICHA 26

Obra: Empresarial Artesina Fiori  
 Autoria: AFM arquitetos  
 Ano do projeto: 1990-1994  
 Localização: Recife - PE



Publicado: Projeto Design, ed. 238, de. 1999  
 revista AU, ed. 61, ago/set 1995

Fonte: acervo AFM arquitetos

O edifício se desenvolve em torno de um vazio central, que é projetado como eixo da obra. Esse vão possui 25m de altura, separando o bloco principal em dois volumes interligados, onde localizam-se as salas de escritórios nos pavimentos superiores. Pontes metálicas interligam as duas partes do volume, sendo ponto focal do vazio interno do edifício. A base do volume se abre em uma galeria de lojas para o exterior protegida por uma ampla marquise e trazendo a dimensão urbana para o projeto. A inserção da obra no terreno é desenvolvida em torno de um ponto focal, uma praça existente no exterior do edifício, alinhada ao eixo central.

## FICHA 27

Obra: Fórum do Recife - Desembargador Rodolfo Aureliano

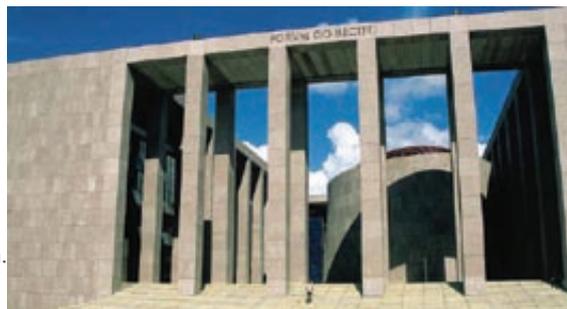
Autoria: Andrade & Raposo arquitetos

Ano do projeto: 1997-1999

Localização: Recife - PE

Publicado: Projeto Design, ed. 219, abr. 1998; ed 263, jan. 2002;

Revista AU, ed 91, ago/set 2000; ed. 100, fev/mar 2002



Fonte: acervo A&R

A composição se desenvolve em dois volumes, um é o volume principal em forma de U, o outro é um volume que se localiza no vazio interno desse anterior, com forma arredondada. O contraste desses dois volumes formam um equilíbrio de formas. A rigidez do volume principal, composto por uma colunata de modulação igual, se contrapõe com o volume central de base elíptica. O monólito possui uma monumentalidade inerente a finalidade de uso. A volumetria com características clássicas, como a repetição da colunata, é quebrada por elementos inusitados, como o bloco no pátio central, as escadarias laterais e suas marquises. O acesso é feito por uma escada de grande escala, que dá acesso ao pátio interno de onde pode-se observar a torre elíptica com cobertura de cobre da biblioteca, o espelho d'água e o grande pano de vidro que reveste a parte interna do volume. O saguão principal é composto por um vazio cujo pé-direito corta todos os pavimentos. Nesse espaço existem dois grandes murais dourados do artista plástico Francisco Brennand.

## FICHA 28

Obra: ABA - Rosa e Silva

Autoria: ADM arquitetos

Ano do projeto: 1998

Localização: Av. Rosa e Silva, Recife - PE



Fonte: acervo ADM arquitetos

A obra é marcada, em sua fachada principal, por marquises que emolduram painéis de azulejos do artista Petrônio Cunha. Essas formas brancas contrastam com os painéis, gerando um jogo de cores e formas. O edifício se desenvolve todo suspenso do térreo, onde existem apenas uma parte da garagem com o acesso ao restante estacionamento no fundo do terreno, uma área de convivência com lanchonete e a recepção da escola, único ambiente no térreo fechado por esquadrias de vidro. Nos outros pavimentos se desenvolvem as salas de aula e outros equipamentos, como biblioteca e sala de computação, assim como a parte administrativa. A solução de levantar o edifício do térreo resultou numa integração com a calçada e a rua, uma avenida de grande movimentação de carros e pessoas. A singularidade da fachada principal também contribui para a visibilidade da escola nessa avenida de fluxo intenso.

## FICHA 29

Obra: Loja Benetti  
 Autoria: VPRG  
 Ano do projeto: 1999  
 Localização: Av. Domingos Ferreira, Recife - PE



Fonte: acervo VPRG

O projeto se desenvolve em função do terreno e da malha urbana. A loja se forma em torno de uma árvore existente na esquina do lote, sob a qual foi projetada uma praça que ameniza a transição entre o espaço externo da loja e seu interior. A fachada principal é recuada do limite do terreno, possibilitando um espaço de estacionamento e ampla calçada. Essa face do volume se abre para a avenida de fluxo intenso, através de grande vitrines emolduradas por elementos verticais da estrutura. No interior o espaço se desenvolve em torno de um grande vazio que divide o volume em duas partes interligadas por passarelas. Estas atravessam o vazio, paralelas a fachada frontal, possibilitando uma vista do exterior. Na parte posterior do vazio localiza-se uma escadaria que articula todos os pavimentos e se torna um elemento escultórico no espaço da loja.

## FICHA 30

Obra: Espaço Ciência  
 Autoria: Marco Antônio Borsoi  
 Ano do projeto: 2004  
 Localização: Recife/Olinda - PE



Publicação: Projeto Design, ed. 328, jun. 2007

Fonte: acervo Marco Antônio Borsoi

Desenvolvido em dois volumes, o projeto é todo feito em concreto aparente. O pavilhão principal é composto por uma estrutura livre, suspensa do térreo, liberando o pilotis para uma área de exposição, enquanto que o pavimento superior é vedado com panos de vidro. A característica marcante desse volume é a plasticidade da coberta em concreto e a inserção na topografia do terreno, onde o acesso ao edifício é feito por duas rampas, uma subindo para o primeiro pavimento e outra descendo para o térreo. Em contraste com esse volume regular de estrutura modulada, existe o volume circular que contém um auditório. Esse é todo fechado em concreto aparente, gerando um equilíbrio com a regularidade e fluidez do pavilhão principal.

## FICHA 31

Obra: Club Nox  
 Autoria: Metro e Juliano Dubeux  
 Ano do projeto: 2005  
 Localização: Av. Domingos Ferreira, Recife - PE

Publicado: revista AU, ed. 160, jul. 2007

Projeto Design, ed. 328, jun. 2007

Prêmio Luiz Nunes na Categoria Arquitetura Construída, Lazer e Entretenimento no Prêmio IAB-PE/2009



Fonte: acervo Metro

A boate é composta por um volume único, uma caixa de aço corten totalmente fechada. O coroamento do volume é marcado por uma faixa de iluminação que muda suavemente de cor. O bloco é implantado com um grande recuo no terreno, proporcionando um espaço para estacionamento. O acesso a boate é feito por uma rua secundária e marcado por uma discreta marquise. Contrastando com seu exterior austero, o interior possui uma abundância de cores e luzes. O conceito da obra é explorar os sentidos dos usuários. Para tal, foi desenvolvida uma trama que envolve toda parte interna do térreo do edifício e é composta por faixas de luzes que mudam de cor de acordo com o som do ambiente. No pavimento superior, onde localiza-se a faixa de luz vista no exterior, fica um ambiente mais calmo, com espaço bar e lounge totalmente aberto para o céu.

## FICHA 32

Obra: Atacado dos Presentes - Torre  
 Autoria: Rangel Moreira  
 Ano do projeto: 2007  
 Localização: Rua José Bonifácio, Torre, Recife - PE

Menção honrosa na categoria Arquitetura Comercial Construída do Prêmio IAB-PE/2009



Fonte: acervo Rangel Moreira

O projeto foi desenvolvido no lugar de uma antiga construção, da qual foi aproveitada apenas a parte estrutural. O edifício buscou adequar-se ao terreno, focando na inserção na malha urbana, já que se localiza numa quadra triangular onde duas vias movimentadas da cidade se encontram. A escala do edifício está baseada no automóvel, com grandes vitrines emolduradas por uma estrutura porticada que dá ênfase a fachada e gera uma galeria no térreo, marcando a entrada da loja. A obra valoriza a esquina do terreno, onde as duas vias se encontram, com uma vitrine e um elemento que possui o nome da loja. A planta é composta por um pavimento térreo de estacionamento, os dois acima de loja e o último de estoque. A estrutura metálica e laje de steel deck foram utilizadas para agilizar as obras, estas foram feitas sem interferir no funcionamento da loja.

## FICHA 33

Obra: Empresarial Rui Barbosa  
 Autoria: MVRF  
 Ano do projeto: 2007  
 Localização: Avenida Rui Barbosa, Graças, Recife - PE



Fonte: acervo MVRF

A implantação do edifício no terreno é feita de maneira que os pavimentos de garagem se localizam no fundo do terreno, possibilitando a liberação da base da torre empresarial para um amplo hall de pé direito triplo. Todo edifício está ligeiramente recuado do limite do lote, gerando um jardim de transição entre a rua e o edifício. O acesso ao interior do volume é feito através de uma escadaria e rampa, sendo marcado por uma marquise. O edifício possui um pavimento semi enterrado de estacionamento que gera um pódio para a torre. A fachada principal é composta por uma grelha que emoldura as janelas das salas e o coroamento é marcado por dois pavimentos com salas duplex. As plantas possuem variedades de soluções com diferentes tamanho de salas e layouts. O projeto possui uma simetria marcante assim como uma tripartição entre base, corpo e coroamento.

## FICHA 34

Obra: Sede da JBR  
 Autoria: Juliano Dubeux  
 Ano do projeto: 2008-2011  
 Localização: Campo Grande, Recife - PE



Fonte: acervo Juliano Dubeux

1º lugar na categoria arquitetura comercial da 3ª Edição do Concurso Cultural de Projetos de Arquitetura do Novo Núcleo de Profissionais, Arquitetos e Design de Pernambuco.

O projeto é composto por dois monólitos interligados por um pano de vidro onde se localiza o acesso ao interior do edifício. Esses blocos possuem varandas em balanço sacando de suas fachadas, tanto a frontal como a posterior. Na fachada principal, um volume se projeta de um dos sólidos sendo totalmente revestido em tijolo aparente. Esse material contrasta com o restante da construção, toda pintada em branco com esquadrias em vidros espelhados. Na parte interna, os ambientes se desenvolvem em torno de um vazio que se alinha ao eixo central do edifício, onde existe o pano de vidro de acesso a empresa. Esse vazio, que corta todos os pavimentos internos, é marcado por uma zenital e possui uma escada helicoidal que funciona como elemento escultórico para o ambiente. A fachada posterior possui o mesmo jogo de volumes brancos que a fachada principal, com saque de varandas e painéis em vidro espelhado. Nos fundos do terreno localiza-se o estacionamento da empresa, enquanto que na parte frontal do terreno, o edifício é recuado, resultando num jardim.

## FICHA 35

Obra: Hospital Metropolitano Miguel Arraes  
 Autoria: ADM arquitetos  
 Ano do projeto: 2008  
 Localização: Paulista - PE



Publicado: Projeto Design, ed. 343, set. 2008  
 Prêmio Luiz Nunes na Categoria Arquitetura Construída,  
 Saúde no Prêmio IAB-PE/2009

Fonte: acervo ADM

A composição se desenvolve em função do eixo leste-oeste, com uma implantação que privilegia a proteção da insolação e a maior ventilação. É composto por três elementos. O elemento principal é formado por dois volumes sobrepostos onde existe, na fachada principal de um dos volumes, um painel de Petronio Cunha emoldurado por uma marquise branca. Esta fachada possui um jogo de cores entre a obra de arte e o revestimento do volume. O segundo elemento é um anexo que se liga a esse volume principal e desenvolve-se paralelo a este, com uma volumetria curvilinear e discreta. E o terceiro elemento é o pórtico de acesso ao complexo hospitalar que complementa a composição marcando essa entrada.

## FICHA 36

Obra: UK Burguer  
 Autoria: B'Ferraz  
 Ano do projeto: 2009  
 Localização: Boa Viagem, Recife - PE

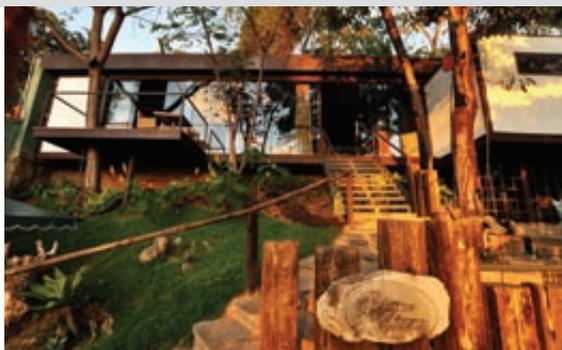


Fonte: acervo B'Ferraz

O projeto é composto por três elementos, um é o pórtico-coberto que abriga todo espaço de estar da lanchonete, outro é o volume da cozinha e banheiros, localizado no fundo do terreno, e o último é um bloco de banheiros que se projeta na fachada frontal da obra. Esse último bloco está em balanço, sacando da coberta, em uma posição de destaque. Na parte frontal existe o letreiro do local e uma grande abertura por onde é possível observar o interior dos banheiros. O acesso a este elemento é feito por escadas que se destacam na composição do espaço interno por serem totalmente pintadas na cor amarela. O espaço interno do projeto é totalmente aberto para o exterior, já que possui um pé-direito amplo e o pórtico-coberto não possui fechamento. O bloco dos fundos, onde existe a cozinha, tem um fechamento em uma placa metálica ondulada que se recolher formando uma pequena marquise.

## FICHA 37

Obra: Restaurante Beijupirá  
 Autoria: Juliano Dubeux  
 Ano do projeto: 2009-2010  
 Localização: Rua Saldanha Marinho, Olinda - PE



Publicação: revista AU, ed. 224, novembro 2012

Fonte: acervo Juliano Dubeux

O restaurante está implantado num terreno de grande declividade, se espalhando em plataformas ao longo do terreno, acomodando-se as mudanças de níveis. A peculiaridade do terreno guiou a proposta, já que este se insere num sítio histórico, possui uma vegetação e características topográficas marcantes. O restaurante em si se localiza na metade do percurso, em um volume suspenso do terreno por uma estrutura metálica com um fechamento de vidro para possibilitar a vista da cidade. Um outro bloco se origina desse volume, também em balanço e totalmente fechado. No nível mais baixo do restaurante existe a ligação com uma pousada que ocupa um casario antigo. Nesse nível foram reaproveitadas plataformas já existentes para o desenvolvimento de decks de madeira que conformam um café. O projeto possibilita a experimentação de vários níveis com vistas diferenciadas. A composição das formas, decks, varandas e escadarias são inseridos na declividade do terreno de maneira a configurar uma trajetória equilibrada com o ambiente, utilizando-se da madeira para amenizar o contraste, além de inserir a vegetação existente na proposta.

## FICHA 38

Obra: Instituto Agrônomo de Pernambuco - IPA  
 Autoria: AFM  
 Ano do projeto: 2010  
 Localização: Tejipió, Recife - PE



Publicação: Projeto Design, ed. 414, set. 2014

Fonte: acervo AFM

O projeto se desenvolve em dois volumes. O primeiro é um bloco circular todo revestido em azulejos. O outro é um volume quadrado, suspenso em pilotis com revestimento de duas fachadas em brises e um pátio interno. O bloco circular abriga as atividades de auditório, sendo todo fechado e se ligando sutilmente ao outro volume. Este, com planta quadrada, possui um vazio interno onde se localiza uma torre de circulação vertical toda revestida em material azul, contrastando com o branco do restante do volume. Os brises na fachada desse bloco possibilitam uma proteção da insolação sem privar a visibilidade. Os dois volumes, o edifício principal e o auditório, possuem um equilíbrio na composição com suas características complementares, um circular, outro quadrado, um revestido em cores, outro branco e sóbrio. O projeto foi implantado em meio a edificações existentes do Instituto com o intuito de ser o ponto agregador das construções, o foco central do conjunto.

## FICHA 39

Obra: Empresarial Pontes Corporate Center  
 Autoria: Metro  
 Ano do projeto: 2013  
 Localização: R. Barão de Souza Leão, Boa Viagem,  
 Recife - PE



Fonte: [www.expoimovel.com](http://www.expoimovel.com)

O edifício é composto por uma torre empresarial toda revestida em vidro. Existe uma marcação de linhas horizontais e um enquadramento da fachada principal através de uma das empenas do edifício, um elemento completamente fechado e branco, que culmina no coroamento marcante da edificação. A implantação da torre é feita próxima ao limite frontal do lote, liberando a parte posterior do terreno para estacionamento. A base é marcada por um sutil pé direito duplo e uma marquise. As plantas do edifício foram feitas para oferecer o máximo de flexibilidade para os layouts e instalações, com uma grande variação no tamanho das salas.

## FICHA 40

Obra: Terminal Marítimo de Passageiros  
 Autoria: A&R  
 Ano do projeto: 2014  
 Localização: Recife - PE



Fonte: acervo A&R

O conjunto é composto por um armazém do antigo Porto do Recife e uma edificação nova. No armazém foram mantidas as fachadas originais, assim como a cobertura que possui uma estrutura elaborada de tesouras para sustentar as águas. Todos esses elementos foram restaurados. No interior desse edifício foi implantado um mezanino e uma rampa, contrastando o contemporâneo desses elementos brancos com o antigo das estruturas da cobertura. A implantação do edifício novo no nível da calçada busca integrar e fazer uma transição entre o espaço externo e o armazém. Essa edificação é um cubo branco revestido por uma estrutura metálica que ascende em diversos ângulos, sendo revestida por telas de aço perfuradas. A utilização desse material possibilita um jogo de transparências com a caixa interna. No interior desse bloco existe uma grande rampa sinuosa que serve de elemento escultórico para o espaço amplo do edifício. O acesso de automóvel é feito através de uma via que passa por baixo dessa edificação. A ligação entre o bloco novo e o armazém é feita por uma passarela.

### Apêndice C - Levantamento de revistas

Tabela de levantamento da produção arquitetônica de Pernambuco - Revista AU (1990-2015). Fonte: Bianca Fernandes.

MÊS/ANO	nº	CIDADE	ANO	OBRA	ARQUITETO
Dez. 90/Jan. 91	33	Recife	1988-89	Graças Center	Alcísio e Ana Eugênia Figueiredo
Dez. 90/Jan. 91	33	Recife	1990-94	Tribunal Regional Federal	Jerônimo & Pontual
Jun./Jul. 91	36	Recife	1987-90	Edf-Residência Filipe Camarão	Borsoi Arquitetos Associados
Ago./Set. 95	61	Recife	1989-93	Edf. Resid. Renato Bezerra de Melo	Borsoi Arquitetos Associados
Ago./Set. 95	61	Recife	1988-94	Edf. Administrativo Imperial Suites	Jerônimo & Pontual
Ago./Set. 95	61	Recife	1989-94	Edf. Comercial Artesina Fiori	Roberto Montezuma
Ago./Set. 95	61	Recife	1990-94	Centro Empresarial Rio Capibaribe	Alexandre Castro e Silva
Fev./Mar. 96	64	Recife	1989-93	Edf. Resid. Renato Bezerra de Melo	Borsoi Arquitetos Associados
Fev./Mar. 97	70	Recife	1990-94	Tribunal Regional Federal	Jerônimo & Pontual
Fev./Mar. 97	70	Rio Formoso	-	Casa em Rio Formoso	Carmen Mayrink e Vera Pires
Abr./Mai. 97	71	Recife	1988-95	Hotel Atlante Plaza	José Goiana Leal
Jun./Jul. 97	72	Cb. Sto. Agostinho	-	Complexo Hotelero Caesar Park	Paulo Case e Luiz Acioli
Ago./Set. 97	73	Recife	1991	Casa de "Madre-Teresa"	Teresa Sims
Jun./Jul. 98	78	Maracaípe	1995-97	Residência dupla em Maracaípe	Evelyne Labanca, Henrique Sposito e Paulo Veloso
Ago./Set. 98	79	Itamaracá	-	Casa em Itamaracá	Marco Antônio Borsoi e Teresa Simis
Jun./Jul. 00	90	Itamaracá	1999	Residência Tarcísio Costa	CIA da Arquitetura + Bruno Lima
Jun./Jul. 00	90	-	2000	Residência Alirio & Danielle	Marco Antônio Borsoi e Teresa Simis
Ago./Set. 00	91	Recife	1997-01	Fórum de Recife	Andrade & Raposo Arquitetos
Out./Nov. 00	92	Recife	-	Empresarial Center III	Jerônimo Cunha Lima
Out./Nov. 00	92	Toquinho	2000	Casa dos Brennand	Acácio Gil Borsoi
jun./jul. 01	96	Recife	-	Boa Viagem Medical Center	Marco Antônio Borsoi
jun./jul. 01	96	-	-	Documento sobre a obra completa	Mário Russo
Abr./Mai. 01	95	Recife	-	Edf. Vigário Barreto	Alexandre Mações
Abr./Mai. 01	95	Ilha de Itamaracá	-	Hotel do Forte	Juliano Dubeux e Marco Antônio Borsoi
Ago./Set. 01	97	Ipojuca (Toquinho)	-	Casa dos Brennand	Acácio Gil Borsoi/Janete Costa
Ago./Set. 01	97	Muro Alto	-	Summerville Beach Resort	José Goiana
Out./Nov. 01	98	Muro Alto	2001	Summerville Beach Resort	José Goiana e Luiz Vieira
Fev./Mar. 02	100	-	-	Documento sobre a obra completa	Alexandre Castro e Silva
Fev./Mar. 02	100	Recife	-	Fórum de Recife	Andrade & Raposo Arquitetos
Fev./Mar. 02	100	Aldeia	-	Residência em Aldeia	Marco Antônio Borsoi
Fev./Mar. 02	100	Gravatá	-	Capela Ecumênica p/ Cond. Residencial	Acácio Gil Borsoi

### Apêndice C - Levantamento de revistas

Tabela de levantamento da produção arquitetônica de Pernambuco - Revista AU (1990-2015). Fonte: Bianca Fernandes.

MÊS/ANO	nº	CIDADE	ANO	OBRA	ARQUITETO
Out./Nov. 02	104	Aldeia	1997-01	Casa em Aldeia	Marco Antônio Borsoi e Teresa Simis
Jan. 04	118	São Luis/MA	1993-03	Restauração do Palácio dos Leões	Acácio Gil Borsoi e Janete Costa
Jul. 04	124	Recife	2004	Residência em Recife	O Norte Oficina de Criação
Ago. 04	125	Recife	2004	Showroom Forma	Maria do Loreto e Romero Duarte
Ago. 04	125	Recife	2000-04	Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Guararapes	Ubirajara Moretti
Abr. 05	133	Recife	2002-03	Accademia (Fábrica de Cerâmica Brennand)	Reginaldo Esteves e César Augusto de Souza Bezerra
Ago. 05	137	Recife	-	Instituto Abelardo da Hora (IAH)	Pedro Lira e Manoela Muniz Machado
Out. 05	139	-	-	Entrevista (A casa Pernambuco - Porto, Portugal e Projeto de habitação em Caljeiro Seco, PE	Acácio Gil Borsoi
Jul. 06	148	-	-	Documento sobre a obra completa	Vital M. T. Pessoa de Melo
Ago. 06	149	Recife-Olinda	2006	Projeto Recife-Olinda	Pref. Olinda e Recife + Gov. Federal e Estadual + Parque Expo + Organização Social Núcleo de Gestão do Porto Digital
Out. 06	151	Recife	2005-06	Centro de ensino experimental Cicero Dias	Oficina de Arquitetos (RJ)
Jun. 07	159	Recife	2001-06	Edfs. Thomas Edison e Graham Bell	Pontual Arquitetos
Jul. 07	160	Recife	2005	Club Nox	João Domingos Azevedo
Jul. 07	160	Recife	-	Casa do engenheiro Queira Deus	Paulo Raposo e Andrea Câmara
Jul. 07	160	Recife	-	Anexos à Igreja Batista da Capunga	Celso Vinícius Ribeiro Sales
Out. 07	163	São Paulo	2006-07	Marabá Hotel	Janete Costa e Acácio Gil Borsoi
Nov. 07	164	-	-	Documento sobre a obra completa	Maurício de Castro
Jun. 10	195	-	-	-	Matéria sobre o nordeste
Ago. 10	197	Recife	2004-08	Casa Derby	O Norte Oficina de Criação
Nov. 12	224	Olinda	2009-10	Restaurante Beijupirá	Juliano Dubeux
Nov. 12	224	Camaraçibe	2006	Casa em Aldeia	O Norte Oficina de Criação

### Apêndice C - Levantamento de revistas

Tabela de levantamento da produção arquitetônica de Pernambuco - Revista Projeto Design (1990-2015). Fonte: Bianca Fernandes.

MÊS/ANO	nº	CIDADE	ANO	OBRA	ARQUITETO
Jun. 90	133	Recife	1984-89	Edf. Maria Juliana	Borsoi Arquitetos Associados
Nov. 90	136	Recife	1988-89	Graças Center	Aloísio e Ana Eugênia Figueiredo
Dez. 90/Jan. 91	137	Recife	198?-89	Igreja do Bom Samaritano	Carmen Mayrink, Clara Calábria (Arq. 4)
Abr. 92	151	Jaboatão	1981-91	Sheraton Petribu Hotel	José Goiana Leal
Mar. 93	161	Recife	1984-91	Centro de Cultura Física Performance	Alexandre Castro e Silva
Jan./Fev. 95	182	Recife	1985-88	Edf. Casa Alta	Jerônimo & Pontual
Jan./Fev. 95	182	Serrambi	1987-91	Hotel Intermares Village	Jerônimo & Pontual
Jan./Fev. 95	182	Recife	1990-94	Tribunal Regional Federal	Jerônimo & Pontual
Jan./Fev. 95	182	Jaboatão	1992-94	Verde Mar Veículos	Jerônimo & Pontual
Jan./Fev. 95	182	Recife	1989-93	Empresarial Center	Jerônimo & Pontual
Jan./Fev. 95	182	Recife	1988-94	Imperial Flat	Jerônimo & Pontual
Jan./Fev. 95	182	Recife	1987-93	Empresarial Center 2	Jerônimo & Pontual
Mar. 95	183	Recife	1989-93	Edf. Resid. Renato Bezerra de Melo	Marco Antônio Borsoi
Set. 95	189	Recife	1993-94	Calçadão dos Mascates (Cameiódromo)	Zeca Brandão e Ronaldo L'Amour
Dez. 95	192	Jaboatão	1992-94	Verde Mar Veículos	Jerônimo & Pontual
Jul. 96	PD 198	Recife	1994-96	Mercado do Cais de Santa Rita	Zeca Brandão e Ronaldo L'Amour
Fev. 97	205	Recife	1986-96	Edf. Maria Quitéria	Borsoi Arquitetos Associados
Fev. 97	205	Jaboatão	1991-97	Edf. Passargada	Borsoi Arquitetos Associados
Jan. 98	216	Recife	1988-95	Hotel Atlante Plaza	José Goiana Leal
Abr. 98	219	Recife	1997-01	Projeto do Fórum de Recife	Paulo Raposo (A&R Arquitetos)
Nov. 98	226	Jaboatão	1994-97	Edf. Maria Paula	Marco Antônio Borsoi
Abr. 99	230	Igarapu	1996-98	Fáb. Produtos de Limpeza: Indústria Lever	Sidônio Porto
Jun. 99	232	Barra de Sirinhaém	1997-98	Residência	Gerson Cstelo Branco
Jun. 99	232	Ipojuca	1997-98	Residência de Praia	CIA da Arquitetura (AFM)
Dez. 99	238	Recife	1994-97	Edf. para escritórios de arquitetos	CIA da Arquitetura (AFM)
Jul. 00	245	Recife	1996-98	Edf. Puerto Banus	Carlos Fernando Pontual
Jul. 00	245	Recife	1994-98	Residencial das Ubaías	Rangel Moreira Arquitetos
Set. 00	247	Olinda	1992-98	Hotel Sete Colinas	Marroquim Arquitetos
Jan. 01	251	Recife	1993-94	Calçadão dos Mascates	Zeca Brandão e Ronaldo L'Amour
Jan. 01	251	Campo Grande (MS)	1994	Sede da TV Educativa	Roberto Montezuma
Jan. 01	251	Recife	-	Tribunal Regional Federal do Recife	Jerônimo & Pontual Arquitetos
Jul. 01	257	-	-	Entrevista	Acácio Gil Borsoi

### Apêndice C - Levantamento de revistas

Tabela de levantamento da produção arquitetônica de Pernambuco - Revista Projeto Design (1990-2015). Fonte: Bianca Fernandes.

MÊS/ANO	nº	CIDADE	ANO	OBRA	ARQUITETO
Jan. 02	263	Recife	-	Artigo sobre nova arquitetura brasileira	Andrade & Raposo
Jan. 02	263	Recife	1997-2001	Fórum do Recife	Andrade & Raposo
Nov. 02	273	Recife	2000-01	Sinagoga Kahal Zur Israel	José Luiz da Mota Menezes
Dez. 02	274	Recife	-	Edifício Maria de Lourdes	Marco Antônio Borsoi
Mar. 03	277	Ipojuca	2001-02	Residência em Ipojuca-PE	Carlos Fernando Pontual
Mai. 03	279	Recife	1997-2002	Edifício de escritórios Excelsior	Jerônimo da Cunha Lima, Cintia Lira e Daniela Siqueira (JCL arquitetura)
Fev. 04	288	-	-	Entrevista	Evaldo Bezerra Coutinho
Abri. 04	290	Recife	2000-04	Paço Alfândega	Pontual Arquitetos
Fev. 05	300	Uberlândia (MG)	1990-93	Centro Administrativo de Uberlândia	Acácio Gil Borsoi, Marco Antônio Borsoi, Milton Ribeiro e Rosa Aroucha
Abri. 05	302	Recife	2005	Edifício Terra Brasilis	Bruno Ferraz
Dez. 05	310	Teresina (PI)	1972	Forum Judiciário de Teresina	Acácio Gil Borsoi
Dez. 05	310	Recife	1975	Sede da Celpe	Vital Pessoa de Melo
Abri. 06	314	Recife	2006	Mostra MAMAM: Acácio Gil Borsoi	Acácio Gil Borsoi
Fev. 07	324	Teresina (PI)	1981	Forum Judiciário de Teresina	Acácio Gil Borsoi
Fev. 07	324	Piauí	1990	Assembleia Legislativa do Piauí	Acácio Gil Borsoi
Fev. 07	324	Recife	1994	Tribunal Regional Federal do Recife	Jerônimo & Pontual Arquitetos
Fev. 07	324	Recife	1995	Calçada dos Mascates	Zeca Brandão e Ronaldo L'Amour
Fev. 07	324	Recife	1996	Centro Cultural e Empresarial Casa de PE	Acácio Gil Borsoi
Jun. 07	328	Recife	2005	Club Nox	Metro e Juliano Dubeux
Jun. 07	328	Recife/Olinda	2004	Espaço Ciência	Marco Antônio Borsoi
Jun. 07	328	Recife	2003	Residência no Derby	O Norte Oficina de Criação
Set. 08	343	Paulista	2009	Hospital Metropolitan Norte	ADM arquitetos
Ago. 11	378	Recife		Arena Ilha do Retiro (Estádio Adelmair da Costa Carvalho)	DBBA
Jan. 12	387	Recife	2012	Concurso do Parque da Tamarineira	LF Empreendimentos e proj. arquitetonicos GRAU e GM2M Arquitetos (Curitiba)
Set. 14	414	Recife	2010	IPA	AFM arquitetos

## Apêndice D - Roteiro de entrevistas

### INTRODUÇÃO

- Onde se formou
- Ano de formação

### ARQUITETURA x ARQUITETO

1. Quais foram as influências na época de faculdade?

- Principais professores
- No âmbito da arquitetura local, nacional e internacional
- Influências no início da carreira

2. Quais são as influências atualmente?

- Consequências da facilidade trazida pelos meios digitais (Internet)
- Como vê a arquitetura brasileira hoje: se referencia por ela, o que se destaca?

3. Existe uma continuidade ou ruptura da *Escola do Recife*?

- Tinham contato direto com os arquitetos da *Escola do Recife*?
- O ensino: na época da formação x hoje

### ARQUITETURA x CIDADE

1. Como lidam com o mercado de trabalho?

- Limitação do mercado: técnicas, materiais, plantas, volumetrias
- Construtoras: consolidaram-se produtoras da arquitetura e os edifícios são produto de marketing.

2. Qual a visão sobre a legislação atual?

- Verticalização: os marcos da LUOS e da ENCOL
- Edifício garagem + torre (modelo da lei)
- Esse modelo se tornou "tradição" para o mercado e para população.
- Outras alternativas para o modelo.
- Lei dos 12 bairros: pontos positivos e negativos.

## **ARQUITETURA x SOCIEDADE**

### **1. Existem mudanças em relação ao contexto sócio-cultural da RMR?**

- Contexto acelerado, mercado exige resposta mais rápida, cidade se desenvolve mais aceleradamente: quais as consequências desse contexto contemporâneo na sua visão?
- Relação com o cliente: particular e construtoras (residências unifamiliares x edifícios multifamiliares)
- Cultura arquitetônica: valorização do arquiteto e da arquitetura pela sociedade e pelo próprio profissional.
- Espaço público: ligação do espaço privado com o público.
- Condomínios fechados e expansão do Recife.

## **PRODUÇÃO**

Sugestões de obras para representar a produção do escritório.